



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TATIANNE ELLEN CAVALCANTE SILVA**

**NARRADORAS DA RESISTÊNCIA: MULHERES, MEMÓRIAS E DITADURA NO  
NORDESTE DO BRASIL (1964-1985)**

**RECIFE  
2024**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TATIANNE ELLEN CAVALCANTE SILVA

NARRADORAS DA RESISTÊNCIA: MULHERES, MEMÓRIAS E DITADURA NO  
NORDESTE DO BRASIL (1964-1985)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de doutora em História.

**Área de concentração:** Sociedades, culturas e poderes.

Orientador: Professor Doutor Antônio Torres Montenegro.

RECIFE  
2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Silva, Tatianne Ellen Cavalcante.

Narradoras da resistência: mulheres, memórias e ditadura no Nordeste do Brasil (1964-1985) / Tatianne Ellen Cavalcante Silva. - Recife, 2024.

241f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

Orientação: Antônio Torres Montenegro.

Inclui referências e anexos.

1. Memórias; 2. Testemunho; 3. Mulheres; 4. Ditadura civil-militar; 5. Prisão Política. I. Montenegro, Antônio Torres. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

TATIANNE ELLEN CAVALCANTE SILVA

NARRADORAS DA RESISTÊNCIA: MULHERES, MEMÓRIAS E DITADURA NO  
NORDESTE DO BRASIL (1964-1985)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de doutora em História.

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Regina Beatriz Guimarães Neto  
(Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira  
(Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Alcileide Cabral do Nascimento  
(Examinadora Externa)  
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Dayane Nascimento Sobreira  
(Examinadora Externa)  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

**A todas que ousaram transgredir.**

## AGRADECIMENTOS

Finalizando a graduação me deparei com as histórias narradas no documentário *Vou contar para meus filhos* e com a potência que essas narrativas atribuíam aos encontros fortuitos, não imaginava que meu encontro com essa produção cultural geraria tantos frutos. Chegando ao fim desse importante ciclo, a defesa da tese, passo a entender com maior profundidade a potência dos afetos, dos encontros positivos, de modo que os agradecimentos deixam de ser uma etapa protocolar e passam a ser uma necessidade.

“Não mexe comigo que eu não ando só...” esse verso da canção de Maria Bethânia diz muito sobre os anos em que estive imersa na produção desta tese. Muitas pessoas participaram diretamente da construção desta pesquisa, a começar por Dulce Pandolfi, Lilia Gondim, Helena Serra Azul e Eridan Magalhães, que mesmo sob as incertezas do período pandêmico não hesitaram em me conceder entrevistas. Sou muito grata a vocês, pelo que me ensinaram com suas experiências de vida e pela prática do esperar tão presente em suas trajetórias.

Agradeço ao meu orientador, Antônio Torres Montenegro, pela leitura atenta, pelos questionamentos e pelas sugestões que ampliaram as possibilidades da pesquisa, mas sobretudo pelo apoio e pelo incentivo para a finalização da escrita.

À professora Susel Oliveira da Rosa, que acompanha minha trajetória acadêmica desde a graduação, sou grata a você por ser inspiração profissional e porto seguro intelectual, pela fala calma e potente, representativa da exímia pesquisadora e professora que és. Agradeço pela atenta leitura do texto de qualificação da tese e pelo carinho e afeto construído ao longo desses anos.

À professora Regina Beatriz do Guimarães Neto, leitora voraz de literatura, com quem dividi conversas instigantes sobre Virginia Wooff, sou grata pelas indicações de leitura, pelo incentivo à pesquisa e pelos ensinamentos nos cursos que ministrou no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE e que tive o privilégio de cursar. Agradeço pela recepção sempre sorridente e encantadora.

À Alcileide Cabral, agradeço pelos debates instigantes no curso sobre Gênero e feminismo que ministrou no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco, os quais ressoam neste trabalho. Agradeço pela atenta leitura ao texto de qualificação da tese, bem como pelo acolhimento e incentivo para a conclusão da escrita.

À Daiane Sobreira, pesquisadora de excelência com quem tenho o prazer de compartilhar leituras e debates teóricos. Agradeço pela leitura atenta do texto, pela amizade e afeto com que partilhamos caminhos de pesquisa e histórias de vida.

Ao professor Flávio Weinstein, pela assistência prestada no ingresso ao doutorado, pela celeridade e atenção com que tratou as questões que envolveram o processo seletivo. E pelo aceite para compor a banca de defesa da tese.

A todas e todos os/as profissionais que fazem a Universidade Federal de Pernambuco manter-se em funcionalidade, em especial, à Sandra Regina e à Raquel Lopes, secretárias do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco, sem o trabalho cuidadoso e dedicado de vocês nada disso seria possível.

Agradeço às minhas ancestrais Maria das Dores, Maria Margarida, Maria Cavalcante, por serem colo, afago e inspiração, à Flávia Zeleide, mãe, pelo amor e apoio incondicional que me trouxe até aqui. À Thalytta, minha irmã, com quem divido risadas e desabafos. À Silvana, tia, por mostrar que, apesar das condições materiais, era possível trilhar esse caminho, agradeço pelas músicas partilhadas no quintal da Margarida.

A Severino Santino da Silva e José Luiz, avôs, com os quais aprendi a sentar à mesa e a conversar por longas horas. E a Lucas Silva, primo e afilhado, que, no início desta pesquisa, era um menino saindo do Ensino Médio e, hoje, é um historiador com quem partilho leituras, registros documentais, afetos e sonhos.

Agradeço às amigas e aos amigos sem as/os quais os dias seriam mais tristes e a escrita desta tese solitária: Bruna Lima, Nita Keoma, Josinaldo Souza, Tereza Candida, Ewerton Barros, Jaqueline Leandro, Maria Medeiros, Raphael Roma, Silvia Bezerra e Naligia Bezerra, cada uma/um a sua maneira estiveram presentes nos escritos deste trabalho. Agradeço pelas conversas regadas a choros e risadas e pelos auxílios na pesquisa.

À Zenis Freire, meu amor, companheira, com quem vivo as felicidades das horinhas de descuido. Sou grata por nosso encontro de vida, pelo apoio incondicional, por entender as dores e as delícias trazidas pelo processo de escrita da tese, por ser lar.

E à Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia de Pernambuco – FACEPE, pelo financiamento desta pesquisa e pelo importante papel que desempenha no incentivo à pesquisa no Estado de Pernambuco.

## RESUMO

Este trabalho analisa as memórias de mulheres militantes de esquerda como ação de resistência à política de apagamento e esquecimento estabelecida pós-ditadura civil-militar brasileira, entendendo que, ao se projetarem no espaço público, tais memórias desestabilizam os discursos hegemônicos e potencializam narrativas plurais sobre as experiências durante este período. Para tanto, ao historicizarmos os lugares designados aos testemunhos de mulheres, arguirmos sobre a passagem da *memoria di cucina*, conceito elaborado por Luiza Passerini (2011), para o que denominamos de *memórias da ágora*, ou seja, a passagem das narrativas de memórias tecidas no espaço privado para o testemunho produzido no espaço público enquanto ação política. Essas memórias, ao serem declaradas no espaço público, possibilitam o confronto, o debate, mostram as redes de relações nas quais estão inseridas, ajudam a compor, no entrelaçamento com outras fontes, os fios que alinhavam as vivências e experiências destas mulheres no exercício de militância política entre os anos de 1960-1980. Nesse sentido, duas temáticas ganham centralidade nos relatos dessas mulheres: a militância política de esquerda e as experiências na prisão. Para tal construção, consideramos, como fontes os prontuários individuais elaborados na Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, informes e dossiês do Serviço Nacional de Segurança – SNI, testemunhos e relatos escritos e orais. Por fim, o diálogo com as teorias feministas de autoras como Luísa Passerini, Danielle Tega, Leonor Arfuch, Susel O. da Rosa, Margareth Rago e Virginia Woolf nos auxiliam no debate sobre memória e gênero.

**Palavras-chave:** Memórias. Testemunho. Mulheres. Ditadura civil-militar. Prisão política.

## ABSTRACT

This work analyzes the memories of left-wing militant women as acts of resistance to the policy of erasure and oblivion established post Brazilian civil-military dictatorship, understanding that, by projecting themselves into the public space, such memories destabilize hegemonic discourses and enhance plural narratives about experiences during this period. To achieve this, we historicize the spaces designated for women's testimonies, arguing about the passage from "*memoria di cucina*", a concept developed by Luiza Passerini (2011), to what we call *memories of the agora*, that is, the passage of narratives of memories woven in the private space to the testimony produced in the public space as a political action. These memories, when declared in the public sphere, enable confrontation, debate, reveal the networks of relationships in which they are inserted, help to compose, in intertwining with other sources, the threads that aligned the experiences of these women in the exercise of political activism between the 1960s and 1980s. In this sense, two themes gain centrality in the reports of these women: left-wing political activism and experiences in prison. For this construction, we considered as sources the individual records prepared at the Public Security Secretariat of Pernambuco, reports and dossiers from the National Security Service – SNI, testimonies and written and oral reports. Finally, the dialogue with the feminist theories by authors such as Luísa Passerini, Danielle Tega, Leonor Arfuch, Susel O. da Rosa, Margareth Rago and Virginia Woolf, assists us in the debate about memory and gender.

**Keywords:** Memories. Testimony. Women. Civil-military dictatorship. Political imprisonment.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1:Fotografia de Dulce Pandolfi para identificação no inquérito policial em 1970. ....	25
Figura 2:Fotografia da identidade de Eridan Magalhães, em 1969. ....	26
Figura 3: Fotografia de Eridan Magalhães em 2011. ....	26
Figura 4:Fotografia de Helena Serra Azul para identificação no inquérito policial em 1969. .	27
Figura 5: Fotografia de Helena Serra Azul em 2011. ....	27
Figura 6: Fotografia de Lilia Gondim para identificação no inquérito policial em 1969. ....	28
Figura 7: Fotografia de Lilia Gondim em 2011. ....	28
Figura 8:Figura 8: Fotografia de Maria Yvone Loureiro para identificação no inquérito policial em 1971. ....	29
Figura 9: Fotografia de Maria Yvone Loureiro em 2011. ....	29
Figura 10: Fotografia de Vera Rocha Pereira para identificação no inquérito policial em 1970. .....	30
Figura 11: Fotografia de Vera Rocha Pereira em 2011 .....	30
Figura 12: Fotografia de Yara Ceci Oliveira Falcón. para identificação no inquérito policial em 1970. ....	30
Figura 13: Fotografia de Yara Ceci Oliveira Falcón. em 2011. ....	30
Figura 14: Nunca Mais – um dossiê exuma a tortura.....	70
Figura 15: Registro fotográfico do encontro entre Dulce Pandolfi e Lúcia Murat na primeira sessão do “Testemunho da verdade” na ALERJ. ....	83
Figura 16: “Testemunho da verdade”, Dulce Pandolfi testemunhando na Plenária da ALERJ. .....	85
Figura 17: Reconhecimento dos lugares de torturas em Recife. ....	92
Figura 18: Memorial da Democracia de Pernambuco. ....	94
Figura 19: Lilia e Letícia Barbosa no Memorial da Democracia .....	94
Figura 20: Entrada da noiva na Capela.....	185
Figura 21: A noiva e o noivo recebem a hóstia. ....	185
Figura 22: Recepção do casamento .....	185
Figura 23: Helena e Manoel .....	189
Figura 24: Manoel no berço da Colônia Penal do Bom Pastor .....	189
Figura 25: Declaração de aceite manuscrita por Vera Maria Pereira de Albuquerque .....	198
Figura 26: Figura: As/os brasileiras/os exiladas/os chegando ao Chile, em 1971. ....	199
Figura 27: Recepção em Santiago do Chile para as/os brasileiras/os exiladas/os.....	200

## LISTA DE ABREVIATURAS

**AI- 5:** Ato Institucional Número 5  
**ALN:** Ação Libertadora Nacional  
**AP:** Ação Popular  
**APEJE:** Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano  
**APR:** Ação Popular Revolucionária  
**ARENA:** Aliança Renovadora Nacional  
**CAPES:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
**CENIMAR:** Centro de Informação da Marinha  
**CLO:** Comitê da Luta Operária  
**CNV:** Comissão Nacional da Verdade  
**COCENA:** Cooperativa Central Nordestina Artesanal Ltda  
**CODI:** Centro de Operação e Defesa Interna  
**CPDOC:** Centro de Pesquisa e Documentação Histórica  
**DA:** Diretório Acadêmico  
**DCE:** Diretório Central dos Estudantes  
**DOI:** Destacamento de Operações de Informação  
**DOPS:** Delegacia de Ordem Política e Social  
**DVD:** *Digital Versatile Disc*, ou Disco Digital Versátil  
**FAFIPE:** Faculdade de Filosofia de Pernambuco  
**IBASE:** Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
**INCRA:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**JEC:** Juventude Estudantil Católica  
**JUC:** Juventude Universitária Católica  
**MDB:** Movimento Democrático Brasileiro  
**PCB:** Partido Comunista Brasileiro  
**PCBR:** Partido Brasileiro Comunista Revolucionário  
**PCR:** Partido Comunista Revolucionário  
**PMDB:** Partido Movimento Democrático Brasileiro  
**PNUD:** Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
**POLOP:** Política Operária  
**SBT:** Sistema Brasileiro de Televisão  
**STF:** Supremo Tribunal Federal  
**SUS:** Sistema Único de Saúde  
**UBES:** União Brasileira de Estudantes Secundaristas  
**UCF:** União Cívica Feminina  
**UFRGS:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
**UNE:** União Nacional dos Estudantes  
**UNICAMP:** Universidade Estadual de Campinas  
**VAR-PALMARES:** Vanguarda Revolucionária Palmares  
**VCPMF:** *Vou contar para meus filhos*

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO: ITINERÁRIOS DA PESQUISA .....</b>	<b>14</b>
<b>2.</b>	<b>TESTEMUNHAR: A PALAVRA COMO RESISTÊNCIA .....</b>	<b>24</b>
2.1	AS PROTAGONISTAS .....	25
2.2	MEMÓRIA E TESTEMUNHO .....	31
2.3	ERGUENDO A VOZ: TESTEMUNHO E GÊNERO .....	38
<b>2.3.1</b>	<b>Cinema e literatura como lugares de memória .....</b>	<b>46</b>
2.3.1.1	<i>Os documentários .....</i>	53
<b>3.</b>	<b>NARRAR, REGISTRAR E REPARAR.....</b>	<b>62</b>
3.1	AS PREMISSAS PARA O NÃO APAGAMENTO – PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS .....	67
3.2	COMISSÕES DA VERDADE: AS (IM)POSSIBILIDADES DA REPARAÇÃO .....	73
<b>3.2.1</b>	<b>Dulce Pandolfi: narrativas de uma sobrevivente.....</b>	<b>80</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Lilia Gondim: nas trincheiras pela verdade, memória e justiça .....</b>	<b>89</b>
<b>4.</b>	<b>“QUEM SABE FAZ A HORA NÃO ESPERA ACONTECER”: MEMÓRIAS DE MULHERES MILITANTES DE ESQUERDA .....</b>	<b>96</b>
4.1	A DITADURA PRODUZ O ESTADO DE EXCEÇÃO.....	97
4.2	ROMPENDO COM A ESFERA PRIVADA: AS MULHERES FAZEM POLÍTICA .....	103
<b>4.2.1</b>	<b>Embates contra a domesticidade: mulheres, família e militância.....</b>	<b>105</b>
4.3	“ATENÇÃO, TUDO É PERIGOSO, TUDO É DIVINO, MARAVILHOSO”: A ENTRADA NA MILITÂNCIA POLÍTICA DE ESQUERDA.....	112
<b>4.3.1</b>	<b>Jovens e estudantes: preâmbulos da revolução .....</b>	<b>116</b>
<b>4.3.2</b>	<b>Elas fazem “Ação Popular” .....</b>	<b>123</b>
<b>4.3.3</b>	<b>Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.....</b>	<b>128</b>
<b>4.3.4</b>	<b>Aliança Libertadora Nacional .....</b>	<b>133</b>
4.4	“EU QUERO É BOTAR MEU BLOCO NA RUA”: NOVOS MODOS DE AÇÃO POLÍTICA .....	138
<b>5.</b>	<b>MULHERES, MEMÓRIAS E PRISÃO .....</b>	<b>150</b>
5.1	NOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO OU SOBRE OS ESPAÇOS DE TORTURA.....	151
5.2	MULHERES E PRISÃO: COLÔNIA PENAL DO BOM PASTOR .....	160

<b>5.2.1</b>	<b>As mulheres do Bom Pastor: As Religiosas, as Presas Políticas e as Presas Comuns</b> .....	<b>168</b>
<b>5.3</b>	<b>AS MEMÓRIAS QUE ME CONTAM</b> .....	<b>178</b>
<b>5.3.1</b>	<b>Yara: uma história nos jornais</b> .....	<b>180</b>
<b>5.3.2</b>	<b>Helena: Uma prisão a dois</b> .....	<b>186</b>
<b>5.3.3</b>	<b>Vera: itinerários da militância</b> .....	<b>191</b>
<b>5.3.4</b>	<b>Maria Yvone: A busca por Justiça e Verdade</b> .....	<b>200</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>211</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>214</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>228</b>

## 1. INTRODUÇÃO: ITINERÁRIOS DA PESQUISA

Início um retorno ao passado que, por questões emocionais, havia relegado. Pensava ter enterrado essas recordações nas profundezas da memória. Mas, não foi assim. De quando em vez as histórias retornavam e ficavam na superfície, principalmente quando alguns dos seus personagens deixava o mundo material. Entendi que tinha de escrevê-las para extravasar os sentimentos controversos dos anos da ditadura. (Yara Falcón)<sup>1</sup>

“De quando em vez as histórias retornavam e ficavam na superfície [...]”, e as memórias sobre os anos de ditadura civil-militar emergem no presente, afetando, inclusive, aquelas/es que não vivenciaram esses anos em que a violência, a opressão e a censura tornaram-se força de lei, nos termos de Agamben (2004). “De quando em vez”, esse passado não elaborado, por vezes silenciado e cercado de tabus, retorna ao presente como um refluxo dos caminhos indigestos efetuados no período de transição política – da ditadura para o Estado democrático de direito.

Em 2011, quando da posse da primeira Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Vana Rousseff, em seu discurso de posse demarca seu lugar enquanto sujeita politicamente atuante, enfatizando essa conquista histórica não apenas dela, mas de um grupo social há muito tempo marginalizado e cerceado de seus direitos políticos e civis, as mulheres. Nos instantes finais de seu discurso, evoca também um outro grupo social, quando dedica às/aos que com ela lutaram, em suas palavras:

[...] queria dizer a vocês que eu dediquei toda a minha vida a causa do Brasil, entreguei com muitos aqui presentes a minha juventude ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio, não tenho qualquer arrependimento, tampouco, não tenho ressentimento ou rancor. Muitos da minha geração que tombaram pelo caminho não podem compartilhar a alegria deste momento, divido com eles esta conquista e rendo-lhes minha homenagem. (ROUSSEFF, 2011)<sup>2</sup>

Naquele primeiro de janeiro, além do discurso permeado pelas relações de gênero em que afirmava o quão simbólico era a consagração de uma mulher no cargo mais alto do Poder Executivo, demarcava também, simbolicamente, a conquista da chamada “geração de 68”<sup>3</sup>. Sua trajetória política, minuciosamente examinada pelos veículos de imprensa, trouxe à tona

<sup>1</sup> FALCÓN, Yara. **Mergulho no passado**: a ditadura que vivi. Maceió: Ed. Livro Rápido, 2007.

<sup>2</sup> Discurso de posse da Presidenta Dilma Vana Rousseff no Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hrDDJtcIHvE>. Acesso em: maio de 2022.

<sup>3</sup> “Geração de 68” é uma nomenclatura comumente utilizada no Brasil pelas/os jovens militantes de esquerda que se engajaram no enfrentamento à ditadura civil-militar. O ano de 1968 é significativo, pois ficou marcado pelas expressivas manifestações públicas que ganharam as ruas em vários Estados do país. A jovem Dilma Vana Rousseff foi integrante do Comando de Libertação Nacional – COLINA – e, posteriormente, da Vanguarda Popular Revolucionária Palmares – VAR-Palmares, organizações de esquerda, que atuaram no enfrentamento à ditadura instalada no pós-64.

discussões sobre as práticas de tortura e o autoritarismo da ditadura instaurada após o golpe de Estado em 1964. Esse lampejo do passado no presente, como evoca Benjamin (2006), produziu um conjunto de discursos que disputavam a memória sobre o período ditatorial.

No mesmo ano de sua posse, a telenovela *Amor e revolução*, escrita por Tiago Santiago e dirigida por Reynaldo Boury<sup>4</sup>, vinculou em rede nacional testemunhos de sobreviventes da ditadura. Assim como esse produto cultural, outras produções como a música *Angélica*, de Chico Buarque de Hollanda, e o filme *Zuzu Angel*, dirigido por Sérgio Rezende<sup>5</sup>, aguçavam minha curiosidade sobre a participação das mulheres nesse período histórico.

Recém-ingressante no curso de História, o interesse pelas leituras sobre História das Mulheres e História da Ditadura cresceu, ao passo que observava, nas disciplinas cursadas, a falta de obras historiográficas que trouxessem as mulheres ao centro das discussões sobre o referido período histórico. Os homens estavam, quase invariavelmente, no centro da discussão, seja como golpista e ditador ou na resistência, e também compunham ampla maioria dos autores das obras selecionadas. Longe de ser uma lacuna pontual, a pesquisa de Priscila Paula de Sousa (2016), que analisou as obras historiográficas utilizadas nos cursos de graduação em História no Brasil, aponta-nos para o fato de a participação das mulheres ser invisibilizada também no meio acadêmico. A autora identificou a ausência de discussão sobre história das mulheres que militaram nas organizações/partidos de esquerda nas décadas de 1960 a 1980, nas ementas dos cursos de graduação em História.

Tal ausência não decorre da falta de obras historiográficas que versem sobre o tema. Para tanto, citamos: *A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil*, de Ana Maria Colling (1997), em que a mesma problematiza a construção do sujeito “mulher militante de esquerda” pelos órgãos de inteligência e repressão que compunham o Estado, mas também frente aos

---

<sup>4</sup> A telenovela *Amor e Revolução* estreou dia 5 de abril de 2011, finalizando dia 13 de janeiro de 2012, somando-se 204 capítulos. Escrita por Tiago Santiago, com colaboração de Renata Dias Gomes, Miguel Paiva e Elliana Garcia e dirigida por Reynaldo Boury, Luiz Antônio Piá e Marcos Coqueiro. Produzida e exibida no SBT. O eixo principal da trama é a Ditadura Civil-militar no Brasil e a argumentação é desenvolvida a partir do romance entre uma jovem guerrilheira e um militar da inteligência, contrário à ditadura, porém, filho de um general apoiador do regime. Fato interessante é que, antes de iniciar as filmagens, a direção proporcionou a todo o elenco e à produção um workshop sobre a ditadura, conduzido pela jornalista Joyce Ribeiro e depoimentos de pessoas torturadas pelos órgãos de repressão, a exemplo de Luiz Ayrão, Ricardo Zarattini e Rose Nogueira.

<sup>5</sup> Lançada em 1981, no álbum *Almanaque*, a música *Angélica* é uma homenagem póstuma, escrita pelo cantor e compositor Chico Buarque de Hollanda, à Zuleika Angel Jones, estilista e mãe de Stuart Angel Jones, militante político assassinado sob tortura pela ditadura em 1971. Após a morte de seu filho, Zuzu Angel, como ficou conhecida, passou a buscar explicações sobre as condições em que se deu essa morte e requerer o corpo de Stuart. Porta voz nas denúncias sobre as torturas praticadas pelo Estado Brasileiro, especialmente nos Estados Unidos da América, entregou uma semana antes de sua morte, em 14 de abril de 1976, um documento a Chico Buarque, no qual, em suma, dizia que, se caso aparecesse morta, seria obra dos algozes de seu filho. O filme *Zuzu Angel*, lançado em 2006, com direção de Sérgio Rezende e roteiro de Sérgio Rezende e Marcos Bernstein, conta a trajetória de Zuleika Angel Jones na busca pelo corpo de seu filho Stuart Angel Jones, assassinado sob tortura pela ditadura. Fica nítido, no filme, o quanto a música *Angélica* serviu-lhe de inspiração.

partidos e organizações de esquerda. Afirma a construção do estado de exceção a partir do discurso de Segurança Nacional e argumenta que a ditadura, os partidos e organizações de esquerda e a sociedade em geral apresentam “a mulher militante como um sujeito desviante e não-político” (COLLING, 1997, p. 95).

Além da obra de Colling (1997), percebemos a ampliação de produções e publicações de livros acerca da temática nas últimas décadas, a exemplo das obras: *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*, coletânea de artigos, ensaios e depoimentos organizada pelas historiadoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff (2010). O ponto alto da referida obra é a abertura para um caleidoscópio de experiências e vivências de mulheres nesse período histórico.

*A aventura do contar-se: feminismos, escritas de si e invenções de subjetividade*, de Margareth Rago (2013), e *Mulheres, ditaduras e memórias: “não imagine que precise ser triste para ser militante”*, de Susel Oliveira da Rosa (2013), constituem duas inspirações para esta tese, não somente pelo conteúdo, mas, sobretudo, pelo modo com que elaboram uma narrativa não apenas no feminino, mas feminista, aberta ao devir e renegando o “grafocentrismo com sua mania de documentação, o desdém pela oralidade [...]” (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 13). Essas obras são inventivas, disruptivas e apontam para outras possibilidades da escrita acadêmica.

Diante das obras que abordam a temática de mulheres e ditadura civil-militar, cito mais uma: *Tempos de dizer, tempos de escutar: testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina*, de Danielle Tega (2019). Já em seu título, anuncia a centralidade do testemunho e sua emergência no presente, questão também cara a esta tese. Ao analisar diferentes modalidades de relatos, a autora enfatiza como esses “testemunhos, criam práticas potencialmente subversivas à lógica patriarcal” (TEGA, 2019, p.17), argumento com o qual dialogamos ao longo das páginas que se seguem.

Sobre “as mulheres ou os silêncios da história”<sup>6</sup>, muitas estudiosas vêm discutindo o modo masculino de escrita da história, onde a exclusão das mulheres da narrativa historiográfica expressa-se como omissão estratégica que seve para assegurar as bases patriarcais do conhecimento (RAGO, 2012). A historiadora Joana Maria Pedro tece críticas a tal modo de produção da historiográfica:

A história era, ela mesma, responsável pela “produção da diferença sexual”, pois uma narrativa histórica nunca é neutra e, quando apenas relata fatos em que homens estiveram envolvidos, constrói, no presente, o gênero. A história, nesse caso, é uma narrativa sobre o sexo masculino e constitui o gênero ao

---

<sup>6</sup> Alusão ao livro: PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

definir que somente, ou principalmente, os homens fazem história. (PEDRO, 2011, p. 273)

Para além da inserção das mulheres na historiografia, Heleieth Saffioti chama a atenção para o fato de que: “Há uma tensão entre a experiência histórica contemporânea das mulheres e sua exclusão dos esquemas de pensamento, que permitem a interpretação desta experiência” (SAFFIOTI, 2015, p. 110). É a partir dessa crítica que as epistemologias feministas vêm sendo elaboradas e produzidas, buscando romper com as totalizações e o modo hierárquico da ciência, causando desestabilizações nas relações de saber-poder, pois que, se os grupos excluídos – negras/os, LGBTQIAP+, orientais, povos originários, mulheres entre outros grupos sociais – postulam sua participação na produção científica, nenhum destes podem, hoje, “reivindicar um lugar de hegemonia absoluta na interpretação do mundo” (RAGO, 2012, p. 35).

Portanto, a principal contribuição feminista na produção do conhecimento tem ocorrido na “construção de novos significados de interpretação do mundo” (RAGO, 2012, p. 35). Nesse ínterim, a crítica feminista em muito se encontra com o pensamento dos “filósofos da diferença” como Michael Foucault e Gilles Deleuze, na crítica à razão, ao sujeito universal e à lógica das identidades. Entendemos que a quebra deste “sujeito universal” evidencia a necessidade de reconstrução linguística, por isso, nesse texto, fizemos a escolha de feminizar as palavras, duas delas, possivelmente chamará maior atenção das leitoras/es: sujeitas e corpos.

O recorte espacial também se apresenta como um pensar “nas/das margens” que emerge da percepção de uma lacuna historiográfica alicerçada na localização geográfica, tanto nas obras elencadas nas ementas das disciplinas dos cursos de História, como nas obras acima citadas, têm-se majoritariamente as discussões centralizadas no eixo sudeste-sul do Brasil. De modo que, na escolha das protagonistas da pesquisa, privilegiamos as experiências e os testemunhos de mulheres do/no Nordeste, mesmo que algumas delas tenham migrado para outras regiões em decorrência da clandestinidade ou partido para o exílio. Demarcamos uma história do Brasil que se faz para além do sudeste/sul. Para tanto, os testemunhos e as memórias de sete mulheres que militaram nas organizações/partidos de esquerda, no enfrentamento e na resistência à ditadura civil-militar, são o fio condutor desta tese: Dulce Pandolfi, Eridan Magalhães, Helena Serra Azul, Lilia Gondim, Maria Yvone Loureiro, Vera Rocha e Yara Falcón.

Na região Nordeste do Brasil, a oposição à ditadura foi intensa. O estado de Pernambuco ganhou visibilidade pela pluralidade de possibilidades de luta e resistência, desde as experiências das Ligas Camponesas, principalmente na Zona da Mata de Pernambuco e da Paraíba, a formação sindical das/os operárias/os na cidade de Paulista-PE e a força do

Movimento Estudantil na cidade de Recife-PE (MONTENEGRO, 2010). Observa-se também que houve intensa interação e circulação entre as/os militantes dos seguintes Estados: Pernambuco, Ceará, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Sendo Recife o ponto de convergência na militância dessas mulheres.

Consideradas duplamente transgressoras, por adentrarem o espaço da política – considerado exclusivamente masculino, portanto, uma transgressão de gênero – e por integrarem grupos de oposição à ditadura (COLLING, 1997). Essas mulheres construíram subjetividades revolucionárias, que tornam suas experiências singulares e coletivas ao mesmo tempo.

As discussões em torno das/os sujeitas/os que exerceram oposição à ditadura ganharam novos capítulos a partir de ações como: a Lei 12.527, Lei de Acesso à Informação – LAI, que garante à sociedade civil o acesso a informações, tornando acessíveis os documentos produzidos pelas Secretarias de Segurança Pública e Serviço Nacional de Informação; a criação da Comissão Nacional da Verdade e das demais comissões subsequentes que, utilizando-se da LAI, coletaram, organizaram e digitalizaram os documentos pertinentes aos anos de ditadura; e as iniciativas da Comissão Nacional de Anistia, a exemplo da criação do Projeto *Marcas da Memória*, que potencializaram a ampliação das pesquisas acadêmicas e publicizaram para um amplo público os crimes de lesa-humanidade cometidos pelo Estado ditatorial.

Como problematizou André Leme Lopes (2018), a virada digital e as suas ressonâncias na pesquisa histórica têm se intensificado nas últimas décadas, não apenas com o exponencial crescimento das publicações veiculadas de forma eletrônica, mas também pela proliferação de acervos documentais digitais. A publicação do artigo de André Leme Lopes foi realizada no primeiro semestre de 2018, de modo que as questões levantadas pelo autor sobre o uso da rede mundial de internet e todos os mecanismos de buscas acoplados a esta foram desenvolvidas antes do advento da Pandemia do COVID-19<sup>7</sup>, o que significa que, mesmo antes desse acontecimento, o uso dos mecanismos de buscas digitais já se mostrou expressivo na produção historiográfica.

---

<sup>7</sup> Pandemia do COVID-19 foi uma emergência de saúde pública de nível internacional, que em março de 2020 passou a ser categorizada pela OMS como um evento pandêmico em decorrência de sua distribuição geográfica que já atingia países de todos os continentes. O coronavírus 2019, que teve os primeiros casos detectados na cidade de Wuhan na China, é uma doença de caráter infecciosa e causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), transmitida através do contato com pessoas infectadas ou com objetos utilizados por pessoas infectadas, de modo que a prevenção do contágio se deu a partir do uso de máscaras, para evitar o contato com as gotículas respiratórias expelidas, do distanciamento social e do uso de álcool 70 no processo de antisepsia com uso direto nas mãos e nos objetos, produtos de uso coletivo.

Porém, com a pandemia, evento de nível mundial, que mudou, durante mais de dois anos, o modo de sociabilidade, o acesso físico a lugares e pessoas, tendo em vista medidas de segurança, que objetivavam deter a proliferação do contágio, como o fechamento de estabelecimentos e instituições (escolas, bibliotecas, museus, fundações, acervos, etc.), impossibilitou-se o acesso a documentos utilizados como fontes historiográficas e a realização de pesquisas bibliográficas de forma analógica. As aulas, por suas vezes, passaram a ser remotas e os materiais de pesquisa e estudos acadêmicos, em grande parte, tornaram-se digitais.

Esse formato de acesso a fontes perpassa também a pesquisa realizada para esta tese, de modo que os acervos consultados para a formação do corpus documental do estudo, aqui, apresentado, encontram-se, sobretudo, no formato digital: na Biblioteca Nacional Digital – BNDigital; no Arquivo Nacional – SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional); no Brasil Nunca Mais Digit@l; no Acervo da Companhia Editora de Pernambuco – Cepe Doc; no Acervo da Comissão Nacional da Verdade; Acervo PE – Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emerenciano. É válido ressaltar que, nesse período, tal modo de acesso a fontes foi mais do que uma escolha, consistiu na única possibilidade viável.

A partir das pesquisas realizadas nesses acervos, construímos um corpus documental composto a partir de fontes diversificadas, tais como: o Relatório da Comissão Nacional da Verdade – CNV; o Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro – CEV-Rio; o Relatório da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara – CEMVDHC e Processos de Indenização do Estado de Pernambuco às vítimas de repressão no Estado. Foram perquiridos documentos produzidos entre 1964-1989: Periódicos, Prontuários Individuais – produzidos pela Secretária de Segurança Pública; Prontuários Funcionais dos partidos e organizações de esquerda; Relatórios da Anistia Internacional; Informes e dossiês do Serviço Nacional de Segurança – SNI; Prontuário Funcional da Colônia Penal Feminina do Bom Pastor. Além do Manuscrito do Regulamento das Presas e Regulamento da Colônia Penal de Mulheres Delinquentes – Bom Pastor, produzido quando da construção da instituição na década de 1940.

Como registros documentais, utilizamos ainda duas produções audiovisuais e relatos de memória, os quais se apresentam em diferentes modalidades: entrevistas escritas e orais, testemunhos escritos e orais, autobiografia e filmes. Quanto a esses dois documentários, um é o *Vou contar para meus filhos* (2011), gravado em *Digital Versatile Disc* (DVD), que conta com dois discos, sendo o primeiro composto pelo documentário de curta metragem e pela primeira parte dos extras e o segundo, pela segunda parte dos extras. Esse menu extra é formado pelas entrevistas estendida de vinte e uma ex-militantes políticas protagonistas do documentário, o que nos possibilita trabalhar com os relatos de memória dessas militantes. Já

o outro documentário, é o *Memórias femininas da luta contra a ditadura militar* (2015), disponível na plataforma de vídeo *YouTube*, no canal do Projeto Marcas da Memória da UFRJ.

Ainda sobre os registros documentais utilizados na pesquisa, realizei entrevista com quatro das sete militantes<sup>8</sup>, foco das nossas análises: Lilia Gondim, Dulce Pandolfi, Helena Serra Azul e Eridan Magalhães, as entrevistas foram realizadas durante o ano de 2021, em formato remoto, por ocasião da pandemia, gravadas em vídeo e áudio na plataforma do *Google Meet*. No primeiro contato com as entrevistadas, apresentei a temática geral da pesquisa para a qual utilizaria a história oral como parte do corpus documental, nesse sentido, a análise da historiadora Joana Maria Pedro é salutar ao afirmar que:

[...] as narrativas que estas pessoas fizeram foram permeadas pelo contato com a entrevistadora, pelo momento da entrevista e por toda a trajetória que foi vivida. Trata-se de uma narrativa retrospectiva. As vidas que estas pessoas vivem hoje, as relações em que estão envolvidas, o trabalho que desenvolvem, o contexto político do país atualmente, as relações de força da atualidade configuram narrativas diferenciadas do passado. (PEDRO, 2010, p. 118)

Nos casos das entrevistas, momento em que a testemunha é provocada, impelida, convidada a falar, ou, nos termos de Ricoeur (2007), a produzir a “memória declarada”, seja no formato de entrevista estruturada, semiestruturada ou história de vida, o contato entre entrevistadora/pesquisadora e testemunha já estabelece recortes, direcionamentos ao testemunho. Destarte, a relevância das temáticas abordadas, ou enfatizadas, depende dos objetivos que levaram o testemunho a serem proferidos e perpassam a relação entrevistada e entrevistadora.

Ao serem provocadas a narrarem/testemunharem suas experiências, as quatro entrevistadas, Dulce Pandolfi, Helena Serra Azul, Lilia Gondim e Eridan Magalhães, tomam conhecimento de que a tese se propõe a pesquisar a memória de mulheres no enfrentamento à ditadura. Havendo assim, uma maior possibilidade de os sinuosos caminhos do testemunho pontuarem, com maior ênfase, as especificidades do que é estar mulher, enquanto sujeita socialmente construída, neste lugar de enfrentamento, observando as implicações sobretudo, enquanto mulheres militantes de esquerda.

Outro fator que perpassa a produção do testemunho é o dispositivo discursivo, a ordem do discurso em exercício no presente da elaboração do testemunho produz efeitos. Neste caso, os questionamentos e debates sobre o sexismo e o machismo estavam/estão na ordem do dia, produzindo assim a atualização do passado, próprio das narrativas de memória, como diz

---

<sup>8</sup> Sobre as militantes cujas quais não realizamos entrevista: Yara Falcón faleceu em 2017, período em que a pesquisa era apenas um projeto; Maria Ivone, estabelecemos contato via WhatsApp, porém, não recebemos retorno. Vera Rocha, o contato foi realizado atrás de Lilia Gondim, também não obtivemos resposta.

Benjamin (1987). Assim como Joana Maria Pedro (2010), o historiador Antônio Torres Montenegro (2012, p. 30) aponta que: “A seletividade de quem narra, como narra, quando narra e o que narra é indissociável de valores e princípios que constituem e instituem a trama do relato a partir do presente” (MONTENEGRO, 2012, p. 30), de modo que os relatos de memória que compõe esta tese foram percebidos, analisados na perspectiva de que não são estanques, fixos, imutáveis e não dizem respeito apenas ao passado, mas constroem o passado na relação com o presente.

Utilizando-se do gênero narrativo de história oral testemunhal que, segundo Meihy e Seawright (2020), é a combinação de aspectos da história oral de vida com a história oral temática, além de ser “Caracterizada por narrativas inscritas nas vivências dos narradores [...]” (MEIHY e SEAWRIGHT, 2020, p. 75), as entrevistadas construíram suas narrativas, enfatizando a militância política entre as décadas de 1960 e 1980, entrecruzando os acontecimentos políticos aos acontecimentos nas suas vidas privadas.

Na busca por traçar os fios das redes de relações e da produção de verdade que está no centro dos discursos produzidos pelos documentos dos órgãos de repressão e pelos periódicos, bem como as estratégias e os ordenamentos discursivos presentes nos relatos de memória das militantes políticas, operacionalizamos com a concepção de discurso do filósofo Michel Foucault (2012, 2014), buscando perceber, nos registros documentais, os mecanismos que controlam, selecionam e organizam a produção do discurso, instituindo quem, como e o que se pode falar, a partir tanto dos procedimentos de interdição, exclusão, separação e rejeição, quanto atuando na produção de verdade e de sujeitos. Assim, a ditadura, a partir do discurso de segurança nacional, produz a/o subversiva/o e a/o terrorista.

Nesse sentido, a divisão metodológica cunhada pelo historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2009), em ressonância com o pensamento de Foucault, auxilia-nos no exercício de análise documental ao propor uma análise externa e uma análise interna às fontes. A análise externa trata-se de uma investigação das relações sociais e do eixo espaço-tempo no qual está inserido o registro documental. Ao que compreende a análise interna da fonte, tais investigações serão tratadas como um acontecimento discursivo dotado de características próprias, de particular existência, de regras de produção, atentando como e por qual motivo algo foi dito.

Dito isso, esta pesquisa tem como objetivo analisar as memórias de mulheres militantes de esquerda como ação de resistência à política de apagamento e esquecimento estabelecida pós-ditadura, entendendo que, ao se projetarem no espaço público, tais memórias

desestabilizam os discursos hegemônicos e potencializam narrativas plurais sobre as experiências durante o período de Ditadura Civil-militar no Brasil.

A tese está dividida em quatro capítulos, de modo que: nos dois primeiros, focamos na emergência do testemunho de mulheres militantes de esquerda ao longo do processo da justiça de transição. Ou seja, esses capítulos analisam os testemunhos publicizados no momento de transição de regime – ditatorial para democrático – se alargando até o momento presente, tendo em vista que a justiça de transição ainda é inconclusa. Dessa forma, não seguimos uma estrutura tradicional cronológica, os capítulos foram pensados a partir das temáticas e não para compor uma narrativa linear. Os relatos de memória são percebidos com acontecimentos discursivos que, ao se inserirem no presente, nos fazem inquirir sobre o passado.

Para tanto, no capítulo 1, compreendemos a produção do testemunho de mulheres como ação de resistência, enfatizando a potência das *memórias da ágora* para a construção de outras narrativas sobre o período de ditadura. No capítulo 2, problematizamos a participação das militantes de esquerda nos mecanismos de justiça de transição como forma de resistir ao apagamento estabelecido no processo de redemocratização. Ao historicizarmos os lugares designados aos testemunhos de mulheres, arguirmos sobre a passagem da *memoria di cucina*, conceito elaborado por Luiza Passerini (2011), para o que denominamos de *memórias da ágora*, ou seja, a passagem das narrativas de memórias tecidas no espaço privado para o testemunho produzido no espaço público enquanto ação política.

Essas memórias, ao serem declaradas no espaço público, possibilitam o confronto, o debate, mostram as redes de relações nas quais estão inseridas, ajudam a compor, no entrelaçamento com outras fontes, os fios que alinhavam as vivências e experiências destas mulheres no exercício de militância política entre os anos de 1960-1980. Nesse sentido, os capítulos 3 e 4 foram articulados, partindo de duas temáticas que centralizam os relatos dessas mulheres: a militância política de esquerda e as experiências na prisão.

O capítulo 3 tem como objetivo refletir sobre as memórias de militância das protagonistas da pesquisa, buscando perceber as transformações ocorridas no teor da luta política. De tal modo, pensamos os movimentos e ações dos partidos e organizações de esquerda a partir da atuação destas militantes, bem como a reelaboração da militância política a partir da segunda metade da década de 1970, quando a revolução, nos moldes marxistas, deu lugar às micropolíticas.

No final da década de 1970 e na década de 1980, as denúncias das violações aos direitos humanos e o reestabelecimento dos movimentos sociais ampliaram o escopo das lutas. A emergência dos movimentos feministas, dos movimentos negros, dos movimentos

homossexuais e dos movimentos sindicais, mostrou-se significativa ao acessarmos os documentos do Serviço Nacional de Informação – SNI – e constatarmos o mapeamento e a vigilância realizada pelo órgão a esses grupos. Dessa maneira, é a partir do controle, da fiscalização exercida pelo SNI, que a movimentação política dessas mulheres fica registrada.

E, no capítulo 4, analisamos a construção dos relatos de memória, individual e coletiva, sobre as experiências na prisão, enfatizando as especificidades das relações de gênero. Para tanto, é basilar refletir sobre os espaços da prisão, constituído para produzir corpos dóceis no geral, e particularmente, nas mulheres, a domesticação. Nesses espaços, suas corpos são vilipendiadas, postas no limiar entre vida e morte – a biopolítica e a tanatopolítica, nos termos de Agamben (2010) – tornam-se uma zona cinzenta. Porém, na Colônia Penal do Bom Pastor, onde as trajetórias dessas mulheres se entrecruzam, há também um processo de reestabelecimento dos laços com a vida, de elaboração coletiva dos traumas e de continuidade de resistência à ditadura.

## 2. TESTEMUNHAR: A PALAVRA COMO RESISTÊNCIA

“lembrar é uma das formas contemporâneas de resistir.”  
(Flávia Schilling)<sup>9</sup>

A palavra testemunhar, escolhida para compor o título do capítulo, implica um verbo, uma ação. Ação esta que, por sua vez, é uma resistência ao silenciamento, esquecimento e apagamento em torno das histórias de resistências à ditadura civil-militar, principalmente, quando se trata de alguns grupos sociais como: mulheres, pessoas negras/pretas, pobres, trabalhadoras/es do campo, operárias/os, LGBTQIAP+, indígenas, moradoras/es de favelas, prostitutas, entre outros.

Desse modo, este capítulo tem como objetivo compreender a produção do testemunho de mulheres como ação de resistência, enfatizando a potência das memórias da ágora para a construção de outras narrativas sobre o período de ditadura. Para tanto, a inserção das mulheres no espaço público de produção do testemunho será problematizada, buscando tramar os fios da passagem das “*memoria de cucina*” para “*memórias da ágora*”. Entendendo que a ação de narrar suas experiências e vivências frente a um Estado ditatorial contribui para o esfacelamento de uma cultura violenta, machista e patriarcal e possibilitou/possibilita a construção de outros saberes, outras narrativas, outros discursos, descentralizando e negando a universalidade da imagem de militante.

Assim, entendemos memórias da ágora como o testemunho produzido no espaço público. O termo ágora é uma alusão à “ágora grega”, espaço comum da pólis onde os cidadãos exerciam seus direitos políticos e participavam das decisões públicas. Porém, frisamos que, a despeito da participação ativa que os cidadãos exerciam na Grécia Antiga, a categoria cidadão era um fator excludente na sociedade grega, tendo em vista que apenas um pequeno grupo de pessoas se constituía dentro desta categoria, sendo estes homens, de pais gregos, livre e detentores de terras e escravizados. Assim, ao fazermos esta analogia a controvertemos, nesta ágora, também, se exercem politicamente as mulheres, pessoas negras/pretas, indígenas, pobres, velhos, crianças, LGBTQIAP+, moradores das periferias sociais e os mais diversos grupos marginalizados e vulnerabilizados pela sociedade e pelo Estado.

Em Hannah Arendt (2007), a leitura sobre a ágora da pólis grega exerce ressonância em sua concepção de espaço público, sendo este o espaço do exercício político ligado à noção de

---

<sup>9</sup> Flávia Schilling, mulher, militante, presa e torturada no período de ditadura civil-militar. Fala contida na apresentação da terceira parte do livro: ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**: não imagine que precise ser triste para ser militante. São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2013.

liberdade em oposição à esfera econômica, da sobrevivência, portanto, do âmbito doméstico, da esfera privada. A condição humana se realiza na política, assim sendo, no espaço público. Em sua primeira acepção com relação ao termo “público”, a filósofa afirma que “[...] tudo que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade” (ARENDDT, 2007, p.59). Assim, o que não é mostrado ou dito tem uma existência incerta, obscura, de modo que lançar no espaço público democrático o testemunho destas mulheres é a possibilidade de multifacetar essa “realidade”, posicionar-se no campo de disputas é o desejo – portanto, aquilo que mobiliza – as memórias da ágora.

## 2.1 AS PROTAGONISTAS

A seguir, apresentamos às/aos leitoras/es um breve preâmbulo das personagens que compõem esta história. Contudo, não é nosso objetivo construir uma imagem fixa dessas mulheres, contrário a isto, esta tese se propõe compor, construir, tecer essas sujeitas em suas complexidades, ambiguidades e multifacetadas. Este tópico as apresenta como um antelóquio, um prólogo, ou como um aperto de mão, primeiro contato que abre espaço para conhecer o desconhecido.

<p><b>Figura 1: Fotografia de Dulce Pandolfi para identificação no inquérito policial em 1970.</b></p>	<p><b>Figura 2: Fotografia de Dulce Pandolfi em 2011.</b></p>
	
<p>Fonte: Imagem do prontuário individual de Dulce Pandolfi.</p>	<p>Fonte: Documentário VCPMF.</p>

**Dulce Chaves Pandolfi** – Socióloga e historiadora, nascida em quatorze de dezembro de 1948 em Recife - PE, hoje moradora do Rio de Janeiro, ex-integrante da Ação Libertadora Nacional. Oriunda de família abastada, neta de “senhor” de engenho e filha de Carmem de Castro Chaves Pandolfi, com quem afirma ter aprendido sobre solidariedade mediante seus ensinamentos católicos; seu pai, Luiz Pandolfi, professor, advogado e intelectual, que segundo

Dulce, povoava a casa de amigos, o que lhe proporcionou ouvir discussões e debates sobre diversos temas, inclusive política.

De fala articulada e potente, participou/participa de diversas palestras, muitas vezes, coadunando o “eu” testemunha com o “eu” historiadora, construindo narrativas sobre suas experiências e (re)elaborando, a partir de conceitos historiográficos e filosóficos, esse passado.

<p><b>Figura 2: Fotografia da identidade de Eridan Magalhães, em 1969.</b></p>	<p><b>Figura 3: Fotografia de Eridan Magalhães em 2011.</b></p>
	
<p>Fonte: Imagem prontuário individual de Eridan Magalhães.</p>	<p>Fonte: Documentário VCPMF.</p>

**Eridan Moreira Magalhães** – Socióloga, nascida em dez de setembro de 1950 em Cajazeiras - PB. Procedente de família de classe média, filha de Valdelice Moreira Magalhães e Vicente Américo Magalhães, comerciante. Iniciou sua militância no Movimento Estudantil e foi presa aos dezenove anos, em 1969. Condenada a um ano de prisão, cumpriu pena. Ao sair da Colônia Penal Feminina do Bom Pastor, passou a viver na clandestinidade.

Rosto de fortes expressões e fala contundente, Eridan entrelaça as histórias de sua militância nas décadas de 1960-1980 ao seu trabalho de assistente social no Rio Grande do Sul, onde reside a mais de 40 anos. Seu discurso é marcado pela necessidade de justiça social, entremeado por exemplos que demonstram anos de trabalho “ao rés do chão”, exercendo seu ofício diretamente nas comunidades marginalizadas, lutando junto aos grupos sociais mais atingidos pelas desigualdades.

<p><b>Figura 4: Fotografia de Helena Serra Azul para identificação no inquérito policial em 1969.</b></p>	<p><b>Figura 5: Fotografia de Helena Serra Azul em 2011.</b></p>
	
<p>Fonte: Imagem prontuário individual Helena Serra Azul.</p>	<p>Fonte: Documentário VCPMF.</p>

**Helena Serra Azul Monteiro** – Médica, nascida em quatorze de novembro de 1947 em Fortaleza - CE, ex-integrante da Ação Popular. Filha de Maria do Socorro Moreira Serra Azul e Celso Serra Azul, escritor, advogado e grande incentivador de sua vida profissional.

De olhar afetuoso e sorriso estampado no rosto, Helena produziu uma narrativa com palavras envolventes que costuraram diversas histórias, tornou-se uma espécie de porta voz da família, sua irmã, Maria do Carmo Serra Azul, também sobrevivente da ditadura, sentia-se desconfortável em narrar suas experiências, impelindo à Helena esta responsabilidade. Crente que política se faz nas ruas, Helena é figura presente em passeatas e manifestações que têm como pauta: direitos trabalhistas, direitos sociais, direitos humanos e democracia política; casada com Francisco das Chagas Dias Monteiro, ficaram conhecidos no Movimento Estudantil de Fortaleza como: Chico passeata e Helena concentração.<sup>10</sup> O amor pelas ruas não cessou, nas manifestações, em 2018, promovidas pelo “*Movimento Ele não*” ou “#EleNão”<sup>11</sup>, foi voz ativa, desta vez, discursando pelas ruas de Fortaleza, em cima de um trio elétrico.

<sup>10</sup> Em entrevista, Helena, aos risos, relembra, que por serem figuras sempre presentes nas manifestações, ela e seu companheiro de vida e militância, Francisco, foram apelidados de Chico Passeata e Helena Concentração. A concentração de uma passeata ou manifestação é o lugar de encontro de organizadoras/es e das/os cidadãs/ãos que irão participar do ato. De modo que, o apelido também circunscrevia o espaço de atuação mais enérgica, dela e dele, enquanto Helena desempenhava atividades na organização e agitação na concentração, Chico discursava nos megafones ao longo do percurso.

<sup>11</sup> Movimento Ele Não ou #EleNão foram manifestações populares organizadas por mulheres, que ocorreu em diversas cidades do Brasil e do mundo, protestando contra a candidatura do então deputado Jair Bolsonaro à Presidência da República.

<p><b>Figura 6: Fotografia de Lilia Gondim para identificação no inquérito policial em 1969.</b></p>	<p><b>Figura 7: Fotografia de Lilia Gondim em 2011.</b></p>
	
<p>Fonte: Imagem prontuário individual de Lilia Gondim.</p>	<p>Fonte: Documentário VCPMF.</p>

**Lilia Maria Pinto Gondim** – Economista, nascida em Recife-PE, em primeiro de outubro de 1950, foi militante do Movimento Estudantil e, posteriormente, integrou a Ação Popular. Filha de Oscarina Pinto Gondim, a quem Lilia caracteriza como “uma típica mulher de sua geração”, dona de casa e sem muito interesse pela política, e de José Luiz de Barros Gondim, técnico da SUDENE. Estudou muitos anos em colégio católico, regido por freiras, com rigidez religiosa e lista de livros proibidos, foi na mudança para o Colégio Estadual de Pernambuco que a política ganhou espaço em sua vida, a partir do Movimento Secundarista.

De gargalhada farta e se aventurando pelo mundo da escrita, Lilia é uma das idealizadoras e roteiristas de dois documentários, *Vou contar para meus filhos* (2011) e *Mesa vermelha* (2012), além de escrever contos, crônicas e poemas. Atuou como assessora da Comissão Estadual Dom Helder Câmara (CEDHC) e vem atuando na luta contra a “desmemória”<sup>12</sup> no Estado de Pernambuco. Participando de palestras, exposição dos documentários e realizando o reconhecimento dos locais de tortura. Enfrentou pouco mais de dois anos de trabalho árduo na CEDHC, em atividades que mobilizaram não apenas ânimo físico, mas, sobretudo esforço emocional.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Alusão ao artigo sobre Lilia e Zito da Galileia, publicado na revista *Átimo*, uma revista laboratório produzida por alunas/os do 6º período do curso de Jornalismo da UFPE. BARRETO, Heloíse. LUCENA, Vinícius. Antídoto à desmemória. In: **Revista Átimo**. Editora Cepe. Ano: 2019.2. Nº 3.

<sup>13</sup> Destaco a importante articulação de Lilia, para a realização das entrevistas para esta pesquisa.

<p><b>Figura 8: Fotografia de Maria Yvone Loureiro para identificação no inquérito policial em 1971.</b></p>	<p><b>Figura 9: Fotografia de Maria Yvone Loureiro em 2011.</b></p>
	
<p>Fonte: Imagem prontuário individual de Maria Yvone Loureiro.</p>	<p>Fonte: Documentário VCPMF.</p>

**Maria Yvone Loureiro** – Economista e política, nascida em Viçosa-AL, em três de novembro de 1947, integrou o Movimento Estudantil e, posteriormente, filiou-se ao PCBR. Filha de Iracy de Souza Loureiro e José Loureiro de Albuquerque. Publicamente conhecida como Marivone, é figura conhecida na política alagoana, reconhecida pelo ativismo no âmbito dos Direitos Humanos e pela participação em associações/organizações de mulheres.

Incansável, aos setenta e três anos de idade, candidatou-se no cargo de vice-prefeita na cidade de Maceió-AL, pelo PC do B. Em sua trajetória, vem colecionando prêmios, dentre estes: a Comenda Nise da Silveira, pela defesa da construção da cidadania; o Prêmio Bertha Lutz, pela defesa de direitos das mulheres e questões de gênero<sup>14</sup>; e o mais recente, o Prêmio Alagoas de Direitos Humanos.

<sup>14</sup>**Comenda Nise da Silveira:** é um prêmio concedido as mulheres que lutaram em defesa da construção da cidadania em Alagoas e no Brasil. O prêmio leva o nome de Nise da Silveira, alagoana conhecida em todo o Brasil por suas profundas contribuições e luta pela cidadania no âmbito da psiquiatria.

**Prêmio Bertha Lutz:** também nomeado Diploma Bertha Lutz, é concedido pelo Senado Federal do Brasil e contempla mulheres que tenham contribuído para a defesa dos direitos das mulheres e questões de gênero no Brasil, tendo recebido este nome em homenagem à Bertha Lutz, bióloga e importante personalidade dentro do movimento feminista.

<b>Figura 10: Fotografia de Vera Rocha Pereira para identificação no inquérito policial em 1970.</b>	<b>Figura 11: Fotografia de Vera Rocha Pereira em 2011</b>
	
Fonte: Imagem prontuário individual de Vera Rocha Pereira.	Fonte: Documentário VCPMF.

**Vera Rocha Pereira** – Publicitária e empresária; nascida em Fortaleza-CE, em vinte de abril de 1950, líder conhecida no Movimento Estudantil do Ceará, filiou-se ao PCBR e passou a viver a clandestinidade em Recife. Filha de Elita Rocha Pereira e Waldemir de Freitas Pereira, é, até hoje, carinhosamente chamada de Verinha, pelas amigas e companheiras de militância.

A trajetória de vida de Vera mudou do dia para a noite, quando recebeu a notícia, ainda na prisão, de que seu nome constava na lista de setenta presas/os políticas/os que sairiam para o exílio no Chile, esse acontecimento lhe marcou profundamente. Vivenciou oito anos de exílio e voltou ao país após a Anistia. No exílio, formou novos laços familiares, casou-se com Bruno Dauster, também exilado político e deu à luz ao seu primeiro filho.

Hoje, publicitária e empresária, atua junto ao SINAPRO – Bahia (Sindicato das Agências de Propaganda do Estado da Bahia), exercendo o cargo de presidenta entre 2019-2022, atualmente, ocupando o cargo de conselheira do Sindicato.

<b>Figura 12: Fotografia de Yara Ceci Oliveira Falcón para identificação no inquérito policial em 1970.</b>	<b>Figura 13: Fotografia de Yara Ceci Oliveira Falcón em 2011.</b>
	
Fonte: Imagem prontuário individual de Yara Ceci Oliveira Falcón.	Fonte: Documentário VCPMF.

**Yara Ceci Oliveira Falcón** – Economista e escritora, nascida em Salvador - BA, em nove de outubro de 1946. De família grande, com oito irmãs/ãos, é filha de Barbara Elvira Oliveira Falcón e Valentim Falcón Braga. Integrou a Política Operária (POLOP) e traçou uma militância itinerante, utilizando o deslocamento por diversos Estados como estratégia à perseguição política.

Como escritora, tornou-se integrante da Academia de Letras e Artes do Nordeste – AL, da Academia Maceioense de Letras e da Academia Alagoana de Cultura, Yara escreveu e publicou diversos livros, entre eles a autobiografia *Mergulho no passado: a ditadura que vivi*, onde narra, em primeira pessoa, suas memórias sobre o período de ditadura. Foi também roteirista dos documentários: *Vou contar para meus filhos* e *Mesa Vermelha*.

Autora da trilogia – *Pálidos Crisântemos* (1999); *Crisântemos Vermelhos* (2003); *Novos Crisântemos: raízes da amizade Brasil e Japão* (2008) – teve seus trabalhos reconhecidos e premiados, recebendo o Troféu do Dia Internacional da Mulher, pela Academia de Letras e Artes do Nordeste, em 2008; o Troféu Poetisa, pela Academia Maceioense de Letras; e o Diploma e a placa de Honra ao Mérito pelos serviços prestados à Academia de Letras e Artes do Nordeste, em 2009, entre outros.

Estas mulheres emergem, no presente, a partir de seus testemunhos, que nos convidam a esquadrihar esse passado da história recente do Brasil. Para tanto, pensar a construção da memória e do testemunho é fundamental para a elaboração da narrativa histórica acerca das experiências destas militantes de esquerda, que atuaram e atuam no espaço público em sua dimensão política, espaço de dissenso e consenso, fundamental para a construção do Estado democrático.

## 2.2 - MEMÓRIA E TESTEMUNHO

A filósofa Jeanne Marie Gagnebin, no texto *Verdade e memória do passado*,<sup>15</sup> evoca que “a verdade do passado remete mais a uma ética da ação presente que a uma problemática da adequação (pretensamente científica) entre ‘palavras’ e ‘fatos’” (GAGNEBIN, 2009, p. 39). Na esteira do pensamento do filósofo e crítico literário Walter Benjamin, reafirma-se a “impossibilidade epistemológica de tal correspondência entre discurso científico e “fatos” históricos, já que estes últimos adquirem seu *status* de “fatos” apenas por meio de um discurso que o constitui enquanto tais [...]” (GAGNEBIN, 2009, p. 39). De modo que “nós articulamos

---

<sup>15</sup> Texto que compõe o livro: GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

o passado, diz Benjamin, nós não o descrevemos” (GAGNEBIN, 2009, p. 39). Assim, o pensamento benjaminiano estabelece uma crítica a um discurso nivelador e universal, constituidor de uma “história universal” e, portanto, “a única certa e, em certos casos, a única possível” (GAGNEBIN, 2009, p. 40), tecendo assim sua crítica ao paradigma positivista.

A relação, por vezes, hierárquica e conflitante entre história e memória assombrou por muito tempo as/os historiadoras/es, que ainda imbuídas/os do paradigma positivista via em Mnemosine uma ameaça. Elementos como a noção de tempo cronológico, com a construção da temporalidade e escrita de uma história linear; a concepção de fontes históricas restrita a documentos escritos oficiais, cujos quais eram a prova do acontecido e possibilitariam o “resgate” da verdade histórica; e a concepção de verdade baseadas na ideia de totalidade e em termos absolutos, impeliu a história a afastar-se da memória (LE GOFF, 1990, MONTENEGRO, 2010).

Contudo, com a mudança da noção de tempo histórico, onde Chronos, enquanto a personificação do tempo calculado, o tempo de relógio, do calendário, dá lugar a outros “quadros mensuráveis do tempo histórico, a noção de duração, de tempo vivido, de tempos múltiplos e relativos, de tempos subjetivos e simbólicos” (LE GOFF, 1990, p. 13). Com a ampliação do conceito de fontes históricas, onde todo vestígio deixado pela ação humana pode ser constituído como registro histórico, e a quebra da concepção de verdade absoluta e universalista, questionada pelo filósofo Friedrich Nietzsche, que ressoa no pensamento de Foucault (2012) ao conceber a concepção de verdade como a produção que se dá em um tempo e espaço específico. Essas acepções sobre o fazer historiográfico no século XX possibilitaram a reaproximação do tempo da memória ao tempo da história, abrindo-se para a possibilidade de fazer dos relatos orais de memória fonte documental.

O historiador François Dosse, no livro *O renascimento do acontecimento*, publicado em 2013, dedica o quarto capítulo – *A parcela das testemunhas* – ao papel das testemunhas na concepção do conceito de acontecimento e na construção do saber histórico. Analisa que, na antiguidade grega, com Tucídides, a testemunha ocular era privilegiada e o *histôr* (historiador) tinha o papel de reconfigurar um passado credível a partir desses vários testemunhos. Já no medievo, o valor do testemunho estava na autoridade de quem o emana. Após esse período, a história, buscando seu estatuto de cientificidade, passa a relegar a tradição oral e a instituir o documento escrito com maior valor de veracidade.

Em diálogo com a historiadora Annette Wieviorka (1998)<sup>16</sup>, Dosse (2013) situa o momento em que estamos como a “era das testemunhas”, estabelecida pelo processo de Eichmann nos anos de 1961, pois, enquanto o julgamento de Nuremberg privilegiou o escrito e tinha como figura central os carrascos, o julgamento de Eichmann “[...] marca o triunfo do depoimento oral” (DOSSE, 2013, p. 307) e tem como foco o volume de vítimas.

Nesta “era das testemunhas”, o testemunho do trauma, marcado pelas guerras, ditaduras e diversas violências coletivas, é ponto chave desse processo, trazendo-o para o campo político e, portanto, para o espaço de disputa, imbricado pelas relações de poder. Assim, torna-se mais evidente o caráter discursivo do testemunho e, em diálogo com as ideias de Hayden White<sup>17</sup>, Butler afirma que:

[...] a tarefa de comunicar tal realidade envolve o uso de características retóricas da linguagem para transmitir *a realidade emocional* que vai de encontro à exigência positivista de que a linguagem age única e exclusivamente de maneira transparente para transmitir os fatos (BUTLER, 2017, p. 185).

A filósofa salienta que é infecundo tentar separar os acontecimentos da “dimensão psíquica e afetiva” (BUTLER, 2017, p.185), expressa em sua transmissão, fato que tem ocorrência constante nos espaços jurídicos, interessando-lhes tipificar, enumerar os crimes. Já as políticas de reparação são pensadas na exata observação de que as dimensões emocionais são fatores basilares na constituição dos testemunhos de eventos traumáticos. No Brasil, o projeto de “Clínicas do testemunho” é a expressão desse entendimento.<sup>18</sup>

Diante das graves violações dos direitos humanos ocorridos no século XX e da emergência do testemunho desses acontecimentos, repensar a relação entre memória e história ganhou novo impulso. Destacamos dois pontos dignos de nota: as disputas sociais em torno do que recordar e a confiabilidade do testemunho. O primeiro ponto insere-se em pensar a memória como prática política potencializadora da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, como afirma Seligmann-Silva (2022, p. 16), alertando-nos para a necessidade de “uma *virada mnemônica ética* nas encenações de nossa memória” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 16). Propondo que, em vez de comemorarmos os “grandes vultos da nação”, neste movimento de manutenção e re-produção da colonialidade, onde se monumentalizou personagens que construíram suas trajetórias a partir da violência e aviltamento de sujeitas/os e culturas,

<sup>16</sup> WIEVIORKA, Annette. *L'Ère du témoin*. Paris: Plon, 1998.

<sup>17</sup> Hayden White, “Figural Realism in Witness Literature”, *Parallax*, v.10, n.1, 2004, p. 113-24.

<sup>18</sup> Clínica do testemunho é um projeto de reparação psíquica aos afetados pela violência de Estado no período de ditadura civil-militar. O projeto integra o Ministério da Justiça/Comissão de Anistia em sua quarta fase de justiça de transição e visa “proporcionar escuta e devolver voz àqueles que tiveram suas vidas afetadas pela violência estatal” (CONTE, 2014, p. 23).

esfacelemos esses símbolos a fim de produzir uma paisagem mnemônica menos colonial, abrindo espaço para a construção de outras memórias e a inscrição de outras narrativas (SELIGMANN-SILVA, 2022).

Quanto à questão da confiabilidade do testemunho, um fator imprescindível na construção do estatuto do testemunho, remete-nos aos escritos do filósofo francês Paul Ricoeur, no clássico livro *A memória, a história, o esquecimento*, publicado em 2000, no qual designa, na segunda parte da obra, três tópicos para pensar o estatuto e as possibilidades de uso do testemunho na construção do saber historiográfico. Para tanto, Ricoeur (2007) elabora que, com o testemunho, inaugura-se um processo epistemológico que tem como sequência: memória declarada, arquivo e documentos, e prova documental. E que, em seu uso no processo de produção historiográfica, o testemunho será visto como “selado por seu arquivamento e sancionado pela prova documental” (RICOEUR, 2007, p. 170).

Ao se referir ao processo de credenciamento do testemunho, Ricoeur (2007) analisa que a credibilidade do testemunho também se relaciona:

[...] a lista pode dirigir-se de forma mais inquietante aos méritos pessoais da testemunha que fazem com que se costume acreditar nela, como oportunidades semelhantes, servindo de precedentes, e a reputação comum da testemunha inclinam a fazer; nesse caso o credenciamento equivale à autenticação da testemunha a título pessoal (RICOEUR, 2007, p. 173).

O que nos impele a pensar sobre as relações de poder que se inscrevem no credenciamento do testemunho e a necessidade de problematizar que a política atual, estabelecida a partir da eliminação do “outro”, como afirma Butler (2016b), age deslegitimando a/o sujeita/o, de modo que essa “autenticação da testemunha”, enquanto “pessoa confiável”, não está isenta à reprodução das discriminações sociais, perpetuando a exclusão de diversos grupos que, dentro da ordem do discurso, não estão autorizados a falar, como problematiza o filósofo francês Michel Foucault (2014). Assim, o testemunho utilizado no âmbito do fazer historiográfico, portanto, validado epistemologicamente pelas/os historiadoras e historiadores, pode ser brechas, fendas abertas nas políticas de “outrocídio”, engendradas pela manutenção da colonialidade do poder, do saber e do ser<sup>19</sup>, que tem nas políticas de memória e do apagamento tecnologias para a manutenção do *status quo*.

---

<sup>19</sup> Autores como Anibal Quijano (2000), Walter Dignolo (2005) e Maldonado Torres (2007) elaboram que, mesmo com o fim institucional do colonialismo, a lógica de relação colonial não se dissolveu, a manutenção da colonialidade é expressa pela triada: colonialidade do poder, colonialidade do saber e colonialidade do ser. Que, segundo estes autores, institui lugares hegemônicos, na relação centro-periferia, produzem o “outro” hierarquizado na relação com o “eu” – sujeitos que se pretendem universalizantes, homens, brancos, ricos, heterossexuais, europeus. Para pensar a relação entre colonialidade e gênero, indicamos a leitura de: LUGONES, Maria. Colonialidad e gênero. *Tabula rasa*, Bogotá, Colombia, n.9, p. 73-101, 2008.

Assim, para além do testemunho, enquanto esse vértice entre a memória e a história (SELIGMANN-SILVA, 2005, 2010), faz-se necessário pensar as implicações políticas do testemunho. A filósofa Hannah Arendt, no livro *Eichmann em Jerusalém* (1999), ao discutir o testemunho, afirma que este só se constitui no espaço democrático, ao passo que é também um dos elementos constituidores de uma sociedade democrática. E Ricoeur (2007) assinala que é no “ato de compartilhar” que a estrutura fiduciária do testemunho ganha sentido, é no espaço público, onde ele pode ser confrontado, onde se torna passível de crítica e de reafirmação, que se atesta sua confiabilidade.

Em sua longa trajetória dedicada aos estudos sobre testemunho, Seligmann-Silva (2005) aponta para dois campos de discurso sobre o testemunho:

De um lado, a noção é pensada, no âmbito europeu e norte-americano, a partir da experiência histórica dessas regiões e países, de outro, o conceito de “testimonio” tem sido pensado a partir da experiência histórica e literária da América Latina (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 87).

As experiências históricas às quais se refere Seligmann-Silva (2005; 2010) são, respectivamente: a Shoah – ou seja, extermínio de judeus em campos de concentração durante a Segunda Grande Guerra – e as ditaduras, a partir dos anos 1960, na América Latina. Em ambos os casos, experiências históricas políticas ligadas ao autoritarismo e à violência.

Ainda segundo o autor, esses dois campos têm tecido cada vez mais aproximações e atribui tal fato à “expansão dos Estudos Culturais e pela sua dissolução no discurso geral da academia” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 86). No entanto, analisa que, antes desse encontro, as experiências históricas que estão na base desses testemunhos trazem características próprias para os mesmos. Chamando a atenção para o fato de que as tradições do pensamento desempenham importante fator no desenvolvimento do conceito de testemunho, de modo que se, na Europa e nos Estados Unidos da América, a psicanálise e a teoria e história da memória ganham centralidade, na América Latina, “[...] o “testimonio” era pensado a partir da tradição religiosa da confissão, da hagiografia, do testemunho bíblico e cristão no seu sentido de apresentação de vidas “exemplares”, da tradição da crônica e da reportagem” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 86).

Em ambos os casos – “testemunhos da Shoah” e nos “testimonios” – há a necessidade do testemunho, porém se no primeiro essa necessidade não se encerra apenas no caráter jurídico, buscando também a compreensão pela chave do trauma; no segundo, o imperativo é a necessidade de se fazer justiça, “[...] dar conta da exemplaridade do “herói” e de se conquistar uma voz para o “subalterno”” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 90).

De modo que, como bem lembrou Gagnebin (2009), narrar é uma “Tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que infelizmente, se reproduz constantemente)” (GAGNEBIN, 2009, p. 47). Essa luta é traduzida, no Brasil, sob o *slogan*: “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”, frase clamada pelos familiares dos mortos e desaparecidos políticos no Brasil e pelos sobreviventes da repressão e das torturas perpetradas pelo Estado brasileiro.

Tal frase remete-nos a uma das motivações da produção do testemunho, o dever de memória que, para a socióloga argentina Elizabeth Jelin: “Es el hueco y la imposibilidad humana planteados por Primo Levi, quien se reconoce en el ‘dever de memoria’ como testemuniante ‘delegativo’ o ‘por cuenta de terceros’ que les cabe a los sobreviventes” (JELIN, 2002, p. 81).<sup>20</sup> Esse testemunho “delegativo” nem sempre vem acompanhado dos *slogans* já citados, mas o sentido está presente na imensa maioria dos testemunhos, principalmente das mulheres, que atestam mais sobre o que viram e ouviram e relegam suas vivências a segundo plano.

No texto *O narrador*, Walter Benjamin (1985) fala da perda da infinita capacidade de lembrar, de narrar e de ouvir na sociedade capitalista e burguesa, que passou a mensurar o tempo como uma grandeza econômica, transformando também a memória. Longe de pregar uma volta ao antigo ritmo de narrar, o filósofo alemão nos impele a criar, produzir outros modos de narrar que faça frente ao encurtamento da percepção da temporalidade. Assim, resta-nos pensar nas estratégias que no nosso tempo produzam sensibilidades para que o/a narrador/a encontre seus ouvintes, pois é na relação entre narrador/a e ouvinte que se produz a narração, escreve Benjamin (1985).

Em Márcio Seligmann-Silva (2022), temos que na atualidade com a produção dos mega-arquivos virtuais, Mnemosyne (o rio da recordação) defronta-se com as “ondas do rio da *web*”, sob o pressuposto de que se “tudo pode ser armazenado, não precisamos lembrar de nada por nós mesmos” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p.16). À questão da técnica de armazenamento, aliada às políticas de memória e de apagamento, que está na base da construção dos Estados-nação, e que chega às últimas décadas, produzindo discursos negacionistas, evoca-nos cada vez mais a pensar na memória como resistência. “Negacionismo, apagamento e genocídios andam sempre se mãos dadas”, afirma Seligmann-Silva (2022, p. 18), ao apontar para o fato de que as políticas de apagamento da história e o memoricídio fazem parte do movimento político que

---

<sup>20</sup> Tradução Livre: “É a lacuna e a impossibilidade humana levantada por Primo Levi, que se reconhece no 'dever de memória' como testemuniha 'delegativa' ou 'por conta de terceiros' que recai sobre os sobreviventes" (JELIN, 2002, p. 81).

visam garantir a impunidade aos déspotas genocidas, pois que apenas a “história dos vencedores” seria lembrada (SELIGMANN-SILVA, 2022).

Em *É isto um homem?* e em *Os afogados e os sobreviventes*, Primo Levi incide sobre a vontade nazista de impossibilitar uma história sobre os campos de concentração. A aniquilação nos campos se daria de forma tão profunda que não apenas seus ossos e carne seriam varridos da face da terra, mas também seus nomes, suas existências. O movimento político de apagamento pensado por Hitler tinha como base extinguir qualquer vestígio que possibilitasse lembrar da existência destes espaços e do horror nele praticado, e assim minar a credibilidade dos sobreviventes, tornando o holocausto duplamente inenarrável, analisa Gagnebin (2009, p. 46).

A política de apagamento e esquecimento praticada no Brasil, durante e após a ditadura, tinha o mesmo princípio da política de memória arquitetada pelo nazismo, pelo Império Otomano sobre o genocídio armênio e em outros massacres coloniais, (SELIGMANN-SILVA, 2022). Na aposta do memoricídio<sup>21</sup> como indulto aos agentes produtores do golpe civil-militar e da ditadura, balizaram as políticas de transição e de memória, incidindo na negativa ou desaparecendo com os vestígios que coadunassem com o testemunho das/os sobreviventes. Um claro exemplo é a guerrilha do Araguaia, que, segundo o historiador Reginaldo Cerqueira Souza (2019), uma “Operação Limpeza” foi deflagrada logo após o fim da guerrilha, articulada pelo Major Sebastião Curió Rodrigues de Moura, que “admitiu ter ordenado a ocultação de cadáveres de guerrilheiros mortos pelos militares” (SOUZA, 2019, p. 208).

A “máquina de ocultação de cadáveres”<sup>22</sup>, como nomeou Iara Xavier Pereira – ex-militante da ALN, em depoimento à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, “Rubens Paiva”, em parceria com a CNV, ao denunciar a ocultação dos cadáveres de seus irmãos enterrados com outros nomes – é endossada pelo depoimento de Antônio Pires Eustáquio, ex-administrador do Cemitério Dom Bosco, em Perus – SP, que em depoimento à CNV, relatou que os diversos militantes de esquerda foram enterrados nas mesmas quadras que os indigentes.<sup>23</sup> Essas e outras denúncias adensam as páginas das Comissões – Nacional e Estaduais – e do Relatório de Mortos e desaparecidos políticos no Brasil. No pós-ditadura, a

---

<sup>21</sup> As políticas de memoricídio são recorrentes na história do Brasil. Apenas para citar dois casos, têm-se: o caso do Quilombo dos Palmares e o apagamento dos 92 anos de resistência dos povos escravizados; e a Campanha de Canudos, em que se utilizou da construção do açude de Cocorobó, inundando as ruínas da cidade de Canudos como estratégia de apagamento da resistência exercida pelas/os moradoras/es de Canudos ao exército Brasileiro.

<sup>22</sup> Depoimento de Iara Xavier Pereira. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume I. Brasília, 2014.

<sup>23</sup> Depoimento de Antônio Pires Eustáquio. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume I. Brasília, 2014, p. 513-514.

interpretação da anistia como reconciliação pelo esquecimento apregoa a política de apagamento e esquecimento.

Inicialmente, esse silenciamento foi quebrado pelos familiares das/os mortas/os e desaparecidas/os políticas/os, as/os ex-presas/os políticas/os e exiladas/os. Mas, é na arte que a memória da resistência passa a ser construída, a literatura, o cinema, a música, o teatro, entre outras expressões artísticas, passam a ser o espaço para narrar a resistência e denunciar as violências perpetradas pelo Estado brasileiro. Como discutiremos a seguir.

### 2.3 - ERGUENDO A VOZ<sup>24</sup>: TESTEMUNHO E GÊNERO

Márcio Seligmann-Silva (2005), ao estudar o testemunho e a literatura, procura analisar nas tragédias gregas, mais especificamente na trilogia escrita por Ésquilo, *Oresteia*<sup>25</sup>, o testemunho e seus usos jurídicos. Ao estudar “Eumênides”, terceira parte da referida trilogia, o autor aponta para o argumento patrilinear e falocêntrico do testemunho. De modo que a “evidência da masculinidade estaria na origem da concepção do testemunho” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 77).

Seguindo a análise linguística, Seligmann-Silva (2005), em diálogo com Avishai Margalit (2002)<sup>26</sup>, pontua que “*testis* em latim significa tanto testemunho como testículo [...]” e “no hebraico bíblico existe ‘uma associação fortemente sugestiva entre as lavras’ Zehker (memória) e Zakhar (masculino) e, por outro lado, Isha (mulher, esposa) e Neshia (esquecimento)” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 79-80).<sup>27</sup> Durante o seu texto, o autor expõe outros exemplos, passando do grego e do germânico, do latim e do hebraico, observando como nesses distintos “universos semânticos e culturais” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 80) permanecia uma relação entre o testemunho e a masculinidade.

Nesse percurso, analisa dois sentidos para o testemunho – *testis*, o testemunho conectado ao “paradigma visual, falocêntrico e violento (que tende a uma espetacularização da

<sup>24</sup> O título faz referência ao texto: HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.

<sup>25</sup> *Oresteia* é uma peça de teatro grega, escrita por Ésquilo, composta por três livros: Agamenon, Os portadores da libação e As Eumênides. Essa tragédia grega utiliza o assassinato de Agamenon por Clitemnestra, o assassinato de Clitemnestra por Orestes e o julgamento de Orestes, para pensar os aspectos da justiça, em que temas como vingança, justiça por retaliação e justiça da Lei são postas no palco.

<sup>26</sup> AVISHAI, M. **The ethics of Memory**. Londres: Cambridge, Harvard University Press, 2002, p. 176.

<sup>27</sup> Para outras leituras sobre o tema, ver: ROSA, Susel Oliveira da; SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante. O testemunho e as mulheres: Ophélia Amorim e Eridan Magalhães. In: ANDRADE, Andreza de Oliveira *et al.* (Orgs.). **Feminismo, gênero e sexualidade: diálogos contemporâneos**. Mossoró, RN: UERN, 2016, v. 1, p. 193-205.

dor)” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 81). E o *Superstes*, o testemunho daquela/e que sobreviveu ao infortúnio, à adversidade, à morte, mas também sobreviveu “ter passado por um acontecimento qualquer e subsistir *muito mais além* desse acontecimento, portanto, de ter sido, ‘testemunha’ de tal fato” (BENVENISTE *apud* SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 80). Porém, sinaliza que não se trata de utilizar o sentido de um em detrimento do outro, ou seja, não se trata de “esquecer *testis* em favor apenas de *superstes*” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p.81) e sim de pensar o testemunho na complexidade em que relaciona, mesmo que também de modo conflitivo, esses dois sentidos, um misto de “visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 81). Pensando o testemunho como:

[...] o vértice entre a história e a memória, entre os fatos e as narrativas, entre, em suma, o simbólico e o indivíduo, essa necessidade de um pensamento aberto para a linguagem da poesia no contexto testemunhal fica mais clara (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 82).

Nesse sentido, Gagnebin (2010) afirma a necessidade de ampliação do conceito de testemunha, considerando “testemunha” não apenas aquela/e que viu e/ou viveu, mas também aquela/e que “[...] não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro [...]” (GAGNEBIN, 2010, p. 57), o modelo auricular, afirma a historiadora Susel Oliveira da Rosa (2015), que inclui as mulheres e todos aqueles que “[...] escapam a ordem falocêntrica, branca e heterossexual” (ROSA, 2015, p. 321). Destarte, o testemunho das mulheres mobiliza outras experiências que, por vezes, não foram problematizadas, e como afirma a socióloga Danielle Tega, “criam práticas potencialmente subversivas à lógica patriarcal” (TEGA, 2019, p. 17).

Logo, faz-se necessário, como evoca a historiadora uruguaia Graciela Sapriza (2010):

Es necesario avanzar em la reconstrucción de la historia incorporando el análisis de género em los procesos de rememoración. Plantearse, por ejemplo, cuándo, como, quién y para qué se recuerda. También problematizar los supuestos de las diferentes propuestas de recuperación de la memoria a través de algunas interrogantes sobre los contextos em los que se “produce memoria” y sobre la necesidad de que la historia se comprometa em el análisis de las subjetividades (SAPRIZA, 2010, p. 97).<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Tradução Livre: “É preciso avançar na reconstrução da história, incorporando as análises de gênero nos processos de rememoração. Considerar, por exemplo, quando, como, quem e para que se recorda. Também problematizar os pressupostos das diferentes propostas de recuperação da memória, por meio de algumas questões sobre os contextos em que “a memória é produzida” e sobre a necessidade de a história se comprometer na análise das subjetividades.”. SAPRIZA, Graciela. Memoria y memorias de mujeres en el relato de la dictadura (Uruguay, 1973-1985). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF Cristina Scheibe (Orgs.). Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p.94-114.

Neste excerto, Sapriza alerta-nos sobre duas questões, a primeira diz respeito à questão epistemológica da memória, onde é preciso se perguntar “quando, como, quem e para que se recorda”, pois esses são fatores que inferem na construção das narrativas orais. É no contato entre entrevistada e entrevistadora, balizada pelo objetivo da rememoração, que a narrativa estabelece seus contornos, pois como aprendemos com Deleuze e Guattari (1995) memória é passagem, está sempre aberta ao devir, ao múltiplo. E a segunda questão é a necessidade do comprometimento da história em analisar as subjetividades.

Esse processo de produção do testemunho, particularmente os que envolvem o trauma, torna-se complexo, pois mobiliza um conjunto de sentimentos, entre tensões, medos, ansiedades e culpas pouco elaboradas ou não elaboradas. No que tangencia ao período ditatorial no Brasil, tais sentimentos são mobilizados pela subjetivação do pacto de silenciamento proveniente da interpretação que se atribuiu à Lei de Anistia.<sup>29</sup> A perpetuação desse silenciamento tantos anos após o fim da ditadura impossibilitou para muitas/os sobreviventes a re-elaboração do trauma, como nos conta Rosa Maria Barros dos Santos<sup>30</sup>:

É a primeira vez que eu tô falando desse assunto, eu tô falando pra vocês, assim, eu nunca costumei relatar essas histórias, sempre são situações que me magoam muito. Que doeram muito em mim. Eu tentei esquecer, esquecer. [...] Hoje, eu fiz muita questão de tá com essa blusa branca, porque eu falei assim: “– Eu vou entrar em paz comigo mesma”. Eu nunca quis falar do assunto e eu preciso virar isso, virar essa página e entender que nós tivemos um papel importante nessa história do Brasil e tem mais é que ter orgulho disso, né? (ROSA M<sup>a</sup> DOS SANTOS, 2011)<sup>31</sup>

Rosa tentou por muito tempo a superação do trauma a partir do silenciamento, na busca do esquecimento, talvez na crença de que ao banhar-se em Lete, a vergonha, a culpa e as dores que a acompanharam/acompanham por tantos anos se esvaíssem. Sentimentos esses produzidos e subjetivados também pelo modo que o Estado brasileiro processou a transição. Ao final deste excerto, ela mostra um deslocamento, da ação de silenciar na intenção do esquecer, como forma de superação que, neste caso, não surtiu efeito, para o ato de falar como forma de produzir uma elaboração sobre esse passado. Em ambos os casos, há a necessidade de superação dos traumas

---

<sup>29</sup> Nesse ponto, é importante lembrar que, desde o fim da ditadura, foram formados grupos de familiares e algumas/ns militantes de esquerda, com apoio de diversos setores da sociedade, que tiveram iniciativas para investigar a morte de desaparecidos políticos e narrar suas histórias. A exemplo do Grupo Tortura Nunca Mais.

<sup>30</sup> Rosa Maria Barros dos Santos, pernambucana, filiada à Juventude Comunista do Partido Comunista Brasileiro, presa em 1971, mantida alguns meses no DOPS-PE, onde sofreu um aborto, possivelmente, causado pelas torturas psicológicas e pelos maus tratos imputados a seu corpo; posteriormente, transferida para a Colônia Penal do Bom Pastor, onde ficou até 1973.

<sup>31</sup> Entrevista de Rosa Maria Santos. In: Menu Extra do documentário *Vou contar para meus filhos*. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

vivididos. Se, no primeiro momento, a superação seria pelo silenciamento, no segundo, seria pela fala evocada como comemoração, sob a perspectiva de exaltação de suas ações como força motriz da história, produtora das transformações ocorridas nas décadas de 1960-70-80.

A construção da “história dos heróis” – sempre no masculino –, das figuras messiânicas – aquelas que vêm para salvar um povo – muito popular na história política do Brasil, foi também subjetivada por muitas dessas militantes, de modo a subjugar e/ou minimizarem suas próprias ações políticas. Destarte, para algumas delas, a percepção da importância de suas participações nos movimentos de resistência à ditadura e, portanto, a relevância de seus testemunhos só passou a ser compreendida quando surgiu o convite para participarem do documentário.

Concorre para a leitura de que suas ações são menos importantes, a produção no campo dos saberes, dentre eles, a historiográfica, que por muito tempo prescindiu de figuras femininas em suas narrativas e produziu, inclusive a partir dos livros didáticos, a imagem do “herói”, líder e salvador, quase sempre figuras masculinas. A história das mulheres e a construção de espaços para o testemunho, portanto, até recentemente, era pouco publicizado, imputado como pertencente à esfera privada, encoberto pelo manto do silenciamento. (RAGO, 2013, PERROT, 2006, SOUZA, 2016).

O questionamento acerca da genderização e da hierarquização do espaço público e privado emerge, no Brasil, no século XX, nas décadas de 70 e 80, a partir das provocações e dos debates encabeçados pelos grupos de mulheres e pelos movimentos feministas organizados, sob o *slogan* “o pessoal é político”. Arelado a isto, a emergência das mulheres, brancas e de classe média, ocupando postos de trabalhos estatais e ampliando a presença na educação – técnica e universitária – concorreu para que as experiências compartilhadas apenas no âmbito privado e entre mulheres que ganhassem incentivo para serem proferidas e problematizadas na esfera pública, (SOIHET e ESTEVES, 2007, RAGO, 2001). Se esse foi o primeiro passo na quebra da dicotomia entre esfera pública e privada e da designação genderificada dos espaços, tal desconstrução não se encerra/encerrou neste ponto, tampouco este pressuposto foi superado. Tem-se que, muitos temas socialmente lidos como pertencentes à esfera privada ainda constituem tabu no debate público, expressivamente a violência doméstica e a violência de gênero estão entre estes temas.

Essa dicotomia e a genderização dos espaços que designou o público ao homem (masculino) e o privado às mulheres (feminino), enclausurou as experiências das mulheres, mesmo as vivenciadas no espaço público, ao âmbito privado. Nesse sentido, Maria Lygia Quartim de Moraes, no prefácio do livro *Tempos de dizer, tempos de escutar*, de Danielle Tega,

aponta para o fato de que apenas em 1996, em um evento produzido na UNICAMP, realizou-se uma mesa que tinha como centralidade as especificidades da repressão sofrida pelas mulheres, a despeito do interessante debate gerado e dos relatos sobre as torturas e o uso de crianças como forma de pressão, a socióloga aponta para o fato de que não se falou sobre as violências de cunho sexual (MORAES, 2019). O que é problematizado por Mariana Joffily (2016), ao afirmar que por não ser considerada, por uma significativa parcela da sociedade, uma violência política, os crimes sexuais praticados pelos agentes do Estado são silenciados do debate público, pois borram a fronteira entre público e privado.

Estudiosa da história das mulheres, da categoria gênero e dos usos da história oral, a historiadora italiana Luísa Passerini, no livro *A memória entre política e emoção* (2011), argumenta que a história oral contribuiu/contribui no processo de “genderizar” a história, atuando para “[...] redefinir as abordagens históricas existentes” (PASSERINI, 2011, p. 99). Ao se referir às memórias femininas, Passerini às intitula de “*memorias di cucina*”, que são “alimentada[s] pelas conversas mantidas no espaço privado, na casa, na família. Mesmo quando invisível ao político e ao mundo masculino, as experiências das mulheres continuam a ser significadas e valorizadas por elas” (ROVAI, 2013, p. 116).<sup>32</sup>

Diante deste percurso, surge-nos o questionamento: Memória tem gênero? É no debate com autoras e intelectuais feministas, como Michelle Perrot, Luísa Passerini, Danielle Tega, Susel O. da Rosa, Margareth Rago e Virginia Woolf, entre outras, que buscamos refletir sobre a questão. Nessas autoras, dois caminhos se propõem: o primeiro diz respeito à construção social da memória, ou seja, como as narrativas históricas se constituem e produzem, neste processo, recortes de classe, raça, etnia, gênero e localidade. O segundo diz respeito à capacidade de lembrar, as imagens mnêmicas.

Sobre o primeiro percurso, Michelle Perrot (1989), no texto *Práticas da memória feminina*, elabora que o tipo de fonte escriturária e o privilégio dos arquivos públicos para a produção da história selou o masculino como o sujeito histórico, ampliamos esta afirmativa para designar a produção do sujeito histórico como homem, heterossexual, branco, economicamente abastado e do norte global. Entendendo que todo o percurso traçado por esta tese tece a crítica a esta produção de memória e propõe deslocamentos para se pensar a partir de outras/os/es sujeitas/os/es, passamos a pensar o segundo caminho.

---

<sup>32</sup> Segundo a historiadora Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2013), “Este termo foi usado e explicado pela oralista [Luísa Passerini] no curso Memória e Subjetividade, ministrado na Universidade de São Paulo, entre os dias 8 e 10 de agosto de 2011. Para ela, expressaria de forma mais contundente a memória viva e continua do que o termo “memória subterrânea”, elaborado por Michel Pollack” (ROVAI, 2013, p. 127).

A memória, enquanto capacidade de lembrar, nos vem em afetos, diz Gagnebin (2009)<sup>33</sup>. E o que é lembrado, é produzido a partir da relação com a experiência e a vivência de quem lembra, de modo que, se socialmente somos balizados por marcadores sociais que estabelecem espaços, lugares sociais, comportamento, vestimenta, e modos de produzir e utilizar a linguagem, entre estes o binarismo de gênero (feminino e masculino), podemos afirmar que sim, existem memórias femininas, mas não por uma naturalização biológica ou essencializante, e sim por uma construção social que produz normas reguladoras para a vivência humana. Ou, como expressa a feminista inglesa Frances Wright, citada por Gay:

Ouso dizer que às vezes se espantam com minha maneira independente de andar pelo mundo como se a natureza me tivesse feito de seu sexo, e não do da pobre Eva. Acredite em mim, querido amigo, a mente não tem sexo, a não ser aquele que o hábito e a educação lhe dão (WRIGHT apud GAY; 1995, p. 306).

Ou seja, Wright, já no século XIX, atribuía ao gênero o seu caráter de constructo social, comungando com a teoria da performatividade do gênero, elaborada por Judith Butler, na qual – “gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de actos repetidos dentro de uma moldura reguladora rígida, que congelam ao longo do tempo de modo a produzirem a aparência de substância, de um ser natural” (BUTLER, 2016a, p. 59).

Portanto, quando nos referimos à literatura, cinema, sentimentos, pensamento e/ou memórias femininas, não estamos afirmando uma essência do ser feminino, evocando uma naturalização do que é “ser mulher”. Longe disso, ao pensarmos em tais questões, problematizamos essas construções do “ser” em confluência do que propõe Butler (2016a), na ordem do “estar” pensando sempre no viés da transformação, da passagem, do mutável, dado que essas categorias são produzidas pelo social, na prática cotidiana da cultura, modeladas pela educação.

A partir da leitura historiográfica que versa sobre autobiografias e biografias de/sobre mulheres, indagamos por que os testemunhos de mulheres são exíguos e pouco publicizados? O que, segundo Rago (2013), torna-se ainda mais escassos dentro do recorte de mulheres militantes na política. Elencamos dois pontos relevantes para a construção dessa escassez: 1) A legitimidade da fala, pois o direito de falar não é reconhecido a todas as pessoas; e 2) A subjetivação das mulheres de que suas memórias, vivências e experiências não são importantes para o debate no espaço público. Essa subjetivação é efeito da política de eliminação do “outro” ao qual nos fala a filósofa estadunidense.

---

<sup>33</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. Entrevista intitulada Memória. 2009. In: UNIVESP. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=b\\_v0-t2vnWY](https://www.youtube.com/watch?v=b_v0-t2vnWY), acesso em: 28 de novembro de 2023.

Em *Quadros de guerra*, Judith Butler (2016b), ao analisar que há vidas enlutáveis e vidas que não são passíveis de luto, a filósofa argumenta que essa comoção é constituída no âmbito da política e que, para uma vida ser passível de luto, parte-se do pressuposto de que “essa será uma vida que terá sido vivida” (BUTLER, 2016b, p. 33). A filósofa também afirma que a política atual é a política da eliminação do “outro”, eliminação que não é apenas física, mas é preponderantemente social e que, portanto, se exerce na deslegitimação de sujeitas/os/es, retirando destas/es o poder da fala, negando-lhes assim a produção de sua história e de sua memória, fatores que concorrem para a construção de enquadramentos que geram a comoção – entendida como a capacidade de reação moral – que é produzida pela maneira com que percebemos, interpretamos e interpelamos o mundo. Assim, a compreensão das/os/es sujeitas/os/es de seu lugar no processo de constituição da memória e, potencialmente, da história estão intimamente atravessados pela legitimação de quem pode emitir a palavra, sobretudo a palavra – testemunho.

Historicamente, excluídas do espaço público, da política institucional e da historiografia, uma significativa parcela das mulheres, que teceu resistências frente à ditadura civil-militar no Brasil, minimizou sua participação nas organizações políticas, nas ações de resistência. Pela chave da hierarquização do sofrimento nas prisões e na tortura, suas vivências foram minoradas diante das grandes narrativas que carregam os nomes dos “heróis” ou em detrimento das/os que foram mortas/os ou desaparecidas/os, culminando na pouca produção de narrativas sobre si.

Problematizar os silenciamentos e apagamentos das experiências e vivências das mulheres é uma marca da escrita feminista, intelectuais em distintas temporalidades e espaços, não apenas constataram, mas problematizam a falta de narrativas construídas por mulheres na esfera pública, sejam na literatura, nas ciências humanas e sociais e/ou em outras áreas do conhecimento. Destacamos, a seguir, quatro dessas mulheres que, dentre outras, denunciaram/denunciam esse silenciamento e, com isso, causaram deslocamentos e potencializaram/potencializam outras mulheres a ocuparem o espaço público, com suas corpos e palavras.

Em um dia ensolarado, à beira de um lago, Virginia Woolf, escritora, teórica e crítica literária inglesa, da primeira metade do século XX, foi convidada pela Universidade de Cambridge para proferir uma palestra sobre “Mulher e ficção”, em duas de suas faculdades femininas, a Newnham College e a ODTAA, do Girton College. A partir das pesquisas para compor sua fala, constatou que as mulheres eram alvo de muitos discursos e estudos elaborados por homens, ao passo que as mulheres falavam tão pouco sobre outras mulheres e sobre si

mesmas. Essas duas palestras tornaram a base do livro *Um teto todo seu*<sup>34</sup>, lançado um ano depois, no outono de 1929, tornando-se um marco na escrita política da autora e uma leitura indispensável aos estudos sobre mulheres e feminismos.

Décadas depois, nos Estados Unidos da América, Audre Lorde – que se intitulava mulher, caribenha-americana, poeta negra, lésbica e feminista – nos anos de 1960, ao descobrir que estava com câncer de mama e que precisava se submeter a uma intervenção cirúrgica, passou a pensar sobre sua vida e como ela era cercada de silenciamentos. Tal experiência está narrada em seu texto *A transformação do silêncio em linguagem e ação*<sup>35</sup> (LORDE, s/d). Nesse texto, Lorde fala às mulheres:

Que palavras ainda lhes faltam? O que necessitam dizer? Que tiranias vocês engolem cada dia e tentam torná-las suas, até asfixiar-se e morrer por elas, sempre em silêncio? Talvez para algumas de vocês hoje, aqui, eu represento um de seus medos. [...] Porque sou mulher, porque sou negra, porque sou lésbica, porque sou eu mesma – uma poeta guerreira Negra fazendo seu trabalho. Pergunto: vocês, estão fazendo o seu? [...] E, certamente tenho medo, porque a transformação do silêncio em linguagem e em ação é um ato de auto-revelação, e isso sempre parece estar cheio de perigos (LORDE, s/d).

Onze anos após a publicação do texto acima, em 1989, também nos Estados Unidos, Bell Hooks, escritora, teórica feminista, artista e ativista social, lança o livro *Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black*, traduzido no Brasil como *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*, em 2019, quando já se completavam trinta anos de seu lançamento. Como já anuncia o seu título, esse livro tem como objetivo impelir as mulheres e, em especial, mulheres negras a erguerem a voz em um movimento de elaboração da teoria a partir de suas experiências. Ao afirmar que:

Seja escrevendo em diários (minha irmã mais velha sempre lia meus pensamentos e reportava meus segredos para nossa mãe) ou me manifestando, logo compreendi claramente que ‘erguer a voz’ era uma forma de rebelião consciente contra a autoridade dominante (HOOKS, 2019, p. 20).

Nessa mesma linha de escritos feministas, objetivando fazer emergir histórias de mulheres, o livro *A aventura do contar-se*, da historiadora brasileira Margareth Rago (2013), já em sua introdução problematiza a produção de biografias, mas principalmente de autobiografia de mulheres. Denuncia o modelo tradicional da produção autobiográfica, não apenas em recorte

<sup>34</sup> Informação contida no início do livro *Um teto todo seu*. Onde acrescenta que os “artigos eram muito extensos para serem lidos na íntegra, desde então, foram alterados e expandidos.”. WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

<sup>35</sup> O texto *A transformação do silêncio em linguagem e ação*, lido, em 1977, no painel sobre Lesbianismo e Literatura, da Associação de Língua Moderna, em Chicago, e publicado em 1978 no volume 6 da *Sinister Wisdom*, revista de feminismo radical.

de classe, mas também em um recorte de gênero, argumentando que, nas livrarias e bibliotecas, as biografias e autobiografias masculinas estão mais presentes do que as femininas (RAGO, 2013).

Em prefácio ao livro acima citado, Seligmann-Silva evoca que Rago (2013) narra sete histórias mais uma, tendo em vista que as narrativas das trajetórias das protagonistas do livro se entrecruzam em vários momentos com a trajetória da própria autora, trazendo assim para o seu livro uma escrita de si.

Dentre tantas outras mulheres, que aos seus modos disseram: “Ergam a voz!”, elenco essas quatro intelectuais que, com distintas vivências, tempos e espaços, denunciaram/denunciam o silenciamento imposto às mulheres, às suas histórias, memórias e experiências. E, ao chamarem a atenção para esta questão, romperam o silêncio, transformando-o “*em linguagem e ação*”.<sup>36</sup> É nessa chave que penso a resistência neste capítulo e analiso, no cinema e na literatura, a palavra – testemunho sendo posta em movimento no espaço público, produzindo uma linguagem em movimento, não individualista, nem individualizada, pois ao falarem e escreverem impelem outras mulheres a realizarem esse movimento de fala e escrita.

### 2.3.1 Cinema e literatura como lugares de memória

De 1984 a 1992, o historiador francês Pierre Nora coordenou a obra coletiva *Les Lieux de Mémoire*, que ao total somam-se três tomos, este conjunto de publicações tornou-se referência para os estudos da história cultural na França. Ainda sem tradução para a língua portuguesa, a obra propõe o conceito de lugares de memória difundido no Brasil a partir do texto *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, escrito por Pierre Nora como texto de abertura do primeiro volume da obra publicada em 1984, traduzido, no Brasil, em 1993, e publicado na décima edição da Revista Projeto História.

Nora (1993) defende que os lugares de memória têm três acepções: material, simbólico e funcional.

É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência, vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, 1993, p. 22).

---

<sup>36</sup> LORDE, Audre. Textos escolhidos de Audre Lorde. Difusão Herética: edições lesbefeministas independentes. Disponível em: [https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/obras\\_digitalizadas/audre\\_lorde\\_-\\_textos\\_escolhidos\\_portu.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/obras_digitalizadas/audre_lorde_-_textos_escolhidos_portu.pdf). Acesso em: mar. 2019.

Os lugares de memória constituídos no jogo entre a memória e a história têm por base o componente político “vontade de memória”, “intenção de memória”, assim, exigem uma leitura sobre os mecanismos que os constituíram enquanto tais, pois, “na falta dessa intenção de memória os lugares de memória serão lugares de história” (NORA, 1993, p. 22). Ao analisar os sentidos dos lugares de memória que atravessam a coleção *Les Lieux de Mémoire*, a historiadora Janice Gonçalves (2015), esquadrinha o momento histórico no qual Nora empreendeu a coleção e busca pensar os deslocamentos e as transformações do conceito ao longo dos três volumes. O termo lugares de memória, diz a autora, quando apreendido estritamente como um local em que a memória se instala, remetendo à ideia de repositório, instância de guarda, reifica e coisifica a memória, o que leva os conjuntos documentais e acervos institucionais a se tornarem sinônimos de memória-coisa (GONÇALVES, 2015, p. 16).

Gonçalves (2015) propõe uma leitura sobre lugares de memória no sentido de vetores da memória, já que este tem o sentido de portar, transmitir algo, e que só pode ser operacionalizado a partir da ação complementar que coloca a memória em atividade, a faz trabalhar. Assim, a memória não está no artefato, como alerta-nos a autora, “ela é um trabalho ativado com o auxílio de elementos como esses, aos quais nossas vidas ficaram (e ficam) de alguma forma associadas” (GONÇALVES, 2015, p. 18). O terceiro volume dos *Lieux*, em 1992, as “batalhas de memória”, as “guerras de memória” e as “memórias concorrentes”, é marcado pelo momento em que distintos grupos reivindicam a memória, emergindo uma memória marcada pela reparação e punição. (GONÇALVES, 2015).

Esse movimento de disputas da memória também acontece no pós-ditadura e, se as políticas de Estado produziam uma transição pelo apagamento e esquecimento, equivalendo às violências cometidas pelo Estado e às ações de resistência armada, praticadas pelas organizações e pelos partidos de esquerda, uma parcela da sociedade civil, especialmente familiares de mortas/os e desaparecidas/os e os sobreviventes da tortura e do cárcere, bem como artistas, intelectuais, advogadas/os e uma parcela do clero, não pactuaram com essa imposição. As denúncias que se iniciaram ainda no período ditatorial, especialmente através de escritos e manifestos produzidos no cárcere, como o livro *Cartas da prisão* (1977) escrito por Frei Tito; *Em câmera lenta* (1977) de Renato Tapajós; as cartas-denúncias – a exemplo da *Campanha nacional contra a tortura* (1971) assinada por um grupo de presas/os políticas/os, entre elas/es, Maria Yvone de Souza Loureiro.<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> Campanha nacional contra a tortura. Prontuário individual de Maria Yvone de Souza Loureiro, nº 19.214. Fundo SSP nº 25213. O documento será analisado no quarto capítulo.

Mas, também houve publicações escritas fora do cárcere como o livro *Torturas e torturados* (1966) de Márcio Moreira Alves; *As meninas* (1973) de Lygia Fagundes Teles; *Oposição no Brasil, hoje* (1974), *Tempo de ameaça* e *Autobiografia política de um exilado* (1978) de Rodolfo Konder, estes só para citar alguns que, em diferentes estilos literários, tinham o mesmo objetivo, denunciar as torturas praticadas pelo Estado às/aos militantes políticas/os. Muitas dessas publicações realizadas durante a ditadura eram rapidamente censuradas, repercutindo mais na esfera pública internacional do que no Brasil.

Logo após a promulgação da Lei de Anistia, houve um *boom* de produções literárias e cinematográficas que versassem sobre a ditadura. Diferente do movimento ocorrido no âmbito da literatura, que, mesmo nas décadas de 1960-1970, produziam escritos sobre a ditadura, na produção cinematográfica, segundo a socióloga Caroline Gomes Leme (2013), as obras cinematográficas, produzidas nas décadas de 60 e 70, tecem “[...] interlocuções com o momento sócio-histórico em que se inscrevem [...]” (LEME, 2013, p. 2), mas não são filmes sobre a ditadura, são, antes disso, filmes “sob a ditadura”. Destarte, após a revogação do Ato Institucional Número - 5 (AI-5), em outubro de 1978, e a promulgação da Lei de Anistia, em 28 de agosto de 1979, torna-se possível “[...] ao cinema tecer reflexões mais diretas, com algum distanciamento, a respeito da ditadura que estava se exaurindo” (LEME, 2013, p. 2).

Leme (2013) cataloga que, ao longo dos anos 1980, mais de trinta filmes que abordavam a ditadura civil-militar foram produzidos, movimento este que perdurou nas décadas seguintes. Nos anos 2000, são mais de duas dezenas de filmes que abordam a referida temática, afirma a socióloga.

Nas leituras sobre memória, ditaduras e mulheres, o cinema e a literatura destacaram-se como fontes para se pensar a interseção entre essas temáticas. Tem-se que esses artefatos artístico-culturais foram responsáveis por abrir espaço para o testemunho e, como analisou Eurídice Figueiredo (2017), ao traçar um panorama sobre “*A literatura como arquivo da ditadura*”, a literatura – e acrescento o cinema – possibilita transformar o trauma em experiência estética compartilhada (FIGUEIREDO, 2017).

Seja com enfoque nos grupos de mulheres militantes de esquerda como em: *Que bom te ver viva* (1989); *Vou contar para meus filhos* (2011); *Torre das donzelas* (2018) e *Memórias Femininas da luta contra a ditadura militar* (2015), ou em cinebiografias e autobiografias individuais, a exemplos de: *Em busca de Iara* (2013); *Mergulho no passado: a ditadura que*

*vivi* (2007); *Tropical sol da liberdade* (1988) e *Réquiem por Tatiana* (2013).<sup>38</sup> Tanto a literatura como as produções cinematográficas se constituem como “lugares de memória”.

No livro *A história vai ao cinema* (2008), coletânea de artigos que versam sobre a relação do cinema e da história, no qual vinte filmes são analisados à luz do olhar historiográfico. Organizado por Mariza de Carvalho Soares e Jorge Ferreira (2008), em sua introdução elabora que entre as muitas possibilidades estabelecidas no diálogo entre o cinema e a história, talvez o mais instigante seja o que estabelece a relação entre memória e história. Nesse sentido, o desenvolvimento de um cinema histórico-social, em que “[...] lembranças pessoais, memórias de grupos e mesmo pesquisas historiográficas mais sistemáticas têm levado à elaboração de filmes que constituem, hoje, quase um gênero narrativo, com características próprias” (SOARES e FERREIRA, 2008, p. 11).

Destarte, a representação da história ou o discurso sobre eventos históricos, elaborados por uma significativa parcela de cineastas brasileiras/os, nos permite considerar que tal segmento se instituiu “como “lugar de memória”, onde diretores, roteiristas, atores e produtores, bem como o próprio público que prestigiou os filmes, se esforçaram em retomar e monumentalizar certos acontecimentos ou problemáticas da história do Brasil” (SOARES e FERREIRA, 2008, p. 12).

Desse modo, uma parcela da produção literária e cinematográfica se projeta como partícipes da produção da memória social e da memória histórica, portanto, vinculadores de discursos que disputam a construção do passado. Tendo isso em mente, indagamos qual é a imagem de militante plasmado nas telas – audiovisuais – e/ou nas páginas da literatura? Com foco nas relações de gênero e tendo como acervo cinematográfico o levantamento realizado por Leme (2013), que contempla trinta anos (1979-2009) de produção cinematográfica sobre a ditadura, constatamos que dos 95 filmes: 11 são dirigidos por mulheres, sendo dois deles roteirizados por ambos os gêneros e um, roteirizado por um homem; 82 são dirigidos por homens, sendo 9 deles roteirizados por ambos os gêneros e dois, dirigidos por ambos os gêneros.

---

<sup>38</sup> QUE BOM TE VER VIVA. Direção: Lúcia Murat. Produção: Lúcia Murat. Roteiro: Lúcia Murat. Brasil, 1989. Distribuição: Embrafilme. Gênero: Semidocumentário. Duração: 100 min.

TORRE DAS DONZELAS. Direção: Susanna Lira. Roteiro: Susanna Lira, Michel Carvalho, Muriel Alves e Rodrigo Hinrichsen. Brasil, 2018. Gênero: Documentário. Duração: 97 min.

EM BUSCA DE IARA. Direção: Flávio Frederico. Roteiro: Mariana Pamplona. Produção: Mariana Pamplona e Flávio Frederico. Brasil, 2014. Gênero: Documentário. Duração: 91 min.

FALCÓN, Yara. **Mergulho no passado**: a ditadura que vivi. Maceió: Ed. Livro Rápido, 2007.

MACHADO, Ana Maria. **Tropical sol da liberdade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MONTARROYOS, Sylvia. **Réquiem por Tatiana**: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos. Recife: CEPE, 2013.

Os números atrás das telas – cineastas e roteiristas – são simbólicos, quando observamos as construções das/dos personagens que protagonizam a trama. Nas múltiplas temáticas apresentadas, que vão desde a polarização política do período em questão, as ações pontuais de resistência, a censura, as torturas, entre outras, servem de argumentos para o desenvolvimento da trama. Porém, há um sujeito em comum que aparece na esmagadora maioria dessas produções: a figura do homem – masculino – como centro desses enredos. Nesse sentido, Tega (2009), ao analisar a construção cinematográfica da participação política feminina, afirma que significativa parcela das produções trabalha com construções tradicionais de masculinidade e feminilidade, projetando personagens pouco complexos (TEGA, 2009, p. 105).

A despeito do panorama supracitado, dois acontecimentos concorreram para um deslocamento nesse quadro: o primeiro é o projeto Marcas da Memória, e o segundo é a instauração da Comissão Nacional da Verdade. O projeto Marcas da Memória, criado no âmbito da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, sob demanda civil mobilizada no ano de 2008, teve o conceito de memória como mecanismo de reparação, focando, sobretudo, na história oral sobre a repressão no Brasil. Para tanto, estabeleceu quatro campos de atuação: Audiência pública; História Oral<sup>39</sup>; Chamadas Públicas de fomento a iniciativas da Sociedade Civil e Publicações.<sup>40</sup>

No terceiro campo de atuação “Chamadas Públicas de fomento a iniciativas da Sociedade Civil”, possibilitava a seleção de fomento para produções culturais que tivessem a memória do período ditatorial como fundamento, os editais de chamadas públicas contaram com intensa participação civil e resultaram em uma gama de produções culturais. Roberta Camineiro Baggio (2012) informa que, na primeira chamada, foram contemplados 19 projetos entre “documentários, exposições culturais itinerantes, peça teatral apresentada em várias cidades brasileiras, publicações de livros e cartilhas didáticas, palestras e oficinas” (BAGGIO, 2012, p. 116). Na segunda chamada, foram contemplados 40 projetos entre “conservação de documentos, elaboração de pesquisas empírico- teórico, exposições, publicações de livros, restauração de filmes sobre o regime militar, produção de documentários, peças teatrais e

---

<sup>39</sup> Para o desenvolvimento deste campo de atuação estabeleceu parcerias com três universidades públicas: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

<sup>40</sup> Informações contidas no site da Comissão da Verdade: Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Marcas da Memória: Um projeto de memória e reparação coletiva para o Brasil. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/nph/arquivos/Projeto\\_Marcas\\_da\\_Memria\\_-\\_TEXTO.pdf](http://www.ufrgs.br/nph/arquivos/Projeto_Marcas_da_Memria_-_TEXTO.pdf). Acesso em: 02 fev. 2014.

exibição de documentários sobre a ditadura” (BAGGIO, 2012, p. 117). Houve ainda terceira e quarta chamada, esta última contemplando 14 projetos.<sup>41</sup>

Se o projeto Marcas da Memória incentivou o debate sobre a ditadura, fomentando iniciativas culturais e intelectuais que compusessem um acervo testemunhal sobre o período, a Comissão Nacional da Verdade e as Comissões similares criadas no âmbito estadual e municipal somaram-se a este debate, trazendo à esfera pública o reconhecimento oficial do Estado brasileiro, no que concerne aos crimes praticados por agentes públicos contra os opositores da ditadura. Sobre as Comissões, dissertaremos com maior ênfase no próximo capítulo. Importa-nos, neste momento, que esses dois acontecimentos foram propulsores de produções literárias e audiovisuais que pluralizaram a memória coletiva sobre a resistência à ditadura, sobretudo, no que tange à figura das mulheres na militância política.

Emergindo no momento histórico em que os debates feministas se potencializam nas universidades, mas também enquanto movimento social, perpassado e perpassando pelas lutas por direitos sociais diversos. A exultação pela primeira eleição de uma mulher para presidência da república, sobretudo, tendo sido ela – Dilma Rousseff – uma militante nas organizações clandestinas de esquerda que praticaram o enfrentamento à ditadura instalada após-64. Esta eleição e o resultado dela ampliaram os debates sobre a participação das mulheres na política e na vida pública. Neste mesmo período o debate sobre direitos reprodutivos no Brasil, com ênfase na legalização do aborto estava sendo tencionado, ganhando visibilidade pelo impacto eleitoral que o tema mobiliza, a polarização entre os grupos religiosos e os grupos feministas ficou latente (BRITO, 2017).

O feminismo se mostrou ativo, mobilizado e mobilizando também pelas redes sociais, foi assim que, em 2011, a Marcha das Vadias foi produzida, se, até então, a ênfase da violência sofrida pelas mulheres estava sob os pressupostos da violência doméstica – projetada ao debate público pela Lei Maria da Penha sancionada em 2006 – a marcha mobilizava a discussão da violência nas ruas e demais lugares da vida social das mulheres. A Marcha que ganhou as ruas em junho de 2011, em diversas cidades do país, especialmente em São Paulo com a maior adesão às ruas, tendo como elemento novo de mobilização as novas tecnologias de comunicação (BRITO, 2017).

Esses dois debates intensos no espaço público da política se expressam na historiografia a partir de duas importantes obras *Mulheres, ditaduras e memórias* da historiadora Susel Oliveira da Rosa e *A aventura do contar-se* da historiadora Margareth Rago, ambos publicados

---

<sup>41</sup> Com relação às informações da III Chamada Pública para o projeto Marcas da Memória, encontramos no site da Comissão de Anistia apenas o edital, mas não o resultado dos projetos contemplados.

em 2013. Com centralidade nas memórias e experiências de mulheres frente à ditadura civil-militar, essas obras trazem deslocamentos teórico-metodológicos para pensar a história, um “livro rizomático” diz Rago (2013)<sup>42</sup> sobre o livro de Susel, e o mesmo pode ser aplicado à sua aventura do contar-se. Os deslocamentos não param por aí, a utilização de temas como corpo, amizade, sexualidade, micropolíticas, afetos, entre outros, escolhidos para compor a narrativa e a complexidade ao mobilizar as ações de resistências dessas mulheres são marcantes nos referidos textos.

Na produção cinematográfica, entre 2011 e 2014, destaco as obras: *Hoje* (2011) de Tata Amaral; *Vou contar para meus filhos* (2011) de Tuca Siqueira; *Repare bem* de Maria Medeiros (2012); *Damas da liberdade* (2012) de Célia Gurgel e Joe Pimentel; *A memória que me contam* (2013) de Lúcia Murat; *Em busca de Iara* (2013) de Flávio Frederico; *Dois histórias* (2014) e *Nossas histórias* (2014) de Angela Zóe. Produzidas no âmbito do projeto Marcas da Memória, mas também fora dele, essas obras expressam a ampliação de mulheres, protagonizando no espaço do cinema, atrás e na frente das câmeras. Pelo processo de rememoração dos 50 anos do golpe em 2014, muitas dessas obras mediarão às narrativas e impeliram o debate sobre os anos ditadura no Brasil, as sobreviventes encontraram potenciais ouvintes nas gerações que nasceram após a década de 1980.

Nesse sentido, frisamos que, possivelmente, pelo modo com que se conduziu a transição política na década de 1980 e a interpretação e execução da Lei de Anistia, apregoando logo após o fim da ditadura a “virada de página”, que reverberou na não elaboração do trauma social engendrado pela violência de Estado e tolheu da sociedade civil o direito à história e memória de seu passado recente. Tal fator contribuiu para que as memórias dos militantes e ativistas ficassem submersas, e para que as memórias das militantes, ativistas pertencessem ao âmbito privado as “memórias di cucina”.

Destarte, uma significativa parcela de diretoras, produtoras e roteiristas que projetaram em tela audiovisuais sobre a ditadura, tendo mulheres como protagonistas, tem uma relação pessoal e afetiva com o período em questão, tendo participado da luta de resistência à ditadura ou tendo laços familiares com essas/esses ativistas, a exemplo das cineastas Tata Amaral, Lúcia Murat, que participaram de organizações de esquerda na décadas de 1960 e 1970; Tuca Siqueira, filha de militantes de esquerda; e Mariana Pamplona roteirista e produtora do já citado filme *Em busca de Iara*, se a direção coube a Flávio Frederico, o impulso para a produção do

---

<sup>42</sup> RAGO, Margareth. Prefácio – “Uma história diferente”. In: ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios, Fapesp, 2013.

filme e a escrita do roteiro se deu mediante as pesquisas realizadas por Mariana, sobrinha de Iara Iavelberg, sobre a vida de sua tia.

O cinema, assim como a literatura, foi a forma encontrada de tornar essas memórias públicas, superar Lete e evocar Mnemosyne, na busca por encontrar ouvintes que possam na interação com o cinema testemunhal e a literatura testemunhal, produzir narrativas – que, segundo Benjamim (1989), só é produzida na interação entre narrador e ouvinte – e operacionalizar na atualização desse passado. Das produções catalogadas na pesquisa, destacamos dois documentários que têm como mote os testemunhos de mulheres que militaram em oposição à ditadura. Nas duas produções, a construção da memória no espaço público é primordial, de modo que contribuem na passagem das “*memorias di cucina*” para o que nomeamos de “*memórias da ágora*”.

### 2.3.1.1 Os documentários

Protagonizados por mulheres na frente e atrás das câmeras, os dois documentários que abordaremos neste tópico são: *Vou contar para meus filhos (VCPMF)* e *Memórias femininas da luta contra a ditadura militar (MFLCDM)*. Ainda que com escolhas de modos diferentes de narrar, com técnicas de produção audiovisual distintas, ambos os documentários têm em comum a relação cinema e testemunho das mulheres protagonistas desta pesquisa. No primeiro, todas estão presentes e, no segundo, as narrativas construídas por Dulce Pandolfi se apresentam.

- ***Vou contar para meus filhos* – Pernambuco, 2011, 24 min.**

Roteirizado por Lilia Gondim e Yara Falcón, duas militantes políticas de esquerda que estiveram como presas políticas na Colônia Penal do Bom Pastor, e dirigido pela cineasta Tuca Siqueira, filha de militantes de esquerda que exerceram oposição à ditadura. O documentário foi lançado em 2011 e é caracterizado como curta-metragem, tendo aproximadamente 24 minutos de duração. Roteiristas e diretora, em entrevistas, narram o processo de produção do filme, desde o projeto até sua execução.

Segundo Lilia Gondim, a ideia de produzir o documentário surge de uma conversa entre ela e Yara Falcón no terraço de sua casa, diálogo este embebido de lembranças que suscitaram, em ambas, o desejo do reencontro:

[...] conversa vai, conversa vem, a gente teve a ideia de juntar todo mundo, aqui, em Recife, de novo, passar alguns dias juntas e sair como fruto desse encontro, quarenta anos depois, um depoimento pessoal de cada uma. Então, a gente foi pra Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura, que na época era

Amparo Araújo, a secretária, e ela sugeriu que a gente fizesse um projeto pra Comissão de Anistia, e aí a gente fez. A Comissão de Anistia tinha um programa chamado *Marcas da Memória* e a gente fez o projeto pro *Marcas da Memória*, o edital lá que saiu e foi aprovado. (LILIA GONDIM, 2021)<sup>43</sup>.

Em entrevista ao programa *Curta Pernambuco*, Tuca Siqueira conta sua relação com a temática:

Eu sou filha de ex-presos políticos, e aí a minha vida inteira eu escutava em casa muitas histórias, e eu tenho uma segunda família, que é uma segunda família que não é de sangue, que é uma família escolhida, que são esses tios postigos que também são ex-presos políticos e têm uma relação com meus pais desde o movimento estudantil, e os filhos vão crescendo como se fossem primos, enfim [...] (SIQUEIRA, 2012).<sup>44</sup>

Na mesma entrevista, Tuca Siqueira atribui o fato de Lilia e Yara escolherem ela para dirigir o filme à sua relação com a temática, “tem o lado do trabalho, né, que eu trabalho com isso e tem o lado do afeto”.<sup>45</sup> A relação entre a trajetória pessoal e a trajetória cinematográfica de Tuca Siqueira reverberou em mais dois filmes – o documentário *Mesa Vermelha* (2012), projeto também roteirizado por Lilia e Yara, e o filme *Amores de chumbo* (2018), seu primeiro longa-metragem ficcional.

O período em que o *VCPMF* e o *Mesa Vermelha* são produzidos é marcado pelas ações suscitadas pelos 50 anos do golpe. Assim, essas produções foram viabilizadas pelo financiamento do Projeto *Marcas da Memória*.<sup>46</sup> Ao pensar a memória, “também, como um mecanismo de reparação”<sup>47</sup>, o projeto “permite romper com a tendência do senso comum de considerar anistia como sinônimo de esquecimento”, afirma o historiador Antônio Torres Montenegro (2012, p.16-17). Assim, para o autor, além de reconhecer seu erro, o Estado permite que “a sociedade conheça, compreenda e por extensão repudie as violações aos direitos humanos” MONTENEGRO (2012, p. 17).

---

<sup>43</sup> Entrevista de Lilia Gondim à autora, dia 09/04/2021.

<sup>44</sup> Entrevista de Tuca Siqueira no programa *Curta Pernambuco*, 2012. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=-qgkDnF-l\\_w](https://www.youtube.com/watch?v=-qgkDnF-l_w). Acesso em: ago. 2021.

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> *Marcas da Memória* é um projeto que tem como objetivo “promover a reparação de violações a direitos fundamentais praticadas entre 1946 e 1988”, na busca de possibilitar um aprendizado coletivo a partir de produções que se dividem em quatro eixos: Audiências públicas, História oral, Chamadas públicas de fomento à iniciativa da sociedade civil e Publicações. Para mais informações, ler *Marcas da Memória: um projeto de memória e reparação coletiva para o Brasil*. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/nph/arquivos/Projeto\\_Marcas\\_da\\_Memria\\_-\\_TEXTO.pdf](http://www.ufrgs.br/nph/arquivos/Projeto_Marcas_da_Memria_-_TEXTO.pdf). Acesso em: 2 fev. 2014.

<sup>47</sup> Afirmção encontrada no texto apresentação do livro *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Apresentação intitulada: Memória como reparação: Contribuições da História oral para a reconstrução da memória e da verdade sobre a ditadura militar no Brasil, elaborada por Paulo Abrão (Secretário Nacional de Justiça e Presidente da Comissão de Anistia), Marcelo D. Torelly (Coordenador Geral de Memória Histórica – Comissão de Anistia), Rosane Cavalheiro Cruz (Coordenadora de Políticas de Justiça de Transição e Memória Histórica).

Como parte do projeto, para compor o documentário, foram realizadas entrevistas com vinte e uma<sup>48</sup> ex-presas políticas e gravadas em primeiro plano.<sup>49</sup> As entrevistas na íntegra estão disponibilizadas no “menu-extras” e serão utilizadas como fonte ao longo desta tese. O foco nas memórias individuais fica em segundo plano – no “menu-extras” – enquanto que a escolha narrativa e estética projetada em tela pelo documentário, estrategicamente constrói uma memória coletiva das ex-presas políticas da Colônia Penal do Bom Pastor, onde as falas das protagonistas se intercalam, sem que haja correlação de quem está no enquadramento da imagem e a quem pertence o relato. Nessa relação entre memória individual e memória coletiva, em que “a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo”, afirma o sociólogo Maurice Halbwachs (2006, p. 69). Os testemunhos são recortados e tramados, formando uma rede, que constitui a narrativa a que se propõe o audiovisual.

Três espaços distintos compõem o documentário: o aeroporto, a Colônia Penal Feminina do Recife (Colônia Penal do Bom Pastor – CPBP) e a praia. As mudanças do espaço marcam também o ponto de mudança na narrativa. No aeroporto, o foco é no reencontro, no reconhecimento das vinte e uma ex-presas políticas. Mais de quarentas anos se passaram desde que essas mulheres fizeram a escolha por um ativismo político e por uma militância em que o “objetivo era ter uma sociedade justa” e “igualitária”.<sup>50</sup> Algumas dessas mulheres não se conheciam pessoalmente, pois estiveram presas na Colônia em períodos distintos, algumas não se viam há mais de vinte anos, e outras se reencontram periodicamente.<sup>51</sup>

As falas no aeroporto dão centralidades aos sentimentos mobilizados pelo (re)encontro. As imagens captam a calorosa recepção ao chegarem à Recife, cidade onde suas histórias se cruzaram. Destaco duas temáticas que aparecem nesse momento do audiovisual: 1) o momento de produção do documentário como uma continuidade da militância; 2) os laços estabelecidos pela experiência comum da prisão política. Este ponto será elaborado no último capítulo deste trabalho. Neste momento, interessa-nos pensar a resistência produzida pelo testemunho, essa “continuidade da militância”.

---

<sup>48</sup> O documentário narra a história de 24 mulheres, porém, três delas *in memoriam*, quais sejam: Áurea Bezerra Santos; Helena Mota Quintela; Selma Bandeira Mendes.

<sup>49</sup> Primeiro Plano é um plano de enquadramento cinematográfico que enquadra a pessoa do tórax para cima, com ênfase no rosto.

<sup>50</sup> Fala contido no documentário *Vou Contar para Meus Filhos* (2011).

<sup>51</sup> Para ampliar as análises sobre o tema, sugerimos: SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante. **Memórias femininas no Bom Pastor- PE: gênero, repressão e resistência durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**. (Dissertação de Mestrado em História). UFPB, João Pessoa. 2017.

Nas palavras de Teresa Vilaça<sup>52</sup>: “Isso aqui pra mim é a continuação da militância, o momento em que você vai, com todas as emoções, mas você vai tentar dizer o que foi que aconteceu”.<sup>53</sup> Nas palavras de Teresa, presente e passado se relacionam, é no “aqui” que, na frase, correlaciona advérbio de espaço e tempo, “o que foi que aconteceu” a frase conjugada no pretérito. No imperativo de produzir a credibilidade daquilo sobre o que irá testemunhar, torna-se latente a ideia de remontar o passado, “dizer o que foi que aconteceu”, porém, como escreveu Halbwachs (2006), lembrar é, antes, repensar, reconstruir com imagens e ideias do presente, as experiências do passado. Assim, o testemunho não se trata do que aconteceu “tal como foi”, mas de como essa história vivida é lembrada e como esse passado é atualizado, no entendimento de que “tal como foi” já não existe mais.

Ativistas da memória, na busca por esfacelar os pactos de silenciamento, lançam-se ao espaço público e ao testemunharem – produzirem suas memórias da ágora – disputam a produção da memória sobre este passado, criando fendas na memória oficial produzida na transição para a democracia, balizada pelos segmentos militares e civis que urdiram e sustentaram a ditadura. Outras narrativas, contidas nos extras, também trazem as motivações pelas quais foram impelidas a testemunhar. Eridan Magalhães, movida pelo “dever de memória”<sup>54</sup>, explicita: “[...] o jovem que hoje me escuta vai compreender, porque nós lutávamos [...]”.<sup>55</sup> Apontando para a necessidade de passar para as/os jovens, aquelas/es que não viveram sob uma ditadura, as histórias por elas vivenciadas, tornando a memória ativa, construindo novas testemunhas – auriculares – rompendo os muros da memória nacional construída sob o signo da “ideologia da reconciliação”. Ou, como escreveu Leonor Arfuch (2009), uma “palavra, neste caso, cuja insistência se opõe ao vazio, à ausência, ao esquecimento. A palavra – a narração – como ato de resistência” (ARFUCH, 2009, p. 14).

Ainda na narrativa do documentário, a paisagem muda, a imagem da praia, o espaço aberto toma conta da tela. A narrativa passa a ser sobre a descoberta do aparelho pelos órgãos de repressão, o momento de queda, a prisão, a chegada ao DOPS e as torturas. Os sentimentos de susto, medo e incertezas com o futuro são narrados em primeira pessoa. Na imagem, a areia da praia ganha contornos das sombras, possivelmente, dos corpos das protagonistas da película.

---

<sup>52</sup> Maria Teresa Lemos Vilaça, historiadora, nascida em Pernambuco, ex-integrante da ALN. Esteve, enquanto presa política na Colônia Penal do Bom Pastor, entre o mês de junho de 1970 e maio de 1974.

<sup>53</sup> Entrevista de Maria Teresa Lemos Vilaça. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

<sup>54</sup> Para maiores discussões, ler: JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 2002.

<sup>55</sup> Entrevista de Eridan Magalhães. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

Ao iniciar os relatos sobre a tortura, a fotografia tem uma drástica mudança, passa da paisagem do mar aberto para um ambiente escuro, à luz natural, o dia solar é substituído pelo breu do espaço fechado e, posteriormente, pela luz artificial de uma lâmpada no teto. A priori, não se (re)conhece o espaço, aos poucos a luminosidade se reestabelece e percebe-se um corredor e silhuetas sendo formadas. Por um portão gradeado, que fecha um estreito corredor, passam as ex-presas políticas e adentram a Colônia Penal Feminina de Recife<sup>56</sup>. Junto a essas imagens em movimento, ouvem-se os relatos de memória sobre a primeira vez que adentraram àquela penitenciária nas décadas de 1960 e 1970.

Olhares atentos buscando reconhecer aquele espaço tão marcado pelas grades, pela rigidez da arquitetura que demarcar profundamente o “dentro” e o “fora” e transforma, ou busca transformar o cotidiano a partir dessa dualidade. Contrastando esse espaço, ouvimos os relatos dos afetos e da solidariedade construída entre aquelas paredes, o nascimento de uma criança, a recepção e o cuidado quando uma nova companheira chegava à Colônia Penal. Fotografias produzidas na época em que estiveram presas, matérias de jornais e imagens dos prontuários individuais também se tornam um artifício para compor as *instruções documentarizantes*, conceito desenvolvido por Roger Odin (1984) e operacionalizado por Fernando Seliprandy (2012) ao analisar o filme “O que é isso companheiro?”. O conceito diz sobre os elementos integrados à produção do audiovisual com o objetivo de instruir “o espectador a pôr em ação a leitura documentarizante” (SELIPRANDY, 2012, p. 309).

O enquadramento em plano detalhe<sup>57</sup> preenche a tela com uma mão segurando fios de lã vermelhos e ouvimos uma das protagonistas – Maria do Socorro Diógenes<sup>58</sup> – cantando *Mes hommes à moi*.<sup>59</sup> A música é entoada como um lamento em segunda voz, enquanto que, em primeira voz, cada uma das mulheres proferia o nome de companheiras/os mortas/os ou

<sup>56</sup> No momento da gravação a Colônia não é mais dirigida pelas religiosas da Congregação do Bom Pastor, ainda que socialmente a Colônia ainda seja reconhecida como a Colônia do Bom Pastor, oficialmente é Colônia Penal Feminina do Recife.

<sup>57</sup> Plano Detalhe é o plano cinematográfico em que a câmera enquadra uma parte do rosto ou do corpo (mãos, olhos, pés, etc.).

<sup>58</sup> Maria do Socorro Diógenes, nascida no Ceará, educadora, ex-integrante do PCBR. Esteve, enquanto presa política na Colônia Penal do Bom Pastor, entre o mês de maio de 1972 à dezembro de 1972.

<sup>59</sup> Música de Gilbert Bécauld, intitulada *Mes hommes à moi*, de 1966. Os grifos em negrito marcam os versos cantados por Maria do Socorro Diógenes, os nomes dos “homens” que aparecem na letra original da canção, são substituídos na cantoria de Maria do Socorro, pelos nomes das/os companheiras/os de luta que foram mortos ou desaparecidos pela ditadura. Letra: **Mes hommes / Mes hommes à moi** / [...] La nuit, je les entends qui marchent / J'entends les noms, j'entends les voix / De mes hommes / San Fuentes et sa chemise noire / **Muerto!** / Fernandez qui me doit trois cigares / **Muerto!** / El Frances qui était là par hasard / **Muerto!** / **Mes hommes / Mes hommes à moi** / Je jure sur le sang du monde / Qu'avant longtemps, sur votre tombe / La liberté refleurira / **Mes hommes.** **Tradução:** Meus homens / Os meus homens para mim / [...] À noite ouço-os andar / Eu ouço os nomes / Eu ouço as vozes dos meus homens / San Fuentes e sua camisa preta / Muerto! / Fernandez que me deve três charutos / Muerto! El Frances que estava lá por acaso / Muerto! / Meus homens / Os meus homens para mim / Juro sobre o sangue do mundo / Em pouco tempo, no seu túmulo / A liberdade refletirá / Meus homens.

desaparecidas/os nos órgãos de repressão. Os fios se entrelaçam, formando teias, conectando essas mulheres entre si e conectando-as aos nomes por elas conclamados.<sup>60</sup>

Para finalizar o documentário, as imagens voltam à praia, lugar aberto, iluminado, onde, em ciranda, as protagonistas cantam, não mais em lamento, *O bêbado e o equilibrista*. Não encerrar o documentário na prisão traz a percepção de uma vida que não se encerrou no cárcere. A ciranda é cantada e dançada no sentimento de esperança e de uma luta que continua marcando que: “[...] uma dor assim pungente / Não há de ser inutilmente / A esperança / Dança na corda bamba de sombrinha / [...] / A esperança equilibrista / Sabe que o show de todo artista / Tem que continuar” (BOSCO, BLANC, 1979).

Enquanto entoavam esse canto em segunda voz, ouvimos, em primeira voz, a seguinte narrativa: “Certamente contarei a história da minha mãe para meus filhos e farei com que eles contem para os filhos deles, a história dela é parte da minha história e da nossa história.”, fala de Cristina Aguiar, filha de Cleusa Aguiar.<sup>61</sup>

O filme é construído tendo como alicerce a relação de amizade e de solidariedade estabelecida entre as presas políticas durante a prisão, “é um filme leve, que fala sobre um período completamente violento e pesado.”<sup>62</sup>, caracteriza a diretora. De modo que não mascara o horror vivido, mas faz a escolha de projetar, em tela, os encontros que potencializaram a vida, os laços afetivos estabelecidos dentro da Colônia Penal do Bom Pastor, entrelaçando memórias narradas e elementos audiovisuais, o documentário destaca a construção da memória coletiva, costurando os fios dos testemunhos de mulheres que compõem parte da história política recente do Brasil, assim como na obra *Memórias femininas da luta contra a ditadura militar*, que analisaremos a seguir.

- ***Memórias femininas da luta contra a ditadura militar*, Rio de Janeiro, 2015, 51 min.**

Sob a coordenação da historiadora Maria Paula Nascimento Araújo, o documentário foi produzido pela equipe do Laboratório de Estudos do Tempo Presente do Instituto de História da UFRJ<sup>63</sup> e contou com o apoio da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. O documentário põe em tela entrevistas com dez mulheres que

---

<sup>60</sup> Para mais informação: SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante. **Memórias femininas no Bom Pastor- PE**: gênero, repressão e resistência durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). (Dissertação de Mestrado em História). UFPB, João Pessoa. 2017.

<sup>61</sup> Cleusa Maria Aguiar nascida no Rio Grande do Sul, jornalista, ex-integrante da Quarta Internacional. Esteve, enquanto presa política na Colônia Penal do Bom Pastor, entre o mês de julho de 1970 a junho de 1971.

<sup>62</sup> Entrevista de Tuca Siqueira ao programa Curta Pernambuco, 2012. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=-qgkDnF-l\\_w](https://www.youtube.com/watch?v=-qgkDnF-l_w). Acesso em: ago. 2021.

<sup>63</sup> Pesquisa e montagem realizada por docentes que integravam o Laboratório, estas/es são: Ana Caroline Alencar, Barbara Fuentes, Gabriela Machado, Isadora Gomes, Lays Corrêa, Luca Romano, Renato Dias Pais.

participaram – cada uma à sua maneira – da resistência à ditadura: Nair Guedes, Rose Nogueira, Ana Bursztyn, Dulce Pandolfi, Vera Paiva, Magda Neves, Clara Charf, Victoria Grabois, Flávia Schilling e Madalena Guilhon. As entrevistas utilizadas no audiovisual foram realizadas pela historiadora Maria Paula e integram o acervo do Projeto *Marcas da Memória* da UFRJ.

Ao estilo do “documentário participativo”, para utilizar uma designação de Bill Nichols (2001), a principal característica está no encontro entre o cineasta e o tema, este estilo estabelece uma imersão da/o cineasta no campo de trabalho onde a produção será realizada, similar ao trabalho antropológico, em que a/o documentarista vai a campo, vivem imersos em outras culturas, põe-se em contato com o “outro” e, posteriormente, falam sobre sua experiência e ou representam o que experimentaram (Nichols, 2001). Mas, “nem todos os documentários participativos enfatizam a experiência ativa e aberta do cineasta, ou a interação de cineastas e participantes do filme”, afirma Nichols (2001, p.159). Neste sentido, a entrevista pode representar esse encontro entre cineasta e tema, como é o caso do *Memórias femininas da luta contra a ditadura militar*.

Duas questões marcam a produção deste audiovisual, o primeiro é não ser produzido por uma cineasta de ofício, mas sim por uma equipe de pesquisa sob a coordenação de uma historiadora, professora universitária que percebe, no cinema, a possibilidade de publicizar para um público mais abrangente as memórias declarativas destas mulheres, vendo assim, no cinema, um potencializador para estas vozes. O segundo é que não há uma preocupação com a estética artística, o documentário é direto ao colocar entrevistadora e entrevistada em tela.

Os recursos utilizados são letreiros que aparecem demarcando o recorte temático das falas que serão apresentadas a seguir. O argumento é anunciado já nos primeiros segundos, o espectador é informado sobre a pergunta que guia o documentário: “há uma forma de vivência específica de gênero em condições de violência e de enfrentamento a um regime de exceção?”.<sup>64</sup> E afirma que: “Os depoimentos nos mostram que essa especificidade se revela de vários níveis”.<sup>65</sup> A subdivisão em quatro eixos temáticos busca conectar os testemunhos: 1) A violência contra as mulheres; 2) O lugar de Antígona, onde aborda as dores das mães, filhas, irmãs e esposas; 3) O amor nos tempos do cólera, em que as relações afetivas com os familiares e os afetos construídos na clandestinidade, no exílio e na prisão são o foco; 4) Movimento feminista, as lutas feministas pautando questões específicas das mulheres e levantando

---

<sup>64</sup>Letreiro do documentário: *Memórias femininas da luta contra a ditadura militar* (Brasil, 2015). Coordenação: Maria Paula Araújo. Pesquisa e montagem: Ana Caroline Alencar, Barbara Fuentes, Gabriela Machado, Isadora Gomes, Lays Corrêa, Luca Romano, Renato Dias Pais. Apoio: Universidade Federal do Rio de Janeiro e Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Gênero: Documentário. Duração: 51min.34 seg.

<sup>65</sup> Idem.

bandeiras contra a ditadura civil-militar, principalmente em publicações nos jornais feministas, como o *Mulherio*, *Brasil mulher* e *Nós mulheres*.

*Memórias femininas da luta contra a ditadura militar* compartilha com o *Vou contar para meus filhos* o objetivo de publicizar as memórias femininas, trazendo seus testemunhos para o espaço público, ou seja, tornando-os *memórias da ágora*. Com produção didática, o conteúdo dos testemunhos ganha centralidade, e o desígnio de tornar os relatos acessíveis é posto em prática a partir da plataforma de compartilhamento de vídeo – *YouTube* – no qual o documentário é disponibilizado e pode ser acessado de forma gratuita.<sup>66</sup>

É importante destacar o momento histórico em que esses audiovisuais emergem, quanto a isso, Tuca Siqueira, em sessão do Cine Clube do Curso de Antropologia da UFPE, realizada em 2016, afirma que, no período de produção do filme, era um momento de comemoração, rememoração, no qual se objetivava publicizar as histórias dessas mulheres, compartilhar com um público mais amplo seus relatos de experiências e documentar seus testemunhos.<sup>67</sup> O momento se mostrava propício para a busca de novas/os ouvintes, possíveis futuras testemunhas auriculares, como conceitua Gagnebin (2009).

Nesses dois documentários dirigidos/produzidos por Tuca Siqueira e Maria Paula Nascimento Araújo, assim como em *Repare bem* (Maria de Medeiros) e *Dama da liberdade* (Célia Gurgel e Joe Pimentel), observa-se a construção de redes de narrativas femininas, conclamando-as a re-pensarem suas próprias trajetórias. Para tanto, Leonor Arfuch (2009) analisa o fato de que, nos testemunhos realizados décadas depois do evento rememorado, “existem, sem dúvida, várias temporalidades da memória, tempos que têm que passar antes de poder falar, aquela distância da vida em (certa) normalidade que torna transmissível a experiência de uma anormalidade absoluta” (ARFUCH, 2009, p. 17-18). De modo que os anos que se passaram entre os eventos rememorados e o testemunho, quase quarenta anos, acabam por produzir “o efeito de uma elaboração memorial onde a marca – indelével – do passado não parece impedir um certo otimismo do presente” (ARFUCH, 2009, p. 18).

Otimismo perceptível nos testemunhos construídos para os dois documentários, analisados nesta tese. A passagem do tempo que possibilitou para uma parcela destas mulheres a realização do trabalho de memória, ou seja, uma elaboração do passado e do trauma. Que não pode ser dissociado das experiências desse entre – período da ditadura e da produção do

---

<sup>66</sup> Disponibilizado no YouTube, plataforma de compartilhamento de vídeo aberta e gratuita. Publicado em dois de setembro de 2015, o documentário somava quase sessenta mil visualizações. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YWtuhUsn5ao>. Acesso em: mar. 2022.

<sup>67</sup> Fala proferida por Tuca Siqueira em sessão de Cine Clube de Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (2016).

audiovisual; tampouco pode prescindir do tempo presente em que os testemunhos foram urdidos. No momento da realização dos testemunhos e do lançamento dos audiovisuais, o país vivenciava o acontecimento de eleger como primeira Presidenta da República, Dilma Vana Rousseff, uma ex-presa política. Este fator reverberou em parte delas, o sentimento de “valeu a pena”, ao perceber nesta eleição uma conquista social, que produziu um deslocamento nos lugares sociais estabelecidos para as mulheres, sentimento ampliado por compartilharem com ela um passado de lutas e dores em comum, o enfrentamento à ditadura civil-militar e as violências perpetradas pelo Estado ditatorial.

Destarte, esse período também é marcado pela expansão de políticas de memórias, abrindo a possibilidade de uma elaboração coletiva do passado, fazendo emergir, a partir desse passado de violações dos direitos humanos, discussões imprescindíveis para o presente, a exemplo da temática do encarceramento, o abuso de força policial, a prática da tortura nas prisões, o acesso à educação, à saúde e ao trabalho.

Dito isso, destaca-se a afirmação da historiadora francesa Michelle Perrot (2006):

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história. (PERROT, 2006, p. 112).

Histórias que lutaram para narrar e que, ao narrarem, impelem outras mulheres a fazerem o mesmo. Para tanto, esses documentários emergem como um acontecimento e marcam a passagem das “*memorias di cucina*” para as *memórias da ágora*, tornando seus testemunhos um ato político. Mas, estas não se resumem aos documentários, as memórias da ágora são parte fundamental das Comissões da Verdade, espaço que potencializou o rompimento dos silêncios. E, ativamente, muitas mulheres que lutaram pela constituição dessas Comissões, viram nessa política de memória a possibilidade de contarem suas histórias, abrindo fendas nos silenciamentos que perpassam esse período histórico e pluralizaram os sujeitos históricos há tanto cristalizado, exercendo-se como sujeitas políticas, reivindicando seu direito à memória e à verdade.

### 3. NARRAR, REGISTRAR E REPARAR

Construir uma justiça transicional no país foi/é pauta reivindicatória dos familiares de mortos e desaparecidos políticos e das/os sobreviventes dos vilipêndios, das torturas, dos sequestros e das prisões políticas no período ditatorial. Neste capítulo, objetivamos problematizar a participação das militantes de esquerda nos mecanismos de justiça de transição como forma de resistir ao apagamento estabelecido no processo de redemocratização.

Conclamada não apenas por políticos, intelectuais, militantes e familiares de mortas/os e desaparecidas/os, mas também de significativa parcela da população, com manifestações que podiam ser vistas nas ruas, nos campos de futebol, nos carros adesivados e nos panfletos distribuídos nas ruas (MEZAROBBA, 2010), a Lei nº 6.683, denominada popularmente de Lei da Anistia, foi instituída em 28 de agosto de 1979. Norteada pela conciliação política, como afirmou o historiador Pedro Ivo Teixeira (2022), a anistia de 1979 “reforça a tradição brasileira de adoção de instrumentos legais conciliadores.” (TEIXEIRENSE, 2022, p. 98).

O discurso sobre a necessidade da anistia começou a ser propalada logo após o golpe, analisa Teixeira (2022), diferentes personalidades brasileiras a exemplo do literato Tristão de Ataíde e o general Peri Constant Bevilacqua argumentavam sobre a impossibilidade de restabelecimento da ordem democrática sem a anistia. Também neste sentido, argumentou a Frente Ampla, que articulada por políticos tão distintos, como Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda, lançou o manifesto que serviu de “base para o projeto de lei de anistia apresentado no plenário do Congresso Nacional em 1968, propunha a aprovação de anistia ampla, geral e irrestrita.”, informa Teixeira, (2022, p. 100).

Em meados dos anos de 1970 os debates e mobilizações realizadas pelos comitês brasileiros pela anistia, tinham como pauta “a necessidade de responsabilização dos agentes do Estado, a libertação dos presos políticos, a mobilização em torno dos esforços de esclarecimento das mortes e desaparecimentos forçados e o repúdio à adoção de anistia recíproca.” (TEIXEIRENSE, 2022, p. 98). O autor aponta que as disputas dos distintos grupos políticos para a construção da anistia impossibilitavam, em 1974, “construir consensos no tocante aos limites e alcances da anistia política, que parte da sociedade brasileira desejava.” (TEIXEIRENSE, 2022, p. 101).

É nesse período que o discurso dos direitos humanos é inserido nos debates e reivindicações da construção da anistia, exemplo disso é a campanha promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 1974, onde associou a anistia à luta pelos direitos humanos. Na segunda metade dos anos de 1970, a criação do Comitê Feminino pela Anistia e Comitê

Brasileiro pela Anistia, as transformações na política das esquerdas que incluindo uma plataforma pelas lutas democráticas aproximou-se de setores mais moderados e o projeto de distensão política, sinalizavam para a anistia como um meio incontornável para o reestabelecimento da reconciliação nacional. (TEIXEIRENSE, 2022).

O projeto de anistia sancionado em 1979 foi o resultado da acomodação de agrupamentos políticos distintos, afirma Teixeira (2022). E diferente do que ocorreu na Argentina e Chile, o aperfeiçoamento dos mecanismos de transição ocorridos no Brasil, “até o presente momento, não comportou o princípio de responsabilização penal individual, em decorrência da interpretação corrente atribuída à Lei de Anistia de 1979.” (TEIXEIRENSE, 2022, p. 97).

A cientista política, Glenda Mezarobba (2007), analisa que a lei da anistia continua tendo a interpretação estabelecida, especialmente pelos militares, no ato de sua elaboração e aprovação, imputando que “crimes conexos” abarcam as torturas e os crimes cometidos contra os direitos humanos. Mezarobba (2007) alerta que a rigidez interpretativa se mantém especialmente no aspecto da responsabilização criminal dos agentes do Estado, pois que, outros pontos da lei têm sido flexibilizados, nas palavras da autora:

Curiosamente, esse rigoroso apego à anistia diz respeito estritamente ao seu aspecto penal. Até onde se tem notícia, nenhum tribunal jamais recorreu ao artigo 11 da legislação para impedir que vítimas do regime militar recebessem indenizações ou ressarcimentos, embora, como se viu, essa talvez tenha sido a restrição formulada com mais clareza no texto da lei (MEZAROBBA, 2007, p. 361).

Desse modo, vale citar o Estado de Pernambuco, que sancionou a Lei nº 11.773 em 23 de maio de 2000, a qual dispunha: “[...] sobre indenizações a pessoas detidas por motivos políticos, no período de 31 de março de 1964 a 15 de agosto de 1979 [...]”<sup>68</sup>. Para tanto, foi formada uma Comissão Especial que funcionou junto à Secretária da Justiça e Cidadania. Outros Estados também formularam leis equivalentes. De forma que se observa a suscetibilidade do Estado brasileiro no reconhecimento, na reparação e na indenização de cunho financeiro às/aos sobreviventes dos crimes praticados durante a Ditadura ou, como elaborou Mezarobba (2007), “o preço do esquecimento”<sup>69</sup>, porém, uma resistência às ações no âmbito criminal.

<sup>68</sup> Fragmento do texto da Lei nº 11.773. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=11773&complemento=0&ano=2000&tipo=&url=> acesso em: outubro de 2023.

<sup>69</sup> Parte do título da tese: MEZAROBBA, Glenda. O preço do esquecimento: as reparações pagas as vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile). Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

O movimento institucional de imposição do esquecimento, de “virada de página” sem a realização dos trabalhos de apuração e reconhecimento dos crimes perpetrados pelo Estado, é fraturado, em 2009, com a publicação do Plano Nacional de Direitos Humanos III (PNDH 3) pelo Governo Brasileiro. Nesse plano, segundo a cientista política Simone Rodrigues Pinto, a “principal pedra de toque foi o Eixo Orientador VI, que diz respeito ao direito à memória e à verdade e faz remissão ao período da ditadura (1964-1985)” (PINTO, 2010, p. 128).

A pesquisadora analisa que a publicação do PNDH 3 gerou severas críticas e desavenças políticas, não apenas em decorrência de interesses políticos ameaçados, mas também pela “[...] falta de informação a respeito deste instituto de justiça transicional, que não é novo no mundo, mas pouco conhecido no Brasil” (PINTO, 2010, p. 128-129). Em seu texto de 2010, autora indica que, mesmo nos meios acadêmicos e profissionais, a justiça transicional é pouco estudada. Porém, observou-se uma ampliação de pesquisas na área citada em decorrência da instalação das Comissões de Verdade em 2012.

O conceito de Justiça de Transição foi criado no fim dos anos 1980 e início da década de 1990, período de transformações políticas na América Latina e no Leste Europeu. A justiça transicional não expressa uma forma especial de justiça, ela representa, sobretudo, “[...] métodos e formas de responder a sistemáticas e amplas violações aos direitos humanos” (PINTO, 2010, p. 129) e é constituída por “[...] diversas iniciativas que têm por intuito reconhecer o direito das vítimas, promover a paz, facilitar a reconciliação e garantir o fortalecimento da democracia” (PINTO, 2010, p. 129).

Nesse sentido, Carolina de Campos Melo e Andrea Bandeira de Mello Schettim (2021) afirmam que a justiça de transição visa, sobretudo, elaborar sobre o legado de violência produzido em determinada sociedade, buscando responder a indagações, como: “O que fazer com os crimes do passado?”; “quem deveria ser punido e como punir?”; “quais as formas de reparar as vítimas?”; “como garantir a “pacificação” de uma sociedade após contextos autoritários, ditaduras, guerras ou conflitos internos?” (MELO e SCHETTİM, 2021, p. 142). Em suma, a justiça de transição é um novo modo de lidar com um problema político, que já conta com um longo percurso histórico, a violência do passado (MELO e SCHETTİM, 2021).

Não há um modo preestabelecido para a elaboração de passados traumáticos e de violações de direitos humanos, cada sociedade desenvolve seus próprios mecanismos para essa elaboração. Porém, Melo e Schettim (2021) afirmam que, a despeito disso, há uma crescente influência exercida pela ONU, na produção dos discursos, dispositivos e normas de âmbito internacional e da ONG *International Center for Transitional Justice* (ICTJ). Assim, conforme Simone Rodrigues Pinto (2010), ainda que não haja um modo, há diretrizes estipuladas pelos

órgãos internacionais a serem seguidas, a exemplo da ONU e da Corte Interamericana de Direitos Humanos que, no caso *Velásquez Rodrigues versus Honduras*, estipulou que:

[...] todos os Estados estão sujeitos a quatro obrigações: a) tomar medidas para prevenir violações aos direitos humanos; b) conduzir investigações quando as violações ocorrerem; c) impor sanções aos responsáveis pelas violações e d) garantir reparação para as vítimas (PINTO, 2010, p. 129).

No Brasil, a Comissão Nacional da Verdade funcionou como um desses mecanismos (PINTO, 2010). Em grande parte da América Latina, onde foram instituídas as Comissões de Verdade, instaurou-se a anistia antes da apuração dos crimes cometidos, diferente do que ocorreu na África do Sul, país no qual a mesma foi consentida após as investigações dos crimes perpetrados. Sendo assim, “[...] a verdade era trocada pela anistia” (PINTO, 2010, p. 130), buscou-se garantir a verdade, trazer para os familiares um fechamento, descobrindo onde estavam as/os corpos/os das/os desaparecidas/os e elucidando as condições das mortes (PINTO, 2010). Porém, assim como em outras Comissões, a da África do Sul centralizou seus esforços na apuração dos crimes contra os direitos humanos com enfoque no perpetrador, deixou-se de apontar os beneficiários e de promover uma reestruturação institucional, de modo a prevenir novas violações dos direitos humanos (MELO e SCHETTİM, 2021).

Na contemporaneidade, a justiça de transição passa por um processo de “expansão e normalização” (MELO e SCHETTİM, 2021, p. 147), pois que:

[...] deixa de ser considerado medida excepcional, próprio de momentos pós-ditadura e pós-conflito, e se transforma em uma regra geral da política, em um mecanismo estável (*steady-state*), aplicado inclusive em tempos ditos “normais” (MELO e SCHETTİM, 2021, p. 147).

Assim sendo, a justiça de transição deixou de ser exercida com ênfase nas mudanças de regimes, centralizando-se nas violações deixadas por esses passados de regimes autoritários, ditaduras e/ou guerra. Com o discurso de neutralidade política e alicerçando-se no discurso de legalidade, os mecanismos da justiça de transição no Brasil têm sido balizados pelo Estado, que se autodetermina como neutro, portanto, apto a regular não só a alternância de regime, mas também o controle da narrativa sobre as violações (MELO e SCHETTİM, 2021).

Porém, a partir das análises de Fernando Perlatto (2021), é perceptível como as disputas políticas pelo passado e pela memória da ditadura são centrais na constituição dos mecanismos de justiça de transição. Nesse sentido, um olhar para os eventos mais recentes da história política do país é elucidativo, o projeto lei, assinado em 2011, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), instituiu a criação da CNV, sancionado em 2012, pela presidenta Dilma Rousseff (PT), as atividades da Comissão resultou no *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*, entregue à presidenta em 2014.

Concomitante a esse período, viu-se a governabilidade da presidenta abalada e o crescimento dos discursos de extrema-direita. No ano de 2016, marcado pelo golpe parlamentar que destituiu a então presidenta eleita, um ato legalmente produzido como impeachment, viu-se e ouviu-se, em rede nacional, pela televisão, durante a votação na Câmara dos deputados, ser proferida a seguinte frase: “[...] pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...]”<sup>70</sup>.

A homenagem proferida pelo parlamentar ao conhecido torturador é a expressão de como os perigos do passado relampejam no presente, de maneira que os discursos negacionistas e o endosso à ditadura de 1964 concorreram para que o parlamentar angariasse capital político e se tornasse Presidente da República em 2018, dois anos após o discurso em questão. Os oito anos que separam o projeto lei que criou a Comissão e a eleição presidencial de 2018 são emblemáticos para se pensar as mobilizações, as disputas pela memória sobre o passado ditatorial e para problematizar os avanços e as limitações da CNV (PERLATO, 2021).

Ao longo das duas últimas décadas, os estudos nas áreas de direito, sociologia, relações internacionais e história vêm desenvolvendo pesquisas sobre a temática da justiça de transição e sobre a Comissão Nacional da Verdade em uma perspectiva crítica ou hiper-crítica, como nomeou Fernando Perlatto (2023). Em conferência intitulada “*A justiça de transição no Brasil: entre a judicialização da memória e a memória cultural*”, Perlatto (2023) aponta que os debates sobre a justiça de transição no Brasil têm sido balizados por dois paradigmas: o paradigma da ausência e o paradigma de 1979.

O primeiro diz respeito ao discurso produzido sobre a justiça de transição marcada pela ausência, pela precariedade e pela falta. Assim, afirma-se a legitimidade argumentativa desse discurso, mas, baliza que, se pautarmos apenas por esse paradigma, minimizamos e desconsideramos o fato de as iniciativas ao longo destes anos virem, contribuindo para a construção da democracia no país.

Sobre o paradigma de 1979, o autor elabora que a centralidade depositada na Lei de Anistia, como a pedra angular de todos os males restantes da ditadura, gera uma “judicialização

---

<sup>70</sup> Fala proferida pelo então deputado federal Jair Messias Bolsonaro na votação pelo impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff. Discurso completo disponível em: <https://youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU>, acesso em 30 de janeiro de 2024.

da memória”<sup>71</sup>, pois, operacionaliza como se “a simples mudança jurídica, a mudança operada pelo direito”<sup>72</sup> resolvesse as questões da memória sobre esse passado autoritário.

Com isso, não há negativa da importância na revisão da lei ou de sua interpretação, porém, pretende-se estabelecer um convite para se pensar a memória enquanto uma constante disputa, que precisa ser produzida não apenas no âmbito do Estado, mas, sobretudo ser operacionalizada, produzida, cotidianamente e permanentemente, permeando a sociedade (PERLATTO, 2023).

Diante do exposto, buscamos trazer, acima, um panorama das discussões acerca da justiça de transição, de seu caráter ambivalente, complexo e inacabado, sobretudo, pelo fato de a alternância do regime ter ocorrido de forma lenta, gradual e negociada. Aceitamos a proposição de Perlatto (2023), para pensarmos criticamente as políticas, os projetos, os mecanismos da justiça de transição, porém, não operacionalizando dentro do “paradigma da ausência” e não secundarizando os efeitos produzidos pela mesma.

Na sequência, analisamos como os mecanismos da justiça de transição têm produzido as memórias da ágora.

### 3.1 AS PREMISSAS PARA O NÃO APAGAMENTO – PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS

O projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM), criado em 1979, teve como objetivo “evitar que os processos judiciais por crimes políticos fossem destruídos com o fim da ditadura militar, tal como ocorreu ao final do Estado Novo; obter e divulgar informações sobre torturas praticadas pela repressão política; e estimular a educação em direitos humanos.”<sup>73</sup>. A iniciativa contou com a articulação das/os sobreviventes e das/os familiares de mortas/os e desaparecidas/os, de advogadas/os e de setores das igrejas católica e protestante, dirigidos pela Arquidiocese de São Paulo e pelo Conselho Mundial de Igrejas, em sua interface eletrônica – o site Brasil: Nunca Mais digit@l – destacam-se cinco participantes do projeto, a citar: o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns (coordenador), Reverendo Jaime Wright (coordenação), Eny Raimundo Moreira (idealizadora), Pastor Charles Roy Harper Jr. (articulador) e Paulo Vannuchi (coordenação).

O BNM se configurou como o primeiro projeto, produzido no Brasil, para articular metodologicamente as denúncias dos crimes cometidos pela ditadura, expondo inclusive

---

<sup>71</sup> PERLATTO, Fernando. *A justiça de transição no Brasil: entre a judicialização da memória e a memória cultural*. In: Jornada de estudos: A justiça de transição brasileira como objeto historiográfico: novas abordagens. 2023. Conferência de encerramento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AHUIVKEImjc>, acesso em dezembro de 2023.

<sup>72</sup> Idem

<sup>73</sup> Informações contidas no site Brasil: Nunca Mais, disponível em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>, 10 de dezembro de 2023.

nominalmente os perpetradores da violência. Em decorrência disso, é considerado por alguns como a “primeira Comissão Nacional da Verdade do Brasil”, segundo a pesquisadora Magali do Nascimento Cunha (2014). Ao produzir um acervo documental, “na medida em que advogados conseguiram retirar os autos dos processos criminais dos cartórios da Justiça Militar, para fins de apresentação da petição de anistia, aproveitando-se disso para extrair cópia de toda essa documentação” (BRASIL, 2014, p. 24), o projeto se institui, sobretudo, na luta contra o apagamento.

Eny Raimundo Moreira, em depoimento ao BNM, contou que as narrativas realizadas pelo advogado Sobral Pinto, sobre a destruição dos processos do Tribunal de Segurança do Estado Novo, a fizeram temer que ocorresse algo parecido com os arquivos dos autos criminais da ditadura de 1964 (TESSITORE, 2014). Foi o conhecimento da experiência histórica do passado autoritário que levou Eny Moreira a idealizar o projeto, experiência comum aos regimes autoritários, como é possível ler em “*Os afogados e os sobreviventes*” (2020), escrito por Primo Levi, que esmiúça a tentativa de apagamento dos campos de concentração pelo regime nazista, mediante a explosão das câmaras de gás e os fornos dos crematórios, e a queima dos arquivos no último dia da guerra. Levi (2020) narra como muito antes do fim da guerra os SS – polícia do Estado Nazista – se vangloriavam:

Seja qual for o fim desta guerra, a guerra contra vocês nós já ganhamos; ninguém restará para dar testemunho, mas, mesmo que alguém escape, o mundo não lhe dará crédito. Talvez haja suspeitas, discussões, investigações de historiadores, mas não haverá certezas, porque destruiremos as provas junto com vocês. E ainda que fiquem algumas provas, e sobreviva alguém, as pessoas dirão que os fatos narrados são tão monstruosos que não merecem confiança: dirão que são exageros da propaganda aliada e acreditarão em nós, que negaremos tudo e não em vocês. Nós é que ditaremos a história dos *Lager*” – campo de concentração. (LEVI, 2020, p. 9)

Tais experiências expressam que a vitória dos opressores estaria, em última instância, na concretude do apagamento, o qual impossibilita a elaboração do trauma, a passagem da vivência para a experiência mediada pela narração, essa que só produz sentido na relação com o ouvinte, como evoca Benjamin (1985). Sobre os ouvintes diz-nos Harold Weinrich (2001, p. 257): “[...] os jovens que ainda têm a vida pela frente e por isso são por natureza pouco inclinados a olhar o passado, talvez não queiram saber nada daquele desmesurado sofrimento”, a falta de ouvintes não só foi anunciada pelos produtores da violência, como também subjetivada pelas/os sobreviventes que narram de forma oral ou escrita o sonho comum de ao retornarem aos seus lares, contarem o horror vivido e não serem creditados, como testemunha Levi (2020).

Nesse sentido, o BNM possibilita, desde o início da transição política, o conhecimento público dos arbítrios cometidos pela ditadura, tornando pública às diversas narrativas de torturas contidas nos 710 processos do Supremo Tribunal Militar, que, ao longo de cinco anos, foram copiados, formando um acervo de 850 mil páginas, as quais resultaram na elaboração de relatórios e um livro. Lançado em 15 de julho de 1985, o livro *“Brasil: Nunca Mais”* teve destaque na imprensa nacional e internacional, publicado pela Editora Vozes, “[...] permaneceu na lista dos dez mais vendidos por 91 semanas consecutivas, tornando-se – à época – o livro de não-ficção brasileiro mais vendido de todos os tempos”.<sup>74</sup> Certamente, seu impacto foi ampliado pela proximidade temporal com os eventos que expõe, não apenas para o grande público, mas também para as/os sobreviventes e familiares das/os mortos e desaparecidas/os.

A importância do livro é substancial ainda no tempo presente, esta percepção ganhou concretude quando, quase ao final da entrevista que realizei com Helena Serra Azul,<sup>75</sup> ela levanta-se e diz: “sim deixa te mostrar, eu tenho aqui, dessa época, olha aqui...” e mostra o livro *“Brasil: Nunca Mais”*, em seguida pergunta se já vi o depoimento dela que consta na publicação onde aborda a temática de mulheres grávidas. A estima de Helena pelo livro tem um caráter simbólico, que diz respeito à aura envolta na produção do mesmo: “Eu acho esse livro muito importante, porque ele foi retirado dos nossos depoimentos, em tempo real, naquela época, exatamente nos tribunais de exceção, eu sempre chamo de tribunal de exceção, porque aquilo... aquelas auditorias eram tribunais de exceção”.<sup>76</sup> E um caráter afetivo:

O meu pai assim que ele saiu [o livro], o meu pai conseguiu, fez uma dedicatória, eu ainda tenho com a dedicatória dele, sabe... ele diz: “atenção...”, meu pai era muito formal... [...] tá aqui ó, ele foi sabe quando, vinte e nove de agosto de 85, que meu pai mandou [...] “ofereço esse livro ao genro médico, Francisco das Chagas Dias Monteiro, e a filha médica” ele tinha maior orgulho, né pra dizer... (risos), “Helena Serra Azul Monteiro, com a advertência no sentido de examinarem o que consta”, aí ele bota “a página 41-49”. (HELENA SERRA AZUL, 2021)<sup>77</sup>

O objeto livro traz à tona, em Helena, as lembranças de seu pai, que, ao comprar a publicação à época de seu lançamento, sanciona, junto à filha e ao genro, o reconhecimento de suas experiências. O livro possibilita que se possa ter em mãos os relatos sobre a violência produzida no Estado de exceção, nas páginas indicadas pelo pai de Helena, o depoimento da filha se conecta a outros que versam sobre o mesmo tema “Gravidez e aborto”. Assim, conforme Levi (2020), o apagamento das provas, que impossibilita ainda mais a credibilidade destinada

<sup>74</sup> Site *Brasil: nunca mais*. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acesso em: 9 nov. 2021.

<sup>75</sup> Entrevista Helena Monteiro Serra Azul, à autora, dia 20/05/2021.

<sup>76</sup> Entrevista Helena Monteiro Serra Azul, à autora, dia 20/05/2021.

<sup>77</sup> Entrevista Helena Monteiro Serra Azul, à autora, dia 20/05/2021.

à narração do horror, é fraturado, no Brasil, pela produção deste acervo e pelo conjunto de possibilidades que ele abre.

O Jornal do Brasil estampou em primeira página, no caderno B, dia 23 de julho de 1985, matéria assinada pela jornalista Luciana Villas-Boas, com o seguinte título “NUNCA MAIS – Um dossiê exuma a tortura”, acompanhando o letreiro uma expressiva charge – em tamanho e significado – do cartunista Liberati:

Figura 14: Nunca Mais – um dossiê exuma a tortura



Acervo: Biblioteca Nacional Digital

A charge opõe a figura de um militar – fardado com vestimenta de traços elegantes, semelhante ao uniforme de gala, um corpo vigoroso e expressão facial raivosa – à figura de um corpo franzino, desfalecido e encapuzado, de modo que as mãos e os pés chamam atenção pela falta de vitalidade, ilustrando assim o torturador e o corpo torturado sobre aos quais a matéria jornalística se refere.

Abordando a história da construção do livro, observam-se uma síntese sobre seu conteúdo e uma lista que elenca modalidades de torturas com citações diretas dos depoimentos contidos nos processos do Tribunal Federal Militar. Dulce é citada duas vezes na matéria escrita por Villas-Boas (1985), de modo que, em ambas, a crueldade da tortura ganha centralidade:

Para narrar os procedimentos das aulas de tortura e a situação dos presos-cobaias, os autores lançam mão de declarações como as de Dulce Chaves Pandolfi, em 1970, de acordo com a petição anexada aos autos da Justiça

Militar: “... Na Polícia do Exército, a supte. Foi submetida a espancamento inteiramente despida, bem como a choques elétricos e outros suplícios, como o “pau-de-arara”. Depois de conduzida à cela, onde foi assistida por médico, a supte. Foi, após algum tempo, novamente seviciada com requintes de crueldade numa demonstração de como deveria ser feita a tortura.”<sup>78</sup>

[...] ao retornar à sala de torturas, foi colocada no chão com um jacaré sob seu corpo nu.<sup>79</sup>

No dia seguinte à publicação dessa matéria, nos informes do mesmo jornal, lia-se que os cinco mil exemplares disponíveis nas livrarias esgotaram em um único dia e anunciava ainda a chegada de mais dez mil exemplares até a sexta-feira da mesma semana.<sup>80</sup> No decorrer do mês de julho e nos meses seguintes, o livro reverberou em diversas matérias publicadas no Jornal do Brasil.

A linguagem crua, o detalhamento dos métodos utilizados para a tortura, atrelados às transcrições de fragmentos dos depoimentos contidos nos processos do Tribunal Superior Militar, produzem um chocante retrato do horror. Esse primeiro impacto causado pelo livro, marcou profundamente a construção da memória sobre a trajetória política de Dulce, que narra:

E esse livro foi publicado nos anos 1980. Então, várias pessoas ficaram sabendo das minhas torturas através daquele livro. Aí, quando montaram a comissão da verdade aqui no Rio, eles escolheram duas pessoas, que eles acharam que tinha visibilidade e que tinham sofrido barbaridades, para dar o primeiro depoimento da Comissão da Verdade. E fui eu e a cineasta Lúcia Murat. Uma historiadora e uma cineasta. (DULCE PANDOLFI, 2018)<sup>81</sup>

Em outro fragmento da mesma entrevista, Dulce diz ter ficado mais conhecida pelas torturas que sofreu do que por suas ações de militância. A denúncia feita pelo BNM, de certo modo, produziu para ela o “dever de narrar”. No fragmento acima, fica explícita a conexão que ela estabelece entre o convite para testemunhar na Comissão da Verdade do Rio de Janeiro e o livro que publicizou pela primeira vez as torturas às quais foi submetida. Debate que será ampliado no tópico abaixo.

Construído à revelia dos órgãos de justiça e do Estado, o projeto organizou-se em: “projeto A” – que sistematizou metodologicamente e analisou o material fotocopiado, produzindo um total de 12 tomos e mais de 7 mil páginas copiadas e remetidas às vinte e duas

<sup>78</sup> Reportagem contida no: JORNAL DO BRASIL. Nunca mais – um dossiê exuma a tortura. Capa do Caderno B. Rio de Janeiro, 23 de julho de 1985.

<sup>79</sup> Reportagem contida no: JORNAL DO BRASIL. Nunca Mais – um dossiê exuma a tortura. Capa do Caderno B. Rio de Janeiro, 23 de julho de 1985.

<sup>80</sup> JORNAL DO BRASIL. Informes: Best-seller. 1º Caderno. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1985, p.6.

<sup>81</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, dia 04 de junho de 2018, Rio de Janeiro- RJ.

Assembleias Legislativas da federação –; e em “projeto B” – que objetivava levar o resultado das análises ao grande público e foi a publicação do livro *Brasil: nunca mais* (BAUER, 2017).

Marcando uma posição na busca pela verdade e pela justiça, opondo-se à política de “ideologia da reconciliação”<sup>82</sup> construída ao longo do processo de transição “lenta, gradual e segura” e alicerçada pelo Estado sob a Lei de Anistia ou pela interpretação dada a mesma e confrontando a política de apagamento e esquecimento, o projeto exerceu o papel de salvaguardar os documentos clandestinamente fotocopiados, enviando-os inclusive para instituições internacionais – *Latin American Microform Project do Center for Research Libraries* (CRL), em Chicago – com o objetivo de impossibilitar a destruição dos mesmos,<sup>83</sup> o que demonstra os receios e a insegurança latente junto ao processo de transição.

A imponência de seu acervo proporcionou inúmeras pesquisas acadêmicas, resultando em livros, artigos, teses e dissertações, não só problematizando o projeto em si, mas utilizando o acervo como fonte documental. De modo que, não é incomum encontrar nas entrevistas e testemunhos das protagonistas desta pesquisa, mas também das/os militantes em geral, o uso do *Brasil: nunca mais* como forma de respaldar suas narrativas e/ou apontando este como importante iniciativa para tencionar as memórias sobre a ditadura, ainda durante a década de 1980. No *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* ao referir-se ao projeto, diz:

*Brasil: nunca mais* é considerado a maior iniciativa da sociedade brasileira na denúncia das graves violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura militar e se tornou obra de referência quando se debate o papel das organizações não governamentais na agenda da Justiça de Transição. (BRASIL, 2014, p. 24)

Então, o processo de justiça de transição no Brasil vem se dando de forma lenta, mas cumulativa, como afirmou Perlatto (2023).<sup>84</sup> Com projetos que emergem não apenas no âmbito do Estado, mas também da sociedade civil, e que ao tencionarem, disputarem a construção da memória sobre este passado histórico, produzem resistência ao esquecimento, como afirmou Bauer (2017), e, mais que isso, uma resistência ao apagamento nos termos de Levi (2020).

A seguir, problematizar-se-á mais um mecanismo da justiça de transição, promovido dentro das instâncias do Estado brasileiro, da Comissão Nacional da Verdade e de suas derivadas Comissões Estaduais, centralizando na participação das protagonistas desta pesquisa.

---

<sup>82</sup> Conceito criado pelo historiador Ricard Vinyes. Para mais leituras sobre o conceito: VINYES, Ricard. Sobre vítimas y vacíos; ideologías y reconciliaciones; privatizaciones e impunidades. 2009. Mimeo.

<sup>83</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, Volume 1.

<sup>84</sup> PERLATTO, Fernando. *A justiça de transição no Brasil: entre a judicialização da memória e a memória cultural*. In: Jornada de estudos: A justiça de transição brasileira como objeto historiográfico: novas abordagens. 2023. Conferência de encerramento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AHUIVKEImjc>, acesso em dezembro de 2023.

### 3.2 COMISSÕES DA VERDADE: AS (IM)POSSIBILIDADES DA REPARAÇÃO

A historiadora Caroline Bauer (2014) analisa que a pouca efetividade das políticas de memória e reparação, no Brasil, carregam as marcas da forma com que se constituiu a política de transição. Ao analisar as “[...] ações estatais de equiparação ética e da impunidade equitativa em relação a crimes cometidos em conjunturas autoritárias” (BAUER, 2014, p. 151), a historiadora utiliza-se do conceito de “ideologia da reconciliação”, que tem como premissa a equivalência da violência de Estado e das/os opositores da ditadura, de modo que se fazia necessário o esquecimento de ambos os lados. A reconciliação se efetivaria pelo silenciamento, pela desmemória ou, na expressão de Seligmann-Silva (2010), pelo “virar a página”.

As consequências dessa “ideologia da reconciliação”, segundo Bauer (2014), são a desinformação e o silêncio, mas, sobretudo uma apatia política, uma descrença no sistema político e a manutenção do medo do terrorismo de Estado. Uma reconciliação com características exculpatórias e o medo da “argentinização”<sup>85</sup> da transição marcam, até hoje, as políticas de memória e de reparação no Brasil (BAUER, 2014).

No âmbito do Estado Brasileiro, foi em 1995, com o Projeto de Lei 869, que resultou na Lei 9.140, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, e na criação da Comissão Especial sobre Mortos e desaparecidos Políticos, que se iniciou o processo de reconhecimento dos crimes perpetrados pelo Estado, ocorridos entre dois de setembro de 1961 e quinze de agosto de 1979.<sup>86</sup> O projeto de Lei, elaborado por José Gregori<sup>87</sup>, estabeleceu três pontos: “o Estado admitiria sua responsabilidade pelas mortes; reconheceria oficialmente os mortos e desaparecidos; pagaria as indenizações devidas, desde que a família assim o desejasse” (BRASIL, 2007, p. 34).

Um *Dossiê* constando 152 nomes de desaparecidos políticos foi entregue pelos familiares de mortas/os e desaparecidas/os. Dos quais, 136 constam no *Anexo I* da Lei, de modo que dezesseis nomes foram excluídos, três por constarem apenas os apelidos dos sujeitos, e os demais por terem desaparecido no exterior (Bolívia, Argentina e Chile). Além das/os 136 desaparecidas/os reconhecidas/os como mortas/os por responsabilidade do Estado brasileiro, a Lei também “[...] previu a possibilidade de inclusão, após exame da Comissão Especial, de

---

<sup>85</sup> Uma referência aos processos contra integrantes das Juntas Militares da ditadura argentina.

<sup>86</sup> A Lei 10.536 de 14 de agosto de 2002 modificou o período de abrangência da Lei para 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988.

<sup>87</sup> José Gregori, nomeado chefe do gabinete do ministro da Justiça, Nelson Jobim, em 1995. E o primeiro a ocupar o cargo de Secretário Nacional de Direitos Humanos, em 1997, permanecendo no cargo até abril de 2000. Para mais informações sobre José Gregori, acessar: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-gregori>.

pessoas que morreram de causas não naturais em dependências policiais ou assemelhadas” (BRASIL, 2007, p. 35).

Se uma parcela da população clamava por reparação e justiça, outra apregoava o esquecimento. Construída entre embates e tensões, onde parte dos setores militares se opunha à realização da Comissão, sua efetivação se deu a partir de negociações e mediações, o que fica perceptível quando o presidente, Fernando Henrique Cardoso, e o Ministro da Justiça, Nelson Jobim, reuniram-se com o representante das forças armadas para garantir que a Lei não tinha sentido “revanchista” (BRASIL, 2014). Pois, esse era o temor desses setores, principalmente após o Julgamento das Juntas Militares, na Argentina, em 1985 (BAUER, 2014).

Do outro lado, os familiares das/os mortas/os e desaparecidas/os que consideraram o Projeto de Lei nº 869 restritivo, pleiteavam maior discussão e propunham algumas modificações. No documento redigido pelos familiares, argumentou-se que: “É direito de toda a sociedade brasileira, e não exclusivamente das famílias, resgatar a verdade histórica. Essa não é uma questão humanitária entre os familiares e o governo – é uma exigência e um direito da sociedade” (BRASIL, 2014, p. 37).

A Lei nº 9.140, aprovada em quatro de dezembro de 1995, transitou no Congresso sem muito debate e sem grandes obstáculos para a aprovação. Para tanto, José Gregori aplicou extremo cuidado ao elaborar uma escrita que em: “Nenhum parágrafo ou inciso da lei poderia propiciar acusações particulares” (BRASIL, 2014, p. 37). De modo que a tradicional interpretação da Lei de Anistia de 1979 foi base para a elaboração da Lei 9.140, que passou a responsabilidade sobre o ônus da prova para os familiares e não previu a abertura dos arquivos do regime sob o argumento de que: “Havia feridas profundas, de ambos os lados. Precisávamos encontrar uma saída favorável para todos” (BRASIL, 2014, p. 35).

Houve assim, uma terceirização da “busca pela verdade”, o Estado se comprometeu a reconhecer, mas a investigação ficou sob a responsabilidade das famílias. O caráter reparatório da lei restringiu-se ao âmbito pecuniário, ao pagamento de indenizações financeiras a partir de tabelas de cálculo, que levou em consideração a média de sobrevida da população.<sup>88</sup> Bauer (2014) analisa que as medidas de memória elaboradas no Brasil centralizam no “*sujeito-vítima*”, o que leva a uma individualização e desconsidera que a sociedade como um todo foi afetada, gerando “[...] outro processo de omissão em relação às responsabilidades políticas e sociais de reparação destinadas ao conjunto da cidadania” (BAUER, 2014, p. 156).

---

<sup>88</sup> Sobre essa questão indicamos a leitura de: MEZAROBBA, Glenda. O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile). Tese de doutorado. Programa de Pós- Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo – USP, 2008.

As palavras de Bauer (2014) coadunam com as reivindicações das sobreviventes. Nesse sentido, Lilia Gondim (2011) argumenta que:

A verdade é um direito, um direito [...] eu acho que essa luta pela memória e pela verdade num é uma luta de quem fez movimento estudantil não, de quem é de esquerda não, eu acho que é uma luta do povo brasileiro todo, é uma luta de todo mundo que tem direito de conhecer sua história, num deve se restringir a familiares de desaparecidos políticos, é uma luta geral, acho que é uma luta de toda população. (LILIA GONDIM, 2011)<sup>89</sup>

A análise de Bauer (2014) e a fala de Lilia Gondim (2011) mostram como as políticas de memória têm se concentrado nas/os sobreviventes e familiares de mortas/os e desaparecidas/os, assim como o interesse de investigar esse passado também tem se restringido a este grupo e a uma parcela da população ativamente comprometida com os direitos humanos e/ou pesquisadoras/es da área. A fala de Lilia projeta-se mais como um desejo de que “o povo brasileiro” reivindique “a verdade” do que como uma agenda da população brasileira.

De modo que a falta de políticas institucionais mais abrangentes e de mobilizações coletivas da sociedade na busca pela efetivação da justiça de transição nega às/aos sobreviventes a possibilidade de superação dos traumas, uma vez que estão há décadas reivindicando os corpos de mortas/os e desaparecidas/os. Porém, convém ressaltar que, para além disso, convivem com a mitigação do debate social sobre as práticas da violência de Estado e a violação aos direitos humanos praticados à época e no presente. Foi, nesse encargo, que se constituiu a Comissão Nacional da Verdade.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) deu início às suas atividades em 2012, fruto de décadas de luta das/os sobreviventes e de familiares das vítimas e das/os mortas/os e desaparecidas/os, além da pressão dos órgãos internacionais, a exemplo da Corte Interamericana dos Direitos Humanos. A Comissão atuou de forma descentralizada, contando com parcerias que se estenderam por todo o território nacional e também com órgãos internacionais. De modo que as comissões estaduais, municipais e setoriais foram constituídas, estabelecendo acordos de colaboração com a CNV, foram listadas no *Relatório* a parceria com vinte e oito (28) comissões e uma subcomissão.<sup>90</sup> O encerrando das atividades se deu em dezembro de 2014, com a publicação do *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*.

<sup>89</sup> Lilia Gondim, depoimento para o projeto *Marcas da Memória*. 2011. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=8tbRf8Evv6Q&list=UUc\\_o5ZHJR03GDtpUqCvvXg&index=38](https://www.youtube.com/watch?v=8tbRf8Evv6Q&list=UUc_o5ZHJR03GDtpUqCvvXg&index=38). Acesso em: 18 set. 2018.

<sup>90</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, Volume 1. Comissões listadas como colaboradoras da CNV: Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB; Comissão da Memória e da Verdade Eduardo Collier Filho da Faculdade de Direito da UFBA; Comissão da Memória e Verdade da UFPR; Comissão da Memória, Verdade e Justiça de Natal “Luiz Ignácio Maranhão Filho”; Comissão da Verdade da Câmara Municipal de Araras; Comissão da Verdade da OAB/PR; Comissão da Verdade

Integrada por cinco (05) conselheiros e duas (02) conselheiras do Colegiado – Cláudio Lemos Fonteles, ex-procurador-geral da República, que permaneceu no cargo até junho de 2013, ao renunciar, foi substituído por Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, advogado e professor titular de direito internacional do Instituto de Relações Internacionais da USP; Gilson Langaro Dipp, ministro do Superior Tribunal de Justiça, afastou-se da Comissão em outubro de 2012 por motivos de saúde; José Carlos Dias, advogado, defensor de presos políticos e ex-ministro da Justiça; José Paulo Cavalcanti Filho, advogado e ex-ministro da Justiça; Paulo Sérgio Pinheiro, professor titular de ciência política da Universidade de São Paulo (USP); Maria Rita Kehl, psicanalista e jornalista; e Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada criminal e defensora de presos políticos (BRASIL, 2014, p. 49).

Tem-se um Colegiado majoritariamente ligado ao campo do direito. A diversidade da Comissão se constituiu no nível das/os pesquisadoras/es, assessoras/es, consultoras/es e estagiárias/os, essas/es profissionais de “direito, história, ciências sociais, ciências políticas, entre outras áreas das ciências humanas” (SILVA, 2020, p. 21).

O *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade* foi publicado em três volumes. O primeiro, que versa sobre a construção e a organização da Comissão, elabora uma linha do tempo de 1946-1988 – a composição e os procedimentos dos órgãos de repressão e informação; as conexões internacionais e a elaboração da repressão; os métodos e práticas das violações aos direitos humanos; as dinâmicas das violações aos direitos humanos, discutindo casos emblemáticos, locais onde essas violações ocorreram, bem como a atuação do judiciário no período em questão; e finaliza com as recomendações. O segundo volume é composto por nove textos produzidos e assinados por conselheiras/os da Comissão, são textos temáticos e que em

---

da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Reitora Nadir Gouveia Kfourri; Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”; Comissão da Verdade do Município de São Paulo “Vladimir Herzog”; Comissão da Verdade dos Jornalistas Brasileiros (Federação Nacional dos Jornalistas); Comissão da Verdade e da Memória Advogado Luiz Maranhão (OAB/RN); Comissão da Verdade e do Memorial da Anistia Política da OAB/MG; Comissão da Verdade e Memória: pela construção do Nunca Mais! (Escola de Sociologia e Política de São Paulo); Comissão da Verdade “Marcos Lindenberg” da Universidade Federal de São Paulo; Comissão da Verdade “Professor Michal Gartenkraut” da Câmara Municipal de São José dos Campos; Comissão Especial da Memória, Verdade e Justiça da OAB (Conselho Federal da OAB); Comissão Especial da Verdade da Assembleia Legislativa do Espírito Santo; Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (PE); Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça Deputado Estadual José Porfírio de Souza (GO); Comissão Estadual da Verdade da Bahia; Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro; Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul; Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba; Comissão Estadual da Verdade Francisco das Chagas Bezerra “Chaguinha” (AP); Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright (SC); Comissão Memória, Verdade e Justiça do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Próprias e Contratadas na Indústria e no Transporte de Petróleo, Gás, Matérias-Primas, Derivados e Afins, Energia de Biomassas e Outras Renováveis e Combustíveis Alternativos no Estado do Rio de Janeiro; Comissão Municipal da Verdade no Âmbito do Município de Juiz de Fora (MG); Comissão Parlamentar Especial da Verdade da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão; Subcomissão Parlamentar Memória Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

sua maioria derivam das pesquisas dos Grupos de Trabalho constituídos no âmbito da CNV. E o terceiro volume discorre sobre os mortos e desaparecidos políticos, versando desde a elaboração de pequenas biografias até uma reelaboração e elucidação das circunstâncias dessas mortes e dos desaparecimentos. Tanto no primeiro quanto no terceiro volume não consta a autoria dos textos.

Destacamos, no primeiro volume, o capítulo dez (10), “*Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes*”. Pautado nas investigações do Grupo de Trabalho “Ditadura e Gênero”, nesse capítulo, há uma elaboração sobre o conceito de gênero e que, mesmo não havendo uma citação direta, encontramos ressonância do pensamento da historiadora estadunidense, Joan Scott (1995), no conceito adotado. Desse modo, o gênero é conceituado no *Relatório da CNV* como:

[...] refere-se aos atributos, comportamentos, características de personalidade e expectativas associados ao sexo biológico de uma pessoa por determinada cultura, sendo construído e apreendido durante o processo de socialização ou, mais propriamente, representando uma combinação de determinantes biológicos e culturais. (BRASIL, 2014, p. 401)

Nesse conceito, observamos que há a relação estabelecida por Scott (1995, p.86), entre sexo e gênero, quando afirma que “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, de modo que o sexo é compreendido como natural, um dado preestabelecido. É nesse ponto que a filósofa estadunidense, Judith Butler (2016a), elabora sua crítica ao conceito de gênero elaborado por Scott (1995), pois, para ela, não há essa dualidade sexo/gênero, argumentando que sexo também é uma categoria histórica e socialmente construída, em seus termos, uma construção “discursiva/cultural”.

Ainda que, no livro *Brasil: nunca mais*, as práticas de tortura específicas de gênero sejam denunciadas, esse debate é escamoteado por, pelo menos, uma década. A socióloga Maria Lygia Quartim de Moraes, no prefácio do livro *Tempos de dizer, tempos de escutar*,<sup>91</sup> afirma que foi em março de 1996, no seminário *A Revolução Possível: uma homenagem aos mortos e desaparecidos políticos*, sediado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, que pela primeira vez no país se realizou uma mesa “sobre a experiência e especificidades da repressão sofrida pelas mulheres” (TEGA, 2019, p. 12). Afirma, além disso, que, com a criação da Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo, “[...] foram organizadas sessões especiais para os filhos e para as mulheres vítimas da ditadura” (TEGA, 2019, p. 15).

---

<sup>91</sup> MORAES, Maria Lygia Quartim. Prefácio. In: TEGA, Danielle. *Tempos de dizer, tempos de escutar: Testemunho de mulheres no Brasil e na Argentina*. São Paulo. Fapesp. Intermeios. 2019. p. 11-16.

E que, nessas sessões específicas, as ex-prisioneiras políticas testemunharam e detalharam “[...] as sevícias de ordem sexual que haviam sofrido” (TEGA, 2019, p. 15).

As análises que consideram as relações de gênero foram adotadas não apenas na CNV, mas também por algumas outras comissões. Segundo Lucas Pedretti (2021)<sup>92</sup>, que atuou como pesquisador na Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, temas como:

[...] população LGBT, população negra, favela e periferias, enfim... questão de gênero, de certa forma acho que dá pra gente dizer que esse conjunto de temas ganha força no âmbito da Comissão do Rio depois que a CNV entrega seu relatório em que esses temas ou tão ausentes ou tão tratadas de uma maneira muito ruim, foi depois do conjunto de críticas que apareceram sobre essas lacunas do relatório da CNV que a gente teve força ali dentro da Comissão do Rio para forçar, digamos assim, a entrada dessas questões no nosso trabalho. (PEDRETTI, 2021)<sup>93</sup>

No fragmento acima, Pedretti (2021) informa sobre as tensões dentro da Comissão do Rio, sobre a inclusão de temas que gerassem uma visão caleidoscópica da repressão e dos crimes cometidos por agentes do Estado durante a ditadura. As análises de Pedretti (2021) ajudam a pensar sobre o caráter restritivo das pesquisas realizadas no âmbito das Comissões, que em sua maioria centralizaram as investigações nas violações cometidas às/aos militantes de esquerda, focando assim na reparação deste grupo e escamoteando o caráter mais abrangente das violações cometidas, durante a ditadura, à sociedade brasileira. No âmbito da CNV, as temáticas que abrangem o escopo de atingidos pela ditadura estão, em sua maioria, no segundo volume, nos “Textos temáticos”.

Compostas no campo de disputas, essas pesquisas possibilitaram aos grupos de pesquisadoras/es que integravam as Comissões se debruçarem especificamente sobre determinadas temáticas, visibilizando nomes, histórias, testemunhos, documentos e narrativas de/sobre mulheres, população negra, indígenas, LGBT e a pluralidade de sujeitas/os/es sociais participaram da resistência à ditadura e que sofreram múltiplas e específicas violações dos direitos humanos. Sendo assim, oportunizaram-se outras perspectivas aos estudos acerca do período. Nesse sentido, Maria Amélia de Almeida Teles (2015) escreve:

Mesmo assim, ainda que de forma tímida, houve, pela primeira vez, de forma pública e ampla, a fala de vítimas, mulheres, indígenas, integrantes da população negra e crianças que à época tiveram sua infância roubada. Portanto, parte significativa da verdade, de fato, foi trazida à tona devido à

---

<sup>92</sup> PEDRETTI, Lucas. Justiça de transição e memória da ditadura. In: Canal História da Ditadura, Conversando com historiadores. YouTube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0LdXzgGeu9U&t=186s>, acesso em 2023.

<sup>93</sup> Fala realizada para o quadro Conversa com historiadores para o canal História da Ditadura: PEDRETTI, Lucas. Justiça de transição e memória da ditadura. In: Canal História da Ditadura, Conversando com historiadores. YouTube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0LdXzgGeu9U&t=186s>, acesso em 2023.

vontade e/ou necessidade de sobreviventes e vítimas de tornarem públicas suas histórias silenciadas ao longo de décadas. (TELES, 2015, p. 1002)

Pautamos as contribuições da CNV não apenas pela agenda desenvolvida por essa, mas também por sua capilaridade, que possibilitou a proliferação de subcomissões, o que segundo Cristina Buarque de Hollanda e Vinícius Pinheiro Israel (2019), constituiu um fenômeno ímpar, que denominaram de “comissionismo”. Assim como, a partir da implementação, da publicação dos relatórios e da produção e divulgação dos acervos construídos pelas Comissões, viu-se um crescimento exponencial das pesquisas acadêmicas sobre o período em questão. A própria participação nas Comissões, enquanto pesquisadoras/es e/ou assessoras/es, proporcionou a muitos jovens acadêmicos a formação enquanto sujeitas e sujeitos políticos, além de potencializar a produção cultural que versasse sobre a ditadura, alerta-nos Perlatto (2023).

Vale salientar que o crescimento dessas pesquisas deve-se não apenas à Lei 12.528 – que cria a CNV – mas, entre outras prerrogativas, à Lei nº 12.527 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação (LAI), importante fator no fortalecimento do Estado democrático e de direito, que possibilitou o desenvolvimento dos trabalhos das Comissões, bem como o avanço das pesquisas acadêmicas, especialmente no campo da História, que tem o documento como elementar para a produção do conhecimento historiográfico.

Segundo consta no Relatório da CNV, em decorrência da resistência das forças armadas para o acesso irrestrito aos documentos, a LAI foi utilizada algumas vezes, enfatizando que a vigência da LAI possibilita, mesmo ao término das comissões, a continuidade e a busca pela manutenção e pela “efetivação do direito à memória e à verdade histórica, possibilitando seu exercício por pessoas ou entidades, públicas e privadas, desejosas do acesso irrestrito a informações ou documentos que versem sobre violações de direitos humanos” (BRASIL, 2014, p. 22).

Nesse caminho, o historiador Antônio Torres Montenegro (2012), no texto *História e memória de lutas políticas*, ao mencionar a criação e os trabalhos propostos pelas Comissões da Verdade, alerta que: “o passado que esses documentos possibilitam atualizar se projeta num campo minado, em que a batalha para retirar do esquecimento foi parcialmente ganha, no entanto, muitos desafios ainda se apresentam a essa caminhada” (MONTENEGRO, 2012. p. 19).

Os desafios aos quais se refere o autor são de caráter epistemológico, pois trazer à luz a documentação acerca desse período é de extrema necessidade, porém, o trabalho de elaboração do passado, a partir desses documentos, também é. De modo que entendemos esta tese como

partícipe desse trabalho de elaboração do passado, instrumentalizando os acervos documentais construídos, tratados e divulgados pelas comissões e pelos demais projetos de transição, reparação e de direito à verdade e à memória histórica.

Nos tópicos a seguir, destacar-se-á a participação das protagonistas da pesquisa em duas subcomissões: Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio) e Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC).

### 3.2.1 – Dulce Pandolfi: narrativas de uma sobrevivente

Para nós, a fala verdadeira não é somente uma expressão de poder criativo; é um ato de resistência, um gesto político que desafia políticas de dominação que nos conservam anônimos e mudos. Sendo assim, é um ato de coragem – e, como tal, representa uma ameaça. Para aqueles que exercem o poder opressivo, aquilo que é ameaçador deve ser necessariamente apagado, aniquilado e silenciado. (hooks, 2019, p. 36-37).

Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta. (hooks, 2019, p.39).

Nesse ato de resistência pela fala, Dulce segue, sendo inventiva, não se deixando amofinar por aqueles que tentaram/tentam ditar unilateralmente as memórias sobre a ditadura. O exercício de “narrar o trauma”, nos termos de Seligmann-Silva (2022), ou de elaborar as “memórias da ofensa” como nomeou Levi (2020), é um processo ambíguo, especialmente quando se trata de eventos que englobam uma coletividade, como no caso de governos autoritários, ditaduras e guerras, pois que pesa, em muitos casos, sobre a/o sobrevivente o “dever de memória” ao passo que “[...] quem foi ferido tende a cancelar a recordação para não renovar a dor [...]” (LEVI, 2020, p. 20).

Ao longo das mais de três décadas pós-ditadura, Dulce tem sido voz ativa, disponibilizando-se, quando impelida, a narrar suas experiências de militância e violência frente ao Estado de exceção que se instalou pós-golpe de 1964. Levi (2020) afirma que os que vivenciaram o encarceramento ou experiências severas dividem-se em dois grupos: “os que calam e os que falam” (LEVI, 2020, p. 127), “calam aqueles que experimentam mais profundamente um mal-estar que, para simplificar, chamei de “vergonha”, aqueles que não se sentem em paz consigo mesmos ou cujas feridas ainda doem” (LEVI, 2020, p. 127). Aos que falam, Levi (2020) estabelece um conjunto de explicações aos “impulsos diversos” e cita:

Falam porque; em vários níveis de consciência, percebem no (ainda que já longínquo) encarceramento o centro de sua vida, o evento que no bem e no mal marcou toda a sua existência. Falam porque sabem ser testemunhas de um processo de dimensão planetária e secular. Falam porque (cita um provérbio

ídiche) "é bom narrar as desgraças passadas"; [...] Falam, quem sabe exagerando, como "soldados fanfarrões", descrevendo medo e coragem, astúcia, ofensas, derrotas e algumas vitórias: assim fazendo, diferenciam-se dos "outros", consolidam sua identidade com a inserção numa corporação e sentem aumentado seu prestígio. Mas falam, aliás (posso usar a primeira pessoa do plural: não pertencem aos taciturnos) falamos, também porque somos convidados a fazê-lo. (LEVI, 2020, p. 127-128)

Algumas dessas prerrogativas elaboradas no fragmento acima coadunam como os porquês do exercício de falar desempenhado por Dulce: fala porque essa é a experiência mais forte de sua vida, fala porque sabe testemunhar de vivências que não são apenas suas, fala porque é convidada a falar. De modo que, quando provocada pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro<sup>94</sup>, para inaugurar as sessões de testemunho público, viu-se diante dessas prerrogativas e das ambiguidades do “narra o trauma” e diz:

Então, eu fui convidada pra dar esse depoimento, “inaugurar”, digamos assim, a Comissão da Verdade, aqui, do Rio de Janeiro. Eu confesso que fiquei muito impactada assim... um medo, não é um medo, assim... meu Deus do céu, mas que exposição, porque eu já sabia que ia ser assim uma coisa de bastante exposição, né? Eles tinham me dito que queria fazer uma coisa de bastante exposição, por isso tinham escolhido pessoas, tinham escolhido primeiro a mim, sozinha, eu falei “não, sozinha não, vamos botar outra pessoa”, e aí eu fui com a Lúcia Murat, eles escolheram duas mulheres que tinham algum tipo de visibilidade, inclusive no mundo acadêmico, a Lúcia cineasta, eu historiadora. Mas, foi duro assim, você enfrentar aquela situação ali, você publicizar, né? Porque eu digo, a partir daí vai ficar uma coisa totalmente [gesticula com os braços abrindo-os, trazendo o sentido de exposição, abertura], agora não dá pra ser clandestina nem um pouquinho, né? (DULCE PANDOLFI, 2021)<sup>95</sup>

O motivo que causava “medo” em Dulce foi o mesmo que a fez aceitar o convite, saber que as histórias narradas diante daquela Comissão e da plateia que lotou a Assembleia

---

<sup>94</sup> Criada em vinte e quatro (24) de outubro de 2012, pela Lei 6.335/2012, a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio) buscou investigar as graves violações praticadas pelo Estado entre os anos de 1946 e 1988. Para tanto, a CEV-Rio foi composta por sete membros, além de uma secretária executiva e dez assessores, quais sejam: Composição do Colegiado: “Álvaro Caldas, jornalista, ex-membro do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e ex-presos político; Eny Moreira, advogada de presos políticos, idealizadora e co-autora do Projeto Brasil Nunca Mais; Geraldo Cândido, sindicalista e ex-senador da República; João Ricardo Dornelles, advogado e professor da PUC-Rio; Marcello Cerqueira, advogado de presos políticos e vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1964; e Nadine Borges, advogada, ex-coordenadora da CEMDP, ex-Secretária Nacional de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e assessora da CNV. A presidência da CEV-Rio ficou a cargo de Wadih Damous, advogado trabalhista, presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB e ex-presidente da Seccional do Rio de Janeiro da OAB por dois mandatos (2007-2009 e 2010- 2012). Em julho de 2014, a presidência foi assumida interinamente por Nadine Borges. Wadih Damous retoma a presidência em outubro do mesmo ano, ficando até junho de 2015, quando Rosa Cardoso da Cunha é nomeada presidente da Comissão da Verdade do Rio. Rosa é advogada, atuou em defesa de presos políticos e foi membro da CNV. Em 7 de agosto de 2015, Vera Ligia Huebra Neto Saavedra Durão, jornalista e ex-presos política, juntou-se à equipe” (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 37-38).

<sup>95</sup> Entrevista de Dulce Pandolfi, à autora, dia 07/06/2021.

Legislativa do Rio de Janeiro seriam amplamente publicizadas, abrindo espaço não somente para o debate público sobre as violações cometidas pelo Estado no passado ditatorial, mas também para as violências perpetradas no presente. A fim de produzir as memórias da ágora, Dulce impele companhia e vê sua trajetória de militância e luta pela memória se entrecruzar com a de Lúcia Murat. Problematizando o apagamento das memórias de enfrentamento e resistência à ditadura e argumentando a importância da instalação das Comissões, Dulce narra um evento que marcou sua memória:

Eu gosto assim até de lembrar um episódio que me marcou muito, alguns, mais esse foi particularmente importante. Eu tava saindo do cinema, isso já assim uns vinte anos atrás, eu tinha ido assistir aquele filme *Que bom te ver viva*, é um filme da Lúcia Murat, sobre as presas políticas com tortura e tudo, e eu sai com meu marido de uma sessão aqui no Rio, no cinema do Paissandu, já era tarde da noite ... meia noite... eu chorava muito, e quem... a gente pegou um taxi e era uma mulher dirigindo e eu me lembro assim: “não, se uma mulher tá dirigindo um taxi, uma hora dessa, tem que ser um pessoa inclusive, né... [inaudível] emancipada... sei lá...”. E ela me viu chorando muito, me perguntou assim muito impressionada, “porque tá chorando tanto? O que aconteceu?” Aí falei, acabei de assistir um filme muito barra pesada sobre as torturas. Aí ela disse: “Mas o filme é argentino?”. Eu digo: “Não, brasileiro é sobre as torturas no Brasil.”. Ela vira pra mim e diz: “Mas teve tortura no Brasil?” Nossa! Aí é que eu chorava. (DULCE PANDOLFI, 2021)<sup>96</sup>

Essa história contada por Dulce é reveladora quanto ao processo de re-traumatização desencadeada em decorrência do esquecimento que barra a elaboração do passado, especialmente quando envolve traumas produzidos por eventos de violações coletivas. No contínuo do diálogo, Dulce descobriu que a taxista havia estudado durante a década de 1960 e 1970 na Universidade de Brasília, o que lhe causava ainda mais espanto, pois percebia o quão restrito era o conhecimento sobre as violações cometidas pela ditadura no Brasil.

O fragmento infere que havia da parte da taxista o conhecimento sobre as torturas praticadas pela ditadura na Argentina, tal fato é significativo para pensarmos o quanto à justiça de transição exercida logo após a redemocratização é basilar para a “reparação e memória”. Enquanto na Argentina incluiu-se a abertura de processos contra os integrantes das Juntas Militares, no Brasil “o preço de uma reconciliação extorquida” (GAGNEBIN, 2010) adquire contornos que instituiu a memória oficial que apregoou o esquecimento dos crimes perpetrados por agentes do Estado. Por outro lado, essa história narrada por Dulce, demonstra a potência que as produções culturais têm para fraturar esse pacto de esquecimento e impulsionar a elaboração sobre esse passado, pois foi a partir dos sentimentos mobilizados pelas imagens em

---

<sup>96</sup> Entrevista de Dulce Pandolfi à autora, dia 07/06/2021.

movimento projetadas por Lúcia Murat, que o diálogo exposto acima, entre Dulce e a taxista, tornou-se possível.

A escolha de Dulce e Lúcia Murat para inaugurar as atividades da CEV-Rio demarca as demandas do tempo presente. Com a primeira mulher ocupando o cargo de Presidenta da República e a ascensão dos movimentos feministas, reivindicando o lugar de fala das mulheres, a estratégica escolha desses nomes trouxe representatividade, projetou maior visibilidade – pois, angariou não apenas o público acadêmico, mas também dos movimentos sociais – e estabeleceu o diálogo entre os partícipes das lutas travadas nos anos 1960, com as/os jovens acadêmicas/os e as/os ativistas políticos do presente.

Figura 15: Registro fotográfico do encontro entre Dulce Pandolfi e Lúcia Murat na primeira sessão do “Testemunho da verdade” na ALERJ.



Fonte: Relatório Comissão Estadual do Rio de Janeiro – CEV-Rio (2015, p. 143).  
Crédito: Gabriel Telles/ALERJ.

O testemunho de Dulce Pandolfi na CEV- Rio foi marcado pelo relato da dor, pelo teor de denúncia, incluindo o nome de seus torturadores e de todos os agentes da construção do Estado de exceção que institucionalizou a tortura como método para fazer as pessoas dizerem o que eles queriam ouvir – e pelo deslocamento que produziu ao nomear-se de sobrevivente, renegando o papel de vítima. Iniciou sua fala localizando-se não apenas como testemunha, *testis* e *superstes*, mas também enquanto historiadora, e diz:

Como historiadora, sei que a memória não diz respeito apenas ao passado. Ela é presente e é futuro. Os testemunhos que estão sendo dados à Comissão da Verdade, embora sobre o passado, dizem respeito ao presente e apontam para o futuro, por isto mesmo espero que ajudem a construir um Brasil mais justo e solidário. Sei também que da memória – sempre seletiva –, fazem parte o silêncio e o esquecimento. Por isso, nessas minhas fortes lembranças, permeadas por ruídos, odores, cores e dores, estarão presentes ausências e esquecimentos. (DULCE PANDOLFI, 2013)<sup>97</sup>

<sup>97</sup> Testemunho de Dulce Pandolfi, na Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, 2013.

Conhecedora dos matizes que a memória adquire, fazendo parte desses “o silêncio e o esquecimento”, Dulce inicia sua fala alertando às/aos ouvintes que: “nessas minhas fortes lembranças, permeadas por ruídos, odores, cores e dores, estarão presentes ausências e esquecimentos.”<sup>98</sup> Nesse sentido, a participação de Dulce torna-se emblemática por suscitar o lugar de testemunha e de historiadora. Ao convocar o lugar de historiadora, suscita para si a narrativa ancorada não apenas enquanto testemunha, mas também como autoridade e expertise, o que se observa quando, ao iniciar sua fala elabora epistemológica sobre a memória, arguindo sobre limites e matizes próprios dessa. Bauer (2017, p. 71) aponta que Dulce assume “o entrecruzamento dessas reflexões com experiências e vivências pessoais que remetem a estímulos sensoriais”.

Ao conectar os três tempos históricos: passado, presente e futuro, Dulce nos remete às categorias históricas formuladas por Reinhart Koselleck (2006), “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. A primeira categoria alude à presença do passado no presente, neste caso, o testemunho sobre os eventos do passado que irrompe no presente, prospectando um “horizonte de expectativa”, um desejo, um futuro esperado. Desse modo, fazendo uso das palavras de Koselleck (2006, p.15), “em um determinado presente, a dimensão temporal do passado entra em relação de reciprocidade com a dimensão temporal do futuro”, ou seja, estabelece uma relação entre “experiência” e “expectativa”.

A instituição da CNV suscitou o debate acerca da participação de historiadoras/es na mesma e nas demais subcomissões, questões como: Historiadoras/es deveriam integrar as comissões? Qual o papel que estas/es poderiam exercer na comissão? O historiador Carlos Fico (2013) posiciona-se criticamente à inserção das/os profissionais da história nas comissões, pois para o mesmo a concepção de “verdade” estabelecida pelas comissões não poderia se confundir com a concepção de verdade da/o historiador/a. Para o autor, as/os historiadoras/es poderiam colaborar, fornecendo informações, mas não aproximando o ofício da/o historiador/a ao lugar de juiz.

A historiadora Carolina Silveira Bauer (2017) amplia essa discussão, relacionando a argumentação do historiador Carlos Fico a de outros historiadores, em especial, a de Enzo Traverso (2004, 2007)<sup>99</sup> e Paulo Knauss (2008), que, segundo Bauer (2017, p. 56-57), propõe

---

<sup>98</sup> *Idem*

<sup>99</sup> Os textos utilizados por Carolina Silveira Bauer (2017) para balizar as análises de Enzo Traverso, são: TRAVERSO, Enzo. La singularidad de Auschwitz: un debate sobre el uso público de la historia. Cuicuilco Nueva É poça, México, v. 11, n. 31, 2004. TRAVERSO, Enzo. Historia y memoria: notas sobre un debate. In: Franco, Marina; Levín, Florencia (comps.). Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007.

“caracterizar a historiografia não somente como uma prática social, mas também como fato moral, salientando a diversidade moral da construção do conhecimento histórico.” Tem-se nenhum/a historiador/a atuou como integrante comissionado da CNV, porém, estiveram atuantes como assessores e colaboradores, como já explicitamos no tópico acima.

Com a plenária lotada de ouvintes, incluindo sua filha, Dulce Pandolfi relatou sua prisão no DOI-CODI do Rio de Janeiro, o relato previamente escrito balizou a necessidade de tornar compreensível a narrativa de lembranças fragmentadas e conferir sentidos a eventos que nem sempre obedecem a “esquemas lógicos rigorosos”, como alertou Levi (2020, p. 128).

Figura 16: “Testemunho da verdade”, Dulce Pandolfi testemunhando na Plenária da ALERJ.



Fonte: Relatório Comissão Estadual do Rio de Janeiro – CEV-Rio (2015, p. 41).

Crédito: Gabriel Telles/ALERJ.

Narrar o inenarrável, nos termos de Seligmann-Silva (2022), e diante do “dever de memória”, autoimposta ou delegada, Dulce atesta pelos companheiros e pelas companheiras de militância que “tomaram”, não sobreviveram às torturas, testemunha não apenas o que viveu, mas sobre o que viu. Rememora o dia em que foi conduzida para a sala de acareação e encontrou outro militante da ALN, Eduardo Leite, conhecido como Bacuri, emocionada ao rememorar os momentos de dor e sofrimento de Bacuri, assassinado pela ditadura no dia 8 de dezembro de 1970, narra:

Lembro até hoje dos seus olhos, da sua respiração ofegante e do seu caminhar muito lento, quase arrastado, como se tivesse perdido o controle das pernas.

Num tom sarcástico, o torturador dizia para nós dois, na presença de outros torturadores: ‘viram o que fizeram com o rapaz. Essa turma do Cenimar é totalmente incompetente. Deixaram o rapaz nesse estado, não arrancaram nada dele e ainda prejudicaram nosso trabalho’. (DULCE PANDOLFI, 2013)<sup>100</sup>

Ao acusar o médico Amilcar Lobo, atesta também as torturas sofridas por Maria do Carmo Menezes: “Um dia, diante do nosso clamor para que ele [Amilcar Lobo] tentasse impedir que Maria do Carmo Menezes, grávida de cinco meses, continuasse sendo torturada, ele nos respondeu: ‘comunista não pode engravidar’”.<sup>101</sup>

Mais de quarenta anos separam o testemunho à CEV-Rio e os eventos narrados. Ainda assim, Dulce menciona a clandestinidade como algo presente em sua vida, uma história clandestina, pouco contada, re-conhecida apenas em grupos acadêmicos e das esquerdas, em suas palavras: “agora não dá pra ser clandestina nem um pouquinho”.<sup>102</sup>

Ao pensarmos na disputa pela construção da memória na qual Dulce se lançou ao testemunhar na CEV- Rio, em parceria com a CEV, não se pode prescindir dos significados da realização desse testemunho promovido pelo Estado brasileiro, Ministério da Justiça, pois, como analisa Montenegro (2012, p.16), “[...] foi também essa instância do poder do Estado que ofereceu suporte jurídico ao arbítrio que se instalou a partir do golpe militar e civil de 1964 [...]”. Assim como nos projetos de memória, como afirmamos no capítulo anterior, as Comissões se propõem a trabalhar para fomentar na sociedade o repúdio às violações dos direitos humanos, a partir do conhecimento sobre o passado de violências perpetrado pelo Estado.

Porém, nesse processo, o comprometimento de testemunhar recaiu sobre os sobreviventes, salvo raras exceções, o que individualiza a luta para o “*sujeito-vítima*”, perpetuando a incapacidade de criar debates sociais nos quais as premissas que permitiram a criação de uma sociedade autoritária fossem discutidas. Sair dessa individualização possibilita a problematizar como os regimes de verdade construídos em ditaduras amortecem o desenvolvimento humano e criativo de toda uma sociedade e não apenas de grupos diretamente afetados, salienta Bauer (2014).

Ainda que os testemunhos prestados nas comissões não tenham o teor de testemunho jurídico, “possuem uma dimensão cerimonial ou ritual”, como diz Bauer (2017, p. 63). A figura 3, projeta a “cena de tribunal” apontada por Seligmann-Silva (2009, p.131), local

---

<sup>100</sup> Testemunho de Dulce Pandolfi, na Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, 2013.

<sup>101</sup> Testemunho de Dulce Pandolfi, na Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, 2013.

<sup>102</sup> Entrevista de Dulce Pandolfi, à autora, dia 07/06/2021.

paradigmático, segundo o autor. Nesse mesmo local, “o réu confesso, as testemunhas testemunham” (SELIGMANN-SILVA, 2009, p. 131), a ambivalência desse espaço infere uma linha tênue para Dulce, que outrora esteve no lugar de réu e testemunhou frente ao Tribunal Superior Militar. No presente da imagem, ela demandava “por justiça histórica” (BAUER, 2017, p. 63) e ainda assim não configura uma tarefa fácil, “é muito duro lembrar toda essa situação, mas é fundamental para que possamos construir um país mais justo e humano”, diz Dulce.<sup>103</sup>

A expectativa de que aquele evento na ALERJ alcançasse um grande público, tendo em vista o destaque que se projetava na grande mídia – jornais impressos e telejornais de circulação nacional, o que de fato se concretizou – trouxe o sentimento de exposição e, possivelmente, de vulnerabilidade, por saber que o lugar destinado às/aos que sofreram violações é invariavelmente de subjugação, o lugar de sujeito-vítima, que Dulce rejeita veementemente. Desse modo, ela precisou ser inventiva e usou estrategicamente a narrativa para negar esse lugar, de maneira a finalizar o seu testemunho, instrumentalizando a literatura e a história, parafraseando o texto do escritor francês Emile Zola “J’Accuse”, em português, “Eu acuso”:

Eu acuso todos os torturadores, civis e militares, inclusive aqueles que diziam e continuam dizendo que estavam apenas cumprindo ordens dos seus superiores.

Eu acuso os altos oficiais e comandantes do Exército brasileiro que, em visitas oficiais ao DOI CODI, entravam nas nossas celas e faziam gracejos com as nossas torturas. Em uma dessas visitas, um desses oficiais, colocou seu acompanhante, um cão pastor, para lamber minhas feridas.

Eu acuso quem, durante a minha primeira sessão de tortura, me deu uma injeção na veia, dizendo ser o tal “soro da verdade”.

Eu acuso o major da Polícia Militar Riscalá Corbaje, conhecido como doutor Nagib, que ao perceber que o tal soro da verdade não havia produzido o efeito esperado, me levou para uma pequena sala, me deitou no chão, subiu nas minhas costas, começou a pisotear e me bater com um cassetete, dizendo, aos gritos, que ia me socar até a morte. O seu descontrole foi tamanho e seus gritos tão estridentes que os outros torturadores entraram na sala e arrancaram ele de cima de mim.

Eu acuso o major do Exército João Câmara Gomes Carneiro, conhecido como Magafa, que em uma daquelas noites, dias depois que eu havia saído do soro, me deixou durante algumas horas, em pé, com um capuz na cabeça e os fios amarrados nos meus dedos. De tempos em tempos ele cochichava nos meus ouvidos que eu tivesse “um pouco de paciência” porque ele estava muito ocupado, mas que “a sessão dos choques elétricos iria começar a qualquer momento”. Para mim aquele foi um tempo quase infinito. A despeito de ser aquela uma noite muito fria, quando voltei para a cela, minha roupa estava

<sup>103</sup> Fala de Dulce Pandolfi, In: BIANCHI, Paula. “Servi de cobaia para aula de tortura”, diz historiadora à Comissão da Verdade no Rio. UOU Notícias, seção Política, periódico on-line, 28 de maio de 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/05/28/servi-de-cobaia-para-aula-de-tortura-diz--a-comissao-da-verdade-no-rio.htm#:~:text=A%20historiadora%20Dulce%20Pandolfi%2C%20presa,tortura%20para%20agentes%20do%20Estado>. Acesso em: janeiro de 2024.

totalmente molhada, colada no corpo, de tanto que eu havia transpirado de medo.

Eu acuso o médico Amilcar Lobo que fez uso dos seus conhecimentos médicos para auxiliar no esquema da tortura. Um dia, diante do nosso clamor para que ele tentasse impedir que Maria do Carmo Menezes, grávida de cinco meses, continuasse sendo torturada, ele nos respondeu: “comunista não pode engravidar”.

Eu acuso o cabo Gil, um dos responsáveis pela infraestrutura do quartel da PE. O seu sadismo era sem fim. Lembro até hoje do barulho forte das chaves quando ele abria a porta da nossa cela com o capuz na mão. Propositamente, ele demorava um tempo e, como se estivesse fazendo um sorteio, dizia: “acho que agora é sua vez”. Descer as escadas de olhos vedados, guiadas por ele, era um horror. Sempre inventava mais um degrau ou colocava o pé para nós tropeçarmos.

Eu acuso o agente da Polícia Federal Luiz Timóteo de Lima, conhecido como Padre, que me deu muito choque elétrico.

Eu acuso o coronel da reserva Paulo Magalhães que em recente entrevista ao jornal O GLOBO, no dia 26 de junho de 2012, afirmou que em 1970, trouxe do rio Araguaia cinco jacarés e levou para quartel da PE na rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, para atemorizar os presos políticos.

Eu acuso todos os que assistiram e os que ministram aulas de torturas comigo e com outros presos.

Eu acuso a diretora do Presídio Talavera Bruce em Bangu, no Rio de Janeiro, que me deixou durante seis meses, sozinha, isolada, numa cela mínima, insalubre, chamada solitária. Em solitárias semelhantes estavam, naquele mesmo período, as presas políticas Estrela e Jessie Jane.

Eu acuso os ex presidentes da República Humberto Castelo Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo. A despeito das divergências entre eles e das diferentes conjunturas em que chefiaram o país, todos, sem exceção, foram responsáveis e coniventes com a tortura.

Finalmente, eu acuso o regime ditatorial implantado no Brasil em 1964, que fez da tortura, uma política de Estado. (DULCE PANDOLFI, 2013)<sup>104</sup>

Dulce transformou o “silêncio em linguagem e ação” (LORD, s/d)<sup>105</sup>, citando o nome dos torturadores, médicos e políticos, que foram coniventes e/ou possibilitaram a institucionalização da tortura no Brasil. Com “Eu acuso”, marcou a passagem do lugar de vítima para o lugar de sobrevivente, que permanece produzindo resistência, negando o lugar de passividade, exercendo a ação de denunciar seus algozes. E, como analisa Tega (2019):

O testemunho pode ser visto, então, como uma prática de (re) subjetivação, contrariamente aos processos de anulação do sujeito aplicados nas torturas, nos campos de concentração, no aniquilamento e no desaparecimento forçado. (TEGA, 2019, p. 40)

Ou, como afirmou bell hooks (2019, p.39), marca a “transição de objeto para sujeito”. Dulce reafirmou seu comprometimento social e político, sua subjetividade revolucionária,

<sup>104</sup> Testemunho de Dulce Pandolfi, na Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, 2013.

<sup>105</sup> O texto “A transformação do silêncio em linguagem e ação” lido em 1977 no painel sobre Lesbianismo e Literatura, da Associação de Língua Moderna, em Chicago e publicado em 1978 no volume 6 de “Sinister Wisdom”, revista de feminismo radical.

assim como Lúcia Murat, que compartilhou consigo essa experiência, de maneira que, ao fazerem, “questionaram permanentemente as regras do jogo” (ROSA, 2013, p.3).

Assim sendo, ainda que, diante de suas limitações e impossibilidades e distante do que foi idealizado pelas/os sobreviventes e por uma parcela da população brasileira que ativamente anseia pela quebra da impunidade destinada aos perpetradores de crime contra cidadãos e cidadãs do Brasil, a Comissão Nacional da Verdade e as subcomissões desempenharam o papel de documentar, debater, publicizar e condenar a violência política cometida pelo Estado brasileiro durante a ditadura. Nas palavras de Dulce:

A Comissão da Verdade, que está acabando o trabalho agora, eu acho que ela teve um papel muito importante, a despeito de todas as falhas que ela tenha tido. “Ah fez pouca coisa, podia ter avançado mais”. Enfim, o relatório vai ser entregue quarta-feira, você está acompanhando né? Mas independente desse resultado, para mim o grande ganho dessa comissão é que ela trouxe para a sociedade um debate que era camuflado. Que ninguém topava fazer. A coisa da tortura no Brasil era um tabu. Ou as pessoas negavam “ah nunca houve, aquilo foi um policial maluco que bateu nelas”. E a gente mesmo não conseguia se pronunciar sobre isso. Ficava todo mundo meio acuado, o maior preconceito, as pessoas tinham preconceito. Então eu acho que esse debate faz bem para a sociedade, a questão da tortura. Hoje em dia, saber que a presidente da república foi torturada, poxa vida, outras pessoas que estão no governo, isso faz parte dessa batalha que eu estou te falando. (DULCE PANDOLFI, 2018)<sup>106</sup>

As batalhas às quais Dulce se refere se dão em torno da construção da memória, retomamos, então, à proposta de Perlatto (2023), para pensarmos essa batalha pela memória de forma constante e fluída, campo de disputa que não esteja apenas a cargo do Estado, mas permeando a sociedade.

### 3.2.2 – Lilia Gondim: nas trincheiras pela verdade, memória e justiça

Em 2010, Lilia projetou-se como uma das inquietas vozes na busca por “verdade, memória e justiça”, quando idealizou dois documentários, *Vou contar para meus filhos* e *Mesa vermelha*. Em ambos, a centralidade da memória coletiva é latente, as narrativas de militantes se intercalam contando as histórias de dois grupos, o primeiro contempla um conjunto de 24 mulheres militantes que foram presas na Colônia Penal do Bom Pastor, e o segundo, um grupo de 23 homens militantes que estiveram presos na antiga Casa de Detenção e na Penitenciária Professor Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá. Foi através da arte idealizada por Lilia e Yara

---

<sup>106</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, dia 04 de junho de 2018, Rio de Janeiro – RJ.

que as lentes da cineasta Tuca Siqueira colocaram em tela o testemunho de 47 militantes de esquerda.

Com a instauração da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), Lilia passou a integrar o quadro de assessoria. A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), criada em primeiro de junho de 2012, por meio da Lei 14.688, decretada pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e sancionada pelo governador Eduardo Henrique Accioly Campos (ALEPE, 2012), teve suas atividades encerradas em trinta e um de dezembro de 2016. A mesma era integrada por nove<sup>107</sup> conselheiras/os e nove assessoras/es<sup>108</sup>, usufruindo do auxílio de consultoras/es e pesquisadoras/es (PERNAMBUCO, 2017), e teve como diretrizes:

(I) esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações dos direitos humanos verificados no período de sua competência legal; (II) promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de tortura, mortes, estupros, sequestros, desaparecimento forçado, ocultação de cadáveres e sua autoria, ocorridos no estado de Pernambuco, ou contra pernambucanos, ainda que ocorrido fora do estado; (III) identificar e tornar público as estruturas, os locais, as instituições, e as circunstâncias relacionadas à prática de violação dos direitos humanos, suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade; (IV) recomendar a adoção de medidas e políticas públicas visando prevenir violação de direitos humanos; (V) encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos; (VI) promover a reconstrução da história dos casos de violação de direitos humanos, tendo como fundamento os informes obtidos; (VII) e recomendar a adoção de políticas públicas que assegurem a efetivação do direito à memória e à verdade histórica. (PERNAMBUCO, 2017, p. 27)

Diretrizes essas, elaboradas a partir das criações de três subcomissões, quais sejam: Subcomissão de sistematização da documentação; Subcomissão de pesquisa; e Subcomissão de audiências públicas. Os quatro anos e seis meses de atividade da comissão resultaram na composição de um acervo documental, disponibilizado digitalmente; cento e cinquenta e sete

---

<sup>107</sup> Conselheiras/os: Fernando de Vasconcellos Coelho, Gilberto Marques de Melo Lima, Henrique Neves Mariano, Humberto Vieira de Melo, Manoel Severino Moraes de Almeida, Maria do Socorro Ferraz Barbosa, Nadja Maria Miranda Brayner, Pedro Eurico de Barros e Silva, que renunciou dia vinte e oito (28) de dezembro de 2012, para assumir a Secretaria Estadual da Criança e Juventude, sendo substituído por José Áureo Rodrigues Bradley e Roberto Franca Filho, que renunciou dia trinta e um (31) de outubro de 2016, para assumir o cargo de Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo – Funase, sendo substituído por Vera Lúcia Costa Acioli (PERNAMBUCO, 2017).

<sup>108</sup> Assessoras/es: Eduardo Gomes de Figueiredo, substituído, em dezembro de 2012, por Lilia Maria Pinto Gondim; Fernando José Pereira de Araújo; Jacqueline de Araújo Florêncio; Joelma de Gusmão Lima; Rafael Leite Ferreira; Samuel Carvalheira de Maupeou, substituído, em maio de 2013, por Tereza Cristina Neves Wanderley; Valéria José Silva Santos, substituída, em agosto de 2013, por Suzane Batista de Araújo, que permaneceu no cargo até junho de 2014, quando foi substituída por Monike Gabrielle de Moura Pinto; Vera Lucia Costa Acioli, substituída, em outubro de 2016, por Ana Cecília Lima e Zélia Maria Pereira da Silva (PERNAMBUCO, 2017).

(157) testemunhos orais, gravados e transcritos pela comissão; cadernos periódicos; e o relatório final constituído por dois (02) volumes (PERNAMBUCO, 2017).

O primeiro volume do Relatório Final da CEMVDHC dividiu-se em duas partes: 1 – Criação, atuação e os antecedentes da CEMVDHC; e 2 – Mortos e desaparecidos identificados, apresentando uma pequena biografia e as circunstâncias das mortes e dos desaparecimentos forçados de cinquenta e um (51) perseguidas e perseguidos políticos. O segundo volume dividiu-se em três partes: 1 – A conjuntura política e as ações de repressão em Pernambuco; 2 – Graves violações de direitos humanos em Pernambuco, esta sessão subdividiu-se em seis (06) capítulos temáticos;<sup>109</sup> 3 – Responsabilização, conclusões e recomendações (PERNAMBUCO, 2017).

Desde a criação da CEMVDHC, a atuação pública de Lilia confunde-se com a própria trajetória da comissão. Atuando como uma das organizadoras do relatório e como assessora da CEMVDHC, Lilia Maria Pinto Gondim dedica-se à busca de memória e verdade, concernentes ao período ditatorial. Como assessora e ex-presa política, participou do reconhecimentos de dois espaços de tortura no Recife: O Departamento de Ordem Política Social (DOPS), prédio que, hoje, se encontra, em grande parte, demolido e que é utilizado como estacionamento da Associação dos Delegados da Polícia de Pernambuco; e o Departamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), localizado, durante a ditadura, no Quartel General do IV Exército, 7ª Região Militar, atualmente, o espaço comporta o Hospital Geral do Exército (PERNAMBUCO, 2017).

---

<sup>109</sup> Os temas dos capítulos são: 1 - Graves violações dos direitos humanos nos poderes executivo, legislativo e judiciário; 2 - Graves violações dos direitos humanos nos movimentos sociais no campo; 3 - Graves violações dos direitos humanos nos meios sociais urbanos; 4 - Graves violações dos direitos humanos nos meios educacionais e culturais; 5 - Graves violações dos direitos humanos nos meios de comunicação; 6 - Graves violações dos direitos humanos no âmbito das religiões.

Figura 17: Reconhecimento dos lugares de torturas em Recife.



Fonte: Acervo virtual da Comissão Nacional da Verdade – Memórias reveladas<sup>110</sup>

Na imagem acima temos: Marcelo Mesel, Alanir Cardoso, Lilia Gondim e José Adeildo Ramos, militantes políticos que atuaram no enfrentamento e na resistência à ditadura instalada pós-64. A fotografia registra a ação do dia 14 de outubro de 2014, quando em parceria entre a CNV e a CEMVDHC, participaram do reconhecimento de dois espaços de tortura em Recife. O distanciamento temporal em que estiveram presos e presa nestas localidades e a criação das comissões dificulta o reconhecimento, não apenas pelos esquecimentos enquanto parte constitutiva da memória, mas também pelas modificações estruturais efetuadas após a década de setenta, designando outros usos para tais espaços e a demolição de parte das estruturas. É possível que tais modificações sejam provenientes da política de apagamento e destruição das provas dos crimes de tortura e sequestro praticados nas dependências oficiais do Estado.

As ações em que Lilia participou são representativas da tríade norteadora da justiça de transição: memória, verdade e justiça. A pesquisadora Natália Aparecida Godoy da Silva (2020) afirma que:

A verdade consiste em assegurar políticas voltadas para o conhecimento público sobre determinado regime de exceção, como investigações e acesso público a arquivos e documentos investigados. A memória volta-se para o reconhecimento das experiências dos atingidos pelos autoritarismos e também se preocupa com o esclarecimento do passado e a garantia do acesso a arquivos. A justiça propõe a identificação e atribuição de responsabilidades aos atores de graves violações aos direitos humanos. (SILVA, 2020, p.16)

<sup>110</sup> Acervo virtual da Comissão Nacional da Verdade – Memórias reveladas. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/osquatro.jpg>, acesso: outubro de 2023.

Nesse sentido, voltamos às palavras de Lilia, em entrevista realizada em 2021, que ao apresentar-se diz:

Trabalho no Arquivo Público do Estado tomando conta do acervo da Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara, eu fui assessora da comissão durante os quase cinco anos que a comissão funcionou e depois acompanhei o acervo para o Arquivo Público onde o documento dizia que era um dos lugares onde o acervo deveria ficar guardado, né... [...] e estou agora, junto com alguns outros companheiros que foram da comissão e mais algumas outras pessoas, lutando aqui pela criação do memorial da democracia que foi um dos... uma das solicitações, alias, uma das propostas, né... quando a lei foi criada, a lei que instituiu a comissão da verdade, ela já dizia que todo o acervo produzido deveria ser guardado num chamado memorial e agora nós tamos nessa luta por esse memorial. (LILIA GONDIM, 2021)<sup>111</sup>

Ao se referir ao trabalho pós-comissão, onde passou a trabalhar no Arquivo Estadual de Pernambuco à frente do acervo produzido pela CEMVDHC, e avalia que esse permite à população, de modo geral, e a pesquisadoras/es, de modo específico, ampliar e produzir conhecimento acerca do período histórico ao qual abarca. A manutenção do acervo implica nos eixos de “verdade e memória” e, para ampliar a sua visibilidade, a luta pela criação do “Memorial da Democracia” reverberou na criação do Decreto nº 51.751 de 04 de novembro de 2021 que instituiu o Grupo de Trabalho sobre o memorial da Democracia, que teve como objetivo “discutir e definir formas de estruturação do acervo documental produzido pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara – CEMVDHC e de concretização das recomendações constantes do relatório final da referida Comissão”.<sup>112</sup>

A partir dos trabalhos realizados pelo Grupo de Trabalho, em dezembro de 2022, o Memorial da Democracia de Pernambuco – Fernando Vasconcellos Coelho foi inaugurado, contando com a parceria entre Governadoria do Estado e Prefeitura do Recife. O Memorial foi minuciosamente pensado, a escolha do Casarão do Sítio Trindade, no bairro de Casa Amarela, evoca uma memória de resistência praticada nesta edificação quando na década de 1960, foi sede do Movimento de Cultura Popular (MCP) e que, com advento do golpe, sob a mira de tanques, foi invadido e depredado, tendo o material pedagógico apreendido e usado como prova de subversão (BARBOSA, 2007).<sup>113</sup>

<sup>111</sup> Entrevista de Lilia Gondim à autora, dia 09/04/2021.

<sup>112</sup> Decreto do Executivo nº 51.571/2021. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pe/decreto-n-51751-2021-pernambuco-institui-grupo-de-trabalho-memorial-da-democracia-de-pernambuco-no-ambito-do-poder-executivo-estadual-com-a-finalidade-de-discutir-e-definir-formas-de-estruturacao-do-acervo-documental-produzido-pela-comissao-estadual-da-memoria-e-verdade-dom-helder-camara-cemvdhc-e-de-concretizacao-das-recomendacoes-constantes-do-relatorio-final-da-referida-comissao>, acesso em: novembro de 2023.

<sup>113</sup> Sobre essa temática sugerimos a leitura: BARBOSA, Letícia Rameh. Movimento de Cultura Popular em Pernambuco: evolução e impactos na sociedade. Programa de Pós Graduação em Educação - PPGE/CE/UFPB (Tese), João Pessoa, 2007.

Figura 18: Memorial da Democracia de Pernambuco.



Fonte: Revista Continente

Figura 19: Lilia e Letícia Barbosa no Memorial da Democracia

Fonte: Revista Continente<sup>114</sup>

<sup>114</sup> LIMA, Samarone. Matéria: Democracia, sempre! Revista continente. Online. 01 de março de 2023. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/267/democracia--sempre->, acesso em: novembro de 2023.

A figura 6 registra o encontro entre Lilia e Letícia Barbosa, pesquisadora do Movimento de Cultura Popular que, durante as pesquisas para sua tese, ao realizar entrevistas com participantes do projeto, recebeu delas/es documentos sobre o MCP, além de réplicas de obras de artes, material que doou ao Memorial. Percorrendo acontecimentos e personagens da história de Pernambuco, o Memorial tem como fio condutor as resistências políticas exercidas em períodos históricos distintos. Nesse sentido, fotografias de representações indígenas, Paulo Freire, Zumbi dos Palmares, Naíde Teodósio, e de mortas/os e desaparecidas/os durante a ditadura compõe as paredes que constituem o espaço. Segundo Isa Grinspum Ferraz, curadora do espaço, “as longas conversas”<sup>115</sup> com Socorro Ferraz<sup>116</sup> – historiadora – e Lilia foram fundamentais para “pensar e conceber o espaço.”<sup>117</sup>

A participação das/os sobreviventes das prisões e torturas no período da ditadura nas comissões, como temos problematizado neste capítulo, é marcada pelas ambivalências em que as margens entre o trabalho de memória e o dever de memória são borradas, formando uma zona cinzenta, ao falar sobre suas experiências na comissão, diz:

Assim, foi uma coisa muito boa porque aquilo era quase como se fosse uma militância, né, assim a sede de você... era uma coisa meia complicada porque as vezes você chega em casa e não consegue nem dormir, né, com as coisas que você... quando você descobre os documentos que mostra o que foi que fizeram com aquele fulano de tal, com aquela fulana de tal, que você conhecia, convivia, entendeu... ao você fica meia assim... que são coisas que deixam sua cabeça meia... meia...você fica meia depressiva assim... mas por outro lado quando você descobre mesmo, foi isso aqui, parece que você tá tirando o véu de cima de tudo, sabe... muito... eu tive a felicidade de ser a primeira pessoa que encontrou um documento, no Arquivo Nacional de Brasília, dizendo, confirmando que Fernando Santa Cruz tinha sido preso, porque ninguém nunca assumiu que ele tinha sido preso, entendeu... (LILIA GONDIM, 2021)<sup>118</sup>

No relato acima, as nuances que os trabalhos nas comissões adquirem para as/os sobreviventes ganha intensidade nas palavras de Lilia, como dormir depois de ler os documentos dos órgãos de repressão e correlacioná-los com o que experienciou no período de ditadura, sabendo que as mudanças encontradas de um depoimento para outro é fruto das torturas, e que ainda que estas não estejam descritas nesses documentos, sua experiência frente a estes órgãos lhe possibilitam inferir sobre a dor causada a suas/seus companheiras/os de

---

<sup>115</sup> Idem.

<sup>116</sup> Maria do Socorro Ferraz Barbosa, é historiadora, professora aposentada da Universidade Federal de Pernambuco e atuou como conselheira da CEMVDHC.

<sup>117</sup> LIMA, Samarone. Matéria: Democracia, sempre! Revista continente. Online. 01 de março de 2023.

Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/267/democracia--sempre->, acesso em: novembro de 2023.

<sup>118</sup> Entrevista de Lilia Gondim à autora, dia 09/04/2021.

militância. Ao passo que contribuir para a construção da “verdade, memória e justiça” tem a satisfação de tirar “o véu de cima de tudo”, o que significa dar a ver, visibilizar, trazer um desfecho para as famílias e também para as/os militantes que vivenciaram o desaparecimento de suas/seus companheiras/os de militância.

A luta contra a desmemória hasteada por Lilia encontra-se com a assertiva de Flávia Schilling: “lembrar é uma das formas contemporâneas de resistir”<sup>119</sup> e segue sua militância contra o esquecimento, denunciando as torturas perpetradas durante a ditadura e divulgando os documentários e as ações da Comissão Estadual Dom Elder Câmara – PE.

São esses testemunhos, a produção audiovisual e as diversas iniciativas que elencamos e debatemos ao longo destes dois capítulos que nos possibilitam o confronto das fontes, sejam orais ou escritas, para as análises que teceremos nos próximos capítulos, são as memórias da ágora que produzem fendas nas malhas de poder que institui um discurso uniforme. Portanto, constitutivo da memória excludente, baseada na política do apagamento, do silenciamento que decalca a memória das/os sobreviventes, impedindo o esquecimento feliz, “que permitem fazer as pazes com o passado” (GAGNEBIN, 2010, p. 179).

#### **4. “QUEM SABE FAZ A HORA NÃO ESPERA ACONTECER”<sup>120</sup>: MEMÓRIAS DE MULHERES MILITANTES DE ESQUERDA**

Vera Soares (1994) analisa que os movimentos feministas, não conseguiram solo fértil no Brasil nos anos de 1960, como ocorreu em outras localidades, e pontua que o cerceamento das liberdades democráticas exercido pela ditadura impossibilitou um movimento de libertação mais radical. Destarte, os espaços que muitas mulheres encontraram para exercerem uma vida politicamente ativa foram em organizações e partidos de esquerda que, durante a década de 1960 e a primeira metade da década de 1970, eram alicerçados no conceito de “revolução” e inspirados especialmente pelas correntes marxistas, tendo como único foco o combate às opressões de classe, de modo a negligenciar e coibir os debates sobre as demais opressões e explorações, a exemplo daquelas produzidas pelas questões de gênero, sexualidade e raça

<sup>119</sup> Flávia Schilling, mulher, militante, presa e torturada no período de ditadura civil-militar. Esta fala está contida na apresentação da terceira parte do livro: ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**: não imagine que precise ser triste para ser militante. São Paulo, Intermeios, Fapesp, 2013.

<sup>120</sup> Trecho da música Pra não dizer que não falei das flores, de Geraldo Vandré, composta em 1968. A composição participou do Festival Internacional da Canção, ficando em segundo lugar na competição. Tornou-se um dos hinos da luta contra a ditadura, sendo cantada principalmente pelas/os jovens militantes. Em decorrência da censura e da perseguição ao cantor e compositor, a música só foi gravada, em disco, em 1979. Na capa, uma faixa vermelha anuncia a inclusão da canção com os dizeres: “Incluindo Pra não dizer que não falei das flores (Caminhando), Proibidas desde 1968”. GERALDO VANDRÉ. Pra não dizer que não falei das flores. Som Livre, 1979. LP.

(TELES, 2006).<sup>121</sup> A hierarquia entre as opressões foi imposta sob o argumento de que se extinguindo a opressão de classe, todas as outras seriam sanadas (VERA SOARES, 1994).

Porém, segundo Maria Amélia de Almeida Teles (2006)<sup>122</sup>, havia também as marcas do conservadorismo moral em muitos militantes, inclusive devido à forte influência exercida pela igreja católica. Nesse sentido, a análise de Ana Maria Colling é assertiva:

“[...] nas questões de moral e comportamento, a esquerda era conservadora. As mudanças de comportamento nem sempre eram recebidas como avanços, mas como retrocesso, sintomas da decadência da burguesia. Há o caso da militante do PCB que, eleita delegada para um congresso do partido, foi vetada por duas bases do Recife porque não era virgem” (COLLING, 1997, p.33).

As complexidades que permeiam a militância política das mulheres nas décadas de 1960 a 1980 é o mote deste capítulo. A coragem necessária para enfrentar não apenas um Estado autoritário, mas de estabelecer embates, diariamente, frente à família, à vizinhança, aos próprios companheiros de partido, aos órgãos de repressão e à inteligência da ditadura, são indícios de seu comprometimento com o mundo, como afirma Arendt (2008). Assim sendo, objetivamos refletir sobre as memórias de militância das protagonistas da pesquisa, buscando perceber as transformações ocorridas no teor da luta política.

Para tanto, inicialmente, analisaremos a constituição do estado de exceção após o golpe de Estado, bem como as militantes atuaram nos movimentos de esquerda no enfrentamento e na resistência ao Estado autoritário, imbuídas pelos ideários de revolução, pressuposto que, paulatinamente, passa por transformações e chega ao final da década de 1970 e aos anos 1980, tendo como palavra de ordem as “lutas democráticas”.

#### 4.1 A DITADURA PRODUZ O ESTADO DE EXCEÇÃO

Logo após o golpe de Estado de 1964, que depôs o presidente João Goulart, instaurou-se, no Brasil, uma ditadura comandada por militares e apoiada por parcelas da sociedade civil. Fundamentada pelo discurso de Segurança Nacional, fomentado por militares, empresários e parlamentares, o binômio Segurança/Desenvolvimento se estruturou no decorrer desse ano, consolidando os militares no Executivo e trazendo modificações em diversas instâncias do Estado Brasileiro: 1) Na economia, o controle da inflação e a racionalização burocrática e da estrutura tributária; 2) Na educação, a desativação das campanhas de alfabetização de adultos; 3) No social, o início da desarticulação de movimentos populares, como das ligas camponesas

---

<sup>121</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida. *Entrevista a Margareth Rago*. São Paulo, 2006. In: RAGO, Luzia Margareth. A CORAGEM FEMININA DA VERDADE: mulheres na ditadura militar no Brasil. Caderno Espaço Feminino – Uberlândia-MG - v. 28, n. 2 – Jul./Dez. 2015.

<sup>122</sup> Idem.

e do aparelhamento dos sindicatos; 4) Na política institucional, a extinção dos partidos políticos e a instituição do bipartidarismo entre ARENA e MDB; 5) No campo jurídico, a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI), um superministério idealizado por Golbery do Couto e Silva, com a finalidade de supervisionar e coordenar as atividades de informação e contrainformação no Brasil e no exterior (COLLING, 1997; FICO, 2017).

Utilizando-se do aparato jurídico a ditadura construiu um manto de legalidade a partir dos Atos Institucionais. De 1964 a 1967, medidas tomadas no âmbito da presidência instituíram “plenos poderes” ao Executivo. Em suas pesquisas, o historiador Carlos Fico (2017, p. 55) destaca que o Ato Institucional Nº 1 (AI-1) e o Ato Institucional Nº 2 (AI-2) chamam atenção pelo seu prazo de expiração: o Ato Institucional Nº 1 tinha parte de suas prerrogativas com duração até outubro de 1964 e demais prerrogativas até janeiro de 1966. Em seu Art. 2, tem-se que:

A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em trinta e um (31) de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de dois (2) dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal (BRASIL, 1964).<sup>123</sup>

Porém, ainda em 1964, foi aprovada a prorrogação do mandato de Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco até 1967, rompendo com a própria juridicidade do Art. 2 do AI-1. Já no Ato Institucional Nº 2, assinado em 1965, o ditador instituía que, até o dia 15 de março de 1967, seu último dia a frente do Executivo, lhe caberia o poder de cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos (FICO, 2017).

Na iminência de sua saída do Executivo, utilizando-se das atribuições instituídas pelo AI-2 e pelo AI-4, Castelo Branco assinou o Decreto-Lei Nº 314 de 13 de março de 1967<sup>124</sup>, que entrou em vigor no dia 15 de março de 1967, dia da posse do ditador General Artur da Costa e Silva, o que Carlos Fico (2017) analisa como uma herança deixada ao novo ocupante do cargo. O Decreto-Lei em questão, em suma, definiu os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social, detalhando o que passava a ser considerado crime e quais as penas a serem aplicadas. Iniciando com a Lei de Segurança Nacional trazendo novas diretrizes, o governo do ditador General Artur da Costa e Silva foi marcado por Atos Institucionais e Decretos-Leis que produziram a manutenção e a sustentação do regime ditatorial.

Alguns Atos Institucionais e Decretos-Leis afetaram de forma direta as vidas das protagonistas desta pesquisa e, por isso, foram e serão citados, referenciados e/ou discutidos

---

<sup>123</sup> BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Ato Institucional Nº 1. Para mais informação, acessar: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm). Acesso em: 29 abr. 2021.

<sup>124</sup> A primeira Lei de Segurança Nacional elaborada e assinada pelos militares após o golpe de Estado de 1964.

neste texto. Outros Atos Institucionais e Decretos-Leis também serão citados por sua importância na construção do estado de exceção. Dito isto, cito o AI-5 de 13 de dezembro de 1968, que consistia em conceder plenos poderes ao General Costa e Silva de cassar mandatos parlamentares, de intervir nos Estados e Municípios, de cassar os direitos políticos de qualquer civil por um período de até dez anos e de suspender a garantia de *habeas corpus* (D'ARAÚJO, 2016)<sup>125</sup>, sendo referenciado como um dos atos institucionais mais autoritários. Diante do AI-5, as redes de poderes se modificaram, parte dos políticos que apoiaram o golpe se viu ameaçada, o mesmo ocorreu com parte da classe média que passou a ver suas/seus filhas/os sendo presas/os sem direito ao *habeas corpus*.

Esse convívio da norma com a anomia caracteriza o estado de exceção e borra os limites entre o jurídico e o político, produzindo uma intersecção e formando um paradoxo como escreveu o filósofo Giorgio Agamben (2004, p.12), em que “o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal” e que, por outro lado, é a partir desse dispositivo de exceção que “o direito se refere à vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão” (AGAMBEN, 2004, p. 12). O AI-5 emergiu como parte de tal dispositivo de exceção e institucionalizou a perseguição as/aos estudantes, em particular às lideranças estudantis e partidárias. A instrumentalização desse dispositivo que captura a vida dos viventes (AGAMBEN, 2004) combinou a perseguição política e a suspensão da garantia de *habeas corpus*<sup>126</sup>, precarizando a vida das/dos militantes de esquerda. Diante de uma visível vulnerabilidade, a estratégia implementada por partidos e organizações foi o ingresso das/os integrantes na clandestinidade, tal ação tinha como objetivo barrar o aumento do número de militantes presas/os.

Dois meses após o AI-5, o Decreto-Lei Nº 477 de fevereiro de 1969 direcionou explicitamente a repressão ao Movimento Estudantil. Nesse sentido, Lucena (2016), em diálogo com Cavalcanti (2008)<sup>127</sup>, salienta que o decreto:

[...] se aplicava às Universidades Públicas do país e previa a punição a professores, funcionários e alunos que fossem considerados culpados de subversão pelo regime. Os professores poderiam perder o cargo e ficariam por cinco anos sem ensinar em qualquer instituição educacional do país. No caso dos alunos, estes seriam expulsos e ficariam impossibilitados de estudar durante três anos em qualquer universidade pública do país. O Decreto

<sup>125</sup> Para maiores informações, ver: D'ARAÚJO, Maria Celina. **O AI-5**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 20 abr. 2016.

<sup>126</sup> Na definição do Conselho Nacional do Ministério Público o Habeas corpus é a “Medida que visa proteger o direito de ir e vir. É concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Quando há apenas ameaça a direito, o habeas corpus é preventivo”. (Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/476-glossario/8019-habeas-corpus>, acesso em: 21 de setembro de 2023).

<sup>127</sup> Ver: CAVALCANTI, Paulo. **O Caso eu conto como o caso foi**: a luta clandestina. São Paulo: Saraiva, 2008.

vigorou até 1979. Em Pernambuco, o primeiro a usar os poderes do citado Decreto foi o professor Nelson Costa Carvalho, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, expulsando 13 estudantes. Em seguida a Universidade Federal Rural (UFRPE), as faculdades de Direito, Ciências Médicas, Química, Arquitetura, Geologia, Medicina, e outras que abriram inquéritos para expulsar estudantes tidos como agitadores (LUCENA, 2016, p.72).

O Decreto-Lei 477/69 era direcionado às universidades, no entanto, suas medidas reverberaram também nos estudantes do âmbito da educação básica. Em 22 de julho de 1969, o Diretor do Departamento de Educação Média, Edilson Rodrigues de Lima, emitiu um Ofício Nº 20/69<sup>128</sup>, no qual informava que, por determinação do Secretário de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, Roberto Magalhães Melo, sete estudantes secundaristas estavam impedidos de se matricularem em Estabelecimentos de Ensino Médio Oficial. Dentre as/os estudantes, estava uma das protagonistas desta pesquisa. Lilia Gondim.<sup>129</sup>

Após a instauração do AI-5 e do Decreto 477, vários outros foram instituídos, intensificando o uso do aparato jurídico para legitimar as ações de repressão e censura. A produção e manutenção da ditadura alicerçavam-se no discurso de segurança nacional, que engendrou o “inimigo interno” e a urgência de combatê-lo, operacionalizando-o como justificativa para a implantação do estado de exceção (SILVA, 2014). Para tanto, na construção do “inimigo interno”, forjou-se, engendrou-se, produziu-se a/o subversiva/o e a/o terrorista como sujeito político inimigo do Estado.

Para circulação e propagação do discurso em questão, as notícias sobre a prisão de “subversivas/os e terroristas” estamparam as páginas dos jornais. Outra estratégia utilizada para a produção desse sujeito foi o serviço de contrapropaganda, que, segundo a historiadora Marília Gama Silva (2014), era fomentado pelos órgãos de repressão, principalmente na zona rural de Pernambuco, empregando fortes apelos visuais e mensagens curtas, tornando-se eficaz para o público ao qual buscava atingir, majoritariamente, analfabetas/os. Os cartazes tinham como objetivo causar medo e repulsa nas/nos trabalhadoras/es, afastando-as/os do comunismo, o chamado “perigo vermelho”. Esses cartazes eram distribuídos, especialmente, nos municípios em que as Ligas Camponesas tiveram maior atuação (SILVA, 2014).

Em 1969, o uso do aparato jurídico com finalidades políticas intensificou-se, a Lei de Segurança Nacional (LSN) foi reeditada duas vezes: a primeira Lei de Segurança Nacional

---

<sup>128</sup> Documento contido em: PERNAMBUCO. Secretaria de Justiça. Processo Indenizatório de Lilia Maria Gondim. Nº 421/01-A.

<sup>129</sup> Os estudantes impedidos de efetuar matrículas em Estabelecimentos de Ensino Médio Oficial foram: Ramires Maranhão do Vale, Judas Tadeu de Lira Gabriel, Alfredo Lopes Ferreira Filho, Geraldo Sobreira Lira Alquino, José Sebastião Lins, Genezil Aguiar Coelho Moura, Paulo Fernando Magalhães Santos e Lilia Maria Pinto Gondim.

formulada pela ditadura militar<sup>130</sup> foi o Decreto-Lei nº 314 de 13 de março de 1967, reformulado pelo Decreto-Lei nº 510 de 20 de março de 1969, que, por sua vez, foi reformulado pelo Decreto-Lei nº 898 de 29 de setembro de 1969, descrito pelo jurista Heleno Fragoso como draconiano.<sup>131</sup>

A Doutrina de Segurança Nacional foi formulada para fomentar o binômio subversão/segurança nacional. Nesta “terra de ninguém”, como nomeou Agamben (2004, p.12), situada “[...] entre o direito público e o fato político e entre a ordem jurídica e a vida [...], o Decreto-Lei nº 510 e o Decreto-Lei nº 898 aumentaram as torturas cometidas por agentes do Estado, de forma que: “Entre 1964 e 1968 foram 308 denúncias de torturas apresentadas por presos políticos às cortes militares. Durante o ano de 1969 elas somaram 1.027 e, em 1970, 1.206” (GASPARI, 2014b, p. 161-162). Vale salientar que tais denúncias são subnotificadas, pois, muitas torturas cometidas por agentes do Estado se mantiveram no anonimato, principalmente, as perpetradas contra trabalhadoras/es rurais e urbanos.

Sob o comando da Junta Militar formada pelos Almirante Augusto Rademaker (Ministro da Marinha), General Aurélio de Lira Tavares (Ministro do Exército) e o Brigadeiro Márcio de Sousa Melo (Ministro da Aeronáutica)<sup>132</sup>, em 5 de setembro de 1969, foi assinado o Ato Institucional nº 14, que modificou o artigo 150 da Constituição para:

§ 11 - Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento, ou confisco, salvo nos casos de guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva nos termos que a lei determinar. Esta disporá também, sobre o perdimento de bens por danos causados ao Erário, ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício de cargo, função ou emprego na Administração Pública, Direta ou Indireta.<sup>133</sup> (Grifos nossos)<sup>134</sup>

<sup>130</sup>Verbete Lei de Segurança Nacional, FRAGOSO, Heleno (Colaborador) In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-seguranca-nacional>, acesso em: 1 de agosto de 2020.

<sup>131</sup>Verbete Lei de Segurança Nacional, FRAGOSO, Heleno (Colaborador) In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-seguranca-nacional>, acesso em: 1 de agosto de 2020.

<sup>132</sup> Com o adocimento do então ditador Arthur da Costa e Silva, o comando do Executivo, segundo previsto na Constituição em vigor (1967), seria passado para o vice-presidente, Pedro Aleixo – um civil. Porém, com o decreto do Ato Institucional nº 12, o qual, em suma, estabelecia que, durante o impedimento temporário de Arthur da Costa e Silva exercer suas funções frente ao Executivo, esta função seria exercida pela Junta Militar formada, pelo ministro da marinha, o Almirante Augusto Rademaker, pelo ministro do exército, o General Aurélio de Lira Tavares e pelo ministro da aeronáutica, o Brigadeiro Márcio de Sousa Melo. Em 14 de outubro de 1969, é decretado pela Junta Militar o AI 16, que instituía a vacância do cargo de Presidente da República, visto que Arthur da Costa e Silva estava inabilitado para exercê-lo. Na disputa pela sucessão, o General Emílio Garrastazu Médici foi escolhido pelo alto escalão das forças armadas e assumiu o Executivo em 30 de outubro de 1969.

<sup>133</sup> PRESIDENCIA DA REPUBLICA, Casa Civil – Subchefia de assuntos jurídicos. Ato Institucional nº 14. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-14-69.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-14-69.htm), acesso em: 26 de setembro de 2023.

<sup>134</sup> O grifo destaca o acréscimo das condições nas quais se tornava possível a aplicação das penas de morte, perpétua, banimento ou confisco.

Anteriormente, a pena de morte, a prisão perpétua, o banimento ou o confisco eram restritos para o caso de guerra externa. Com o AI-14, passou a ser possível sua aplicação frente às/às cidadãs/ãos consideradas/os pela ditadura politicamente indesejáveis, perigosas/os e indóceis. Para a população, esta informação chegou no dia 10 de setembro de 1969, através dos meios de comunicação escrita, o Diário de Pernambuco estampou em matéria de capa: “AI-14 reforma a constituição permitindo aplicar pena de morte aos subversivos”<sup>135</sup>; a Folha de São Paulo, no mesmo dia, estampa sua capa, anunciando em caixa alta: “AI-14: PENAS SEVERAS CONTRA O TERROR”.<sup>136</sup> Nas duas matérias citadas, o discurso jornalístico sobre o AI-14 é o mesmo da ditadura, direcionando a aplicação destas penas ao sujeito subversivo e terrorista, sujeito este construído discursivamente pela ditadura como nocivo.

Em “Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I”, Agamben (2010) elabora que o centro da política moderna é o corpo. Tanto na biopolítica, enquanto política que opera sobre a vida, quanto na tanatopolítica, política que opera sobre a morte, o corpo é central. Ainda em Agamben (2010), temos que:

Se, em todo Estado moderno, existe uma linha que assinala o ponto em que a decisão sobre a vida torna-se decisão sobre a morte, e a biopolítica pode deste modo converter-se em tanatopolítica, tal linha não mais se apresenta hoje como um confim fixo a dividir duas zonas claramente distintas; ela é, ao contrário, uma linha em movimento que se desloca para zonas sempre mais amplas da vida social [...] (AGAMBEN, 2010, p. 119).

O AI-14 aponta para a mobilidade desta linha, operacionalizando na perspectiva de que se o poder positivo, aquele que produz, forja e inventa o sujeito, não obteve o efeito desejado – adestrar, docilizar esses corpos – como conceitua o filósofo Michel Foucault (2012), a biopolítica é convertida em tanatopolítica, e o aspecto negativo do poder se expressa em sua forma mais contundente, a eliminação total desses corpos.

Os pontos elencados e discutidos acima ajudam a pensar como, após o golpe de Estado de 1964, instalou-se uma ditadura civil-militar, com ditador militar à frente do Executivo, que buscou consolidação e legitimação a partir dos Atos Institucionais (AIs), centralizando as decisões políticas no Executivo ao fazer-se uso do dispositivo de exceção. Enquanto os militares se firmavam no Poder Executivo e espriavam suas redes de poder pelos espaços

---

<sup>135</sup> DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Matéria “AI-14 reforma a constituição permitindo aplicar pena de morte aos subversivos”. In: Biblioteca Nacional Digital. Acervo digital da Hemeroteca. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, acesso em: 26 de setembro de 2023.

<sup>136</sup> Imagem contida na matéria: 1969: Junta Militar edita Ato Institucional nº 14 e admite pena de morte no país. In: FOLHA DE SÃO PAULO, 10 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2019/09/1969-junta-militar-edita-ato-institucional-no-14-e-admite-pena-de-morte-no-pais.shtml>, acesso em: 26 de setembro de 2023.

institucionais do país, os partidos de esquerda passavam pela crise de representação aprofundada pelo golpe, mas tentavam manterem-se ativos e exercendo a resistência.

É nesse momento de polarização política e das tensões geopolíticas da Guerra Fria, dividindo o mundo entre capitalistas – liderados pelos Estados Unidos da América (EUA) e socialistas – liderados pela União Soviética (URSS), que novos grupos sociais e sujeitas/os políticas/os emergem. Para tanto, este capítulo objetiva analisar como, entre as décadas de 1960 a 1980, essas sete mulheres se constituíram como sujeitas políticas atuantes na resistência à ditadura civil-militar e como, ao longo dessas duas décadas, a militância foi transformada, traçando novos caminhos possíveis para se pensar a política.

#### 4.2 “ONDE QUERES UM LAR, REVOLUÇÃO”<sup>137</sup>: AS MULHERES FAZEM POLÍTICA

A socióloga e cientista política, Lúcia Avelar, no livro *O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil*, apontou para o fato de que a luta sufragista não propôs mudar a estrutura familiar ou a imagem da mulher na sociedade brasileira, o receio de perder a conquista do sufrágio, já vista como “pedir demais”, manteve intactos os desígnios da mulher enquanto mãe e dona de casa (AVELAR, 1989).

Nos idos de 1960-1970, segundo a historiadora Andréa Bandeira (2012), no momento de crise e de construção de novas subjetividades, os movimentos de mulheres/feministas emergiram, retomando “antigas lutas empreendidas por sua igualdade política e social, realizadas dentro de clubes e federações, nos meados de 1950 e nos anos iniciais de 1960” (BANDEIRA, 2012, p. 12). Ainda que as protagonistas desta pesquisa não tenham adentrado na política, motivadas pela leitura feminista do mundo, os anos 60 e o discurso sobre a liberdade sexual – que buscava ampliar as possibilidades das formas de relacionar-se, produzindo deslocamentos na heteronormatividade e na monogamia – era latente e fazia parte das sociabilidades às quais elas estavam inseridas. Nestes debates, as críticas às hierarquizações entre as esferas pública e privada se faziam presentes, pois implicavam significativamente nas construções sociais sobre os gêneros.

A escolha de tornarem-se ativas politicamente é significativa sobre seus entendimentos das relações sociais construídas para os gêneros. Tecer novas formas de subjetividade, adentrarem em espaços socialmente destinados ao masculino e reconfigurarem as concepções de ser/estar mulher, a partir de um exercício cotidiano de deslocamentos, abrindo fendas nas

---

<sup>137</sup> Verso da música *O quereres*. VELOSO, Caetano. *O quereres*. Álbum: *Velô*, 1984.

malhas de poder, quando possível, e/ou praticando as resistências de modo a não se deixar capturarem, não foi trabalho fácil, a pedagogização dessas corpos em todas as instituições pelas quais passaram e integraram-se, deixaram-lhes marcas que foram sendo reelaboradas ao longo de suas experiências políticas, não apenas durante o período ditatorial, mas em uma trajetória, ainda em construção, para a maioria delas.

A busca por romper com os padrões de normatividade forjada para os gêneros põe-se sempre em disputa com as relações de força que se articula para a manutenção do *status quo*. Nesse sentido, Tabak (1983) elenca quatro pontos que concorrem para tal manutenção: 1) A influência de estereótipos ligados ao papel sexual, no qual as mulheres estão destinadas aos cuidados da casa e da família; 2) A educação, produtora e reprodutora de lugares sociais, que reforça a participação feminina em carreiras “tradicionais”; 3) A manutenção, a construção e a propagação dos estereótipos sobre a mulher, no mito da feminilidade associada ao papel de submissão enquanto esposa e mãe, difundidos pelos meios de comunicação de massa, sobretudo em governos autoritários; 4) A religiosidade, na qual os valores difundidos pela Igreja Católica, sobre casamento, família, filhos, aborto, divórcio, são fatores importantes nesse processo de sociabilidade política (TABAK, 1983, p. 57-58).<sup>138</sup>

Observa-se, nos quatro pontos supracitados, que diversos setores sociais investem na docilização das mulheres, na manutenção da domesticidade e na contensão das mesmas no espaço privado. As protagonistas desta pesquisa cada uma a sua maneira produziram rupturas nos padrões sociais que lhes eram impostos, desde as escolhas mais individuais, como a profissão, a exemplo de Helena Serra Azul, Yara Falcon e Lilia Gondim, que escolheram cursar, respectivamente, medicina, geologia e economia, burlando as hierarquias que perpassam as relações de saber-poder, ou do turno de ingresso na faculdade, no caso de Dulce Pandolfi, que teve de enfrentar firmemente a oposição familiar para frequentar o curso de Sociologia no período da noite. As nuances são muitas e, nas narrativas das protagonistas, as práticas das burlas aparecem com frequência, tanto no âmbito familiar quanto no cotidiano e nos espaços públicos.

De forma mais abrangente, enquanto integrantes dos movimentos estudantis organizados, na segunda metade de 1960, romperam com o espaço da domesticidade e, ao se

---

<sup>138</sup> Faz-se necessário salientar que estes pontos não subscrevem as experiências de todas as mulheres, fatores como classe e raça, evocam outras vivências. Nesse sentido, vale lembrar que mulheres negras e empobrecidas adentraram muito antes no espaço público a partir das relações de trabalho. A normatividade sob estas corpos se dá a partir do estabelecimento de um outro lugar social destinado às mulheres negras e indígenas. Portanto, os tópicos elaborados por Tabak (1983) dizem sobre os padrões de normatividade exercidos, principalmente, sobre mulheres brancas, das classes médias e/ou ricas.

integrarem às organizações políticas de esquerda e escolherem contestar um Estado ditatorial, esfacelaram o ideal de docilidade socialmente construída como “essência feminina”, construindo outras possibilidades de ser/estar mulher. Essas corpos genderizadas, frente aos órgãos de repressão, especialmente frente aos torturadores, são vistas como corpos indóceis, que, portanto, precisavam ser docilizadas político e moralmente.<sup>139</sup> Nas organizações/partidos de esquerda, a reprodução da cultura machista é percebida pelas hierarquizações baseadas no sexo/gênero e, muitas vezes, expressa pelo paternalismo dos companheiros.

Entretanto, o primeiro âmbito no qual precisaram travar suas batalhas, para se exercerem como sujeita política ativa e militante, foi na esfera privada, frente à família. Questões estas que são abordadas no tópico abaixo.

#### **4.2.1- Embates contra a domesticidade: mulheres, família e militância**

No livro *Autoritarismo e participação política da mulher*, publicado em 1983, a socióloga Fanny Tabak afirma que a família desempenha um importante papel nesse processo de socialização política, mesmo nos anos 1960-70-80, com as transformações sociais e culturais transcorridas, que confluíram para a existência de conflitos geracionais, a família é um dos primeiros espaços de socialização política.

A família, importante fator no processo de socialização política, é também onde as primeiras noções de moral e disciplinarização social se exercem. As narrativas de memórias das mulheres que, aqui, analisamos possibilitam elaborar sobre como a entrada dessas jovens na militância, as quais tinham entre 18 e 22 anos de idade, em 1968, e que modificam e subvertem as regras familiares.

Ao elaborarem narrativas sobre suas trajetórias, elencam possíveis influências e inspirações e, na tentativa de explicar o porquê de suas escolhas por uma militância política frente a um Estado ditatorial, buscam, nas famílias, esse primeiro lampejo de inquietação política e social. A partir de suas narrativas, é possível inferir sobre como os lugares sociais e culturalmente construídos para os gêneros estavam estabelecidos em suas famílias.

Ao se lembrarem das mães, Dulce Pandolfi e Helena Serra Azul as descrevem como caridosas e solidárias. Delas, partem os ensinamentos religiosos de solidariedade aos mais pobres, uma típica construção do modelo de moral burguesa. Já os pais, são descritos como intelectuais e/ou politicamente progressistas, que, nesse caso, significa ser e/ou apoiar partidos

---

<sup>139</sup> A discussão sobre a violência de gênero frente aos órgãos de repressão será realizada no capítulo 4.

e/ou candidatos de esquerda. Lilia Gondim indagada sobre a participação e o entendimento político de seus pais, aponta que: “minha mãe não, minha mãe era típico da geração dela, assim... a opinião dela era a opinião do meu pai”.<sup>140</sup> A diferenciação estabelecida por Lilia entre sua participação política e o da sua mãe é reveladora das transformações sociais e culturais vivenciada pelas mulheres.

Os relatos de Dulce, Helena e Lilia, sobre suas mães, apontam indícios de uma vida política ou, nos termos de Tabak (1983), de uma socialização política pouco ativa por parte de significativa parcela das mulheres antes da década de 1960, questão que se afirmam quando observamos a tônica sendo repetida nas demais entrevistas. Vale destacar que, em 1968, faziam-se apenas trinta e seis anos do reconhecimento constitucional das mulheres enquanto eleitoras e elegíveis. Tabak (1983) alerta que a participação das mulheres na política, na América Latina, se dava de maneira ocasional e circunstancial. O número de mulheres que atuava de maneira regular e continuada – não apenas na política partidária – mas também em organizações sociais e grupos de mulheres era muito baixo.

Dulce Pandolfi lembra que a dificuldade para se inserir na militância iniciava-se em casa, precisando muitas vezes sair escondida para as manifestações. O agravamento das tensões familiares se deu quando precisou ingressar na clandestinidade, pois isto significava sair do seu lar, manter-se distante da família, por quem nutria grande afeto e proximidade. Na clandestinidade, ficou pouco tempo em Recife, foi preciso migrar para o Rio de Janeiro, em meados de março de 1970. Ao sair de casa a despeito da insatisfação e contestação de seus pais, sobretudo do pai, narra que:

[...] foi muito duro, muito difícil, eles sofreram demais, e foi uma relação super tensa, acabou a gente praticamente rompido, num aceitava de jeito nenhum, ainda mais quando descobriu essa coisa, tava ainda numa organização como a ALN, nossa mãe do céu! aí é que o mundo veio a baixo. [...] e Recife... cidade que você sabe, muitos preconceitos, né? Então, as pessoas contavam que me viram num sei aonde, que me viram no bar [...]. (DULCE PANDOLFI, 2021)<sup>141</sup>

Esta narrativa de Dulce fala do quanto a militância política se torna um modo de vida, perpassa o cotidiano familiar, as amizades, os espaços de convivência e as relações sociais e amorosas. Assim, a frase: “[...] e Recife... cidade que você sabe, muitos preconceitos, né? Então, as pessoas contavam que me viram num sei aonde, que me viram no bar [...]” aponta para o fato de que, além da vigilância em casa, motivada também pelo medo da repressão, havia

<sup>140</sup> Entrevista de Lilia Gondim, dia 31/10/2011, realizada pelo Laboratório de História Oral e imagem da Universidade Federal de Pernambuco. In: *Projeto Marcadas da Memória da Comissão de Anistia*.

<sup>141</sup> Entrevista de Dulce Pandolfi à autora, dia 07/06/2021.

a vigilância difusa exercida pela vizinhança e pelas/os conhecidas/os. O falatório expressa o estranhamento em ver Dulce, jovem de família abastada e socialmente conhecida, na companhia de jovens rapazes – maioria nos partidos e organizações de esquerda – algumas vezes no turno da noite, horário em que cursava sociologia na Faculdade de Filosofia de Pernambuco (FAFIPE-UFPE), localizada, à época, no centro da cidade. O estranhamento é indicativo da burla aos ditames sociais sobre o comportamento a ser seguido pelas mulheres – manter o recato e a domesticidade.

As tensões entre a militância política e a vida familiar de Lilia assemelham-se à narrada por Dulce. Participante ativa nas manifestações, Lilia rememora o dia em que seus pais descobriram sobre sua atuação junto ao Movimento Estudantil (ME) e suas burlas praticadas para continuar na militância:

[...] ele tinha medo, ele sabia que eu estava no Movimento Estudantil e várias vezes eu fui inclusive reprimida em casa, cheguei a ficar trancada, presa, trancada sem poder sair, sem dinheiro pra passagem, entendeu... [...] e teve uma vez que eu até fugi, eu fiquei presa e num podia participar de nada, aí uma das vezes minha mãe tinha saído, eu fiquei só, meu pai foi tomar banho, eu pulei a janela e fugi, fugi e fui pra casa de uma amiga que também era estudante, era de AP também, e eu corri pra casa dela, que ela morava em Olinda também, eu morava em Olinda. E... aí pronto, ela me deu as roupas dela, pra... e a gente foi pra reunião e continuou fazendo as coisas, aí quando foi de noite, eu estava no... isso eu tinha o que? Acho que eu tinha uns dezessete anos, por aí, dezesseis, dezessete, aí eu fui pra um... eu fui pra um lugar que tinha lá... uma universidade que chamava FAFIPE, e eu fui pra lá porque de noite todo mundo ia pra lá, e as pessoas se encontravam lá e de lá saiam pra isso, pra aquilo, fazia assembleia, tudo era lá. E aí eu fui pra lá e quando eu vi meu pai chegou, meu pai ia entrando assim, aí pedindo pra eu voltar pra casa, e eu disse...aí eu fiquei importante, assim né... aí eu disse só volto sob determinadas condições, aí botei minhas condições, olhe eu sou do movimento estudantil, eu vou poder sair, sempre que eu precisar eu vou sair, entendeu... vocês não vão me prender mais, pronto aí eu continuei... voltei pra casa e fiquei saindo pra minhas reuniões e tudo, mas eles não concordavam de jeito nenhum [...]. (LILIA GONDIM, 2021)<sup>142</sup>

Essa pequena narrativa de Lilia Gondim é significativa, pelo menos, em dois aspectos, quais sejam: o primeiro é a expressa sensação de insegurança que perpassava parte da sociedade, principalmente, as famílias das/os jovens estudantes; e o segundo diz sobre o quanto essas/es jovens estavam dispostas/os a renunciar um lar confortável e, até mesmo, o relacionamento com a família, entre outras coisas, em prol de um ideal político. Essa escolha, de tornar-se militante política e lutar em oposição à ditadura, por vezes, é naturalizada, como se tivesse sido o “curso natural” a ser seguido. Porém, se o momento era propício e/ou se, no

---

<sup>142</sup> Entrevista de Lilia Gondim à autora, dia 09/04/2021.

ímpeto da juventude, pulsava forte o ideário por mudanças, agir foi, sobretudo, uma escolha que mostra o comprometimento ético dessas mulheres com o mundo.

As memórias de Lilia se conectam às de Dulce ao remontarem a FAFIPE como esse lugar de encontro, onde não só as assembleias e as reuniões de planejamento das ações, mas também a sociabilidade entre as/os militantes era exercida. Conta-nos da centralidade do espaço da Universidade na vivência militante, inclusive aquelas/es que não cursavam o ensino superior, como era o caso de Lilia, à época, estudante da educação básica. Diz-nos também das astucias de uma jovem de dezesseis ou dezessete anos que quebrando a hierarquia familiar se põe a negociar o seu retorno para casa com o patriarca da família. A negociação ter surtido efeito é sintomático e reafirmava que a oposição de José Luiz Barros Gondim, pai de Lilia, quanto ao seu engajamento no ME, derivava do medo dos possíveis desdobramentos que tal ação poderia ter, tendo em vista que a perseguição da polícia aos estudantes em Recife ficou marcada desde o dia 01 de abril de 1968, com as mortes de Jonas de Albuquerque Barros e de Ivan da Rocha Aguiar.<sup>143</sup>

A complexidade que o cotidiano familiar, atravessado pela militância política trouxe para uma parcela da sociedade brasileira, marca o encontro entre o espaço privado e o espaço público. Assim sendo, Maria Hemínia Tavares de Almeida e Luiz Weis, no texto *Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano de oposição da classe média ao regime milita*,<sup>144</sup> escrevem sobre como a demarcação entre a esfera pública e privada torna-se imprecisa e movediça em governos autoritários, assim as ações de oposição se entrelaçam ao cotidiano dos opositores (ALMEIDA e WEIS,1998).

Mesmo que os pais estivessem inseridos ativamente na vida pública, em intensidades diferentes, era, principalmente pela sociabilidade gerada no âmbito do trabalho, onde possivelmente circulavam informações sobre as prisões políticas executadas desde 64, que a percepção da insegurança instaurada aos direitos políticos e civis chegava a eles. Já as mães, mulheres com pouco exercício político, na maioria das vezes, resumindo-se ao ato de votar, tinham dificuldade para entender o teor da militância política a que suas/seus filhas/os conclamavam. É a partir da militância das/os jovens filhas/os, nos anos de 1968, que expressiva parcela da sociedade entra em contato direto com as arbitrariedades da ditadura, ao verem a

---

<sup>143</sup> Jonas de Albuquerque Barros e Ivan da Rocha Aguiar estudantes assassinados pela polícia militar, na Avenida Guararapes, ao participarem da manifestação contrária ao golpe de 1964.

<sup>144</sup> ALMEIDA, Maria Hemínia Tavares de e WEIS, Luiz. *Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*. In: Novais, F. A. & Schwarcz, L. M. **História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo (Brasil): Companhia das Letras, 2010.

violência e o vilipêndio exercido pelo Estado adentrarem suas casas e assolarem as/os corpos/os de suas/seus filhas/os.

Diversos fatores contribuíram para aguçar os debates e embates sobre a política no interior dessas casas. Além da preocupação com a vida de suas/seus filhas/os, havia em alguns casos a discordância política, mobilizada principalmente pela propaganda anticomunista, especialmente atrelada ao discurso religioso, que associava comunismo ao anticristo.<sup>145</sup> Outro fator que concorre para as tensões no âmbito familiar dessas militantes é a moralidade burguesa católica, na qual tais famílias são forjadas.

Pois que, a atividade de militância guardava consigo, nesse período, um caráter ambíguo, ao passo que parte preponderante das atividades políticas se construía na clandestinidade, pois precisavam se resguardar dos órgãos repressivos, já uma segunda parte era praticada no espaço público, ainda que de forma furtiva. O que requeria das mulheres uma ruptura com a domesticidade, tendo em vista que o trabalho de conscientização nas fábricas, na distribuição de panfletos, nas ações de pichação, até nas frequentes reuniões e assembleias impelia-as a circular por entre bairros e espaços múltiplos.

Com o aprofundamento na militância e o engajamento exigido das/dos militantes, as relações familiares eram afetadas, como já dito, a militância tornava-se um modo de vida, o trabalho do partido/organização era prioridade na vida das/os militantes. Assim, por vezes, a depender dos cargos exercidos, era necessário viajar para realizar “o trabalho” dos partidos/organizações, o que significava dias afastadas/os de casa e o ápice da ruptura com a família – a clandestinidade (RODEGHERO E BERTÉ, 2012).

As narrativas de memórias de Vera e Yara permitem elaborar sobre a questão acima. Com o aumento da repressão e das perseguições, Vera e Mário Miranda de Albuquerque tornaram-se conhecidos pela polícia política do Ceará, de modo que continuar exercendo o trabalho do partido em Fortaleza passou a ser impraticável. Temendo por sua segurança, foram enviados pelo PCBR para dar continuidade à militância na cidade do Recife. Vera saiu da casa da mãe e do pai e tornou-se clandestina. Ao contar essa parte de sua trajetória, Vera se diverte ao lembrar que:

---

<sup>145</sup> Para mais informações sobre a contrapropaganda desenvolvida pelos órgãos de segurança e informação, ver: MONTENEGRO, Antonio Torres. *Labirintos do medo: o comunismo (1950-1964)*. In: MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010. SILVA, Marcília Gama. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964/1985)**. Recife: Editora UFPE, 2014. Sobre os discursos anticomunistas no Brasil, ver: CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **O medo em cena: a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE - 1960-1968)**. 2015. 226f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco.

[...] meu pai era um homem religioso e viu que nós íamos realmente fugir juntos e ele falou: “minha filha eu quero lhe pedir uma coisa, case, case antes de ir embora”. E pra mim não era nenhum sacrifício, nós estávamos apaixonados e casamos. Foi uma história pitoresca, muito engraçada porque eu casei de peruca e Mário disfarçado de bigode, os amigos que nos levaram no cartório, nos levaram num Dauphine verde, um carro que nem existe mais, um carrinho desse tamanho, e só tivemos nossos pais como testemunha e em seguida nós fugimos [...] (VERA ROCHA, 2011)<sup>146</sup>

A preocupação expressa por Waldemir de Freitas Pereira, pai de Vera, não foi em relação à sua atividade política ou ao fato de sua filha passar a viver na clandestinidade. Sua ressalva aciona o contrato social em uma de suas relações contratuais cotidianas: o casamento (PATEMAN, 1993). Contrato esse exercido, sobretudo, nas famílias de classe média ou ricas e cristãs no Brasil.

Em seu livro autobiográfico *Mergulho no passado: a ditadura que vivi*, Yara Falcón narra que, ao passar a morar em Recife, conheceu o jovem Pablo, também militante de esquerda, por quem se apaixonou e, após três meses de namoro, passaram a morar juntos. As notícias da novidade chegaram à Bahia, onde residiam seus pais, que iniciaram as cobranças da oficialização do casamento. Nesse sentido, Yara afirma que: “Isso para nós de esquerda não tinha a menor importância. Era frescura de pequeno burguês. O que importava era o amor que sentíamos e não o papel assinado. A emancipação das mulheres, a quebra de tabus fazia parte da luta pela democracia” (FALCÓN, 2007).

As transformações culturais e sociais vivenciadas, particularmente pelas/os jovens, e expressas nas ruas em diversos países, a partir das manifestações de “maio de 1968”, questionaram não apenas os autoritarismos, mas também os modos de vida e o conservadorismo social. No entanto, a construção de novas subjetividades que vão de encontro aos paradigmas estabelecidos, produzem tensionamentos no interior das famílias que, com base na hierarquização e na moralidade, desejam manter o *status quo*. A partir do momento em que as relações de gênero passaram a ser interpretadas como um constructo social, as relações familiares passaram a ser questionadas como re-produtora de relações de poder hierarquizadas, “que se produzem e são produzidas em relação ao espaço público” (RODEGHERO E BERTÉ, 2012, p.180).

Há também outro movimento que transpassa a vida de militância e o cotidiano familiar. No início do tópico, expusemos a dificuldade de parte das famílias de entender a urgência

---

<sup>146</sup> Entrevista de Vera Rocha. In: Menu Extra do documentário *Vou contar para meus filhos*. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

demonstrada por essas jovens em se opor ao governo ditatorial. Os relatos de memória de Dulce e Helena tecem a trama desse deslocamento, conta-nos sobre a oposição à ditadura produzida pela experiência da brutalidade e da violência exercidas pelas forças repressivas ao irromperem a esfera privada dessas famílias.

Dulce relembra que o entendimento de sua mãe, Carmem de Castro Chaves Pandolfi, sobre a luta contra a ditadura só ocorreu no momento em que ela se deparou com a prisão e as torturas sofridas pela filha. Essa experiência, segundo TABAK (1983), atingiu amplos setores da população feminina, que estava afastada dos debates políticos há décadas e foi atingida pelos governos ditatoriais, no Brasil e em outros países da América Latina, pela prática sistemática de sequestros, prisões, torturas e “desaparecimentos”, que afetaram suas/seus filhas/os, companheiros/as, irmãs/ãos, familiares e amigas/os no geral.

A família de Helena e Francisco das Chagas Monteiro – Chico – tiveram suas casas violadas. Sobre o evento, Helena narra:

Na semana santa de 72 nós tivemos outro sequestro aqui em Fortaleza, nós fomos sequestrados aqui, eles invadiram a casa, na época ainda tava na família do Chico, a gente não tinha condição né, de ir pra um lugar, porque lá em casa tava a situação meio complicada, mamãe dando apoio ao resto da família e tudo... aí em 72 quando a gente vê eles invadem a casa do Chico, eu tava lá com o Chico a gente olha... é aquelas operações como a gente vê na favela, só num chegaram atirando, mas o resto... era os cara tudo de arma em cima do muro [...] aí levam a gente, aí já era Doi-Codi, né, aí a gente já vai em carro separado [...] com capuz, já pisando em cima, puxaram arma dentro da casa da minha sogra, é interessante que até aí a minha sogra achava que nós éramos loucos, porque a gente tinha... como que o filho dela mais velho que ia ser médico se mete numa história dessa, que a gente tinha responsabilidade... ela ficou tão indignada, porque eles chegaram lá aí ela perguntou quem era eles e pediu para os caras se identificarem, aí eles puxaram uma arma e ela tava com Manoel no braço, antes deles puxarem a arma ela disse: “mais vocês têm que se identificar porque não é qualquer pessoa que pode entrar na minha casa assim não”, que ela era muito digna sabe, aí os cara puxaram uma arma, Manoel começou a chorar, ficou 24 horas chorando e aí arrastaram a gente, isso na frente de todo mundo.(HELENA SERRA AZUL, 2021)<sup>147</sup>

Nas várias histórias contidas no relato acima, o tecido tramado com fios de memórias de Helena, entrelaça a vida familiar – privada – e a militância – vida pública. Ao narrar a perseguição dos órgãos de repressão, mesmo após o cumprimento da pena, costura esse acontecimento com a mudança de perspectiva de sua sogra. Com os anseios típicos da classe média brasileira, Margarida Dias Monteiro, mãe de Chico, não compreendia como o filho e a nora abandonaram suas vidas de estudante de medicina e se dispuseram a trabalhar nos engenhos e viver clandestinamente para desenvolver o trabalho da organização. É quando a brutalidade policial invade sua casa, traumatizando, mais uma vez, seu neto, que há uma virada

---

<sup>147</sup> Entrevista Helena Serra Azul, à autora, dia 20/05/2021.

de chave na vida de Margarida.<sup>148</sup> A compreensão do combate à ditadura lhe chega pela experiência.

Na continuidade da narrativa realizada por Helena, ela conta que após essa invasão à casa de sua sogra, também foram até a residência de seu pai, não houve a mesma espetacularização da violência, mas o informaram da prisão de sua filha e de seu genro, afirmando que ambos só seriam soltos quando Maria do Carmo Serra Azul – Cacau, irmã de Helena, comparecesse à delegacia para prestar depoimento. As relações pessoais, sejam familiares ou de amizade, foram mobilizadas pelos órgãos de repressão e utilizadas estrategicamente para que militantes que estavam na clandestinidade se entregassem.

Essas situações mobilizavam muitos sentimentos conflitantes entre os familiares e nas/os próprias/os militantes. A vergonha de terem suas casas invadidas pela polícia, de viverem sob vigilância e de verem a imagem de suas/seus entes queridas/os, nas páginas dos jornais como procuradas/os ou presas/os e nomeadas/os de terroristas e subversivas/os, “não deve ter sido muito simples”, analisa Pedro e Wolf (2011, p. 402). Assim como, é relatado pelas/os militantes, o sentimento de culpa ao verem o sofrimento e a violência ao qual sua família está exposta, era um fardo a mais a carregar.

#### 4.3 “ATENÇÃO, TUDO É PERIGOSO, TUDO É DIVINO, MARAVILHOSO”<sup>149</sup>: A ENTRADA NA MILITÂNCIA POLÍTICA DE ESQUERDA

Nos anos de 1960 e 1970, foi perceptível o crescimento da participação das mulheres na política. Na tese *Resistência cor-de-rosa-choque*, da historiadora Andréa Bandeira (2012), é problematizada a atuação de mulheres de direita na política, tem-se que, produzindo Marchas e inserindo-se nas comunidades de camadas populares da sociedade, estas mulheres buscaram demonstrar o apoio ao golpe civil-militar e à subsequente ditadura, atuando na desmobilização dos movimentos de contestação que causassem deslocamentos no *status quo*.<sup>150</sup> Nesta tese, focamos nas mulheres que se exerceram politicamente, criando resistências de enfrentamento à

<sup>148</sup> O neto de Margarida é Manoel Serra Azul, nasceu quando Helena estava presa na Colônia Penal do Bom Pastor. Sobre a maternidade na prisão discutiremos no capítulo 4.

<sup>149</sup> Trecho da música Divino, maravilhoso. DIVINO, MARAVILHOSO. Gal Costa. In: GAL COSTA. Compositores: Caetano Veloso e Gilberto Gil. Gravadora: Philips. LP. 1969. Lado B, faixa 2.

<sup>150</sup> Sobre a discussão da inserção de mulheres de direita na política, especificamente em Pernambuco, a historiadora Andreia Bandeira, elabora a partir da *Cruzada Democrática Feminina em Pernambuco*, que teve atuação até 1977, como esses grupos de mulheres exerceram movimentos de desmobilização dos “movimentos e as manifestações de caráter progressista” (BANDEIRA, 2012, p. 102). Segundo Bandeira (2012), a *Cruzada* agia no intuito de propalar entre as camadas populares o “objetivo liberal-burguês do projeto golpista” (BANDEIRA, 2012, p. 102). Para maiores discussões, ler: BANDEIRA, Andréa. **Resistência Cor-de-rosa-choque: militância feminina no Recife, nos anos 1960.** (Tese de doutorado em História), UFBA, Salvador, 2012.

ditadura, militantes que como escreveu Arendt (2008, p. 61): o “compromisso com a revolução era basicamente uma questão moral, e isso significava permanecer apaixonadamente engajada na vida pública, nos assuntos civis e nos destinos do mundo”.

É, nesta inquietude com o mundo, sobre o qual “[...] não contava com aquela concordância natural e feliz [...]” (ARENDR, 2008, p.12), que Dulce, Lilia, Eridan, Helena, Ivone, Vera e Yara se moveram e criaram outros modos possíveis de ativismo, imbuídas de discordâncias e de amor pelo mundo.<sup>151</sup> Os Movimentos Estudantis lhes foram a porta de entrada, posteriormente, com a ilegalidade do ME, migraram para os partidos e para as organizações de esquerda. De modo que, em 1968, as transformações no teor da militância provocaram expressivo número de jovens estudantes na composição desses partidos e dessas organizações.

No levantamento realizado por Ridenti (1990)<sup>152</sup>, a estimativa é de que, dos 4.124 processados, registrados pelo *Brasil nunca mais*, 660 eram mulheres. Percentualmente, este número significa 16% do total, dos quais, 127 eram da AP – 27% do total de processadas/os da organização; 76 da ALN – 15,4% do total de processadas/os da organização; e 41, do PCBR – 18,9% do total de processadas/os do partido. As estatísticas do autor também demonstram que:

[...] a maioria das presas e exiladas de extração social mais pobre foram incriminadas por serem mães, irmãs ou esposas de esquerdistas militantes, não por participarem diretamente de atividades consideradas subversivas da ordem estabelecida. Ao contrário das mulheres intelectualizadas processadas, as quais, em geral, participaram ativamente das ações da esquerda, inclusive armada (RIDENTI, 1990, p. 115).

Para Ridenti (1990), a participação das mulheres nas organizações de esquerda no geral e na esquerda armada em particular reflete o “progresso” na liberação feminina. É inegável o fenômeno da inserção das mulheres na política nos anos de 1960-70, especialmente nos movimentos, nas organizações e nos partidos de oposição à ditadura, o que se deu a partir da subversão do modelo “mãe-esposa-dona de casa”. No entanto, notadamente as esquerdas mantiveram a centralidade masculina. As mulheres executavam ações de propagandas, intervenções urbanas, integração na produção e, ocasionalmente, ações armadas, mas,

<sup>151</sup> A noção de mundo, aqui, apreendida a partir de Arendt: “O mundo está entre as pessoas, é esse espaço intermediário” (ARENDR, 2008, p.11).

<sup>152</sup> A amostragem com a qual Ridente (1990) realizou a análise foi o banco de dados do *Brasil Nunca Mais*. Contabilizando integrantes dos partidos e organizações a partir dos processos judiciais. De modo que os números apresentados no trabalho não refletem o número total de integrantes. É importante frisar que há uma parcela de integrantes e militantes que não passou por processos judiciais, portanto, não estava contabilizada nessa amostragem.

difícilmente, as atividades de planejamento e decisões estratégicas eram efetuadas por elas (COLLING, 1997, RIDENTI, 1990).

O modo masculino de fazer política transcorre os partidos e as organizações de esquerda, mesmo com a ampliação das mulheres nestes/as, as lideranças eram quase que invariavelmente homens, que inspirados por movimentos políticos-militaristas, elaborados, organizados e liderados por outros homens, instituíam um mesmo *modus* de ação política. Esta centralidade masculina perpassa a linguagem que produz a universalização do “o militante”, mas também é perceptível na nomenclatura das correntes teórico-metodológicas seguidas pelos partidos: maoísmo, corrente do comunismo baseado no pensamento de Mao Tse Tung; trotskismo, teoria política e ideológica formulada por Leon Trótski; leninismo, corrente política e ideológica formulada por Lenin; castrismo, termo que designa as ações políticas e as ideologias adotadas por Fidel Castro. Citamos, aqui, apenas alguns movimentos de esquerda que receberam os nomes de seus líderes, todos homens.

Além da nomenclatura, repetidamente no masculino, que evoca o nome de seus “heróis”, outro ponto em comum diz respeito ao caráter militarista desses movimentos. Virginia Woolf, no livro *Três Guinéus* (2019), denuncia a estreita relação entre o militarismo e o patriarcado, entre os governos autoritários e a opressão às mulheres, entre as violências de Estado e as violências às mulheres. Longe de generalizar ou naturalizar os homens enquanto produtores da violência, a escritora inglesa aponta para a educação como fator crucial na produção dessa distinção entre os gêneros. No posfácio do livro *As mulheres devem chorar... Ou se unir contra a guerra: patriarcado e militarismo*,<sup>153</sup> Guacira Lopes Louro analisa que: “Essas diferenças também têm levado os homens a apreciar as disputas, os embates físicos, o uso da força, os títulos e as honrarias, a dissimulação do medo e dos sentimentos” (LOURO, 2019, p. 146).

Então, é a partir das relações de saber-poder que se produzem os acessos ou as restrições aos espaços, inferiorizam os saberes simbolicamente construídos como femininos, de modo a viabilizar economicamente um gênero e inviabilizar o outro. Enquanto o exercício de autoridade é parte integrante da educação masculina, o exercício de obediência é parte integrante da educação feminina, pois caberia aos homens decidir “os destinos de suas mulheres

---

<sup>153</sup> O livro *As mulheres devem chorar... Ou se unir contra a guerra: patriarcado e militarismo* é uma coletânea de textos de Virginia Woolf, publicado em 2019 pela editora Autêntica, em que o texto central é *As mulheres devem chorar... Ou se unir contra a guerra*. Este título foi dado em 1938, quando a revista norte-americana *The Atlantic Monthly* publicou, em duas partes, uma versão abreviada do livro *Três Guinéus*, a primeira parte foi intitulada *As mulheres devem chorar*, e a segunda, *As mulheres devem chorar... Ou se unir contra a guerra*. Na edição brasileira, o posfácio é elaborado com maestria por Guacira Lopes Louro, estudiosa das relações de gênero, corpo e sexualidade.

e de seus filhos; cabe a eles, também, decidir os destinos das nações” (LOPES, 2019, p.146). De modo que, mesmo nos partidos e nas organizações de esquerda, as mulheres se depararam com a cultura machista de uma sociedade caracterizada patriarcal, e como bem escreveu Bandeira (2012, p.12), tais circunstâncias “[...] impediu sua participação em condições de igualdade nos grupos que se formaram, bem como, gerou uma memória que empalideceu sua história de militante”.

Destarte, não podemos negar que a participação das mulheres nesses partidos e nessas organizações constitui importante passo no processo de ampliação do exercício político, possibilitando abrir fendas nas malhas de poder. Dito isto, os subtópicos que se seguem, se propõem a pensar o ingresso e as ações de Dulce, Lilia, Eridan, Helena, Ivone, Vera e Yara na militância política de esquerda.

A partir dos relatos de memórias, essas mulheres narram suas histórias de militância, atreladas a mudanças, transformações dos modos de luta e enfrentamento à ditadura exercida pelas esquerdas. Tendo o Movimento Estudantil como ponto de partida e, após 1968, a inserção na Ação Popular, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e na ALN, que nos anos de 1969-1970 se direcionaram para a adesão à luta armada.

O historiador Marcelo Ridenti, ao analisar essa guinada no fim da década de 1960, afirma que a influência da Revolução Cubana já se mostrava na esquerda brasileira antes do golpe de Estado, porém, é apenas a partir deste que as escolhas pelo método revolucionário cubano, a luta armada, tornam-se profícuas. Sobre as conjecturas<sup>154</sup> de que, mesmo sem o golpe, uma guerrilha aconteceria no Brasil, Ridenti (2007) analisa que a experiência teria sido outra, menos expressiva inclusive, pois a adesão ao modelo cubano se deu na maioria dos grupos de esquerda em decorrência da “[...] repressão da ditadura e, de outro, da crise nas esquerdas gerada pela derrota de 1964” (RIDENTI, 2007). Desse modo, as organizações como a AP, o PCB e a POLOP passaram por grandes mudanças nas décadas de 60 e 70 (RIDENTI, 2007).

A seguir, tais transformações serão pinceladas a partir da atuação das protagonistas desta pesquisa no Movimento Estudantil, na Ação Popular (AP), no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e na Aliança Libertadora Nacional (ALN).

---

<sup>154</sup> Segundo Ridenti (2007, p. 26), tais conjecturas são feitas tendo em vista a formação de campo/s de treinamento/s de guerrilha ainda no período democrático.

### 4.3.1 Jovens e estudantes: preâmbulos da revolução

Fanny Tabak (1983) analisa que a escola é uma instituição social que contribui na socialização política da/o cidadã/o e que, na sociedade moderna, a universidade exerce ainda mais enfaticamente essa socialização em decorrência do caráter das atividades nela desenvolvidas. Na militância política de Lilia, Dulce, Helena, Eridan, Vera, Ivone e Yara, a escola e a universidade surgem como pontos de incidência das discussões e resistências políticas.

Estudante de escola católica para meninas, Helena Serra Azul conta como precisou do apoio e incentivo do seu pai para cursar medicina. Sem médicos na família em quem se inspirar, e recebendo na escola a preparação para pleitear vagas, apenas, dos cursos da área de humanas, recorte realizado pela instituição, motivado por questões de gênero. Para buscar o ofício que desejava seguir, foi transferida de instituição, passando a estudar em uma escola mista, ou seja, sem divisão por sexo/gênero, para conseguir os estudos adequados e pleitear uma vaga de medicina no vestibular.<sup>155</sup> Profissão pouco acessada por mulheres nesse período.

Estudiosa e criada entre os livros, a escola aparece nas falas de Helena como espaço de desvelamento e produtora de mundos novos. Foi na fase do colegial que os primeiros contatos com ações políticas se iniciaram, a partir do grêmio estudantil e da leitura do jornal que circulava no colégio, fazendo oposição à ditadura. Ao cursar o último ano do científico, atual ensino médio, trocou novamente de escola. A nova escola oferecia turmas especiais, compostas por alunas/os que pretendiam cursar medicina. O quadro de professores da escola contava com ex-professoras/es da universidade que tinham sido exonerados por se oporem à ditadura, afirma Helena.

Os diálogos com essas/es professoras/es e a aprovação de grande parte da turma no vestibular, atrelados à proximidade que Helena e suas duas irmãs tinham da Juventude Estudantil Católica (JEC), tornaram-se terreno fértil para que, ao chegar à universidade em 1967, se inserisse diretamente em ações políticas, participando de passeatas que mesclavam as reivindicações estudantis e a luta política mais abrangente, entre essas pautas destaca-se a oposição à ditadura e a suas políticas educacionais, especificamente o acordo MEC-USAID. A constante presença nas passeatas rendeu à Helena e ao seu companheiro de militância e de vida, Francisco da Chagas Dias Monteiro – o Chico –, os apelidos de Helena concentração e Chico passeata.

---

<sup>155</sup> Entrevista de Helena Serra Azul à autora em 20/05/2021.

Comum às filhas da classe média da época, Dulce Pandolfi, Yara Falcón e Lilia Gondim também estudaram em escolas católicas dirigidas por freiras. Lilia lembra-se dos ensinamentos humanistas e, ao mesmo tempo, de viver alheia às condições sociais da maioria da população, da censura e do combate ao comunismo praticado na instituição, e narra:

Na minha época, predominava assim um anticomunismo legal lá, inclusive uma coisa que eu me lembro até hoje, era de que nos corredores tinham uma listinha de livros comunistas proibidos. E as alunas católicas, bonitinhas e arrumadinhas não podiam ler (LILIA GONDIM, 2011b).<sup>156</sup>

Lilia atribui sua percepção crítica sobre os problemas sociais às experiências com as quais entrou em contato ao estudar no Colégio Estadual do Recife. Não estando mais em uma escola frequentada apenas pela classe média, deparou-se com as dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias de algumas/alguns discentes do referido colégio. Uma das histórias que ficou marcada em sua memória foi a da colega de turma que tinha uma irmã que estudava no contraturno para que pudessem revezar o sapato escolar.<sup>157</sup>

Morando em Olinda e estudando no Recife, utilizando transporte público, alargando seu ciclo social, até então restrito às/aos moradoras/es da rua em que residia, à família e às/aos colegas da escola de classe média, entra em contato com vivências que até então não faziam parte de seu cotidiano, mas que lhe produziram novas subjetividades.

Foi, nesse período, com aproximadamente dezesseis anos de idade, que passou a interagir com o grêmio estudantil e que, na primeira eleição após sua chegada ao colégio, participou de uma das chapas candidatas. Assim como Helena, Lilia também narra que as reivindicações iniciais eram relacionadas ao ambiente escolar e que, aos poucos, as reuniões e as pautas do ME extrapolaram os muros das instituições educacionais.

O Movimento Estudantil, que as protagonistas desta pesquisa conheceram e que uma parcela delas integrou, é o movimento constituído paulatinamente no pós-golpe. Ao estudar o ME, o cientista político João Roberto Martins Filho (2007, p.186) analisa que “as mobilizações estudantis só começaram a perder seu caráter de elite no começo dos anos 1960, e a própria expressão ‘movimento estudantil’ não parece adequada antes dessa data”.

Para o autor, duas transformações ocorridas nas universidades são essenciais para essa mudança, a primeira é a “[...] abertura da universidade aos setores médios da sociedade [...]” (MARTINS FILHO, 2007, p. 189-190), que se mostra expressiva, inclusive, numericamente,

---

<sup>156</sup> Entrevista de Lilia Gondim, dia 31/10/2011, realizada pelo Laboratório de História Oral e imagem da Universidade Federal de Pernambuco. In: *Projeto Marcadas da Memória da Comissão de Anistia*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8tbRf8Evv6Q>. Acesso em: 20 jun. 2021.

<sup>157</sup> *Idem*

passando de 27.253 no começo de 1945 para 142.386 no início de 1964. A segunda mudança veio a partir do movimento organizado vinculado à Igreja Católica, que “[...] introduziu as ideias do personalismo cristão, principalmente a da necessidade de comprometimento do jovem com os problemas da comunidade [...]” (MARTINS FILHO, 2007, p. 190).

Esse movimento foi estruturado a partir da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC), dos quais emergiram reconhecidas lideranças políticas, a exemplo de Herbert de Souza – Betinho – e Aldo Arantes, que em 1962 criaram a Ação Popular (AP). Ademais, grande parte das/os jovens estudantes, que passou a integrar as organizações e partidos de esquerda ao longo da década de 1960, adveio da JEC e JUC (MARTINS FILHO, 2007).

No governo de João Goulart, o tema da reforma universitária inclusa nos debates das reformas de base atribuiu à UNE uma centralidade nos debates políticos. De modo que o nível de participação política, tanto de secundaristas como de universitárias/os, estava intenso nos primeiros anos de 1960, mas, segundo Martins Filho (2007), a derrota na “greve de um terço” foi seguida por uma desmobilização do movimento que se viu dividido diante da mobilização anticomunista que antecedeu o golpe de 1964.

Martins Filho (2017) afirma que o movimento golpista encontrou o ME praticamente paralisado no momento do golpe e contou com o apoio de parte dos estudantes, o que trouxe aos militares a impressão de que conseguiriam aparelhar as instituições estudantis, expurgando delas as lideranças ligadas à esquerda. A Lei 4464/64, publicada no Diário Oficial da União dia 11 de setembro de 1964 e que dispõe sobre os órgãos de representação estudantil, explicita essa tentativa de aparelhamento. Também conhecida como Lei Suplicy, legislava sobre quais órgãos eram aptos a representarem as demandas discentes, dentre os quais a UNE não foi citada; estabeleceu as regras para a composição das candidaturas das chapas estudantis; regulamentou as diretrizes para a realizadas as eleições; especificou as atribuições dos órgãos de representação e, em seu Art.14, decretou: “É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”.<sup>158</sup>

Ao pesquisar as manifestações estudantis em Pernambuco, a historiadora Simone Tenório Rocha e Silva (2002) pondera que, ao contrário do esperado, após o episódio da morte dos dois jovens, Jonas de Albuquerque Barros de 17 anos e Ivan da Rocha Aguiar de 23 anos,

---

<sup>158</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada – LEI Nº 4.464, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1964 – Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 21 jun. 2022.

baleados pela Polícia Militar, mais manifestações contrárias ao golpe tomaram as ruas, especialmente em Recife. Porém, as páginas dos jornais de Pernambuco foram ocupadas pelas manchetes que noticiavam as manifestações compostas por estudantes de direita em apoio ao novo governo (SILVA, 2002), demonstrando o apoio de expressiva parcela dos meios de comunicação ao golpe e como estes ajudaram a produzir o discurso de apoio massivo da população.

A truculência e o autoritarismo exercidos pelo governo ditatorial e pelos órgãos de repressão que o compunham não apenas contribuíram para o afastamento das/os estudantes que apoiaram o golpe e o novo governo, mas deu-lhes uma nova bandeira em torno da qual o ME passou a unificar-se: “[...] a defesa da UNE vista como a voz dos estudantes” (MARTINS FILHO, 2007, p.190). Em 22 de setembro de 1966, a União Nacional dos Estudantes – UNE – cria o “Dia nacional de luta contra a ditadura”, o marco foi estabelecido em decorrência das várias manifestações em oposição à prisão de 178 estudantes que participavam de um congresso clandestino promovido pela UNE-UEE, em São Bernardo do Campo (SILVA, 2002; SANTOS, 2009).

No Recife, a manifestação ocorreu no dia 23 de setembro e, assim como na Bahia, os estudantes, fugindo da repressão policial que avançou sobre as/os manifestantes, refugiaram-se na Matriz de Santo Antônio. Por ordem do tenente-coronel Gabriel Aguiar (secretário de Segurança Pública) e com apoio do monsenhor Severino Nogueira, a polícia adentrou o templo e, sob o uso de violência, expulsou as/os manifestantes que ali se refugiaram (SILVA, 2002).

Com os órgãos estudantis instituídos pela Lei Suplicy sendo boicotados pelas/os discentes, o Decreto-Lei nº 228 de 28 de fevereiro de 1967, a “Lei Aragão” aprofundou o controle do governo sobre as instituições de representação estudantil; extinguiu os órgãos de âmbito estadual; aumentou a fiscalização realizada por diretoras/es e reitoras/es das instituições de ensino, vale salientar que muitos desses eram interventores alocados nos cargos pelo próprio governo ditatorial. Porém, em 1967, os principais órgãos de representação estudantil já estavam sob direção das esquerdas.

Vera Rocha lembra que se aproximou da Juventude Estudantil Católica – JEC – a quem se refere também como esquerda católica, pouco tempo após o golpe. Da JEC para a Política Operária Revolucionária Trotskista – PORT, o caminho foi rápido, e lembra que, aos quinze anos, já fazia parte do partido.<sup>159</sup> Nesse período, era ativamente atuante no Movimento

---

<sup>159</sup> O Partido Operário Revolucionário Trotskista – PORT – inicia sua atuação no Ceará em 1965, quando Gilvan Rocha e Rômulo Augusto Romero Fontes vão de Pernambuco para Fortaleza, onde passaram a publicar o jornal “O proletário”. Com a desvinculação de Gilvan Rocha do PORT em 1966, o partido passou a atuar principalmente

Estudantil Secundarista em Fortaleza. Em documento do Ministério do Exército, produzido pelo Centro de Inteligência do Exército – CIE – e enviado ao IV Exército dia 16 de julho de 1970, dia da prisão de Vera, destaca sua atuação no IV Congresso de Estudantes, ocorrido em maio de 1967, e menciona que a mesma fora eleita vice-presidente do Centro Estudantil Secundarista do Ceará – CESC.<sup>160</sup>

A relação entre o ME e as esquerda tornou-se tão imbricada na década de 1960, que, muitas vezes, é difícil distinguirmos nas entrevistas até quando e em que medida a militância era no ME ou já nos partidos e nas organizações de esquerda. Sobretudo, quando se trata da Ação Popular (AP), que no meio estudantil tinha duas palavras de ordem: “a luta contra a ditadura e a solidariedade à resistência anti-imperialista do Vietnã do Norte contra os Estados Unidos no Sudeste Asiático” (MARTINS FILHO, 2007, p. 191).

A Ação Popular não fazia distinção entre a luta estudantil e a militância política geral, o que ficou conhecido como “primeira posição”. A conexão entre as lutas torna-se ainda mais potente a partir de 1967, quando a crise do envolvimento dos Estados Unidos da América – EUA – no Vietnã se mostrou mais latente. Porém, no que tange aos demais grupos de esquerda - Partido Comunista Brasileiro (PCB), Ação Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e a Organização Marxista-Leninista Política Operária (POLOP) - ficaram conhecidos como “segunda posição”, defendiam a concentração da luta estudantil focada nas reivindicações internas das instituições de ensino. Porém, externo aos muros das universidades, algumas dessas organizações se preparavam para a luta armada (MARTINS FILHO, 2007).

A disputa das esquerdas, de como deveriam ser encaminhadas as lutas dentro do ME, é tangível, quando no XXIX Congresso da UNE, o PCB formou, no Recife, uma Frente Única Progressista (FUP) e, em assembleia, denunciou que a UNE estaria negligenciando os interesses estudantis e transformando “num monopólio de forças políticas” (SILVA, 2002, p. 59). Para a FUP, o método de união das lutas estudantis e político-partidárias diminuía o engajamento dos estudantes menos politizados. A proposta da FUP, encabeçada por estudantes do Recife e da Bahia, foi rejeitada pelos congressistas (SILVA, 2002).

Em 1968, eclodiram manifestações estudantis em vários países. Mobilizadas por diferentes objetivos, a juventude protestou contra a Guerra do Vietnã, sobretudo, contra as ações

---

entre as/os estudantes secundaristas. Para mais informação, indicamos a leitura de: MARIANO, Andreyson Silva. Uma esquerda em silêncio: Militantes trotskistas de Fortaleza no período de 1963-1970. Editora: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

<sup>160</sup> Documento produzido pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE) e enviado ao IV Exército, datado de 16 de julho de 1970. Assunto: Nancy Mangabeira Unger e Vera Maria Rocha Pereira.

dos EUA no país Asiático e também por liberdade civil, contra o racismo, contra as armas nucleares e biológicas, a favor do feminismo e contra os governos repressivos. Em alguns países, os jovens estudantes se uniram às causas trabalhistas e foram às ruas junto aos sindicatos.

No Brasil, 1968 chegou com intensidade. Encabeçados pelo ME – e contando com a participação e o apoio de outros grupos sociais – protestos, momentos de tensão, repressão e reivindicações ganharam as ruas. Em Recife, o trote estudantil na Universidade Federal Rural de Pernambuco teve, de seus 140 cartazes, 42 censurados. A ocupação da reitoria da Universidade Federal de Pernambuco terminou com o saldo de 100 estudantes fichadas/os na Secretaria de Segurança Pública (ABREU e LIMA, 2008).

Mas, sem dúvida, o episódio que ficou marcado na memória das/os estudantes da intitulada “geração de 68” foi a morte do estudante secundarista Edson Luís, em 28 de março, na cidade do Rio de Janeiro. Este acontecimento está presente nas narrativas de memória das protagonistas desta pesquisa sendo evocado como um marco no levante do movimento, que conseguiu angariar a simpatia e compaixão de diferentes setores da sociedade. A morte do secundarista expunha para a população de forma mais ampla a repressão que o governo vinha impondo às/aos estudantes. As manifestações se avolumaram nas ruas. No Rio de Janeiro, aconteceu a maior delas, a “Passeata dos Cem Mil”, no dia 26 de junho, com a participação de estudantes, líderes sindicais, intelectuais, artistas e políticos (SIQUEIRA, 2014; GASPARI, 2014a; LEITÃO, 2013). Manifestação que povoa a memória e a história do ME.

No Recife, a passeata foi programada para acontecer logo após a missa de sétimo dia pela morte do estudante. Porém, foi impedida e dezessete estudantes foram presos. Sua realização ocorreu no dia 02 de julho e contou com aproximadamente 15 mil pessoas, entre estes: padres e freiras, artistas, intelectuais, parlamentares e trabalhadores, além dos estudantes. Diferente da primeira tentativa de realização da manifestação, no dia 02 de julho, não houve repressão, possivelmente em decorrência da insatisfação demonstrada por diversos setores da sociedade e da publicidade negativa em relação ao governo, gerada pela repressão às/aos estudantes (ABREU E LIMA, 2008).

A sequência de eventos repressivos contra os estudantes não parou de se avolumar. Em junho, estudantes saíram em protesto contra o acordo MEC-USAID<sup>161</sup>, a questão dos

---

<sup>161</sup> Acordo MEC-USAID: convênio entre o Ministério de Educação e Cultura e a United States Agency for International Development, percebido por estudantes e docentes como caminho para a privatização das universidades. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-mec-usaid>. Acesso em: 23 abr. 2022. Para uma análise mais completa, indicamos ler: *MOTTA, Rodrigo Patto Sá*.

“excedentes”<sup>162</sup>, entre outras pautas. No Rio de Janeiro, a repressão a estudantes reunidos em assembleia na Faculdade Nacional de Medicina se intensificou, a Faculdade foi cercada e todas as saídas fechadas, ao cair da noite, a violência ganhou vez, espancamentos e prisões foram efetuados a estudantes no episódio que ficou conhecido como “Massacre da Praia Vermelha”. As imagens no Correio da Manhã, de policiais urinando sobre estudantes deitados no chão, revoltou a população (VENTURA, 1988; VALLE, 2008; SILVA, 2002).

Outubro chega e a repressão continuou na “batalha na Rua Maria Antônia” e no “30º Congresso de Ibiúna”. Segundo Maria Ribeiro do Valle (2008), são eventos que ganham notória publicidade. A repressão tão explícita às/aos estudantes, em sua maioria vindas/os da classe média, passou a incomodar vários setores da sociedade, entre eles, a classe política, como aponta Bryan Pitts (2014). Para Valle (2008), em diálogo com Ventura (1988), esses eventos produzem um dado novo, a população carioca passou a revidar a violência empregada pelos polícias aos jovens estudantes.

O ano de 1969 não começou com boas notícias para o ME, em fevereiro do referido ano, o Decreto-Lei Nº 477 é instaurado. Se, até então, duas leis tinham sido elaboradas com o objetivo de regulamentar, fiscalizar e controlar os órgãos de representação estudantil, o Decreto-Lei Nº 477 instituía no âmbito da educação superior a figura do subversivo, passivo de instauração de inquérito policial. A UNE e as Uniões Estaduais se mantinham em atividade, mesmo estando na ilegalidade, mediante o Decreto em questão e o AI-5 em dezembro de 1969, aprofundando assim o Estado de exceção.

É nessa crescente perseguição ao ME e na resistência efetuada pelas/os estudantes que, em 12 de junho de 1969, Lilia, Eridan e mais três estudantes<sup>163</sup> são presas/os, enquadradas pela Lei de Segurança Nacional, enquanto pichavam nos ônibus que circulavam nas grandes vias da cidade do Recife as frases: “Fora Rockefeller”, “Abaixo a ditadura” e “Abaixo o imperialismo Americano”, a ação foi realizada em retaliação à vinda de Nelson Aldrich Rockefeller ao

---

**As Universidades e o Regime Militar:** cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>162</sup> Excedentes: eram candidatas/os que obtinham pontuação necessária nos vestibulares, porém não conseguiam se matricular nas instituições de ensino superior, pois a quantidade de aprovadas/os era superior ao número de vagas disponível.

<sup>163</sup> No ofício da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco nº 164, consta que junto a Lilia Gondim e Eridan Magalhães, foram presas Maria Inês Moreira de Melo e Ismênia Carolina Mota Gomes; e preso Roberto França Filho. Fundo: APEJE/DOPS/SSP, Prontuário individual de Lilia Maria Pinto Gondim. Nº 18.705.

Brasil.<sup>164</sup> Eridan<sup>165</sup> afirma que, no período de sua prisão, era simpatizante do ME, não tendo atuação junto a outras organizações de esquerda. Assim, sua prisão é sintomática do aumento das prisões e da instauração de Inquéritos Policiais de estudantes, crescente desde 1968.

No período de 1968-69, alguns pontos confluíram para o esvaziamento do ME, cito aqui: a) As disputas internas, principalmente entre a Ação Popular (AP) e as Dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB); b) Maior exposição pública de seus integrantes; c) O aumento dos confrontos com a polícia, que gerou o aumento do número de estudantes fichadas/os e presas/os (SILVA, 2002; MOTTA, 2014).

As ações de enfrentamento à ditadura executadas pelo ME tornaram-se mais arriscadas. A legalidade do movimento estava ameaçada e os integrantes migraram para as organizações clandestinas de esquerda. No eixo Rio-São Paulo, a AP e a ALN – Ação Libertadora Nacional – receberam a maioria dos integrantes do ME. Já em Pernambuco, a AP e o PCB, inicialmente, foram os partidos mais procurados pelos estudantes. Porém, com a cisão do PCB e a criação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a disputa por membros se deu entre este último e a AP. Também em 1968, a ALN começou a ganhar espaço e a disputar integrantes com essas duas organizações em Recife (SILVA, 2002).

A seguir, destacaremos as ações das protagonistas da pesquisa em três partidos e/ou organizações de esquerda: Ação Popular, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e Aliança Libertadora Nacional.

#### **4.3.2 Elas fazem “Ação Popular”**

Uma das principais organizações de oposição à ditadura com atuação em Pernambuco foi a Ação Popular (AP) criada em 1962, suas/eus integrantes eram em sua maioria estudantes advindos da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC). O sociólogo Michel Lowy (2007), ao estudar o fenômeno do desenvolvimento de uma esquerda cristã no Brasil, elenca três pontos: 1) A importância dos movimentos leigos no Brasil (Ação Católica, JUC); 2) Uma relação maior com o Catolicismo francês do que com o Espanhol – várias correntes de esquerda intelectual e social surgiram na França e 3) A crise política no início dos anos 60, com a crescente adesão dos jovens à esquerda (LOWY, 2007, p. 307).

---

<sup>164</sup> Nelson Aldrich Rockefeller era governador de Nova Iorque e visitou o Brasil em junho de 1969. Foi considerado pelos opositores do regime ditatorial o representante do imperialismo americano. Em decorrência disso, várias organizações de esquerda efetuaram ações urbanas para demonstrar a insatisfação e o repúdio aos Estados Unidos da América, representado pela figura de Rockefeller. Em diversas cidades, muros e ônibus amanhecaram com os dizeres — “Fora Rockefeller”.

<sup>165</sup> Entrevista de Eridan Magalhães à autora, dia 26/05/2021.

Com intensa participação social, antes do golpe, a AP fez parte de projetos em entidades governamentais, a exemplo da Superintendência da Reforma Agrária (Supra). Ademais, muitos de seus integrantes fizeram parte das diretorias da UNE (LOWY, 2007; CIAMBARELLA, 2007). A AP emergiu da “[...] necessidade de construir uma ação que ultrapassasse os ditames da Igreja” (CIAMBARELLA, 2007, p.105), tendo suas bases alicerçadas, inicialmente, na ideia de “socialismo humanista”, com influência de pensadores católicos, protestantes e marxistas. A organização atuou no Movimento de Educação de Base (MEB), principalmente no Nordeste, tendo como foco as/os trabalhadoras/es – operárias/os e trabalhadoras/es rurais<sup>166</sup> (CIAMBARELLA, 2007).

A inserção de Helena Serra Azul na militância nos diz de uma experiência em comum com a grande maioria das/os integrantes da organização. Iniciando seu ativismo político na esfera escolar, especificamente no grêmio estudantil, junto à JEC e, posteriormente, ingressando na AP. Em suas palavras:

A Ação Popular era uma organização de esquerda, que se propunha a derrubar o governo militar e a lutar por melhores condições de vida, trabalhar pelo estabelecimento da democracia, mas ela era uma organização, a gente não se considerava nem um partido político propriamente, era uma organização. (HELENA SERRA AZUL, 2011).<sup>167</sup>

Na segunda metade da década de 1960, a AP também foi alvo das críticas da chamada “nova esquerda”, o que a fez reelaborar seus métodos, passando do “cristianismo ao maoísmo”, como intitula a historiadora Alessandra Ciambarella (2007), o que causou perda de alguns setores de base, a exemplo da Igreja Católica.

O exílio de alguns de seus líderes no Uruguai, como o de Herbert José de Souza – o Betinho –, o de Aldo Arantes e o de Jair Ferreira, e o contato com Brizola, também exilado, suscitou grandes debates acerca de quais caminhos seguiriam para uma “reconquista”, ainda em 1965. Havia divergências “[...] de um lado, se seguia os brizolistas, convictos do sucesso da via insurrecional, e, de outro, o grosso da direção da AP, que apostava na guerrilha” (CIAMBARELLA, 2007, p.112). A AP passa a se posicionar a partir de 1967, favorável à revolução armada, porém, crítica das ações armadas urbanas, seguindo assim o modelo chinês, o maoísmo (RIDENTI, 2017).

---

<sup>166</sup> Nos documentos, salvo raras exceções, esses termos aparecem apenas no masculino, optamos por utilizar neste texto a linguagem no feminino e no masculino, para evidenciarmos que, a despeito do apagamento, inclusive linguístico, de suas participações, as mulheres estiveram presentes na composição dos mais diversos grupos sociais.

<sup>167</sup> Entrevista de Helena Serra Azul. In: Menu Extra do documentário *Vou contar para meus filhos*. Direção: Tuca Siqueira, 2011.

A adesão ao maoísmo não era consenso entre os apistas, havia divergências entre o bloco dos maoistas e dos marxistas-leninistas. Essa disputa interna reflete nos documentos dos órgãos da repressão e de vigilância, a exemplo dos prontuários individuais, nos quais não é incomum encontrar a designação de duas siglas para a organização, AP e APML (Ação Popular Marxista-Leninista). Mesmo com o uso da sigla APML, por parte de algumas/alguns integrantes, a partir da segunda metade da década de 60, com a finalidade de demonstrar a que linha estavam filiadas/os, a sigla só foi adotada oficialmente em 1972, sob a direção de Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright (CIAMBARELLA, 2007). Entender a dimensão filosófica e ideológica dos partidos e organizações nos auxilia na compreensão das escolhas políticas e das ações que as militantes realizaram.

Em 1967, a AP, como vimos no tópico acima, acreditava que o Movimento Estudantil poderia ser a base impulsionadora da revolução, porém, essa seria realizada pelas/os trabalhadoras/es, operárias/os e camponesas/es, de modo que a integração entre trabalhadoras/es e apistas, em sua maioria estudantes, era necessária para a formação do partido operário.

É no intuito de estabelecer essa integração entre estudantes e trabalhadoras/es, que Helena e Chico se integraram à produção de cana-de-açúcar. Atuantes na AP, em Fortaleza, os recém-casados, logo após o AI5, tiveram sua casa invadida, mas continuaram residindo na capital Cearense, passando a viver na clandestinidade, até que, seguindo os preceitos da organização, migraram para Pernambuco, com o objetivo de integrar a produção no campo, no engenho da Usina de Ipojuca. Helena<sup>168</sup> conta que a história das Ligas Camponesas e as lutas na Zona da Mata pernambucana povoavam a imaginação das/os jovens revolucionárias/os. Porém, ao chegar à Usina, o choque entre a vida de estudante de classe média e a vida de trabalhadora/trabalhador do campo se deu desde o primeiro momento, Helena rememora que:

[...] Quando a gente chegou lá, eu lembro que tinha um pessoal do engenho que saía pra ver a gente. Porque nós éramos diferentes, o Chico é moreno, mas eu era branca e ruiva, e era toda cheia de sarda, então eu era um biótipo completamente diferente. A fome era um negócio completamente terrível, era assim, o pessoal comia... ia pra feira e comia até quarta-feira, que tinha feijão, farinha... umas comidas... quando dava quarta-feira num tinha mais o que comer era farinha somente e uns peixinhos que pegava no rio, que era uma região perto do rio. [...] Aí o que foi que aconteceu, com algum tempo a gente adoeceu, porque a gente não era acostumado com isso, eu me enchi de furúnculo, tive problema no dente, o Chico teve problema no dente, tivemos que ir pra Recife. E havia coisas assim, de choque cultural, ninguém podia usar papel higiênico, assim que chamasse atenção, porque naquela época tinha pouco papel higiênico no interior, desodorante era uma coisa que você tinha

---

<sup>168</sup> Entrevista de Helena Serra Azul. In: Menu Extra do documentário *Vou contar para meus filhos*. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

que usar quase que escondido, quer dizer tudo isso com um cuidado que a gente tinha que ter pra não chamar atenção, porque o IV Exército tomava conta daquilo ali, e eles ficavam de olho em quem chegava e em quem saía [...] (HELENA SERRA AZUL, 2011).<sup>169</sup>

Além das questões de racialidade, lida socialmente como branca, que fazia dela uma corpa estranha àquele espaço, o que Helena chamou de choque cultural nos apresenta a escassez e a precarização em que as/os trabalhadoras/es rurais viviam, sem acesso a produtos de higiene pessoal, o que intensificava a proliferação de doenças, e a má nutrição em decorrência do pouco acesso à comida, mas, sobretudo, pela restrita diversidade de nutrientes ingeridos.<sup>170</sup> Com poucos meses vivendo nessas condições, ela e Chico tiveram a saúde debilitada.

Helena não sabe precisar quanto tempo passou na Usina Ipojuca, mas lembra de se deslocar de um lugar para outro, possivelmente, como medida de segurança. A vida itinerante findou-se dia 15 de outubro de 1969<sup>171</sup> ao ser presa na Zona da Mata pernambucana, como camponesa, nas ruelas do Engenho Bom Destino em São Benedito do Sul, Quipapá- PE. As prisões de Helena e Chico foram realizadas a partir de um conjunto de diligências policiais iniciadas no dia 04 de outubro do mesmo ano. Segundo consta no documento da Secretaria de Segurança do Estado de Pernambuco, enviado ao General Humberto de Souza Melo, presidente da Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar – CGIPM, as ações resultaram na desarticulação de um aparelho situado em Casa Amarela, em Recife, onde foram feitas apreensões de diversos documentos caracterizados como “subversivos”.

Nos dias seguintes à descoberta do aparelho, oito militantes da organização foram presas/os<sup>172</sup>, entre elas/es, sete eram estudantes e um, lavrador. Consta também que Jurandir Sebastião Freire Costa encontrava-se detido para averiguação, sob suspeita de “elemento de ligação da APR”.<sup>173</sup> A partir dos documentos encontrados na casa e dos depoimentos das/os presas/os, foi elaborado um dossiê, o qual designava que a AP possuía “ramo ideológico marxista-leninista e maoista”, concluindo que:

---

<sup>169</sup> Entrevista de Helena Serra Azul. In: Menu Extra do documentário *Vou contar para meus filhos*. Direção: Tuca Siqueira, 2011.

<sup>170</sup> CASTRO, Josué. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro – Edições Antares, 1984.

<sup>171</sup> Fundo: Serviço Nacional de Informação. Assunto: Elementos integrantes de Ação Popular. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.81002949 – Dossiê.

<sup>172</sup> Constam as prisões de: Amilton de França, dia 04 de outubro, preso na esquina da rua onde se localizava o aparelho; Pedro Coutinho de Almeida, 05 de outubro, preso chegando ao aparelho; Ana Maria Medeiros Fonseca, 05 de outubro, presa no aparelho. Rosalvo Vital Gonzaga Santos e Ramiro de Deus Bonifácio, presos dia 10 de outubro no Engenho Maraiá. Iêda Maria de Oliveira Lima ou Iêda Maria Lima Tito, dia 14 de outubro, ao sair do trabalho no SENAC. E Francisco das Chagas Monteiro e Helena Moreira Serra Azul, dia 15 de outubro. Fundo: Serviço Nacional de Informação. Assunto: Elementos integrantes de Ação Popular. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.81002949 – Dossiê.

<sup>173</sup> Fundo: Serviço Nacional de Informação. Assunto: Elementos integrantes de Ação Popular. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.81002949 – Dossiê.

[...] trata-se de mais uma tentativa de instalação na área do Nordeste, de um movimento de caráter subversivo, com base em Ação Popular e ramificações no interior dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, visando a implementação de um governo popular revolucionário com base nos princípios de Mao Tse-Thung. Os trabalhos de AP acham-se em fase inicial, na área de Pernambuco.<sup>174</sup>

É possível que a conclusão do coronel Gastão Barbosa Fernandez, Secretário de Segurança Pública de Pernambuco, com relação à “fase inicial”, seja em decorrência da modificação das ações da organização, uma vez que, como já visto, a AP tinha atuação no Estado desde, no mínimo, 1967. Porém, com a simbiose entre o ME e a AP, apenas após o declínio do ME e a ampliação das atividades de “integração na produção” ou “movimento de proletarização”, torna-se mais explícita a AP enquanto organização de esquerda, que clandestinamente atuava para a derrubada do Governo em vigência.

Nesse mesmo documento, escrito em 1969, consta que a organização da AP era constituída de “célula base (cb), comando zonal (cz), comando regional (cr)”.<sup>175</sup> Outro documento, um novo dossiê, dessa vez, do IV Exército, datado de 6 de novembro de 1973, consta que: “É uma organização de difícil combate, pois além de ser uma das mais antigas, possui um esquema de compartimentação muito rigoroso e, aliado a isso, grande capacidade de trabalho e inteligência de seus jovens líderes”.<sup>176</sup>

Essa estratégia de compartimentação exercida pela organização fica perceptível na narrativa de Lília, ao relembrar sua inserção na AP entre 1968 e 1969:

Eu estava há pouco tempo fazendo parte de Ação Popular, partido de esquerda... clandestino. Eu tinha já... no Movimento Estudantil já trabalhava, já era ligada a esse pessoal de Ação Popular e um pouco antes de ser presa eu tinha entrado pra um grupo que era assim como se fosse um pré... uma pré-entrada no partido, que se chamava OPP – Organização Para Partidária, então eu fazia parte de uma OPP de AP (LILIA GONDIM, 2021).<sup>177</sup>

A militância de Lília, assim como a de Helena, é marcada por essa relação entre o ME e a AP. A passagem do primeiro para o segundo foi realizada de maneira orgânica, sem rupturas, pois, já no meio estudantil, Lília tinha amizade e efetuava ações com as/os integrantes da AP. Essa relação de proximidade foi inclusive fator decisivo para que ela escolhesse ingressar nesta organização e não em outras que também buscavam arregimentar integrantes e viam nas/os

<sup>174</sup> Fundo: Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar. Ofício Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. BR DFANBSB AAJ.0.IPM.882 – Dossiê.

<sup>175</sup> *Idem*.

<sup>176</sup> Acervo CEPE, Arquivo da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Hélder Câmara. Prontuário por Partidos. Fundo: SSP/Nº 1.159. Prontuário Funcional – APEJE – DOPS/ Nº 1.886.

<sup>177</sup> Entrevista de Lília Gondim à autora, dia 09/04/2021.

estudantes potenciais militantes.<sup>178</sup> Mesmo sendo próxima de integrantes da organização, ela integrou primeiro a OPP, que funcionavam como uma preparação, inclusive teórica, para integrar a organização.

Ao sair da prisão, em dezembro de 1970, integrou-se efetivamente à organização, porém, de forma discreta e desenvolvendo pouquíssimas atividades. Como protocolo de segurança, era indicado manter, temporariamente, o distanciamento das/os militantes que haviam sido presas/os, pois se sabia da vigilância que recaía sobre estas/es ao saírem da prisão. Lília narra que esse período culminou com o acirramento das disputas internas da organização, que se dividia entre os que defendiam a fusão com o PC do B “a autêntica vanguarda proletária” (CIAMBARELLA, 2007, p. 123) e os que defendiam manter a estrutura da organização. Em 1972, os que decidiram continuar na organização, liderados por Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright, alteraram a sigla para APML – Ação Popular Marxista-Leninista, e a maior parte das/os integrantes migraram para o PC do B.

Mesmo com a diminuição de integrantes no quadro da organização, esta se manteve até início dos anos de 1980, quando, segundo Ciambarella (2007), grande parte das/os integrantes aderiu ao recém-criado Partido dos Trabalhadores – PT.

### **4.3.3 Partido Comunista Brasileiro Revolucionário**

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR – foi fundado a partir de uma dissidência do PCB em 1967. Segundo o historiador, cientista social e ex-integrante do PCBR, Jacob Gorender (1987), aconteceu efetivamente em 1968, na Serra da Mantiqueira, no Rio de Janeiro. Intitulou-se de partido e manteve a estrutura hierárquica, o que suscitou a crítica de muitas/os militantes, que os acusavam de reformistas, assim como o PCB, diferindo-se apenas pela adesão à luta armada.

Gorender (1987) afirma que o partido conseguiu se fortalecer em São Paulo e no Rio de Janeiro e destaca que, no Nordeste, “da Bahia ao Ceará, tínhamos uma base de apoio muito superior a qualquer facção dissidente do PCB” (GORENDER, 1987, p. 102). O partido tinha forte atuação em Pernambuco, conseguindo eleger, em 1968, Cândido Pinto para a União Estadual de Estudantes (GORENDER, 1987). O que à época era um termômetro da adesão e da envergadura local dos partidos e das organizações de esquerda.

Expandir o partido, formando grupos em diversos Estados, era importante para a propagação dos ideais, mas era também estratégico, pois possibilitaria maior mobilidade às/aos

---

<sup>178</sup> Entrevista de Lília Gondim à autora, dia 09/04/2021.

integrantes frente às perseguições dos órgãos de repressão, aumentando também as burlas diante dos órgãos de informação. De modo que diversos integrantes de outros Estados se tornaram mais conhecidos por sua atuação em Pernambuco, como são os casos de Odijas Carvalho<sup>179</sup> – alagoano; Lylia Guedes<sup>180</sup> – cearense; Maria Yvone – alagoana; Vera Rocha – cearense; Nancy Mangabeira Unger – carioca, entre outras/os.

Saindo de Viçosa, em Alagoas, na década de 1960, para estudar e trabalhar em Recife, Maria Yvone, estudante secundarista, conseguiu seu primeiro emprego no INCRA, em 1966. Segundo Yvone, a experiência de trabalho na referida instituição foi transformadora, pois possibilitou-lhe o convívio com “pessoas muito interessantes, muito inteligentes, com pessoas que tinham uma boa formação política”.<sup>181</sup> Foi no diálogo com estas pessoas que as ideias revolucionárias de esquerda chegaram até ela e produziram curiosidade.

Na efervescência de 1968, ao ser aprovada no curso de economia, passou a vivenciar a ebulição política no espaço acadêmico. Nesse período, reencontrou seu conterrâneo Odijas Carvalho – militante atuante no PCBR – a amizade transformou-se em namoro. No auge da inserção das/os estudantes nas organizações e nos partidos de esquerda, ela passou a integrar o PCBR. Procurado pelos órgãos de repressão, Odijas precisou ingressar na clandestinidade e, posteriormente, migrou para Fortaleza, por designação do partido. Yvone narra que o objetivo era “organizar o partido em Fortaleza e viver em Fortaleza.”<sup>182</sup> Na capital cearense, casaram-se e mantiveram uma vida discreta, vivendo semiclandestina/o.

Ridente (2007) descreve o ano de 1969 como de ascensão e derrota dos grupos de esquerda armada. Corroborando essa análise, Gaspari (2014) pondera que, com as primeiras prisões de militantes, as organizações perdem um ponto elementar de suas ações, a surpresa. Conseguindo prevenir e mapeando o *modus operandi* das organizações, a repressão passa a “[...] intimidar o grande círculo da militância desarmada [...]” (GASPARI, 2014b, p.59), o que tornava mais difícil manter o contato com as redes de apoio. Assim, as organizações passaram a atuar muito mais na reação do que na ação, de maneira que “[...] já não se organizam como a revolução precisa, mas como a repressão condiciona, produzindo uma rotina de gato e rato” (GASPARI, 2014b, p.59).

---

<sup>179</sup> Odijas Carvalho, alagoano, começou sua militância no Movimento Estudantil, fugindo dos órgãos de repressão em Alagoas, passou a militar no PCBR em Pernambuco. Esposo de Maria Ivone Loureiro. Foi preso em janeiro de 1971 e assassinado sob tortura.

<sup>180</sup> Lylia da Silva Guedes, cearense, militante do PCBR, presa em janeiro de 1971, ficando na Colônia Penal do Bom Pastor. No DOPS, testemunhou parte das torturas sofridas por Odijas.

<sup>181</sup> Entrevista de Maria Ivone Loureiro. In: Menu Extra do documentário *Vou contar para meus filhos*. Direção: Tuca Siqueira, 2011.

<sup>182</sup> Entrevista de Maria Ivone Loureiro. In: Menu Extra do documentário *Vou contar para meus filhos*. Direção: Tuca Siqueira, 2011.

Em 1969, já morando em Fortaleza (CE) e vivendo semiclandestina, Yvone participou, junto ao partido, da manifestação contra a vinda de Nelson Rockefeller ao Brasil. Em meados de 1970, descobertos pela repressão, deslocaram-se novamente, dessa vez, para efeito de segurança, separados. Yvone seguiu junto a Carlos Alberto Soares<sup>183</sup> e Marcelo Mário de Melo<sup>184</sup>, para a praia de Redinha em Natal (RN), onde se encontraram com outras/os militantes, “a casa era cheia de companheiros procurados, inclusive de outras organizações, da ALN... nós guardávamos pessoas da ALN”.<sup>185</sup> O reencontro com Odijas se deu em dezembro de 1970, na praia de Maria Farinha, na Região Metropolitana de Recife.

Nessa “rotina de gato e rato” (GASPARI, 2014b, p.59), o número de ações diretas de enfrentamento à ditadura se tornou mais exíguo, enquanto as ações e os movimentações para autopreservação de militantes e soltura de presas/os ampliaram. Reconhecido e procurado pelas forças militares de Alagoas, Fortaleza e Recife, Odijas ficou recluso no aparelho em Maria Farinha. Coube à Yvone, menos conhecida dos órgãos de repressão, viajar à capital Potiguar, e no aparelho localizado na praia de Pirangi- RN, junto a outras/os integrantes do partido, elaborar a estratégia para retirar Odijas do Recife.

Nesse ínterim, a casa que abrigava Odijas foi descoberta pela polícia, o militante foi preso junto à Lylia Guedes, também militante do PCBR, no dia 30 de janeiro de 1971. A informação sobre essas prisões chegou ao aparelho, em Pirangi (RN), quase uma semana depois, na mesma noite, Yvone e as/os demais companheiras/os decidiram retirar-se da casa, como medida de segurança. Uma parte do grupo saiu de imediato, a outra parte, composta por Carlos Alberto Soares, Cláudio Gurgel, Rosa Soares e Yvone, teve a missão de “deixar a casa em ordem”, ou seja, queimar documentos, panfletos e qualquer material que pudesse comprometer as/os integrantes do partido.

Passaram a noite em vigília, dentro da mata, observando a casa de longe, e, na manhã seguinte, pegaram o ônibus na intenção de chegar à cidade de Natal (RN), porém, o veículo foi

---

<sup>183</sup> Carlos Alberto Soares, paraibano de João Pessoa, estudante de geologia na Universidade Federal de Pernambuco e integrante do PCBR. Participou de ações armadas pelo partido, das quais resultaram em duas mortes. Foi condenado em 1971 a duas prisões perpétuas mais 55 anos de prisão. Saiu em condicional, em 1979, mas seu status de preso só foi retirado em 1985. Informações em: Secretária da Justiça – Estado de Pernambuco. Anistia: Requerimento de Indenização de Carlos Alberto Soares. Acervo CEPE – Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara. Arquivo: Processo de Indenização de ex-presos políticos pelo governo de Pernambuco, nº 122/2001.

<sup>184</sup> Marcelo Mário de Melo, pernambucano de Caruaru, iniciou sua militância no PCB, em 1961. Participou da fundação do PCBR em 1968/69. Foi preso em 9 de março de 1971, permanecendo até 24 de abril de 1979. Informações em: Secretária da Justiça – Estado de Pernambuco. Anistia: Requerimento de Indenização de Marcelo Mário de Melo. Acervo CEPE – Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara. Arquivo: Processo de Indenização de ex-presos políticos pelo governo de Pernambuco, nº 170/2001.

<sup>185</sup> Entrevista de Maria Ivone Loureiro. In: Menu Extra do documentário *Vou contar para meus filhos*. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

interceptado durante o percurso, na inspeção realizada, conta Yvone, que os rapazes foram rapidamente reconhecidos pelos policiais. A prisão foi efetuada na manhã de 07 de fevereiro de 1971, mediante violência física e moral, nomeadas/os de terroristas e bandidas/os, foram retiradas/os do transporte coletivo, mas não antes de Rosa Soares fazer um pequeno discurso, negando as acusações de terrorismo e afirmando que eram revolucionários e que estavam ao lado do povo, momento rememorado com alegria por Yvone<sup>186</sup>, passagem que enfatizaremos no próximo capítulo.

Quando Yvone e Rosa chegaram à Colônia Penal do Bom Pastor, já havia se passado alguns meses desde o banimento de Vera Maria Rocha Pereira e Nancy Mangabeira Unger, ambas integrantes do PCBR, mas possivelmente ouviram as narrativas das demais companheiras sobre o evento. Integrante do PCBR em Fortaleza, Vera, clandestina desde 1969, recebeu a missão, junto a Mário Miranda Albuquerque, seu cônjuge, e a outras/os companheiras/os do partido de se deslocarem para exercer atividades do partido em Recife:

Chegando a Recife, narra Vera:

Eu recebo a missão, com outros companheiros, de preparar o sequestro do cônsul, aqui, em Recife, esse sequestro tinha como função liberar prisioneiros políticos que se encontravam em várias prisões do Brasil. Imagine! Eu num tinha nem vinte anos de idade e ia fazer um sequestro de um cônsul, levar para uma casa, manter num cativo, enfrentar todo o cerco policial que viria daí. Mas, nossa disposição era tamanha que a gente achava que ia conseguir (VERA ROCHA, 2011).<sup>187</sup>

Nessa narrativa de Vera, realizada mais de quarenta anos depois do planejamento da ação, ela pondera, sob o olhar do presente, como as ações contavam mais com a disposição das/os militantes do que com uma estrutura organizacional bem elaborada e a probabilidade de ser bem-sucedida. A crença no ideal de “quem sabe faz a hora não espera acontecer”<sup>188</sup> foi, em muitas ações, a força motriz.

Com o aumento das prisões em 1969, uma das estratégias utilizadas para conseguir retirar presas/os políticas/os da prisão foi o sequestro de diplomatas: O primeiro ocorreu em setembro de 1969, em uma ação executada pela ALN e pelo MR-8, tendo como alvo o Embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, a exigência dos militantes para a soltura do diplomata era o envio de 15 presas/os políticas/os para o México e a veiculação nos meios

---

<sup>186</sup> Entrevista de Maria Yvone Loureiro. In: Menu Extra do documentário *Vou contar para meus filhos*. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

<sup>187</sup> Entrevista de Vera Rocha. In: Menu Extra do documentário *Vou contar para meus filhos*. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

<sup>188</sup> Trecho da música Caminhando. GERALDO VANDRÉ. Caminhando. Álbum: Geraldo Vandré. Som Livre, 1979. LP.

de comunicação em rede nacional, de um manifesto que denunciava a ditadura. Em abril de 1970, com o sequestro do Embaixador alemão, Ehrenfried Von Holleben, a VPR e a ALN conseguiram enviar 40 presas/os políticas/os para o exílio na Argélia (LUIZ, 2011, RESENDE, 2019).

A ação de sequestro na qual Vera iria participar seria inicialmente a do cônsul norte-americano Donnor Lion. Porém, como o aparato de segurança em torno dos diplomatas estrangeiros tinha se intensificado, sobretudo, dos norte-americanos, repensaram a ação e direcionaram o foco para o cônsul japonês (VECHIA, 2005). Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho – Chico de Assis – e Nancy Mangabeira Unger eram responsáveis pela ação em Recife. Para tanto, uma casa foi alugada em Maria Farinha, a locação escolhida por Chico, enquanto estrutura, estava dentro das normas de segurança exigidas pelo partido, porém, a casa ficava localizada em um terreno de reserva da marinha, de modo que a vizinhança era composta por um militar da marinha do lado esquerdo e por um militar do exército do lado direito, os quais, desconfiados das movimentações na casa, avisaram à polícia, que, por sua vez, montou vigilância, imaginando ser uma casa de prostituição (VECHIA, 2005).

Os planos foram completamente frustrados e, no raiar do dia 16 de julho de 1970, acordaram sob cerco policial e ao som de tiros. Vera lembra-se de ter pensado que era um pesadelo, dado que apenas ela, Chico e Nancy sabiam da existência daquela casa. Mesmo em desvantagem com apenas dois revólveres de calibre 38, em posse de Nancy e Chico, decidiram não se render e trocaram tiros com a polícia. Desarmada, Vera efetuava a destruição dos documentos, tentando deixar menos informações disponíveis sobre o partido. O confronto cessou quando as/o militantes se renderam, decisão tomada para salvar a vida de Nancy que cambaleou gravemente ferida, o tiro decepou o polegar da mão direita e atravessou fígado, pulmão e diafragma da militante. Renderam-se e saíram da casa de mãos para o alto e de pés descalços, sendo Nancy levada para o hospital, enquanto Vera e Chico foram encaminhados para o DOPS-PE.<sup>189</sup>

Segundo Renato da Silva Della Vechia (2005), o PCBR chegou em 1970 com caráter mais militarista do que em 1968-1969. Nesses anos, havia o direcionamento de construir articulação com os movimentos de massa, esse posicionamento mantinha também uma relação entre ações legais e clandestinas. Todavia, após o AI-5, a manutenção dos movimentos de massa se tornou impraticável, como ocorreu com o ME, fato que também atingiu a atuação

---

<sup>189</sup> Entrevista de Vera Rocha. In: Menu Extra do documentário *Vou contar para meus filhos*. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

sindicalista. O autor analisa que os documentos produzidos pelo partido, em 1970, estavam centrados na luta armada e pondera ainda que tais mudanças estavam atreladas ao:

[...] surgimento de uma “nova geração” de dirigentes políticos pois a maioria dos antigos dirigentes estava na prisão ou no exílio; o recrudescimento da repressão e dos assassinatos por parte da ditadura e a influência de outras concepções mais militaristas, que ocupavam cada vez mais o espaço político através de ações públicas de impacto como o sequestro (VECHIA, 2005, p.157).

Ironicamente, Vera e Nancy, que se deslocaram para a cidade de Recife, com o objetivo de realizar uma ação de sequestro, para, com o poder de barganha, negociar com a ditadura brasileira a soltura de presas/os políticas/os, saíram da prisão banidas para o Chile, em janeiro de 1971, em troca da soltura do Embaixador suíço Giovanni Bucher. O sequestro foi realizado no dia 7 de dezembro de 1970, no Rio de Janeiro, e teve 47 dias de duração, após longa negociação entre o governo e a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR – liderada por Carlos Lamarca, o Embaixador foi posto em liberdade e 70 militantes foram libertadas/os da prisão e enviadas/os para a capital chilena (LUIZ, 2011). Este foi o último e mais longo sequestro orquestrado pelas organizações de esquerda armada durante o período de ditadura. No total, as três ações resultaram em 125 presas/os políticas/os libertadas/os da prisão sob o *status* de banida/o do país.

Até o primeiro semestre de 1971, praticamente todo o grupo do PCBR de Recife encontrava-se preso, morto ou exilado, as ações do partido tornaram-se mais exíguas. De modo que se fez necessário esperar o momento de turbulência passar para reestabelecer o Comando Central e Regional do partido.

#### **4.3.4 Aliança Libertadora Nacional**

A Aliança Libertadora Nacional (ALN) foi criada em março de 1968, a partir da cisão entre a chamada “Ala Marighella” e o PCB. Teve, entre suas principais lideranças, Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira.<sup>190</sup> O diferencial trazido pela ALN era a descentralização estrutural da organização, afastando-se do modelo partidário e das burocracias, acreditando que “[...] caberia ao proletariado e ao campesinato liderarem o processo de guerra revolucionária desencadeado por sua vanguarda armada” (RIDENTI, 2007, p. 35).

---

<sup>190</sup> Em 1964, após o golpe de Estado, o Partido Comunista Brasileiro passou por uma crise interna em que viu a figura de seu líder desde 1940, Luís Carlos Prestes, enfraquecer. Uma das críticas, levantada por Carlos Marighella, dizia respeito à negativa do partido em aderir à luta armada. Ao longo dos quatro primeiros anos de ditadura, as disputas internas se intensificaram e, em 1967, ocorreu a cisão, da qual derivaram algumas organizações e alguns partidos de esquerda armada.

Em Recife, segundo Mello (2020), as articulações para a formação de uma célula<sup>191</sup> começaram pouco antes de outubro de 1968, quando Ronaldo Dutra Machado<sup>192</sup> foi enviado por Carlos Marighella para fomentar o movimento no Nordeste, arregimentando seus contatos a partir dos estudantes. Roberto Peixe, uma das lideranças do ME em Recife, após discordâncias com o PCBR, estreitou sua relação com Ronaldo Dutra e a ALN, porém, não chegou a ser um integrante da organização. As ligações entre o PCBR e a ALN eram fortes, como disserta MELLO (2020):

[...] o projeto revolucionário do PCBR, naquele momento contava com o apoio de alguns estudantes em Pernambuco. O que se evidencia é que Marighella percebendo este movimento enviou para Recife um militante profissional da ALN e de sua confiança, para tentar, através destes estudantes, organizar grupos de fogo e redes de apoio da ALN no Recife (MELLO, 2020, p.147-148).

Estabelecendo tais contatos, Ronaldo e Dulce Pandolfi se conheceram, ela narra que na Universidade Federal de Pernambuco, onde cursava Ciências Sociais, havia três grupos que disputavam dentro do ME: o Partido Comunista Brasileiro, a Ação Popular e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Por sua atuação no meio estudantil, foi percebida como uma militante em potencial por estes partidos e organizações de esquerda, de modo que a mesma recebia diversos convites para participar dos debates que, segundo Dulce, giravam em torno de saber se “havia uma burguesia nacional?”.<sup>193</sup> Em meio a esses debates que se alastravam pelos pátios da Faculdade, Dulce conta que: “eu fui ficando mais próxima deste grupo, mas era uma coisa muito vaga; ligada ao PCBR pelas posições que eu via ali no cotidiano, na assembleia, na maneira de conduzir a luta”.<sup>194</sup> O ponto principal de seu interesse no PCBR era o posicionamento da luta contra a ditadura. Com a chegada da ALN a Recife, a militante migra para a organização.

Dulce relata que, em meio às discussões da burocracia do PCBR, por sua organização dentro da estrutura partidária, conheceu algumas pessoas da ALN, que ainda estavam tentando se efetivar em Recife, dentre quais, estava Ronaldo Dutra. Segundo Perly Cipriano, integrante

---

<sup>191</sup> Célula era o nome utilizado por algumas organizações para designar grupos de integrantes que interagem entre si.

<sup>192</sup> Ronaldo Dutra Machado atuou no Movimento Estudantil e posteriormente na ALN, foi enviado por Marighella para Recife com o objetivo de estruturar a organização, aproximou-se inicialmente dos grupos estudantis onde conheceu Dulce, que se integrou ao partido, entre outras/os militantes. Também exerceu uma aproximação com a base operária. Para mais informações, ler: MELLO, Paulo Marcelo Medeiros de Albuquerque. **Ação Libertadora Nacional – ALN: Trajetória de um Grupo de Militantes em Pernambuco (1968 – 1970)**. (Dissertação de Mestrado em História), UFPE. Recife, 2020.

<sup>193</sup> Entrevista de Dulce Pandolfi à Cecília Matos, Desirree Reis e Izabel Silva. Projeto *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil* (UFRJ/ Comissão de Anistia-MJ), 25 de maio de 2011.

<sup>194</sup> Idem

da organização, Dulce ficou responsável por fazer o contato entre as/os integrantes (MELLO, 2020).

Nas entrevistas presentes na dissertação de Paulo Marcelo Mello (2020), é perceptível o funcionamento estratégico, elaborado a partir da noção de compartimentação entre os grupos. Ao citarem as/os companheiras/os de organização, citam nomes distintos, não por esquecimento ou pelo uso dos codinomes, mas porque suas redes de contato eram restritas à célula à qual faziam parte, ficando reservado, às lideranças e aos que ocupavam cargos organizacionais, exercerem a conexão entre os membros (MELLO, 2020). Tal medida objetivava que, em caso de prisão, no máximo, uma célula da organização ficasse exposta.

Notadamente, as/os militantes que migravam de outras organizações para a ALN, estavam mobilizadas/os pelo apelo à prática das ações armadas, fortemente recomendada por Carlos Marighella. A rapidez no planejamento e na execução das ações possibilitada pela falta de hierarquia burocrática, refletiu no aumento da quantidade de ações armadas praticadas pela organização no país (RIDENTI, 2007, MELLO, 2020). Por isso, talvez, se perceba, em 1968-1969, uma evasão de integrantes do PCBR para a ALN, convergindo com o argumento de Vechia (2005) sobre a guinada militarista do PCBR em 1970, tendo como um dos motivos que concorrem para tal posicionamento a influência de outras organizações militaristas, no momento em que se urdia intensamente o ideal de “Vem, vamos embora / Que esperar não é saber / Quem sabe faz a hora / Não espera acontecer”.<sup>195</sup>

Em novembro de 1969, a morte de Carlos Marighella, a figura de liderança da organização, segundo Ridenti (2007, p. 39), marca o “[...] início do fim dos grupos guerrilheiros [...]”. As ações eclodiam de ambos os lados, em um movimento de retroalimentação, como analisou Fico (2017). Em julho de 1969, foi fundada de forma extraoficial a Operação Bandeirante – OBAN, por militares e empresários paulistas:

Estabelecia as normas que centralizavam o sistema de segurança, colocando-o sob as ordens de um oficial do Exército classificado na seção de informações do comando militar. [...] As delegacias policiais, inclusive o DOPS, estavam obrigados a mandar à Oban todos os suspeitos de atividades terroristas (GASPARI, 2014b, p. 62).

Com pouco mais de um ano de sua criação e “[...] com resultados considerados bastante satisfatórios [...]” (JOFFILY, 2009, p. 774), decidiu-se expandir o órgão repressivo paulista para todo o país. Assim, a OBAN é incorporada em setembro de 1970 ao DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna)

---

<sup>195</sup> Trecho da música Caminhando. GERALDO VANDRÉ. Caminhando. Álbum: Geraldo Vandré. Som Livre, 1979. LP.

(JOFFILY, 2009, RIDENTE, 2007). Por parte das organizações e dos partidos de esquerda armada, o ano de 1970 foi movimentado pelos sequestros supramencionados, do embaixador alemão e do embaixador suíço.

A intensificação das ações de repressão, o que se expressa na criação de dois órgãos especializados em informação, repressão e tortura – DOI-CODI e OBAN –, materializou-se no aumento dos números de denúncias de tortura, a estimativa de Elio Gaspari é que: “Entre 1964 e 1968 foram 308 denúncias de torturas apresentadas por presos políticos às cortes militares. Durante o ano de 1969, elas somaram 1.027 e, em 1970, 1.206” (GASPARI, 2014b, p. 161-162). Vale salientar que este quantitativo está aquém do número real de pessoas torturadas, tendo em vista que a soma leva em consideração apenas as torturas que foram denunciadas nas cortes militares.

Esses números eram sentidos pelas/os militantes, Dulce relata que “em 1970 foi o ano em que a repressão mais colheu frutos destas organizações, acho que foi o ano maior da repressão, em termos de massacre das organizações de esquerda”.<sup>196</sup> Esta violência foi sentida por Dulce no Rio de Janeiro, onde passou a residir no início do referido ano. Após participar da estruturação da ALN em Recife, onde desenvolveu, majoritariamente, as funções de realizar os contatos para arregimentar militantes para a organização e estruturar a rede de apoio, sendo esta rede vital para o desenvolvimento das ações.<sup>197</sup>

A rede de apoio consistia em um grupo de pessoas que não eram filiadas, integradas a partidos ou organizações, porém, que simpatizavam com a causa ou, como narrou Dulce: “Às vezes as pessoas não concordavam nem com a proposta, mas achava que devia apoiar porque eram jovens que estavam ali lutando, achavam bonito aquele ideário”,<sup>198</sup> eram indivíduos que se dispunham a ajudar, escondendo militantes procuradas/os, suprindo necessidades médicas, entre outras ações que possibilitavam e facilitavam e a atuação das/os militantes. É graças a este grupo que muitas/os militantes estão vivas/os.

Dulce narra que não realizou ações armadas em Pernambuco, as ações armadas das quais participou se deram no Rio de Janeiro:

Fiz uma no banco e uma agência de automóveis depois. Nestas ações, o fator, surpresa era muito grande. Não teve tiros. Marighella dizia que “poderia fazer assalto até com armas de plástico”, uma vez ele fez um assalto com arma de

<sup>196</sup> Entrevista de Dulce Pandolfi à Cecília Matos, Desirree Reis e Izabel Silva. Projeto *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil* (UFRJ/Comissão de Anistia-MJ), 25 de maio de 2011.

<sup>197</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, dia 04 de junho de 2018, Rio de Janeiro – RJ.

<sup>198</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, dia 04 de junho de 2018, Rio de Janeiro – RJ.

plástico, para mostrar que podia. Acho que isto de estar protegido pelo fator surpresa era outra ilusão nossa. (DULCE PANDOLFI, 2018)<sup>199</sup>

Para Dulce, narrar à participação em ações armadas, ainda que não tenha havido feridos ou tiros disparados, é difícil e complexo, por envolver tabus sociais. Em entrevista ao pesquisador Paulo Marcelo Mello,<sup>200</sup> ao narrar que participou de duas ações, afirma que durante muito tempo tinha dificuldade em abordar este tema, narrar essa experiência.

Em sua fala, dois fatores se sobressaem para a dificuldade de tecer essa narrativa, o primeiro é o possível julgamento do ouvinte a despeito das ações armadas, neste sentido, o receio de como estes eventos seriam recebidos por seus familiares é taxativo: “Nossa, a minha mãe. Se ela tivesse viva, eu jamais falaria isso. Porque na cabeça dela eu fui a heroína. Então, imagina a dificuldade, uma pessoa de classe média, ‘minha filha assaltou um banco, nossa senhora!’”. É difícil, é complicado.”<sup>201</sup> O segundo fator é a autocrítica realizada no presente, afirmando que: “Agora eu tenho dificuldade, eu acho dificuldade. Eu acho que luta armada é uma coisa difícil. Pra mim, é. Talvez porque eu seja democrática demais hoje. É a parte mais difícil”.<sup>202</sup>

Esses pequenos fragmentos possibilitam-nos pensar a complexidade que se institui para Dulce ao fazer uma releitura sobre seu passado a partir do presente, deslocando sua percepção sobre luta armada. Em seu relato, explicita que há partes de sua militância ainda clandestina, que o silêncio em torno de sua participação nas ações armadas só cessou com a morte de sua mãe, tendo em vista que sua imagem de heroína, vislumbrada pela mãe, de alguma maneira estava atrelada ao pacifismo de sua militância. Em sua autocrítica, evoca o conceito atual de democracia para balizar suas escolhas do passado, deparando-se com o choque entre a jovem militante de 21 anos e a Dulce do presente. Ainda que o lugar de historiadora lhe ajude a problematizar seu passado, é o apelo de juíza do passado que lhe pesa ao falar sobre este tema.

Sua prisão ocorreu em agosto de 1970, levada para o DOI-CODI – RJ, localizado na Rua Barão de Mesquita, nas dependências do Quartel da Polícia do Exército, sentiu em sua corpa o funcionamento da nova estrutura repressiva, como veremos no próximo capítulo. Após a publicação dos documentos do *Brasil nunca mais*, as torturas sofridas por Dulce foram

---

<sup>199</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, dia 04 de junho de 2018, Rio de Janeiro – RJ.

<sup>200</sup> Paulo Marcelo Mello, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, realizou duas entrevistas com Dulce Pandolfi, das quais disponibilizou-me as transcrições na íntegra.

<sup>201</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, dia 04 de junho de 2018, Rio de Janeiro – RJ.

<sup>202</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, dia 04 de junho de 2018, Rio de Janeiro – RJ.

amplamente publicizadas, e em decorrência da brutalidade empregada sobre sua corpa, chegando a ser usada como cobaia para aula de tortura, Dulce passou a ser procurada para dar testemunho sobre as violações dos direitos humanos praticados pelo Estado brasileiro, de modo a afirmar que ficou mais conhecida pelas torturas que sofreu do que pelas ações de resistência que praticou.<sup>203</sup>

Mesmo os partidos e as organizações de esquerda que, em algum momento, fizeram a escolha pela luta armada, mantiveram dois segmentos de ação: o movimento de massa e a linha militar. De modo que, das sete militantes, foco deste trabalho, apenas duas afirmam terem participado de ações armadas, Vera do PCBR e Dulce da ALN. Helena e Lilia realizaram trabalhos na AP, dentro do segmento do movimento de massa.

Yara, militante da POLOP, afirma ter se aproximado de integrantes da ALN e de ter sido designada pelo partido operário para transportar documentos da ALN de São Paulo para a Bahia. Essa proximidade a fez pensar em uma frente de apoio entre as organizações e os partidos de esquerda, com adesão à luta armada, porém, percebeu que a luta armada não era o que lhe motivava, afastando-se do partido (FALCÓN, 2007). Assim, Yara retornou três meses depois e, durante todo seu livro de memórias, relata apenas atividades relacionadas ao movimento de massa, fazendo propaganda a partir da escrita de jornais e de trabalhos de mobilização junto às/aos operárias/os.

Nos relatos de memórias sobre as resistências tecidas, junto aos partidos ou às organizações de esquerda de enfrentamento à ditadura, é possível compor um caleidoscópio de militâncias, plurais, de intensidades e modos de fazer distintos, porém com experiências interligáveis, semelhantes. Essas memórias formam uma rede, pois, ao narrarem suas histórias, entrecruzam as mesmas com as de outras militantes, impelindo-as a puxarem novos fios que tem a palavra como matéria prima, trazendo assim mais mulheres para o campo de construção de narrativas.

#### 4.4 “EU QUERO É BOTAR MEU BLOCO NA RUA”<sup>204</sup>: NOVOS MODOS DE AÇÃO POLÍTICA

<sup>203</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, dia 04 de junho de 2018, Rio de Janeiro – RJ.

<sup>204</sup> Eu quero é botar meu bloco na rua, música de Sérgio Sampaio apresentada no Festival Internacional da Canção em 1972. Embora não tenha ficado entre as vencedoras, integrou o compacto *As melhores do VII FIC*. Tornou-se um fenômeno e foi considerada a música de maior sucesso do carnaval de 1973. Neste mesmo ano o cantor e compositor lançou o disco solo intitulado *Eu quero é botar meu bloco na rua*. A música carregada de metáforas trazia um ritmo alegre e letra de protesto, figurando entre as composições que denunciavam os arbítrios da ditadura, ainda que recoberta pela sutileza. EU QUERO É BOTAR MEU BLOCO NA RUA, Sérgio Sampaio. Disco: Eu quero é botar meu bloco na rua. Produção: Raul Seixas. Gravadora: Philips Records, Rio de Janeiro, 1973.

No tópico anterior, abordamos a militância exercida nos partidos e nas organizações de esquerda e, no próximo capítulo, trataremos como a resistência à ditadura ganhou nova trincheira após as prisões. Porém, a despeito das torturas sofridas nos órgãos de repressão e da disciplinarização engendrada na Colônia Penal do Bom Pastor, após a saída dos cárceres, as militantes continuaram subvertendo os lugares sociais que lhes eram impostos.

Ao saírem da prisão, a primeira atitude constituía na tentativa de retomar a vida em liberdade, que havia sido interrompida pelo encarceramento. Voltar a estudar foi um caminho orgânico para essas jovens mulheres que não tinham ingressado ou finalizado o ensino superior, em decorrência da clandestinidade e/ou da prisão. Contudo, fichadas pelos órgãos de repressão, as que conseguiram voltar a frequentar as aulas na universidade, eram vigiadas diuturnamente, como ocorreu com Lilia<sup>205</sup>, outras não conseguiam autorização para reingressar no curso, como afirmou Helena.<sup>206</sup>

Ao saírem da prisão, perceberam-se em constantemente vigilância pelos órgãos de repressão, estratégia esta que objetivava mapear possíveis integrantes dos partidos e das organizações. Com a ficha da polícia as identificando como subversivas ou terroristas e o isolamento social decorrente da cautela com as/os amigas/os e até familiares que, por associação, poderiam ser imputadas/os como subversivas/os, a estratégia foi deslocar-se espacialmente. Com exceção de Lilia, que continuou morando na mesma cidade, todas as outras se deslocaram no intuito de fugir do olhar vigilante da repressão.

Os sequestros orquestrados, em 1972, à Lilia e à Helena e os documentos do Sistema Nacional de Informação-SNI confirmam a constante vigilância. Lilia conta que, após cumprir a sentença e ser posta em liberdade, por precaução, afastou-se da organização à qual era integrada, tal fato não impediu que, em 1972, fosse sequestrada na porta de sua casa pelos agentes do DOPS – PE. Grávida de dois meses, sofreu tortura no DOI-CODI – PE, onde ficou três dias encarcerada. Desse período, não há registro documental, nenhuma acusação formal ou inquérito que tenho sido lavrado. Em meio aos interrogatórios, Lilia diz ter entendido que o sequestro e a tortura objetivavam extrair informações sobre o paradeiro de Eridan, que estava sendo procurada pelos órgãos da repressão.<sup>207</sup>

Em dezembro de 1970, após ter saído da Colônia Penal, Eridan, assim como Lilia, tentou voltar a frequentar a universidade. Porém, com a vigilância constante, o aumento das prisões e

---

<sup>205</sup> Entrevista de Lilia Gondim à autora, dia 09/04/2021.

<sup>206</sup> Entrevista Helena Serra Azul, à autora, dia 20/05/2021.

<sup>207</sup> Lilia Gondim. Depoimento para o documentário Vou contar para meus filhos (2011)

das notícias de torturas e assassinatos e a informação difundida no meio estudantil, de que havia uma lista de procuradas/os na qual, supostamente, constavam o seu nome e o de José Vieira Loguercio<sup>208</sup>, seu companheiro, diante da situação conseguiram pensar em duas alternativas, como narra a mesma: “Fugir do país para viver em paz, ou viver na clandestinidade, em outro lugar”.<sup>209</sup>

Decidiram sair de Recife e viver na clandestinidade, um período da vida de Eridan escamoteado e pouco falado em suas narrativas sobre esses sete anos. De forma sucinta, informa sobre as dificuldades físicas, econômicas e psicológicas que passaram e expressa gratidão à rede de apoio que teve: “Sobrevivi graças a uma família amiga, residente em São Paulo, e que os conheci quando moraram em Olinda”.<sup>210</sup> Nos testemunhos realizados por Eridan, ela definiu sua experiência de clandestinidade como viver o exílio no próprio país,<sup>211</sup> nomes e lugares não são ditos, é perceptível que, em alguma dimensão, a mesma ainda siga o código de segurança da clandestinidade. Assim sendo, as narrativas sobre esse momento continuam clandestinas.

Procurada a partir de 1972 pelos órgãos de repressão, sofreu ao saber que seu irmão, João Américo Sobrinho, e sua irmã, Maria do Socorro Magalhães, foram sequestradas/os e torturadas/os para informarem seu endereço. Os anos de clandestinidades foram vividos de forma itinerante até fazer morada em Porto Alegre – RS, estado de naturalidade de seu companheiro. É pelos documentos do Serviço Nacional de Informação – SNI, que acompanhamos as ações políticas desenvolvidas por Eridan. O mapeamento realizado pelos órgãos de repressão e inteligência sobre a militante percorre toda a década de 1980, ou seja, o pós-anistia, período em que a clandestinidade foi cessada.

O pluripartidarismo havia sido reinstituído, em dezembro de 1979, o que possibilitava uma reorganização da vida política das/os militantes de esquerda. Os sindicatos ampliaram suas atividades, “A semana sindical-1980”, registrada pelo SNI<sup>212</sup>, consta, portanto, que o evento foi realizado por três grupos distintos: Secretaria do trabalho e ação social de Estado – RS, As

---

<sup>208</sup> José Vieira Loguercio, liderança conhecida no Movimento Estudantil no Rio Grande do Sul, perseguido pelos órgãos de repressão e inteligência.

<sup>209</sup> Documento Relato dos fatos – Eridan Moreira Magalhães. REQUERIMENTO DE INDENIZAÇÃO DE ERIDAN MOREIRA MAGALHÃES. Secretária da Justiça – Estado de Pernambuco. Anistia. Acervo CEPE – Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara. Arquivo: Processo de Indenização de ex-presos políticos pelo governo de Pernambuco, nº 417/01.

<sup>210</sup> Idem.

<sup>211</sup> Documento Relato dos fatos – Eridan Moreira Magalhães. REQUERIMENTO DE INDENIZAÇÃO DE ERIDAN MOREIRA MAGALHÃES. Secretária da Justiça – Estado de Pernambuco. Anistia. Acervo CEPE – Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara. Arquivo: Processo de Indenização de ex-presos políticos pelo governo de Pernambuco, nº 417/01.

<sup>212</sup> Documento: APA-ACE-CNF- 1445/80. Serviço Nacional de Informação – Agência Porto Alegre. Assunto: Semana sindical-1980. Acervo: Arquivo Nacional. 06 de junho de 1980.

Federações de trabalhadores, empregados e profissionais liberais e A V Semana sindical independente, esta última promovida pela Intersindical do RS.

O documento que traz uma síntese sobre os eventos destina especial atenção aos eventos realizados pela V Semana sindical independente, segundo o documento “A V Semana caracterizou-se pela contestação à política Trabalhista do Governo e ao Regime [...]”<sup>213</sup>, Eridan participou da semana, integrando um painel que debatia os interesses das mulheres trabalhadoras, segundo o documento, Eridan esteve presente como representante do Movimento da Mulher pela Libertação (MML), outras mulheres compuseram o painel, representando algumas categorias de trabalhadoras, sindicatos e associações. A síntese do objetivo do painel foi descrita:

“[...] caracterizar a situação da mulher e situar o papel da mulher trabalhadora no contexto do atual estágio da sociedade e da economia capitalista. Foi enfatizado que a mulher é objeto de exploração do capitalismo e, por isso, “ela deve se integrar à luta de todos os trabalhadores contra a opressão que esta ditadura nos impõe. Por isso, é fundamental que a mulher esteja junto com os homens, lutando nos sindicatos, nas Associações de Bairros, por melhores condições de vida e melhores salários””.<sup>214</sup>

Ainda que estas informações nos cheguem a partir dos documentos dos órgãos de vigilância atrelados à ditadura, as informações contidas no fragmento acima são condizentes com o discurso produzido por este grupo feminista. A historiadora Natalia Pietra Méndez (2004), ao pesquisar o movimento feminista em Porto Alegre (1975-1982), afirma que ainda que as ideias de libertação e emancipação feminina estivessem presentes nos discursos dos diversos grupos feministas, os projetos de transformação da sociedade projetados por estes não eram homogêneos, havia diversas correntes de pensamento, o que diferenciava o modo de atuação, tornando o movimento plural.

No fragmento acima, o discurso produzido estabelece a conexão da luta contra a opressão às mulheres e a luta contra o capitalismo, posicionamento teórico do feminismo marxista, corrente teórica que aglutinou significativa parcela das militantes dos partidos e organizações de esquerda. A convocação às trabalhadoras para que se unissem às lutas sindicais e nas associações de bairros é um dado novo, um acontecimento produzido após a segunda

---

<sup>213</sup> Documento: APA-ACE-CNF- 1445/80. Serviço Nacional de Informação – Agência Porto Alegre. Assunto: Semana sindical-1980. Acervo: Arquivo Nacional. 06 de junho de 1980. P.03.

<sup>214</sup> Documento: APA-ACE-CNF- 1445/80. Serviço Nacional de Informação – Agência de Porto Alegre. Assunto: Semana sindical-1980. Acervo: Arquivo Nacional. 06 de junho de 1980. p. 07.

metade da década de 1970, impulsionado pelos ecoantes movimentos feministas, que renovaram suas forças a partir de 1975, pelo advento do Ano Internacional da Mulher.<sup>215</sup>

Em meio à “distensão lenta e gradual” da ditadura, os movimentos populares se multiplicaram. Com as comemorações públicas do Dia Internacional da Mulher e o marco do início da “Década da Mulher” proposta pela ONU em 1975, emergem diversas organizações de mulheres, jornais e grupos feministas, levantando a bandeira da igualdade de gêneros, mas também da Anistia e da abertura democrática (VERA SOARES, 1994).

O Movimento de Mulheres pela Libertação – MML, ao qual Eridan é indicada como representante em Porto Alegre, é um exemplo dessa ampliação do movimento, criado em 1979:

“[...] priorizava discussões com mulheres trabalhadoras, buscando uma aproximação do feminismo com o movimento operário. De acordo com entrevista concedida ao jornal Correio do Povo, o objetivo principal do grupo era reunir o maior número de mulheres possíveis para discutir as raízes específicas de sua opressão e as questões gerais da sociedade” (MÉNDEZ, 2004, p. 79).

Para o grupo, as raízes específicas da opressão das mulheres era o capitalismo, portanto, era impossível a libertação destas dentro deste sistema. Segundo Méndez (2004), o slogan “sem feminismo não há socialismo” refletia bem o entendimento das feministas do MML. Nesse sentido, vale-nos destacar que a criação do grupo se deu a partir da dissidência do Costela de Adão, grupo feminista de Porto Alegre criado em 1976, cujas discordâncias diziam respeito ao caráter reflexivo exercido pelo grupo, focado em questões específicas das mulheres, já o MML voltavam-se para ações práticas de conscientização, buscando levar o feminismo para outras esferas, a fim de que se somasse às lutas gerais da sociedade, exemplo disso eram as atividades desenvolvidas com as mulheres das vilas (MÉNDEZ, 2004).

Os documentos que mapeiam os movimentos políticos de Eridan nos permitem inferir que, mesmo participando de grupos, movimentos e partidos, distintos, ao longo dos nove anos (1980-1989) documentados, há uma linha que conecta suas lutas, as trabalhadoras. No documento do Ministério do Exército – III Exército,<sup>216</sup> informa sobre os eventos do Movimento Contra a Carestia – MCC no dia 28 de fevereiro de 1980, quando se realizou uma reunião do Conselho Deliberativo da Federação Riograndense das Associações Comunitárias e de Amigos de Bairros – FRACAB. Além de explicações sobre o MCC, foi informada a realização do

<sup>215</sup> 1975 decretado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher, com a realização da I Conferência Mundial da Mulher, realizada no México. A conferência contou com a participação de 133 delegações, sendo 113 delegadas por mulheres. Para mais informações, acessar: <https://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>, janeiro 2024.

<sup>216</sup> Documento: APA-ACE-CNF- 1410/80. Ministério do Exército – III Exército Comando Estado Maior – 2ª Seção. Difusão: CIS – SNI. Assunto: Movimento contra a carestia – “Passeata da panela vazia”. Acervo: Arquivo Nacional. 13 de maio de 1980.

Congresso Estadual Contra a Carestia. Neste mesmo documento, faz-se saber que o evento nomeado de “I Encontro Estadual Contra a Carestia” foi realizado no dia 09 de março de 1980, segundo consta, cerca de 400 pessoas compareceram, entre as 45 pessoas identificadas e citadas nominalmente, estava Eridan Magalhães.

O “Movimento contra a Carestia” ou “Movimento Contra os Custos de Vida” consagrou-se como uma das maiores expressões populares da década de 1970. Protestando contra a política econômica do governo de Ernesto Geisel, formou uma comitiva, em sua maioria integrada por mulheres, para entregar, no Palácio do Planalto, o abaixo-assinado contra o aumento dos preços dos itens básicos – luz, água e cesta básica – em 1978 (MONTEIRO, 2015). Segundo Thiago William Monteiro (2015), ao estudar o movimento em São Paulo, este era composto, majoritariamente, por mulheres que se autodenominavam de “Mães da Periferia”, todavia, muitas feministas, integrantes ou ex-integrantes de partidos e/ou organizações de esquerda, estavam envolvidas no movimento (MONTEIRO, 2015), perspectiva esta que se assemelha a de outros Estados do país. Vera Soares afirma que “as mulheres foram protagonistas e dele [o movimento] decorreram várias organizações de mulheres” (SOARES, 1994, p. 16), o percurso político de Eridan ilustra essa assertiva.

Vera Rocha Pereira viveu oito anos banida em terras longínquas de seu país, durante o exílio, seus passos eram acompanhados e documentados pelos órgãos de inteligência, essa documentação na extensa maioria das vezes não traz detalhes, ao que parece o objetivo era mapear onde se encontravam as/os exiladas/os políticas/os. Vera retorna ao Brasil a partir da Lei de Anistia em 1979.

Em “A esquerda brasileira exilada e o feminismo: A atuação política das brasileiras no Chile e na França (1968-1979)”, a pesquisadora Teresa Cristina Schneider Marques (2015) analisou que o período de exílio exerceu significativa influência nas esquerdas brasileiras, sobretudo a partir do contato com a “esquerda alternativa”, que surgiu na França, após a derrota sofrida, nas urnas, pela esquerda, em 1968. Segundo Marques (2015), a chamada “esquerda alternativa” diferenciava-se da “gauche proletaire” pela maior “[...] valorização do cotidiano, do indivíduo, das relações pessoais, a valorização dos sentimentos e das emoções” (ARAÚJO, 2000 *apud* MARQUES, 2015, p.124).

Essas transformações são percebidas com mais intensidade no ativismo político das mulheres. Diversas militantes que foram exiladas, ao retornarem ao Brasil, criaram grupos de mulheres, ou se engajaram em grupos que estavam em formação, compartilhando não só os conhecimentos teóricos sobre o feminismo, mas principalmente a experiência prática de escuta e fala, inspiradas nos: Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e no Grupo Latino – Americano

de Mulheres em Paris, formado por Yolanda Prado (CARDOSO, 2004; ROSA, 2013, PEDRO e WOLFF, 2007).

Marques (2015) analisa que houve duas gerações de exilados, a primeira de 1964 – 1967 e a segunda de 1968 – 1979, subdividindo-se em dois momentos: 1968 – 1973 (no Chile) e de 1973 – 1979 (na França). Segundo a autora, há uma mudança no foco e nas ações políticas das brasileiras a depender de onde estavam exiladas. De modo que o “[...] projeto socialista foi a principal bandeira das exiladas no Chile, enquanto que na França, o feminismo, a anistia e a democracia, passaram a serem defendidas pelas brasileiras” (MARQUES, 2015, p.112).

Vera conta-nos que, ao chegar ao exílio, em janeiro de 1971, sua atuação política continuou junto ao PCBR, ainda que estivesse exilada no Chile, deslocava-se pela América Latina, pela Europa e pela África, para exercer missões do partido. De modo que, quando ocorreu a instalação da ditadura no Chile, ela já estava na Argentina, onde residiu até 1976, quando o clima de tensão começou a ser sentido e o partido direcionou que as/os militantes recuassem. Segundo Vera, “recuar queria dizer sair do lugar mais perigoso, sair de um *front* altamente mais arriscado e ir pra uma posição menos... menos é... exposta”.<sup>217</sup> Assim, a França foi o destino escolhido, segundo narra:

[...] então aí vai se dá um processo de luta já diferente na França, que é uma luta pelas liberdades democráticas, pela anistia, eu participo da fundação do Comitê pela Anistia na França, participo de congressos que acontecem em Roma. (VERA ROCHA, 2011)<sup>218</sup>

O excerto acima nos diz de uma mudança de perspectiva das esquerdas no final da década de 1970 e, mais ainda, nos anos 1980. Vera expressa a percepção da diferença entre a luta travada até 1976, ainda na Argentina, e como foi ganhando outros contornos na França, onde o que impulsionava a militância era o debate sobre as liberdades democráticas e a anistia. A revolução, como princípio fundamental da luta, perde a centralidade, e a palavra democracia emerge como premissa para as novas demandas do fazer político.

Maria Paula Nascimento Araújo (2007) afirma que a autocrítica da luta armada se deu no processo de exílio de dirigentes e militantes refugiados no Chile, ainda em 1972, mobilizado pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8 – que “iniciou um processo de desmobilização e retirada de seus núcleos e militantes armados no Brasil” (Araújo, 2007, p. 331). O processo continuou na Europa, especialmente em Paris, após a queda de Salvador

<sup>217</sup> Entrevista de Vera Maria Rocha Pereira. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

<sup>218</sup> Entrevista de Vera Maria Rocha Pereira. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

Allende em 1973. Ou seja, ao chegar à França, em 1976, Vera encontrou esse processo mais consolidado, amadurecido.

Carlos Fico (2017), ao analisar a historiografia que versa sobre a atuação das esquerdas durante as décadas de 1960-1970, aponta para o anacronismo “em cobrar daqueles que viveram os anos 1960 adesão a valores democráticos que seriam comuns algumas décadas depois” (FICO, 2017, p.11). Nesse mesmo sentido, a historiadora Denise Rollemberg analisa que “a construção da memória deste passado tem sido feita menos à luz dos valores que nortearam as lutas de então e mais em função do presente, dos anos 1980, quando a referência era a democracia – e não mais a revolução” (ROLLEMBERG, 2003, p. 47-48).

No Brasil, a expressão “lutas democráticas” emerge principalmente ao aludir à luta pela Anistia e aos movimentos populares. Araújo (2007) situa esse momento entre 1974-1985, quando novas formas de ativismo ganharam espaço, entre eles: os movimentos feministas, os movimentos negros, os movimentos homossexuais<sup>219</sup>, os Movimentos Estudantis e o Movimento Contra a Carestia, entre outros. Esse momento é crucial na ênfase política que as mulheres exerceram. Ao voltar ao Brasil, no final de 1979, Vera narra que: “E quando houve anistia dois meses depois eu desembarco no Brasil. E chegamos para nos reincorporarmos nas lutas democráticas que ainda continuavam”.<sup>220</sup>

Morando na Bahia, engajou-se nos movimentos feministas como integrante do grupo Brasil Mulher da Bahia. Sua participação não passou despercebida pelo Sistema Nacional de Informação – SNI – Agência de Salvador<sup>221</sup>, no informe datado de 29 de junho de 1984, consta que: “Na área desta Agência existem várias entidades e/ou movimentos de pressão enquadrados nos assuntos em epígrafe, dos quais se destacam os seguintes”.<sup>222</sup> Entre os destacados, está o “Brasil Mulher” e, entre as lideranças do grupo, consta o nome de Vera Maria Rocha Pereira. No informe, a descrição sobre o grupo diz que:

Esse Grupo, que é ligado ao "Movimento de libertação da Mulher", iniciou sua atuação em 1980. Seus objetivos são: debater e estudar os problemas da mulher dentro da conjuntura e da sociedade; e lutar contra as discriminações e restrições impostas à mulher. O movimento se preocupa com a mulher

<sup>219</sup> Utilizamos a nomenclatura usual à época, a partir da década de 1990 o movimento tornou-se mais amplo e a “sopa de letrinhas” visibilizou a pluralidade sexual e de gênero que o movimento abarca, hoje conhecido como movimento LGBTQIAP+.

<sup>220</sup> Entrevista de Vera Maria Rocha Pereira. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

<sup>221</sup> Documento: ASV-ACE-CNF-6869/84. Serviço Nacional de Informação – Agência de Salvador. Informe Nº: 000059/19/ASV/84. Assunto: Principais entidades e/ou movimentos feministas, do negro, dos direitos humanos, ecológicos e do menos abandonado. Acervo: Arquivo Nacional. 29 de junho de 1984.

<sup>222</sup> Documento: ASV-ACE-CNF-6869/84. Serviço Nacional de Informação – Agência de Salvador. Informe Nº: 000059/19/ASV/84. Assunto: Principais entidades e/ou movimentos feministas, do negro, dos direitos humanos, ecológicos e do menos abandonado. Acervo: Arquivo Nacional. 29 de junho de 1984. p.1.

operária, donas de casa, mulher-estudante, comerciária, etc, como força de trabalho.<sup>223</sup>

Após a síntese sobre o movimento, listaram-se nominalmente as lideranças, e escreveu a seguinte conclusão: “Face a diversidade ideológica de seus militantes o grupo relaciona-se com todas as OS da área, bem como os demais movimentos contestatórios”.<sup>224</sup> O discurso produzido pelo órgão de espionagem é que devido à periculosidade destes movimentos sociais, fazia-se necessário a constante vigilância, para tanto, os associavam às “Organizações Subversivas (OS)”, ou argumentavam que o discurso produzido por esses movimentos precisava ser contido. O fragmento a seguir sobre o “Grupo Olodum”<sup>225</sup> é representativo sobre o pensamento da ditadura acerca dos movimentos sociais e culturais: “Não há registros que indiquem o seu relacionamento com OS, muito embora essas entidades procurem tirar proveitos políticos e ideológicos da difícil situação socioeconômica que vivem os moradores do Pelourinho”.<sup>226</sup>

Essas novas formas de fazer política, menos centralizada, “[...] menos marcada pelo leninismo e por uma visão “dura” de política” (ARAÚJO, 2007, p. 342), era novidade para a esquerda brasileira, porém, os novos debates acerca dos modos distintos de opressão e exploração não podiam mais ser negligenciados. Assim sendo, Araújo (2007) analisa que os grupos formados, no Brasil, com o espoco de denunciar, debater e combater essas opressões e exploração – machismo, racismo, homofobia – mantiveram o debate aberto com os partidos de esquerda, atuando nas especificidades do grupo e também integrando a frente democrática, denunciando os crimes perpetrados pela ditadura.

A atuação do “Movimento de Mulheres pela Libertação”, em que Eridan atuou, e o “Brasil Mulher”, cujo qual Vera integrou, são exemplares desses modos de ação política, integrados, mas não centralizados. Segundo a socióloga Ana Alice Alcântara Costa (1998), o grupo “Brasil Mulher” era um núcleo de apoio ao jornal homônimo, criado como órgão do Movimento Feminino Pela Anistia. Um ano após sua criação, em 1976, o jornal, de circulação

---

<sup>223</sup> Documento: ASV-ACE-CNF-6869/84. Serviço Nacional de Informação – Agência de Salvador. Informe Nº: 000059/19/ASV/84. Assunto: Principais entidades e/ou movimentos feministas, do negro, dos direitos humanos, ecológicos e do menos abandonado. Acervo: Arquivo Nacional. 29 de junho de 1984.p. 02.

<sup>224</sup> *Idem.*

<sup>225</sup> Olodum, criado em abril de 1979, inicialmente, como um bloco afro carnavalesco, após estreia no carnaval de 1980, angariou a soma de quase dois mil associados. Tornou-se um grupo cultural e desenvolve ações voltadas para a cultura afro-brasileira em Salvador. Na década de 1980, quando da produção do documento desenvolvia atividades especialmente com as comunidades residentes no Pelourinho e entorno. Para conhecer mais sobre a história e as ações desenvolvidas pelo Olodum, acessar: <https://olodum.com.br/>.

<sup>226</sup> Documento: ASV-ACE-CNF-6869/84. Serviço Nacional de Informação – Agência de Salvador. Informe Nº: 000059/19/ASV/84. Assunto: Principais entidades e/ou movimentos feministas, do negro, dos direitos humanos, ecológicos e do menos abandonado. Acervo: Arquivo Nacional. 29 de junho de 1984. p. 05.

nacional, não mais integrava o MFPA e expressava seu caráter de “jornal feminista”. Em 1979, o “Grupo Feminista Brasil Mulher” da Bahia torna-se autônomo, não mais um grupo de apoio ao jornal, e organiza-se dentro das novas perspectivas do feminismo, “[...] questionador tanto das relações de produção da vida material como das relações entre os gêneros, das relações afetivas e sexuais, assim como de tudo que constitui as relações patriarcais típicas da vida privada” (COSTA, 1998, p. 207). Era época de afirmar que o privado é político.

O vínculo de Vera ao movimento feminista mostra-se fecundo, em documento datado de 12 de novembro de 1987,<sup>227</sup> com sua participação no IX Encontro Nacional Feminista, realizado em Garanhuns – PE, entre os dias 03 e 06 de setembro de 1987. Consta que cerca de 600 pessoas oriundas dos Estados: “Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Para, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, além do Distrito Federal”.<sup>228</sup> A lista de participantes discrimina nome completo, profissão, identidade, endereço e delegação, o mapeamento do evento é detalhado, com listas das entidades colaboradoras, o apoio financeiro, tópico que traz detalhes como: “MADALENA ARRAES, Primeira Dama do Estado de PERNAMBUCO, com a importância de Cz\$ 50.000,00”.<sup>229</sup> Outros valores também são discriminados, entre eles, o do então governador do Estado de Pernambuco, Miguel Arraes.

Entre os temas debatidos nas oficinas, estão elencados: “aborto, programa de assistência à saúde da mulher no trabalho, sobrecarga do trabalho doméstico e legislação discriminatória [...]”.<sup>230</sup> Segundo o documento, o objetivo do evento era:

[...] revelar o perfil atual do movimento de mulheres, estimulando o debate, a compreensão e o engajamento dos diferentes grupos na construção do feminismo brasileiro, comportou reflexões sobre saúde, constituinte, Partidos Políticos, violência, mulheres negras e trabalhadoras rurais, entre outras.<sup>231</sup>

A pluralidade das temáticas debatidas e de grupos sociais que compuseram o evento vai se desenhando ao longo das informações contidas no documento, por este, ficamos sabendo que as mulheres integrantes dos “Movimentos Populares” tiveram suas inscrições custeadas pela associação à qual fazem parte e receberam uma quantia de Cz \$ 500,00, para auxiliar nos custos. Tal ação possibilitava às mulheres das camadas populares participarem dos encontros e fazerem

<sup>227</sup> Documento: AC-ACE-CNF-64091/87. Agência: B1C. Acervo: Arquivo Nacional. 12 de novembro de 1987.

<sup>228</sup> Idem.

<sup>229</sup> Documento: AC-ACE-CNF-64091/87. Agência: B1C. Acervo: Arquivo Nacional. 12 de novembro de 1987.

<sup>230</sup> Documento: AC-ACE-CNF-64091/87. Agência: B1C. Acervo: Arquivo Nacional. 12 de novembro de 1987.

<sup>231</sup> Documento: AC-ACE-CNF-64091/87. Agência: B1C. Acervo: Arquivo Nacional. 12 de novembro de 1987.

circular nos grupos de discussão, nas oficinas e/ou na “Tribuna Livre” as demandas das mulheres de menor poder aquisitivo.

Ao analisarmos os documentos enquanto fonte histórica, é imprescindível atentarmos para seu modo de produção, fazer a crítica às fontes, levando-se em consideração as “operações de ocultamento/revelações próprias desse material” (JOFFILY, 2013, p. 8), especialmente documentos produzidos por regimes autoritários, que visão engendrar suas/seus opositoras/es como inimigas/os, não do governo, mas da nação, produzindo-as/os como elementos da periculosidade, enquanto escamoteiam suas estratégias para extrair “a verdade” da confissão a partir dos métodos de tortura.

Dito isto, é indispensável inferirmos que as sínteses sobre os eventos são elaboradas a partir dos recortes de informações que servem aos interesses do órgão produtor. Enquanto várias oficinas ocorriam simultaneamente e, provavelmente, nem todos foram acompanhados por agentes de vigilância, apenas os debates realizados por alguns grupos constam no relatório sobre o evento, a exemplo da oficina formada pelo Movimento Negro, onde escreve:

“O Movimento Negro, um dos mais radicais, igualmente formou grupo de interesse, para discutir sua problemática, tendo contado, inclusive, com a participação da Dep. Fed. BENEDITA DA SILVA (PT/RJ), de GILDA GUIMARAES, líder do referido movimento em PERNAMBUCO, e de outras integrantes, as quais se pronunciaram de forma exacerbada”.<sup>232</sup>

As adjetivações empregadas no excerto acima (re)produzem uma imagem estereotipada das mulheres negras, que, ao tomarem a palavra e serem assertivas ao reivindicarem seus direitos, são taxadas de radicais e exacerbadas. Segundo Raquel de Andrade Barreto (2007), havia uma preocupação do DOPS com a ampliação dos Movimentos Negros, Lélia Gonzalez, por exemplo, aparece pela primeira vez nos fichários do órgão em 1972 e em 1978, os documentos revelam a vigilância exercida sobre a pensadora.

Maria Yvone Loureiro também não escapou dos olhares vigilantes do Serviço Nacional de Informação – Agência de Recife<sup>233</sup>, em documento datado de 29 de junho de 1984, consta acompanhamento realizado pelo órgão aos movimentos feministas, negros e pelos direitos humanos dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte. Yvone, que havia retornado ao Estado de naturalidade, é listada como tesoureira da diretoria eleita da União das Mulheres de Maceió – AL, quando do II Encontro das Mulheres de Maceió – AL, entre os dias 30 e 31 de março de 1984.

<sup>232</sup> Documento: AC-ACE-CNF-64091/87. Agência: B1C. Acervo: Arquivo Nacional. 12 de novembro de 1987.

<sup>233</sup> Documento: ARE-ACE-CNF-6272/84. Serviço Nacional de Informação – Agência de Recife. Assunto: Movimentos feministas, negros e pelos direitos humanos. Acervo: Arquivo Nacional. 29 de junho de 1984.

Nesse mesmo documento, produzido em 1984, no tópico direcionado aos Movimentos pelos Direitos Humanos, a militante volta a aparecer como parte da diretoria eleita no dia 27 de janeiro de 1983, integrando o Conselho Consultivo da Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos (SADDAH). Dois outros documentos, produzidos em 1983, demonstram o interesse dos órgãos de repressão e vigilância na entidade, com data de 05 de maio de 1983, o documento produzido pelo Centro de Informação do Exército, informava a solenidade de posse realizada na Universidade Federal de Alagoas, no dia 04 de março de 1983, na qual a diretoria eleita da SADDAH era empossada.

Observa-se que, nos documentos citados, produzidos pelos órgãos de vigilância, havia uma diligência em identificar se as/os participantes, membras/os das diretorias, eram associadas/os a partidos políticos de esquerda, ponto importante para o movimento, associação ou entidade ser designada como de caráter subversivo. Como ocorre com a SADDAH, descrita como “A tendência ideológica da referida entidade é de esquerda radical”.<sup>234</sup> Na continuidade dessa afirmativa, informa que a entidade participa ativamente de movimentos de contestação ao governo.

Se os movimentos feministas não conseguiram solo fecundo para florescer na década de 1960 até meados da década de 1970, como afirma Soares (1994), e as esquerdas “revolucionárias” negligenciavam a pluralidade de opressões, centralizando nas questões de classe como resolução de todos os conflitos humanos, a emergência dos movimentos, feministas, negros, pelos direitos humanos, movimento homossexuais, ecológicos, entre outros, produziram transformações significativas nos partidos de esquerda.

Especialmente os movimentos feministas, ainda que em sua maioria prezassem pela manutenção de sua autonomia em relação aos partidos, como afirma Rago (2010), uma significativa parcela das integrantes dos grupos feministas era militante ou ex-militante dos partidos de esquerda, tem-se que, assim como os movimentos feministas foram afetados pelas experiências das décadas passadas, nos anos de 1980, os partidos, sobretudo os de esquerda, foram afetados pela “nova militante nos partidos políticos, a feminista, e nesses espaços o tema “mulher” tornou-se alvo de debate, item obrigatório dos programas e plataformas eleitorais dos partidos progressistas [...]” (SOARES, 1994, p. 18). Eridan, Vera e Yvone são exemplos desses deslocamentos produzidos ao somarem-se às experiências nos partidos de esquerda, nos quais continuaram atuando na década de 1980, e às dos movimentos feministas. Essas ressonâncias se concretizam com a formação dos núcleos de mulheres dentro partidos.

---

<sup>234</sup> Documento: ARE-ACE-CNF-6272/84. Serviço Nacional de Informação – Agência de Recife. Assunto: Movimentos feministas, negros e pelos direitos humanos. Acervo: Arquivo Nacional. 29 de junho de 1984.

## 5. MULHERES, MEMÓRIAS E PRISÃO

Decerto que, desde a inserção na militância política, as protagonistas desta pesquisa adentraram de forma ativa no espaço público, construído socialmente como espaço do masculino. Assim, a trajetória de ativismo político delas foi perpassada pelas relações de gênero que, por vezes assimétricas e violentas, atuaram na precarização de suas vidas. Essas vivências e experiências, que marcaram suas corpos genderizadas, repercutem na construção das memórias dessas mulheres, as quais, além de enfrentarem a perseguição pela oposição política, enfrentaram, inclusive, dentro dos partidos e das organizações, as barreiras impostas pelas concepções patriarcais da sociedade.

Porém, ante seus companheiros de militância, o machismo se expressava, na maioria das vezes, em sua versão paternalista e, perante uma parcela dos agentes da repressão, as concepções patriarcais somavam-se à misoginia. As tensões entre as militantes e os agentes da repressão ganharam contornos específicos, fosse pelo tratamento paternalista, no qual elas eram vistas como ingênuas, atribuindo sua militância política à influência de alguma figura masculina, na maioria das vezes, namorados, noivos ou maridos; ou na forma mais contundente da misoginia, desprezando, depreciando e violentando suas corpos e tudo o que simbolicamente é associado ao feminino.

As relações de gênero também se fizeram presentes dentro da Colônia Penal do Bom Pastor, entre presas políticas, presas comuns e presas religiosas, esses tensionamentos a respeito dos lugares socialmente estabelecidos para o feminino perpassam o discurso da instituição criada para disciplinar mulheres.

Dito isso, indaga-se, neste capítulo, como são elaborados os relatos de memória coletiva e individual sobre as resistências na prisão e como as relações de gênero ressoam na produção de tais memórias? Neste sentido, é basilar refletir sobre o espaço da prisão, constituído para produzir corpos dóceis no geral e, particularmente, nas mulheres, a domesticação.

As vivências e experiências nos cárceres dirigidos pelos órgãos de repressão, a exemplo do DOPS, DOI-CODI e quartel, são substancialmente distintas das produzidas na Colônia Penal do Bom Pastor. Enquanto nos órgãos de repressão a precarização e a vulnerabilidade de suas vidas eram uma constante, na Colônia, ainda que fosse um espaço voltado para a disciplinarização, o cotidiano lhes permitiu reatar os laços com a vida. É, neste espaço, que as trajetórias dessas mulheres se entrecruzam e começam, coletivamente, a elaborar os traumas e a potencializar esse encontro, tecendo afetos alegres. Portanto, objetiva-se analisar a construção

dos relatos de memória, individual e coletiva, sobre as experiências na prisão, enfatizando as especificidades das relações de gênero.

### 5.1 NOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO OU SOBRE OS ESPAÇOS DE TORTURA

Ao pesquisarmos sobre as torturas cometidas pelos órgãos de repressão que atuaram durante a ditadura civil-militar, um termo tornou-se recorrente: “os porões da ditadura”, elaborado com um apelo estético literário que, imageticamente, produz um espaço escuro, escuro e insalubre. Porém, se esteticamente o termo nos ajuda a construir o horror, o medo e a violência, próprios da tortura, esta relega espaços clandestinos e reforça o discurso de que as torturas foram exceções cometidas sem conhecimento do alto escalão militar e fora das instalações oficiais dos órgãos de repressão.

Contrárias a tal premissa, as pesquisas elaboradas por Carlos Fico (2001) e Susel Oliveira da Rosa (2013), entre outras/os autoras/es, argumentam para a sistematização e institucionalização da tortura como um instrumento para obtenção de confissão de informações e de aniquilação das/os opositoras/es. Ou, como afirmou Lilia Gondim, “É importante que as pessoas inclusive não se iludam em relação a essa questão de que a tortura foi um excesso, um acidente de percurso, que o assassinato e a morte foi um acidente de percurso [...] a tortura foi institucionalizada [...]”<sup>235</sup>A tortura fez parte do *modus operandi* da ditadura.

Na obra *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*, Foucault (2014) ao diferenciar a tortura medieval e a tortura moderna, categoriza a primeira como cruel e a segunda, como selvagem. A primeira é uma prática regulamentada, “A tortura é um jogo judiciário estrito” (FOUCAULT, 2014, p.43); na modernidade, a tortura saiu oficialmente do ordenamento jurídico, com o corpo tomado como base da democracia moderna, ver-se a passagem da política para a biopolítica como disse Agamben (2010), e a tortura tornou-se selvagem, inserindo-se na prática policial, “saindo das leis para entrar nos costumes” (ROSA, 2013, p.65). Agamben (2010) alerta que, na política moderna, quando a distinção entre política e polícia se esfacela, “a polícia tornou-se então política, e a tutela da vida coincide com a luta contra o inimigo” (AGAMBEN, 2010, p.143).

Este esfacelamento marca a prática policial nos anos de ditadura e a tortura presente nas prisões se exerce nos corpos das/dos militantes sob o baluarte do combate ao inimigo interno

---

<sup>235</sup> Entrevista de Lilia Gondim. In: Menu Extra do documentário *Vou contar para meus filhos*. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

constituído como sujeito da periculosidade, noção que emerge no código penal de 1940, como fala Elça Mendonça Lima (1983):

Não é preciso dizer que nem a fronteira entre inconformismo ideológico e loucura, nem a entre antecedente criminal e desobediência civil são claramente traçados, de modo a que se garanta que o ‘fronteiriço’, seja outra coisa que apenas aquilo que a autoridade não tolera e autor de um crime que a autoridade construiu. (LIMA, 1983, p.30).

O que ganha expressão na ditadura a partir dos Atos institucionais, que constroem o crime político, produzindo novos sujeitos da periculosidade. Se institucionalmente a Lei de Segurança Nacional e os Atos Institucionais não imputavam uma diferenciação de penalidade que hierarquizasse as relações de gênero, na ordem dos costumes essa hierarquização existia, o sexismo, o patriarcalismo e a misoginia se faziam presentes e ampliava esse escopo da periculosidade a partir das relações de gênero.<sup>236</sup> O peso da cultura machista recaiu sobre as corpos, o espaço majoritariamente ocupado por homens que performavam a masculinidade hegemônica, com a típica construção do corpo militarizado, via nas militantes não apenas o desvio ideológico, mas o desvio moral, vendo essas corpos como anormais no espaço de ativismo político.

O impacto inicial ao chegarem ao DOPS, DOI-CODI ou aos quartéis, primeiros espaços de prisão dessas mulheres, diz respeito a terem suas corpos despidas, a ampliação da vulnerabilidade que tal ação causava é imensurável, ainda que essa prática se estendesse aos corpos dos homens, o peso sociocultural que recaía sobre as corpos das mulheres caracteriza essa prática como tortura baseada no gênero. A destruição do universo de referência das sujeitas e dos sujeitos é essencial na tortura com fins políticos (ROSA, 2013, p. 66).

Lília, ao relatar o tratamento recebido ao chegar ao DOI-CODI-PE situado no Quartel do IV Exército, narra:

E tem outra coisa também, é que quando a gente chegava aqui, além da tortura física, além da humilhação, você sofria a indignidade, a indignação de ver sua roupa toda arrancada do corpo. O tempo todo que eu fiquei aqui, eu estava sem roupa e só entregaram minha roupa no momento em que eu fui solta. Isso é uma indignidade!<sup>237</sup>

Esse aspecto do testemunho de Lília é recorrente entre as presas políticas. É a primeira ação para desestabilizá-las, vulnerabilizá-las, degradá-las, humilhá-las, suas corpos são postas

<sup>236</sup> Vale salientar que marcadores sociais como raça, classe, sexualidade, religiosidade, entre outros, também ampliam a construção de periculosidade do sujeito.

<sup>237</sup> Transcrição das visitas ao DOPS-PE, DOI-CODI/IV Exército, realizadas pela CNV/CEMVDHC em 14/10/2015 - Lília Gondim. In: PERNAMBUCO. Secretaria da casa civil. Comissão da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Audiência Pública. Recife, 2015.

em oposição aos corpos dos militares fardados, rígidos, impositivos, opressivos. Essa primeira parte da tortura buscava desnortheastá-las, quebrar sua confiança. Nos testemunhos realizados por Eridan, a memória das torturas baseada no gênero é imperativa e, ao relatar os meses em que ficou presa no DOPS-PE, afirma:

Essa semana no DOPS, eu preciso dizer a vocês, eu fui tratada como lixo humano, eles diziam: ‘saia daqui sua imunda, fétida’. Me chamavam assim 11 horas, meia noite, 1 hora, 2 horas, 3 horas. ‘Chama aquela puta, aquela vagabunda.’ Aí eu chegava, sentava, eles perguntavam ‘quantos homens você já teve? Quantas doenças venéreas você já teve? Com quantos companheiros a senhora já transou? Sua vagabunda. Essas eram as expressões, eles queriam derrotar-nos moralmente e tratamento assim pra mulher era dizer o seguinte, mulher não faz política, mulher é puta. Mulher não milita na política, mulher acompanha os machos, essa era a visão do torturador, daquele que coletava as informações. (ERIDAN MAGALHÃES, 2011)<sup>238</sup>

Em entrevista realizada em 2021, Eridan faz um relato similar ao transcrito acima e acrescenta que à época tinha dezoito anos, “não havia tido nenhum namoro sério”, era uma moça virgem, “eu sempre fui muito... muito quieta nessa questão assim do comportamento pessoal, uma pessoa muito séria, né?”. O fato de ter uma vida pessoal recatada ampliava em Eridan a tortura psicológica, os insultos, de modo que, os artifícios utilizados para atingir sua moralidade a afetavam, pois destruíam seu universo de referência enquanto ativista política, construindo uma sujeita de moral desviante.<sup>239</sup> O impacto da tortura psicológica e dos insultos proferidos pelos agentes do Estado é perceptível nos relatos de Eridan, que mesmo no presente se sente impelida a explicar que era “uma moça virgem”, e assim contradizer as frases proferidas pelos agentes da repressão: “mulher não faz política, mulher é puta”.<sup>240</sup>

Nesse sentido, Margareth Rago (2010) afirma:

Eles [os militares] entendiam que as militantes pudessem ser companheiras, amantes ou filhas, girando sempre em torno do eixo masculino, obedecendo incondicionalmente às ordens dos companheiros e líderes. Sempre as olhavam com menosprezo, pois reconhecer qualquer capacidade de iniciativa feminina seria destruir seu próprio sentido de masculinidade [...] (RAGO, 2010, p.171).

No enquadramento binário dos gêneros, os militares ao se verem como o outro das militantes de esquerda reduziam-nas a acompanhantes e/ou putas dos militantes de esquerda, escamoteando-lhes a autonomia de pensamento político, na tentativa de resguardar a performatividade do masculino hegemônico a partir da subjugação das corpos dessas mulheres.

<sup>238</sup> Testemunho de Eridan Magalhães. In: Menu Extra do documentário *Vou contar para meus filhos*. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

<sup>239</sup> Entrevista de Eridan Magalhães à autora, dia 26/05/2021.

<sup>240</sup> Segundo Eridan Moreira, essa frase foi repetida diversas vezes pelos agentes dos órgãos de repressão durante seu interrogatório. In: Entrevista de Eridan Magalhães à autora, dia 26/05/2021. Essa frase também aparece em diversos outros depoimentos de mulheres de esquerda que foram presas no período de ditadura.

A tortura, então, construía um ritual, primeiro amedrontar, isolar, desnortear, esfacular a confiança, tornar o tempo infinito para que o horizonte de expectativa fosse apagado. Essa etapa contava com diversos elementos de tortura psicológica, frequentemente relatados nos testemunhos das mulheres<sup>241</sup>, como descer escadas de olhos vendados, sendo guiadas por militares que as deixavam tropeçar, suprimindo degraus para que desequilibrassem; ficar horas encapuzadas; insinuações e ameaças de estupro; ameaça de indução de aborto; insultos; privação de sono e interrogatórios de madrugada.

A trajetória de militância política de Dulce, nos anos de 1970, é marcada pelo limiar entre a vida e a morte, presa no dia 20 de agosto de 1970, levada ao I Batalhão de Polícia do Exército no Rio de Janeiro<sup>242</sup>, ela descreve para a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (Cev-Rio) o prédio de dois pavimentos onde funcionava o DOI- CODI. No térreo, em uma sala equipada com instrumentos de tortura e paredes roxas<sup>243</sup> que as torturas aconteciam, também havia salas de interrogatório onde esporadicamente a tortura era praticada e as solitárias – pequenas salas utilizadas para isolar as presas/es/os, e para as quais eram levadas/es/os após as sessões de tortura. No primeiro andar, havia duas celas maiores equipadas com camas beliches e banheiro, além de outras celas pequenas. Foi, neste andar, na cela equipada com cama e banheiro, que passou a maior parte do tempo em que esteve presa batalhão. Sem direito a banho de sol, nem contato com advogado ou familiares, Dulce classifica esse período como prisão clandestina.<sup>244</sup>

---

<sup>241</sup> RELATÓRIO FINAL. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara – CEMVDHC, Recife: Cepe, 2017. BRASIL, Relatório Final. Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. BRASIL: NUNCA MAIS. Um relato para a história. Prefácio: D. Paulo Evaristo Arns. 28ª ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1996.

<sup>242</sup> O I Batalhão da Polícia do Exército fica localizado na Rua Barão de Mesquita, número 425, Bairro da Tijuca, Rio de Janeiro, foi nestas instalações que durante as décadas de 1970 e 1980 funcionou o DOI-CODI. Segundo matéria do jornal O Globo intitulada “Visita ao batalhão onde funcionava DOI-Codi é barrada pelo Exército”, em agosto de 2013 a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro e parlamentares foram barrados de entrar nas dependências do batalhão para visita. Ainda segundo a matéria, no mesmo dia em reunião da Comissão com os generais do Comando Militar do Leste a autorização de visita foi negada, a comitiva afirmou que encaminhariam o pedido de autorização ao Ministro da Defesa Celso Amorim. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/visita-ao-batalhao-onde-funcionava-doi-codi-barrada-pelo-exercito-9641366>, acesso em: 20 de outubro de 2023. A Comissão realizou a visita em setembro do mesmo ano, mas segundo a Empresa Brasileira de Comunicações (EBC), foi turbulenta devido à chegada do então deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) que não fazia parte da Comissão e não estava na lista dos integrantes da visita. Ao forçar sua entrada a partir do uso da violência, o deputado agrediu fisicamente o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), conseguindo entrar nas dependências do batalhão e atrasar a visita da comitiva que se negou a tê-lo presente durante a visita. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-09-23/bolsonaro-provoca-tumulto-em-visita-de-comissao-da-verdade-quartel-no-rio>, acesso em: 20 de outubro de 2023.

<sup>243</sup> Esta sala aparece em diversos testemunhos contidos na Comissão Nacional da Verdade, a “sala roxa” ou “boate”, assim conhecida em função de um jogo de luz que construía uma atmosfera macabra e produzia variações bruscas de luminosidade, causando alterações psicológicas.

<sup>244</sup> Testemunho de Dulce Pandolfi à Comissão Estadual do Rio de Janeiro, dia 28 de maio de 2013.

Ficou nas dependências do batalhão pouco mais de três meses, durante esse período seu corpo foi brutalmente marcado pela violência. Em sua memória, uma frase que ouviu de um torturador reverbera: “Aqui não existe Deus, nem pátria, nem família. Só existe nós e você.”<sup>245</sup> O dispositivo de exceção é evocado, na frase dita pelo torturador, afirma-se que tudo está em suspenso – Deus, pátria e família – e que um duelo se apresenta entre eles (nós) e ela (você). O horror infinito é narrado por Dulce na Cev-Rio:

Umás mais simples como socos e pontapés. Outras mais grotescas como ter jacaré andando sobre o meu corpo nu. Recebi muito choque elétrico e fiquei muito tempo pendurada no chamado “pau de arara”: os pés e os pulsos amarrados em uma barra de ferro e a barra de ferro colocada no alto, numa espécie de cavalete. Um dos requintes era nos pendurar no pau de arara, jogar água gelada e ficar dando choque elétrico nas diversas partes do corpo molhado. Parecia que o contato da água com o ferro potencializava a descarga elétrica. Embora, essa tenha sido a tortura mais frequente, havia uma alternância de técnicas. Uma delas, por exemplo, era o que eles chamavam “afogamento”, amarrada numa cadeira, de olhos vedados, tentavam me sufocar com um pano ou algodão umedecido com algo com um cheiro muito forte, que parecia ser amônia. (DULCE PANDOLFI, 2013)<sup>246</sup>

Lugar comum entre as ex-presas políticas, ao narrar sobre a tortura, é que havia uma raiva e um prazer singular dos torturadores ao torturar as mulheres. “A tortura para fazer confessar tem alguma coisa de inquérito, mas tem também de duelo”, afirma Foucault (2014, p. 44), a tortura sob as corpas escancara um duelo não apenas motivado pela discordância política, mas um duelo de gênero, onde o torturador sempre homem, percebe estas mulheres como desviantes da moralidade, infratoras dos lugares sociais preestabelecidos para os gêneros, fraturando o poderio masculino ao ocuparem o espaço público e se exercerem no espaço político. Essa ação, vista como afronta ao masculino hegemônico, se intensifica frente aos agentes da repressão constituídos de corpo material e simbólico militar, “espaço eminentemente masculino, o militarismo e a virilidade encontram-se entrelaçados como a capacidade para a guerra, para a ação, para a violência”, diz a historiadora Rosemeri Moreira (2010, p.324). Assim, a subjugação e as tentativas de sujeição nessas corpas seguem uma dupla repressão – a de ordem política e da ordem de gênero (COLLING, 1997, RAGO, 2013, ROSA, 2013).

Dulce narra como seu corpo abjeto, diante dos militares no DOI-CODI- RJ, foi utilizado para uma aula de tortura, em suas palavras “servi de cobaia”<sup>247</sup>, a desumanização à qual foi exposta é efeito da desqualificação como cidadã ao ser designada como “inimiga da pátria” pelo discurso de segurança nacional. Diante da arte de fazer sofrer, o horror de perceber que seus

<sup>245</sup> Entrevista de Dulce Pandolfi à autora, dia 07/06/2021.

<sup>246</sup> Testemunho de Dulce Pandolfi à Comissão Estadual do Rio de Janeiro, dia 28 de maio de 2013.

<sup>247</sup> Testemunho de Dulce Pandolfi à Comissão Estadual do Rio de Janeiro, dia 28 de maio de 2013.

torturadores exerciam o poder sobre vida e morte. A experiência singular, uma ida ao inferno, sentir seu corpo sucumbindo, uma pequena pausa para ser examinada pelo médico Amilcar Lobo que deu o veredito: “ela ainda aguenta”. E a tortura continuou, conta:

A segunda parte da aula foi no pátio. O mesmo onde os soldados diariamente faziam o juramento à bandeira, cantavam o hino nacional. Ali, fiquei um bom tempo amarrada num poste, com o tal do capuz preto na cabeça. Fizeram um pouco de tudo. No final, avisaram que, como eu era irrecuperável, eles iam me matar, que eu ia virar “presunto”, um termo usado pelo Esquadrão da morte. Ali, simularam meu fuzilamento. Levantaram rapidamente o capuz, me mostraram um revólver, apenas com uma bala, e ficaram brincando de roleta russa. Imagino que os alunos se revezaram no manejo do revólver porque a “brincadeira” foi repetida várias vezes. (DULCE PANDOLFI, 2013)<sup>248</sup>

O tempo imensurável da tortura e a produção de um corpo – o corpo torturado, como conceituou Ivete Keil (2004), produziram memórias traumáticas que são elaboradas de maneiras distintas pelas militantes. No texto *Mulheres que narram: trauma e memória*, Arfuch (2009) aponta para a impossibilidade de “Um ‘diga tudo’ exacerbado porque ‘tudo’ não pode ser dito” (ARFUCH, 2009, p. 6). E completa:

Nesse "dizer tudo" está o terrível detalhe da tortura, do estupro, do sofrimento. Detalhe que, longe de ser mórbido, foi instituído por necessidade de prova em juízo, comprovação do crime por intervenção da justiça, e também documento para registro da história. (ARFUCH, 2009, p.6)

Para Helena, exímia narradora, a quem recaiu não apenas o testemunho *superstes* e *testis*, mas também o testemunho *auricular*<sup>249</sup>, “[...] a tortura ela é muito degradante, sabe... é contra, eu acho, ao ser humano [pequena pausa], mas ficou lá no passado [...]”<sup>250</sup>, em suas narrativas há a afirmação de que sofreu, viu e ouviu sobre às torturas, mas desvia dos detalhes, buscando deixar no passado o ultraje, a humilhação, e busca dar maior visibilidade aos encontros que potencializaram a vida. Já nos testemunhos de Dulce, o lugar de sobrevivente, que precisa narrar o horror sofrido, não apenas por ela, mas, sobretudo, por quem não sobreviveu. Neste sentido, as torturas narradas aparecem como denúncia “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

Contemporâneas de seu tempo, como conceituou Agamben (2015), mantêm o olhar fixo no presente percebendo não apenas suas luzes, mas sua obscuridade. E ao perceber as trevas do presente, interpela o tempo “[...] é capaz de transformá-lo e de relacioná-lo com outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de ‘citá-la’ segundo uma necessidade que não provém de

<sup>248</sup> Testemunho de Dulce Pandolfi à Comissão Estadual do Rio de Janeiro, dia 28 de maio de 2013.

<sup>249</sup> Helena conta que sua irmã Maria do Carmo Serra Azul, quando impelida a narrar sua experiência de enfrentamento à ditadura, indicava que chamassem Helena, que não apenas havia participado deste enfrentamento, mas também havia sido sua ouvinte, portanto sua testemunha auricular.

<sup>250</sup> Entrevista de Helena Serra Azul Monteiro à autora, dia 20/05/2021.

maneira alguma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual não pode não responder” (AGAMBEN, 2015, p.32-33). E r-elaboram as memórias da ágora impactando o social, não apenas pela rememoração do passado, mas tornando as imagens do passado legível em um dado momento histórico, como escreveu Benjamin (1987). Nas palavras de Eridan e Dulce:

[...] nós precisamos dizer, os presos comuns não podem ser torturados nesse país, qualquer forma de tortura no Brasil deve ser abolida, porque a tortura é a forma mais infame de tratar um ser humano. [...] e o caminho de um país sem presídio onde haja tortura é o caminho de uma sociedade que ama seu povo.(ERIDAN MAGALHÃES, 2011)<sup>251</sup>

[...] a luta da anistia tem a ver com isso, hoje pra mim isso é muito claro, né. A impunidade que houve em relação aos torturadores faz com que as torturas de várias... porque a tortura não é só o que eu sofri, as torturas a população continua sofrendo até hoje nas delegacias, a tortura e desrespeitar os direitos humanos de todos os níveis [...] (DULCE PANDOLFI, 2021)<sup>252</sup>

Assim, os testemunhos que versam sobre as torturas não nos contam de um passado, escancaram o obscuro do presente, narram as torturas perpetradas pelos agentes da repressão sancionadas pelo Estado brasileiro durante a ditadura e tencionam a prática da tortura presente nas prisões no “agora” democrático.<sup>253</sup>

Mas, se os relatos detalhados das torturas buscam descrever as técnicas empregadas e o sadismo de quem a praticava, dando nomes aos algozes para instituir-se como prova; os modos de resistência e os encontros que as mantiveram vivas entremeiam essas narrativas. Após dias sofrendo, ouvindo e vendo corpos e corpos torturados, quando tudo já era enlouquecedor, conta Dulce, manteve sua mente sã e presente, contando os ladrilhos do chão da cela e trançando as palhas que retirava do colchão.<sup>254</sup>

Nos dias em que dividiu cela com outras presas políticas, estabeleceu relações de apoio mútuo, em suas palavras “cantávamos, chorávamos e rezávamos muito”<sup>255</sup>. Quando, após as torturas, as forças se exauriram de sua corpa, contou com o cuidado e acolhimento de Ana Burzitin e Cecília Coimbra, que lhe deram banho após a tortura. Num movimento comum aos testemunhos de mulheres, Dulce constrói sua narrativa em rede e entrelaça a sua história a de

<sup>251</sup> Entrevista de Eridan Magalhães. In: Menu Extra do documentário *Vou contar para meus filhos*. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

<sup>252</sup> Entrevista de Dulce Pandolfi à autora, dia 07/06/2021.

<sup>253</sup> Notícias veiculadas em março de 2023, informam que durante a inspeção do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, efetuada em novembro de 2022, nas prisões do Rio Grande do Norte constataram o fornecer de alimentação estragada, intencional exposição ao vírus da tuberculose, como método de punição, e a prática de torturas físicas e psicológicas aos detentos. Informação disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/03/15/orgao-federal-aponta-tortura-comida-estragada-e-contaminacao-proposital-por-tuberculose-em-presidios-do-rn.ghtml>, acesso em: 25 de outubro de 2023.

<sup>254</sup> Testemunho de Dulce Pandolfi à Comissão Estadual do Rio de Janeiro, dia 28 de maio de 2013.

<sup>255</sup> Testemunho de Dulce Pandolfi à Comissão Estadual do Rio de Janeiro, dia 28 de maio de 2013.

outras mulheres, nomeando-as, dando testemunho de suas existências, essa rede se projeta, também, na composição da dimensão fiduciária do testemunho de Dulce e das demais ex-presas políticas citadas, pois seus testemunhos se apoiam uns nos outros.

Ainda sobre as resistências, as burlas e os encontros que potencializam a vida, Dulce narra que mesmo nesse ambiente hostil, militarizado, onde a tortura tornou-se hábito, havia ações que traziam esperança. Uma dessas ações ocorreu quando ainda estava na incomunicabilidade, um soldado forneceu-lhe papel e caneta para que escrevesse uma carta endereçada à sua família, assim feito, a missiva chegou a seu destinatário.<sup>256</sup> Com a quebra da incomunicabilidade e tendo o advogado Heleno Fragoso como seu representante jurídico, Dulce conseguiu permissão para receber visita, levada a outro quartel, encapuzada e marcada pelas torturas<sup>257</sup>, pode abraçar o pai, com que estava rompida desde seu ingresso na clandestinidade. A ele, fez um único pedido, que a tirasse do DOI-CODI e a levasse para o DOPS-RJ.

Foi a partir de suas redes de relações que Luiz Pandolfi conseguiu realizar o desejo de sua filha. Advogado de prestígio em Recife, já havia trabalhado para o grupo político e para a família de Oswaldo Cordeiro de Farias, militar e político brasileiro.<sup>258</sup> Dulce narra que:

[...] eu sei que ele bate lá na casa de Cordeiro e vai lá e conta essa história... e aí Cordeiro ficou muito espantado, né... como é que alguém podia elogiar a polícia, o DOPS, né, que é a polícia, que era digamos... sempre foi o horror de todo mundo e uma pessoa dizer que prefere a polícia ao exército glorioso brasileiro. Disse que foi um choque enorme pra ele, a partir daí parece que ele fica fazendo oposição ao regime militar, tanto que ele teve uma neta perseguida e tudo [...] (DULCE PANDOLFI, 2021)<sup>259</sup>

Essa pequena história aponta as diferenciações entre os órgãos de repressão que se distinguem a depender do período e localidade, e dá a ver o exercício das redes de poder. Quando da prisão de Dulce no Rio de Janeiro o DOI-CODI já estava instituído e atuando na Primeira Região, que comportava os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, e agregava

<sup>256</sup> Testemunho de Dulce Pandolfi à Comissão Estadual do Rio de Janeiro, dia 28 de maio de 2013.

<sup>257</sup> Dulce conta que seu corpo tinha tantos hematomas, que estava tão machucada fisicamente, que seu pai, Luiz Pandolfi, em choque ao ver seu estado saiu da visita direto para o pronto socorro, levando alguns dias para se reestabelecer da saúde. Entrevista de Dulce Pandolfi à autora, dia 07/06/2021.

<sup>258</sup> Oswaldo Cordeiro de Farias, nascido em 1901, estudou em escola militar desde a infância e seguiu carreira militar sentando praça aos dezesseis anos, participou ativamente de diversos momentos políticos do país, desde o levante ou revolta tenentista, no apoio a Getúlio Vargas no golpe militar conhecido como revolução de 30, comandante da Escola Superior de Guerra (ESG), durante a Segunda Guerra Mundial ingressou na Força Expedicionária Brasileira (FEB) e comandou as unidades de Artilharia Divisionária da FEB na Itália. De 1955 a 1958, foi governador de Pernambuco. Como chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, em 1961, uniram-se aos conspiradores após renúncia de Jânio Quadros. Foi um dos articuladores do golpe militar de 1964 e que, no governo ditatorial de Castelo Branco, assumiu o Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (posteriormente o Ministério de Interior), onde permaneceu até 1966, quando afastou-se da vida pública. Informações disponíveis em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FARIAS,%20Cordeiro%20de.pdf>, acesso em: 24 de outubro de 2023.

<sup>259</sup> Entrevista de Dulce Pandolfi à autora, dia 07/06/2021.

representantes do exército, marinha e aeronáutica e das polícias civil e militar, chefiados pelo chefe do Estado-Maior do Exército (EME), recém inaugurado à época em que Dulce foi presa, não se sabia sobre seu *modus operandi*. Já o DOPS instituído em 1924 e amplamente utilizado na ditadura Vargas entre 1937-1946 para perseguir seus opositores – principalmente comunistas e anarquistas – era conhecido pelas/os as/os militantes e políticas/os mais antigas/os da esquerda, que tinham a memória da forte perseguição, repressão e tortura exercida pela polícia política do DOPS. O depoimento de Dulce dá testemunho dessa mudança operacional, os militares tornam-se partícipes das torturas, dos assassinatos e dos desaparecimentos de ativistas políticos contrários à ditadura.

As redes de relações de Luiz Pandolfi auxiliaram para a transferência de Dulce para o DOPS, onde sua vida tornou-se menos precarizada. Com sua prisão tornando-se pública e legalizada, as chances de ser torturada até a morte diminuía consideravelmente. Via de regra, havia uma sequência operacional a ser seguida, ao serem detidas/os eram levadas/os para os órgãos de repressão DOPS, DOI-CODI ou para os quartéis. Nos primeiros dias, os interrogatórios eram mais intensos, a tortura utilizada para arrancar informações sobre ações, outras/os militantes, pontos de encontro, casas que serviam de apoio às/aos militantes – os aparelhos como eram conhecidas. Após um período de dois a três meses a prisão tinha de ser legalizada, documentos eram produzidos, a prisão tornava-se pública e a incomunicabilidade era quebrada, neste momento as representações legais exerciam seu papel, comumente, pedindo a transferência para instituições prisionais. Neste percurso, Dulce passou do DOI-CODI para o DOPS, posteriormente, para a Penitenciária Talavera Bruce – Bangu, onde ficou presa em cela solitária até ser transferida para a Colônia Penal Feminina do Bom Pastor em Recife.

Em suma, essa sequência operacional, buscava produzir duas tecnologias do exercício do poder de punir se encontram, começa-se com o suplício e a arte de fazer sofrer para obter informações e a confissão que, segundo Foucault (2014, p. 41), “Pela confissão, o próprio acusado toma lugar no ritual de produção de verdade penal [...] todas as formas possíveis de coerção serão utilizadas para obtê-la”. E completa-se com a tecnologia da disciplinarização das/os corpos/os, engendrada na prisão, porém as experiências relatadas pelas protagonistas da pesquisa mostram-se múltiplas, estabelecem outros sentidos sobre a prisão, como veremos adiante.

## 5.2 MULHERES E PRISÃO: COLÔNIA PENAL DO BOM PASTOR

Segundo Cláudia Regina Miranda de Freitas (2012), a primeira casa de detenção feminina emergiu na Holanda, no século XVII. No século XIX, nos Estados Unidos da América, as primeiras penitenciárias femininas são construídas. Nesse mesmo período, são criadas as casas de correção feminina, que ficaram a cargo da congregação do Bom Pastor e começaram a se espalhar ao final de século XIX e no XX, pela América Latina, como Chile, Uruguai, Argentina e Brasil.

No Brasil, disserta Elça Mendonça Lima (1983), é no Código Penal elaborado na década de 1940 que a mulher, enquanto “sujeito delinquente”, passa a ser discutida. Este é elaborado como forma de ordenar uma nova sociedade industrial e capitalista, repressora das resistências e das organizações populares. Para Lima (1983), a luta de classe foi o principal fator de preocupação do Estado na construção das novas “figuras do delito”. É também nessa nova legislação que surge a figura do “sujeito da periculosidade” e do “o sujeito da personalidade criminosa”.

No Código Penal de 1940, estipula-se que a organização do espaço prisional deve atender à separação das/dos detentas/os a partir do “sexo biológico”. No Art. 29º, em seu 2º parágrafo, determina-se que: “As mulheres cumprem pena em estabelecimento especial, ou, à falta, em secção adequada de penitenciária ou prisão comum”. Alicerçando a necessidade de separação física entre homens e mulheres, na prisão, e instituindo a criação de “Prisões para mulheres”.

Vitorio Canepa, presidente da Associação Brasileira de Prisões, e Gabriel de Lemos Brito<sup>260</sup>, jurista e estudioso da legislação penal, exerceram cargos de diretoria em instituições penitenciárias e cumpriram papel ativo na construção do Código Penitenciário elaborado junto ao Código Penal que entrou em vigor em 1942. Segundo Lima (1983), Canepa e Lemos Brito associavam o aumento da criminalidade feminina ao exercício do trabalho externo ao lar, ou seja, atrelavam a criminalidade feminina à ampliação de sua presença no espaço público. De modo que a argumentação feita para a elaboração de espaços prisionais específicos para mulheres está alicerçada na recuperação do “sujeito doméstico”.

Na década de 40, do século XX, quando os espaços de reclusão para mulheres consideradas “delinquentes” começaram a ser construídos, o modelo adotado era de internato/convento, prisão-convento. Angela Teixeira Artur (2017) analisa que, para cumprir

---

<sup>260</sup> José Gabriel de Lemos Brito, penitenciariasta, político, jornalista e escritor, foi o mais importante ideólogo da prisão feminina, segundo LIMA (1983).

com as exigências desse novo Código Penal, foram construídas as duas primeiras penitenciárias femininas, uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro. Lemos Brito indicou a Francisco Campo – então Ministro da Justiça e elaborador da Constituição de 1937, de posições antiliberais e participante da elaboração dos dois primeiros Atos Institucional (AI-1 e AI-2), após o golpe de 64<sup>261</sup> – que entregasse a direção interna da prisão feminina às freiras da Ordem do Bom Pastor (LIMA, 1983).

Em Recife, a instituição prisional para mulheres é sancionada em 1943, sendo inaugurada em 1945 sob o nome de Colônia Penal Feminina do Bom Pastor (BELO, 2014). Em documento datado do dia nove de novembro de 1946, assinado por Madre Breves, então diretora da Colônia Penal, e enviado ao Secretário de Interior e Justiça Amaro Gomes Pedrosa, constava o manuscrito do “Regulamento das presas”, anunciado como rascunho, pois carecia da aprovação do destinatário, tendo em vista que, a direção era exercida pela Congregação do Bom Pastor, porém, a instituição estava sob a tutela do Estado.

O documento composto por seis páginas manuscritas inicia com uma missiva destinada ao Secretário, anunciando o Regulamento e ensejando suas recomendações para melhor atender às expectativas do Governo do Estado. O rascunho do Regulamento, continha cinco páginas com dez tópicos que conglomeravam as regras a serem seguidas. Os tópicos são intitulados: Da entrada; Deveres da detida; Trabalho e instrução; Recompensas; Penitências; Dos passeios; Das visitas; Do médico; Alimentação; Vestuário.<sup>262</sup> Após reformulação efetuada pela Secretaria de Segurança Pública, o Regimento foi ampliado e reescrito dentro da linguagem jurídica, sendo constituído por 42 artigos, seus incisos e parágrafos. Em anexo, o quadro 1, elaborado por Elicia Barros Guerra Souza (2022), estabelece o comparativo entre o manuscrito e o regimento oficializado.

Os acréscimos versam sobre a organização e a hierarquização burocrática da Colônia Penal, explicitando no artigo 1º que a Instituição do Bom Pastor fica subordinada à Secretária de Segurança Pública; descreve as obrigações da superiora ou diretora, observa-se ao longo do Regulamento que o termo superiora prevalece, enfatizando o cargo religioso em detrimento do cargo administrativo; as normas das detentas tornam-se mais rigorosas, e seus direitos mais

---

<sup>261</sup>CPDOC, Dossiê Era Vargas, seção biografias. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/francisco\\_campos](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/francisco_campos), acesso em: 12 de agosto de 2020.

<sup>262</sup> Manuscrito do Regulamento das Presas. In: SOUZA, Elicia Barros Guerra. Entre o Convento e o Cárcere: A função educativa da Colônia Penal Feminina do Bom Pastor – Recife/PE (1945 E 1990). Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPE. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/46128/1/TESE%20Elicia%20Barros%20Guerra%20Souza.pdf>, acesso em: 01 de agosto de 2023.

restritos, a exemplo do recebimento de visita que, no manuscrito, estabelecia-se aos domingos e, no Regulamento, oficial restringiu-se ao último domingo do mês. A classificação das detentas é categorizada no art.13, cito:

As detidas serão classificadas em três grupos que devem ser objeto de distinções especiais: 1º - As de antecedentes desfavoráveis (sic) e má conduta. 2º - As de antecedentes não desfavoráveis (sic) nem de má conduta, porém necessitadas de serem provadas. 3º - As de antecedentes favoráveis (sic) e boa (sic) conduta firme.<sup>263</sup>

A classificação das detentas proposta pelo manuscrito da Madre Superiora é pautada na observação do comportamento da detida, que ficaria isolada, separada do coletivo “até que se conheçam suas tendências”<sup>264</sup>. A indicação de isolamento e observação se mantêm no art. 10, porém, como mecanismo de traçar o perfil da detenta. A classificação que se efetiva pelo Regulamento oficial é pautada nos antecedentes, ou seja, no mecanismo de detenção, “[...] a reincidência pressupõe a ‘periculosidade’” (LIMA, 1983, p. 29), apregoando o tratamento a ser recebido na instituição, dado que, para cada classificação era designada “distinções especiais”, cito:

§ Único (sic) – A primeira divisão não terá direito algum a recompensas extraordinárias (sic). A segunda divisão obterá, periodicamente, algumas recompensas. A terceira gozará de recompensas frequentes e de certas distinções que serão enumeradas mais adiante.<sup>265</sup>

Os deveres das detentas podem ser resumidos em: acatar ordem sem questionar, obedecer, tratar com respeito e cordialidade a todas/os; ressonâncias do que a sociedade patriarcal espera das mulheres. Cumprido seus deveres, a cada três meses haveria avaliações em que as recompensas seriam distribuídas, de elogio da Diretora à indicação de redução de pena ou indulto de pena. Em oposição às recompensas, as presas que descumprissem as regras

<sup>263</sup> Regulamento da Colônia Penal de Mulheres Delinquentes – Bom Pastor. In: SOUZA, Elicia Barros Guerra. Entre o Convento e o Cárcere: a função educativa da Colônia Penal Feminina do Bom Pastor – Recife/PE (1945 e 1990). Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPE. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/46128/1/TESE%20Elicia%20Barros%20Guerra%20Souza.pdf>, acesso em: 01 de agosto de 2023.

<sup>264</sup> Manuscrito do Regulamento das Presas. In: SOUZA, Elicia Barros Guerra. Entre o Convento e o Cárcere: A função educativa da Colônia Penal Feminina Do Bom Pastor – Recife/PE (1945 E 1990). Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPE. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/46128/1/TESE%20Elicia%20Barros%20Guerra%20Souza.pdf>, acesso em: 01 de agosto de 2023.

<sup>265</sup> Regulamento da Colônia Penal de Mulheres Delinquentes – Bom Pastor. In: SOUZA, Elicia Barros Guerra. Entre o Convento e o Cárcere: a função educativa da Colônia Penal Feminina do Bom Pastor - Recife/PE (1945 E 1990). Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPE. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/46128/1/TESE%20Elicia%20Barros%20Guerra%20Souza.pdf>, acesso em: 01 de agosto de 2023.

sofrieriam as penitências, a primeira citada é a “Admoestação” que poderia ser privada ou pública e realizada pela Diretora ou Vice-Diretora a depender da “transcendência da infração”; a perda parcial das distinções e recompensas obtidas, e a reclusão na cela com variações de privação de visita, de leitura ou comunicação, a ser ponderado em cada caso.

O trabalho constitui elemento obrigatório para as sentenciadas e se alicerça no discurso de utilidade para a reinserção social. Entretanto, enquanto no manuscrito se refere ao “trabalho manual e doméstico”, no regulamento oficial, reformula-se para “o trabalho em oficinas ou secções (sic) de trabalhos manuais”. No entanto, se no documento oficial escamoteou-se o tipo de trabalho que, majoritariamente, seria ensinado e praticado, a leitura do manuscrito, informa a concepção da Madre Superiora sobre a organização e o ordenamento prático ao qual a Colônia Penal deveria seguir, fazendo-se relevante, tendo em vista que, cotidianamente eram as religiosas que exerciam a pedagogização e disciplinarização dessas corporas.

Diante do exposto, o conceito de “recuperação social” que perpassa o discurso prisional difere diante do constructo binário dos gêneros. Nos homens, objetivava-se recuperar um cidadão, nas mulheres se pretende recuperar um lar, a mãe, a esposa. Portanto, a “noção de domesticidade” presente no manuscrito e no discurso de Lemos Brito – que, ao indicar as religiosas para administrar as prisões femininas, argumentou que elas, com toda sua experiência, saberiam melhor do que os homens e as mulheres laicas encaminhar as detentas em suas tendências positivas, a domesticidade (LIMA, 1989, p.43) se efetiva na estratégia adotada, educá-las para a reintegração social a partir do desenvolvimento de habilidades, tais como: produção de doces, biscoito, pães, corte e costura, entre outras atividades que poderiam gerar remuneração, pois o público alvo eram mulheres pobres, porém, que atuassem como extensão dos trabalhos domésticos, portanto, desenvolvidas no âmbito privado (SAFFIOTI, 1987).

A disciplina, diz Foucault (2014, p.139), “procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço.” O controle do espaço e do tempo produz a disciplinarização das/os/es corporas/os/es. Pensada, elaborada e construída a partir “dessa imagem de prisão-convento” (LIMA, 1983, p.44), as prisões femininas passaram por modificações ao longo dos anos, porém, enquanto permaneceram administradas pelas freiras, mantiveram os resquícios do “cárcere monacal” como afirma da tese da antropóloga Maria do Amparo Rocha Caridade (1988).

Segundo Foucault (2014, p.139), “o modelo do convento se impõe pouco a pouco; o internato aparece como o regime de educação senão o mais frequente, pelo menos, o mais perfeito [...]”. A vigilância constante produziu como efeito a interiorização da vigilância, o

poder disciplinar exercido na Colônia demonstrou-se mais eficiente do que a violência praticada nas prisões masculinas, argumenta Caridade (1983).

“A disciplina é uma anatomia política do detalhe” (FOUCAULT, 2014, p. 137), talhada nas/os/es corpos/os/es, com técnicas minuciosas, perpassam a distribuição do espaço, a classificação dos indivíduos, o sistema de recompensas e se torna íntimo, investindo enquanto técnica no vestuário e na alimentação. Nesse sentido, os artigos 38º, 39º e 41º do regulamento estabelecem:

Art. 38º - Os alimentos das detidas devem ser sãos, frugais e simplesmente condimentados.

Art. 39º - Estão proibidas as bebidas espirituosas que não se poderão dar senão por ordem do médico.

Art. 41º - O uniforme da sentenciada será de cor azul, com seu número de ordem, como sua roupa interna.<sup>266</sup>

No adestramento para a produção do sujeito obediente e útil das corpos dóceis, a sobriedade, a temperança e até uma dose de apatia – ausência de paixões, entusiasmo, emoções – estão prescritos no regulamento. Diariamente engendrado, meticulosamente pensado é nos detalhes como a alimentação – alimentos frugais, sem fortes condimentos, sabores neutros, pouco estimulantes, ausente de emoções – e o vestuário – iguais e enumerados – trata-se de organizar o múltiplo, “[...] transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas” (FOUCAULT, 2014, p. 145).

Na produção das corpos dóceis, particularmente, a vestimenta é um “detalhe” significativo, de modelagem simples, a uniformização da vestimenta faz parte da produção da sujeita desprovida de vaidade, sem prazeres estéticos, produzindo o apagamento da sensualidade, e inibindo o exercício das sexualidades. Caridade (1988), afirma que a Congregação do Bom Pastor tinha como objetivo “trabalhar pela recuperação moral das mulheres marginalizadas, sobretudo aquelas que se desviaram dos padrões cristãos, na vivência da sua sexualidade” (CARIDADE, 1988, p. 98).

Em pesquisa realizada na década de 1980, período em que a Colônia Penal permanecia sob a administração das religiosas do Bom Pastor, Caridade (1988) ponderou que, durante os anos de sua pesquisa, eclodiram rebeliões nos presídios de diversos estados do Brasil. E que, na Colônia Penal Feminina do Bom Pastor, dois pontos eram cruciais para a manutenção do *status quo*: o primeiro diz respeito à falta de coesão e coletividade das presas; o segundo decorre

---

<sup>266</sup> Regulamento da Colônia Penal de Mulheres Delinquentes – Bom Pastor. In: SOUZA, Elicia Barros Guerra. Entre o Convento e o Cárcere: a função educativa da Colônia Penal Feminina do Bom Pastor – Recife/PE (1945 E 1990). Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPE. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/46128/1/TESE%20Elicia%20Barros%20Guerra%20Souza.pdf>, acesso em: 01 de agosto de 2023.

sobre as ações executadas pela direção, que ao identificar a liderança da rebelião – a partir da delação de algumas presas – a removia para o Manicômio Judiciário. Assim, tanto para a Congregação quanto para o Estado, o trabalho de disciplinarização e sujeição produzida na Colônia Penal eram mais eficazes, sob o manto de uma aparente harmonia, sem o uso da violência física, mas com a interiorização da vigilância constante (CARIDADE, 1988).

A Colônia Penal Feminina do Bom Pastor foi administrada pela Congregação do Bom Pastor até 1990. Porém, no documento produzido a partir do Encontro de Superiores Provinciais da América Latina, realizado em Bogotá, em fevereiro de 1984, decidiu-se devolver ao Estado a administração das instituições prisionais. Porém, quando da pesquisa de Caridade, defendida em 1988, a Congregação continuava na administração justificando-se pela propriedade da terra onde a instituição era construída, terreno da Congregação. A antropóloga analisa que “[...] O adiamento da solução deste problema revela uma certa cumplicidade entre Estado e a Congregação. Existe uma recíproca satisfação” (CARIDADE, 1988, p. 100), explicada pela percepção dos técnicos e funcionários que “[...]consideram a CPF uma prisão muito especial, porque as mulheres não apanham, não passam o dia presas na cela, não tem havido motins, rebeliões ou violência física como noutras prisões.” (CARIDADE, 1988, p.101). No entanto, a pesquisadora afirma que havia o claro desejo das presas de que a Colônia saísse do domínio das religiosas.

A iniciativa para a mudança administrativa dessas prisões é dada a partir do Encontro de Superiores Provinciais da América Latina.<sup>267</sup> Desse encontro, produziu-se o documento “Encontro de Superiores Provinciais da América Latina – o nosso apostolado nas prisões”, datado de 04 de fevereiro de 1984, realizado em Bogotá, na Colômbia. O discurso produzido é de que a missão encabeçada pela fundadora Maria Eufrásia Pelletier estava sendo corrompida, pois, ao fazerem o trabalho de apostolado prisional associado ao Estado, passavam a ser identificadas com “[...] a lei que castiga ou com regime injusto de poder [...]”<sup>268</sup> afastando-se da primazia de “[...] trabalhar pela libertação total da mulher privada de liberdade [...]”<sup>269</sup>. De modo que, precisavam “[...] situar-se melhor e mais evangelicamente no contexto sócio-histórico do mundo no qual servimos, reencontrar a nossa função de religiosa no Bom Pastor e

---

<sup>267</sup> Este documento encontra-se anexo à dissertação de Maria do Amparo Rocha Caridade. A pesquisadora em suas referências cita de forma genérica os arquivos consultados para pesquisa, mas não foram especificadas as referências arquivísticas do documento em questão. Documento Encontro de Superiores Provinciais da América Latina – o nosso apostolado nas prisões. In: CARIDADE, Maria do Amparo Rocha. Sexo, mulher e punição: a sexualidade feminina numa instituição penal. (Dissertação de Mestrado de Antropologia UFPE), Recife, 1988, anexos.

<sup>268</sup> Idem.

<sup>269</sup> Ibidem.

vislumbrar novos horizontes de ação apostólica, de acordo com a nossa missão junto às presas”<sup>270</sup>.

Esse documento traz ressonâncias de outros documentos elaborados a partir da segunda metade da década de 1970, quando setores da igreja católica passaram a realizar publicamente críticas às violências perpetradas pelas ditaduras na América Latina. Assim, o discurso de um novo direcionamento no exercício da missão religiosa é instituído em uma rede de documentos da igreja. O “Documento de Puebla”<sup>271</sup>, produzido na III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada no México, em 1979, pregava esse novo direcionamento pastoral, a Conferência que teve como tema “Evangelização no presente e no futuro da América Latina”, entre outras questões, debruçou-se a estudar e debater a exortação apostólica “Evangelii Nuntiandi” de Paulo VI.

Centralizando na reavaliação do significado de evangelização e imerso nas palavras de ordem “opção preferencial pelos pobres”, o “Documento de Puebla”, para além de elaborar o aspecto transcendental da evangelização, buscou pensar a América Latina em sua constituição social, econômica e política, pela chave da dialética: “Ao contrário do documento de consulta, o documento elaborado pela Assembleia possui uma visão dialética da realidade”<sup>272</sup>. A perspectiva dialética é escolhida em detrimento da perspectiva funcionalista do documento de consulta.<sup>273</sup>

Tem-se que o “Documento de Puebla” é a base da argumentação do “Encontro de Superiores Provinciais da América Latina – o nosso apostolado nas prisões”, inclusive com citações diretas. O questionamento ao trabalho efetuado nas prisões pelas religiosas se deu pela necessidade de desvincular a imagem da Congregação da imagem dos governos autoritários da América Latina.

Com frequência, somos identificadas com a lei que castiga ou com o regime injusto do poder, por causa dos governos, de facto muito comuns na América Latina, caracterizados por abusos de poder, repressão sistemática ou selectiva acompanhada de delação, de violação da privacidade, de pressões exageradas,

---

<sup>270</sup> Documento Encontro de Superiores Provinciais da América Latina – o nosso apostolado nas prisões. In: CARIDADE, Maria do amparo Rocha. Sexo, mulher e punição: a sexualidade feminina numa instituição penal. (Dissertação de Mestrado de Antropologia UFPE), Recife, 1988, anexos.

<sup>271</sup> DOCUMENTO DE PUEBLA. Evangelização no presente e no futuro da América Latina. Conclusões da IIIª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Puebla de Los Angeles- México, 1979. Disponível em: [http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC\\_DSC\\_NOME\\_ARQUI20130906182452.pdf](http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182452.pdf), acesso em: 26 de março de 2023.

<sup>272</sup> Idem

<sup>273</sup> No texto do Documento de Puebla, não fica explícito a que documento de consulta se refere, como, pelo menos, dois textos (Evangelii Nuntiandi e o Documento de Medellín) são centrais nas discussões elaboradas na Conferência, não conseguimos inferir de qual se trata.

de torturas, de exílios, do desaparecimento de pessoas, de detenções sem ordem judicial, de justiça submetida ou atada.<sup>274</sup>

As críticas à postura autoritária e violenta dos governos ditatoriais instalados na América Latina foram alicerçadas muito mais do lugar da incompatibilidade entre a opressão exercida pelo Estado e a fé que as religiosas professavam, do que por uma oposição política. Pois que, em suas argumentações versam sobre a dificuldade de encarregar-se das presas políticas, não por percebê-las como vítimas do regime político, mas por não conseguirem exercer em parte delas a disciplinarização, a docilização de suas corpos. No documento, as presas políticas aparecem divididas em duas categorias: as guerrilheiras e terroristas, e as subversivas. E as caracterizam:

Em relação às primeiras, elas dificultam o nosso trabalho nas prisões, pelas ideias que propagam, as prerrogativas que reclamam e a repercussão negativa que criam na opinião pública mundial, através dos meios de comunicação social. Além do perigo que representam para as outras internas, a mentalidade que trazem criou nelas fortes estruturas, perante os quais o nosso trabalho não tem nenhuma eficácia.<sup>275</sup>

Diz-se das subversivas que, “embora em número mais reduzido, estiveram por motivos ideológicos, porque não pensam como o governo ou por terem trabalhado pela promoção e evangelização dos pobres, são consideradas como subversivas”<sup>276</sup>. Ao falarem das guerrilheiras e das terroristas, recuperam o discurso da periculosidade produzido pelos governos ditatoriais e explicitam a preocupação com a opinião pública que, mobilizada pelas denúncias realizadas por essas mulheres, atrelavam as religiosas aos governos ditatoriais. Faz-se necessário pontuar que o encontro contemplava religiosas de toda a América Latina, de modo que há diferenciações produzidas pelas singularidades das ações de oposição exercidas em cada localidade, as distinções de cada governo ditatorial e o direcionamento da igreja católica nestes países. Entre o Encontro de Superiores – onde se estabeleceu a necessidade de mudança no trabalho pastoral junto à comunidade carcerária – e a Congregação do Bom Pastor em Recife efetivamente entregar a administração da Colônia Penal ao Estado, seis anos se passaram.

---

<sup>274</sup> Documento Encontro de Superiores Provinciais da América Latina – o nosso apostolado nas prisões. 1984, p. 2. In: CARIDADE, Maria do amparo Rocha. Sexo, mulher e punição: a sexualidade feminina numa instituição penal. (Dissertação de Mestrado de Antropologia UFPE), Recife, 1988, anexos.

<sup>275</sup> Documento Encontro de Superiores Provinciais da América Latina – o nosso apostolado nas prisões. 1984, p. 2. In: CARIDADE, Maria do amparo Rocha. Sexo, mulher e punição: a sexualidade feminina numa instituição penal. (Dissertação de Mestrado de Antropologia UFPE), Recife, 1988, anexos.

<sup>276</sup> Idem

### 5.2.1 As mulheres do Bom Pastor: As Religiosas, as Presas Políticas e as Presas Comuns

Construída e pensada para receber um grupo social específico, mulheres criminosas, desviantes da moral imputada ao gênero feminino, majoritariamente, advindas da classe trabalhadora. O perfil socioeconômico do público alvo da Colônia Penal difere do perfil de expressiva parcela das presas políticas. Dito isto, algumas questões nos inquietam: como, a partir da década de 1960, as protagonistas desta pesquisa se inserem neste ambiente prisional? Tendo em vista que, predominantemente, provinham das classes média e média alta, com acesso à educação formal. Enquadradas como subversivas e/ou terroristas pela Lei de Segurança Nacional, compunham uma outra categoria a de “presas políticas”. Como se estabeleceu a relação entre estas duas categorias de presas – políticas e comum? Como se estabeleceu a relação entre as presas políticas e as religiosas do Bom Pastor?

Com o golpe de 1964, houve a revitalização da categoria “presa/o política/o”. A pesquisadora Elizabeth Sussekind (2014), ao dissertar sobre esta categoria, conceitua que:

Os presos políticos eram os acusados ou condenados por infração à Lei de Segurança Nacional em vigor, ou ao Código Penal Militar. Ainda nessa categoria estavam não só membros de organizações política de esquerda, mas também meros simpatizantes, apoiadores, ou, mesmo, familiares de supostos militantes (SUSSEKIND, 2014, p.8).

Presas imputadas na Lei de Segurança Nacional, as protagonistas desta pesquisa foram encarceradas na Colônia Penal do Bom Pastor, após prisão nos órgãos de repressão. Em Recife, inicialmente, as presas políticas ficavam presas em delegacias do DOPS, na Casa de Detenção do Recife (CDR) e em quartéis. Em espaços improvisados como salas administrativas ou dividindo o corredor de celas com homens, neste caso, as celas eram, majoritariamente, ocupadas por presos, tendo uma minoria de celas destinadas às presas, formando assim um corredor de celas mistas. De modo que, a precarização da prisão se intensificava para as mulheres encarceradas e, dentro deste grupo, o subgrupo de presas políticas.

Ao pesquisar as presas políticas da Casa de Detenção do Recife, a historiadora Thayana Santos (2016) constrói a trajetória de seis mulheres<sup>277</sup>, entre elas, Maria Celeste Vidal, que ficou, inicialmente, presa na Casa de Detenção do Recife e, após ser julgada e condenada, foi transferida para a Colônia Penal do Bom Pastor em 1965, permanecendo presa até dezembro de 1966. Possivelmente, entre 1964 e 1969, outras presas políticas passaram pela Colônia Penal

---

<sup>277</sup> O trabalho de Thayana Santos tem como protagonistas: Maria Augusta Oliveira, Naíde Regueira Teodósio, Graziela Cavalcanti de Melo, Luiza Arcoverde Cavalcante, Eva Laci Camargo Martins e Maria Celeste Vidal Bastos.

do Bom Pastor, porém, dispersão das fontes, os arquivos incompletos, indisponíveis e/ou em processo de organização e catalogação dificultam a organização serial desta documentação na periodicidade completa de 1964 a 1985. É, então, a partir da historiografia que, ao debruçar-se sobre documentos referentes a distintas instituições, a passagem dessas mulheres, nos diversos estabelecimentos prisionais se conecta, mapeando essas cartografias.

Em dissertação defendida em 2017<sup>278</sup>, quando iniciei a pesquisa sobre as presas políticas da Colônia Penal do Bom Pastor, o recorte temporal de 1969 a 1979 marca o período em que a instituição recebeu maior contingente de presas políticas, pelo menos, 24 mulheres<sup>279</sup>, reestabelecendo a organização interna, separando as presas políticas das presas comuns, inaugura-se a “ala das presas políticas”. Alguns fatores concorrem para esta reorganização, um deste é a mudança no perfil das mulheres em situação de privação de liberdade. As presas políticas a partir de 1969 formam, na Colônia Penal, um grupo que destoa econômica, cultural e socialmente das presas comuns.

Em sua maioria, as presas comuns eram mulheres pobres, com pouco ou nenhum acesso à educação formal, e que, na busca de subsistência de suas/seus filhas/os e familiares, cometeram crimes ou delitos. Segundo SOUZA (2022, p.129), das 178 mulheres presas entre os anos de 1971 e 1973, foram: 73 por lesão corporal, 26 por homicídio, 25 por tráfico, 25 por crime contra o patrimônio, 10 por crime contra a segurança nacional, 02 por contrabando, 17 por outros; dentre estes, infanticídio, aborto, maus tratos, crime contra a assistência familiar, vadiagem, difamação, falsidade de documento público e cárcere privado. Muitos desses crimes estão associados à prostituição e ao tráfico de drogas e consistiam em pequenas quantidades de maconha, afirma Caridade (1988).<sup>280</sup> Enquanto as presas políticas eram, predominantemente, estudantes – inclusive muitas delas haviam cursado o ensino básico em instituições religiosas – advindas das classes médias ou de famílias ricas.

Essa distinção, a partir do recorte de classe, é tensionada nos testemunhos das militantes políticas. Conta Helena que três camponesas presas por implicações políticas, pois haviam sido integrantes das Ligas Camponesas, foram alocadas nas celas das presas comuns, enquanto que

---

<sup>278</sup>SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante. **Memórias femininas no Bom Pastor- PE: gênero, repressão, resistência durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

<sup>279</sup> Vale salientar que este quantitativo pode ser aumentado a partir de novas pesquisas que acessem corpus documental ampliado, pois como já anunciado, a documentação sobre o período de ditadura civil-militar é fragmentada e difusa.

<sup>280</sup> O tráfico de drogas, aqui, consistia na posse para venda de pequenas quantidades de maconha. De modo que a renda da grande maioria das mulheres ao chegarem à Colônia Penal era de até um salário mínimo. Para mais informações, ver a pesquisa de: Rio de Janeiro, 2018. CARIDADE, Maria do Amparo Rocha. **Sexo, mulher e punição: a sexualidade feminina numa instituição penal**. 1988. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife 1988.

uma presa comum, advinda da classe média, havia sido designada para a cela de presas políticas. Tal ação foi revista quando Helena e outras presas políticas reivindicaram que as três camponesas fossem alojadas na cela das presas políticas. As distinções de tratamento motivadas pelo recorte de classe aparecem em outros testemunhos e estarão presentes ao longo do capítulo.

Outro fator que estimulou esta separação foi estratégico para conter a proliferação das ideias comunistas, subversivas. Essa convivência entre presas políticas e presas comuns era considerada perigosa pelos órgãos de repressão, pois facilitava a circulação de informações – internas e externas à instituição – e possibilitava às presas políticas difundir o pensamento comunista e arregimentar novas integrantes para as organizações de esquerda (NOREK, 2020).

A separação do espaço das presas políticas e das presas comuns cria um espaço funcional em que a vigilância se exerce a partir da classificação do crime. Nesse caso, o crime político, operacionalizando estrategicamente para impedir a proliferação das ideias ditas subversivas. Relembramos que a disciplina procede primeiro na distribuição dos indivíduos no espaço, “transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas” nos diz Foucault (2014, p. 145).

Ao lembrar o curto período em que viu esses dois mundos se atravessarem, Tereza Vilaça<sup>281</sup> narra:

Grande parte delas [presas comuns] tinha vindo exatamente da Zona canavieira. Isso, pra mim, foi uma coisa terrível, ver aquelas jovens... tinha uma lá que pulou no rio com os três filhos, de fome, ela pulou no rio pra morrer ela e os filhos, entendeu?! E a gente conversava com as meninas que era da Rua da Guia, a zona de prostituição, e elas diziam —eu vim de Ribeirão, meu pai trabalha lá na Usina, eu vim num sei de onde... que dizer era pra mim, foi como se o ciclo daquilo que eu entendia de capitalismo até onde ele chega tivesse se completado. (TERESA VILAÇA, 2011)<sup>282</sup>

As memórias de Teresa contam-nos sobre as vivências de uma parcela das mulheres empobrecidas e as violências que perpassam suas vidas. Nesse processo, informa-nos da sua percepção e leitura do mundo e, ao narrar essas histórias, Teresa as conecta com suas leituras marxistas, articula as histórias ouvidas com o ciclo capitalista, o qual, ao gerar lucro aos donos dos meios de produção, empobrece a/o trabalhador/a marginalizando-as/os. De modo que, para

---

<sup>281</sup> Maria Teresa Lemos Vilaça atuou inicialmente como integrante do PCB, realizando trabalho na Zona Canavieira. Posteriormente, integrou-se à ALN. Presa em 1970, foi interrogada e torturada no DOPS-PE, cumpriu pena até 1974 na Colônia Penal do Bom Pastor. Formada em História, atua na área da Educação. Para mais informações, ver: SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante. **Memórias femininas no Bom Pastor- PE: gênero, repressão, resistência durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

<sup>282</sup> Entrevista de Maria Teresa Lemos Vilaça. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

Teresa e outras militantes, as vivências das presas comuns atestavam o porquê de suas lutas, e o uso didático delas constituía a abertura para o diálogo sobre as desigualdades sociais, possibilitando passar a mensagem dos partidos e das organizações de esquerda. Assim, a prisão constituía-se como mais um espaço de trincheira, onde caminhos criativos eram traçados para se continuar no exercício da militância política.

Se nas narrativas sobre a prisão as relações entre presas políticas e presas comuns é elemento constitutivo das vivências no cárcere, as relações entre as presas políticas e as religiosas do Bom Pastor constituem uma experiência singular do cárcere para estas militantes.

Enquanto, no DOPS e no DOI-CODI, a economia política do corpo foi exercida a partir das torturas, na arte de fazer sofrer, na Colônia Penal do Bom Pastor, o poder disciplinar é estrategicamente exercido. E o “[...] que é próprio das disciplinas é que elas tentam definir em relação às multiplicidades uma tática de poder [...] em suma fazer crescer ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema” (FOUCAULT, 2014, p.210-211). Ao referir-se à prisão como uma instituição total, Dulce traz, em sua fala, ressonâncias do pensamento foucaultiano (2014), na prisão, diferente de outras instituições, onde se exerce o poder disciplinar, o tempo e o espaço são integralmente distribuídos, organizados e classificados, criando “[...] espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos” (FOUCAULT, 2014, p. 145).

Chegar à Colônia Penal do Bom Pastor marcava saída do DOPS, do DOI-CODI e do quartel onde eram vigiadas, humilhadas e torturadas por homens e a precarização de suas vidas e a força de suas corpos eram levadas ao limite. Estar em uma instituição, na qual apenas mulheres circulavam, dissipava o medo de terem suas corpos invadidas pela violência sexual. Na Colônia, abria-se a possibilidade de reestabelecer os laços com a vida. Para algumas, havia algo de conhecido naquele espaço, difícil de explicar, mas que de algum modo às conectavam com boas memórias, ao falarem da instituição, frases como parecia “um colégio interno”, “o lugar que ficávamos parecia uma casa”, “fiquei encantada com as janelas decoradas”, fala-nos da Colônia Penal, mas comunicam-nos de suas experiências anteriores.

Em sua autobiografia, Yara escreve sobre sua educação: “Ele [pai] e minha mãe nos criaram com valores pequeno-burgueses. Estudávamos em colégios católicos e nossa educação era muito rígida” (FALCON, 2008, p. 16). Segundo ela, após a morte de sua irmã mais velha houve grandes mudanças em sua casa, seus pais tornaram-se menos exigentes, dando-lhes mais liberdade. Quanto à escola:

Mudamos do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora para o Colégio Nossa Senhora do Carmo, onde Jany estudara. Esse colégio era bem mais moderno

que o outro. Não faziam a chamada dos alunos pelo sobrenome e nem destacavam as famílias mais importantes da cidade. Também não nos olhavam da cabeça aos pés todos os dias. Nem tínhamos de estar sempre impecáveis, no colégio anterior, Nossa Senhora Auxiliadora, não se podia falar alto e muito menos com rapazes enquanto estivesse de farda (FALCON, 2008, p. 100).

Relatos como este, sobre o tipo de educação formal que receberam no ensino básico, compõe a fala de outras militantes. Lilia, ao relembrar seu período enquanto estudante no Colégio administrado por freiras beneditinas, narra:

Na minha época predominava assim um anticomunismo legal lá, inclusive uma coisa que eu me lembro até hoje, era de que nos corredores tinham uma listinha de livros comunistas proibidos. E as alunas católicas, bonitinhas e arrumadinhas, não podiam ler. (LILIA GONDIM, 2018)<sup>283</sup>

Essas duas narrativas nos dizem sobre o processo de disciplinarização e pedagogização em que suas corpos foram forjadas, adestradas. Se os escritos de Yara nos mostram a tecnologia minuciosa do controle dos gestos, na fala de Lilia, o adestramento e a obediência recaíam no controle do conhecimento, a construção do pensamento e o que deveria e poderia ser lido passava pelo crivo da instituição. No colégio religioso e na Colônia Penal, há o que Foucault (2014) chamou de continuidade: “Continuidade das próprias instituições que existem num relacionamento recíproco [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 294). Assim sendo, talvez por terem passado pelo horror da tortura nos órgãos de repressão ou por terem vivido a solidão da clausura em outras penitenciárias, ou quem sabe pela experiência dos anos estudando em escolas religiosas e/ou também por terem frequentado a igreja, possivelmente, por todas essas e outras experiências acumuladas, em que o poder disciplinar as forjou, a Colônia Penal reverbera nessas mulheres como um respiro. Entretanto, isso não significa que os medos e as tensões deixaram de existir. Não significa que resistências não foram tecidas, que as burlas e as fendas não foram criadas.

Nesse sentido, as narrativas sobre as vivências das presas políticas na instituição constituem outro arcabouço de normas e práticas cotidianas na prisão, que extrapolam o que é possível ser conhecido a partir do Regulamento da Colônia Penal. Também possibilita-nos pensar nas diversas camadas existentes no estabelecimento das relações dentro da prisão. O tratamento distinto e hierarquizado, destinado pelas religiosas às presas políticas e às presas comuns, implica um conjunto e marcadores sociais, o mais evidenciado nos testemunhos são as relações de classes – pensada, aqui, não apenas como uma diferenciação econômica, mas

---

<sup>283</sup> Lilia Gondim, depoimento para o Projeto Marcas da Memória, 2011. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=8tbRf8Evv6Q&list=UUc\\_o5ZHJR03GDtpUqCvvXg&index=38](https://www.youtube.com/watch?v=8tbRf8Evv6Q&list=UUc_o5ZHJR03GDtpUqCvvXg&index=38), acesso em: 18 de setembro de 2018.

pelo capital político, cultural e social que estabelece redes de relações de poder, porém, outras categorias como raça e sexualidade se fazem presentes nesta construção.

No tópico acima, analisamos como o trabalho era parte constituinte do processo de disciplinarização, ensinar um ofício que tornasse essas mulheres úteis dentro do sistema capitalista, mas sem corromper a moralidade dos lugares socialmente estabelecidos para os gêneros. Porém, no que concernem às protagonistas desta pesquisa, essa prática não foi exercida. Economicamente favorecidas, com acesso à educação, essas militantes galgariam outros postos de trabalho, de modo geral, que envolvessem o desenvolvimento intelectual. Assim, a distinção de gênero, classe e raça<sup>284</sup> se inter-relacionava com a manutenção do *status quo* social.

Desse modo, as atividades desenvolvidas pelas presas políticas eram realizadas para aplacar a ociosidade, estabelecer um cotidiano ativo e produtivo dentro da Colônia. Entre as atividades desenvolvidas por elas na Colônia Penal, estavam os cuidados com a arrumação de seus espaços pessoais e o cozimento de sua alimentação, esta implantada por reivindicação das mesmas, para que pudessem elaborar comidas mais “aprazíveis”. A prática de esportes auxiliava-as na manutenção da saúde, o artesanato, a música e principalmente a leitura e o estudo, a exemplo, das aulas de francês ministradas por Maria do Socorro Diógenes, iniciavam o reestabelecimento dos laços com a vida e ajudava a ampliar o horizonte restrito pela privação de liberdade.

Vale salientar que o tratamento das religiosas com as presas políticas também tinha suas heterogeneidades. Nesse sentido, destacam-se outros fatores que concorrem para a distinção entre essas relações, o período no qual estiveram presas, quem ocupava o papel de diretora responsável pela administração da Colônia Penal e quem era a freira designada para a ala das presas políticas. Durante o período em que Dulce, Eridan, Lilia, Helena, Ivone, Vera e Yara estiveram presas (1969-1973), algumas diretoras e/ou superiores passaram pela administração da Colônia Penal, em especial uma religiosa é citada, por uma parcela das presas políticas, a Irmã Divina Graça, responsável, na maior parte do tempo, pela ala das presas políticas. A ela é destinada uma profusão de elogios e o convívio, entre ela e as militantes, teceu boas memórias, regadas a afetos e solidariedade. Lilia ao descrevê-la diz:

---

<sup>284</sup> A questão da racialidade não é abordada nos testemunhos das protagonistas desta pesquisa. De modo que, perpassadas pela questão do colorismo e pelos lugares sociais que ocupavam, estas mulheres, ou não foram racializadas ou não se perceberam racializadas frente aos órgãos de repressão e na Colônia Penal. Para ampliar as discussões sobre o tema ler: CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020. DEVULSKY, Alessandra. Colorismo. São Paulo. Editora Jandaíra, 2021.

[...] era uma pessoa excepcional, ela era mãe, vó, tudo pra gente, maravilhosa, sempre tomou conta da gente de uma forma... defendia a gente mesmo, sabe... [...] tinha algumas ocasiões assim... quando, por exemplo, ela ajudava muito a gente, quando ela sabia que ia ter alguma batida policial no meio das coisas da gente, né, porque a gente lia, tinha livros, um monte de coisa lá que não podia ter, né... carta que a gente se comunicava com outras pessoas... [...] e quando ela sabia que vinha uma batida ela guardava tudo naqueles bolsão dela e ia simhora, levava pra clausura e escondia lá, entendeu... [risos]. (LILIA GONDIM, 2021)<sup>285</sup>

Essa relação construiu um ambiente mais afetuoso, menos violento e solitário, e também agiu no exercício das burlas. Nesse sentido, a relação das presas políticas, não apenas com uma parcela das freiras, mas também com outros religiosos, em especial Dom Basílio Penido – abade de Olinda (1962 – 1987) e prior dos beneditinos de Olinda – dificultou a ação dos agentes da repressão, as redes de relações do prior dos beneditinos de Olinda foi utilizada para ajudar as/os presas/os políticas/os, o capital político e social que lhe pesava a batina foi posto, por vezes, a serviço de minorar os sofrimentos destas/es.

Nesse período, “[...] as relações entre a Igreja e o governo autoritário estabelecido no Brasil através da ditadura civil-militar já mostravam sinais de tensão” (CUBAS, 2014, p. 201). As participações em passeatas, marchas reivindicatórias e o apoio às manifestações estudantis, apresentavam a fragilidade da relação entre igreja e Estado, argumenta Cubas (2014). Em Pernambuco, o posicionamento de Dom Helder Câmara frente à ditadura já era publicamente de enfrentamento, denunciando a condição das/os presas/os políticas/os no Brasil frente à comunidade internacional, o que custava ao arcebispo duras críticas estampadas nas páginas do jornal Diário de Pernambuco, como será abordado mais adiante.

Embora houvesse, entre as presas políticas e as religiosas, uma relação respeitosa, de modo geral, essas relações não eram homogêneas. Nesse sentido, Helena narra que:

Depois nós tivemos com uma que eu e a Ana tivemos... isso aí eu tenho certeza, eu não lembro a Lilia, que nós tivemos Madre Diva se eu não tiver enganada, essa Madre Diva foi a que mais perseguiu a gente, sabe? Foi assim que eu possa dizer, ela foi a única. E assim, ah! Que eu esqueci de contar... nessa fase a gente ainda tava com as presas comuns, e os refeitórios ficavam separados, né? E aí a gente nessa história da comida muito ruim, a tal das tripinhas assadas, aí a gente conversava com as presas comuns, né? Sentava, batia papo, fala sobre revolução e tudo, eu e a Ana. Aí um belo dia parecia coisa de cinema, a gente no refeitório, a gente tava tudo no refeitório, elas se revoltam exatamente com a comida. Sabe aquelas coisas que você vê em filme? Aí elas pegaram as bandejas, jogavam pra cima, olha era um bafo, um barulho tão grande, foi uma revolta, era comida pra todo lado, bandeja, isso eu e a Ana vimos, a gente tava junto quando a gente assistiu a isso. Aí a freira que era diretora na época, que era essa Madre Diva, ela vai e diz que somos nós que incentivamos as presas comuns a fazerem aquela rebeldia, que tinha

<sup>285</sup> Entrevista de Lilia Gondim à autora, dia 09/04/2021.

sido uma rebelião incentivada pelas presas políticas. E aí pede a nossa transferência pro quartel, só que nós soubemos dessa história porque tinha uma parte das freiras, tinha uma freira chamada Amparo, mas era outra Amparo, que ela tinha um contato muito grande com a gente e ela fez a defesa da gente, e entrou em contato com a Igreja [...] Então eles procuram também a Igreja, e a Igreja pressionou essa Madre Diva pra que ela não fizesse isso e parece que ela não teve autorização pra fazer a denúncia, acho que ela não chegou a fazer, acho que ela só ameaçou. Que não fomos transferidas pra quartel nem coisa nenhuma [...] (HELENA SERRA AZUL, 2022)<sup>286</sup>

Essas histórias dizem muito da heterogeneidade de religiosas e religiosos que integravam a igreja católica, a despeito do direcionamento da instituição, o aspecto dinâmico da interação entre as/os/ religiosas/os e as/os opositoras/es à ditadura se estabelecem por diversos outros contornos. Caroline Jaques Cubas (2014), ao dissertar sobre as religiosas femininas, desenreda sobre as ações de resistência e oposição que efetuaram frente à ditadura, seja por convicção política ou pela desobediência “[...] gerada pela inconformação perante atos de opressão incompatíveis com a fé proferida ou mesmo com sua consciência” (CUBAS, 2014, p. 199). Enquanto outra parcela das religiosas e dos religiosos aderiu ao discurso anticomunista, imbuído da necessidade de combate à subversão.

Mesmo que, na memória das protagonistas desta pesquisa imperem as lembranças da relação harmoniosa com as religiosas, relatos como o de Helena quebram a superfície lisa e homogênea das narrativas e trazem as ranhuras, a complexidade das relações de poder que envolvia a Colônia Penal do Bom Pastor, que respondia ao Estado, mas também era perpassada pela interferência da Igreja Católica local, que tinha enquanto autoridade religiosa Dom Helder Câmara.

Há pouco, atentamos para o período no qual as presas estiveram na Colônia Penal como um fator a ser considerado. Pois que, havia uma rotatividade das religiosas designadas para aquela instituição. De modo que, em dezembro de 1973, quando Maria do Carmo Tomás<sup>287</sup> chegou à Colônia Penal, os primeiros dias atingiram-lhe como extensão das torturas sofridas no DOPS, conta-nos ela:

A Madre Calvário era muito, muito carrasca, então, pra quem está saindo de uma situação que eu estava, de tortura, de quartel, de DOPS, é... ela quando

<sup>286</sup> Entrevista de Helena Serra Azul à Elicia Barros Guerra Souza. In: SOUZA, Elicia Barros Guerra. Entre o Convento e o Cárcere: A função educativa da Colônia Penal Feminina do Bom Pastor – Recife/PE (1945 e 1990). Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPE. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/46128/1/TESE%20Elicia%20Barros%20Guerra%20Souza.pdf>, acesso em: 01 de agosto de 2023.

<sup>287</sup> Maria do Carmo Tomás, militante política, integrante do Partido Comunista Revolucionário (PCR), atuando no Comitê de Luta Operária (CLO). Presa em agosto de 1973 foi transferida para a Colônia Penal do Bom Pastor em dezembro de 1973. Para mais informações ver: SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante. **Memórias femininas no Bom Pastor- PE: gênero, repressão, resistência durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

me recebeu lá, me botou no isolamento, ainda, não lembro se foi quatro ou foi cinco dias [...] fiquei trancada isolada, numa cela lá no Bom Pastor. (M<sup>a</sup> DO CARMO TOMÁS, 2011)<sup>288</sup>

Quando da prisão Maria Aparecida dos Santos<sup>289</sup> e Selma Bandeira<sup>290</sup>, em abril de 1978, a Madre Calvário ainda estava na direção da Colônia Penal. Em matéria do jornal Diário de Pernambuco, datada de dezenove de julho de 1979, intitulada “Teotônio não perdoa torturador”, informava da visita realizada pelo senador Teotônio Vilela às penitenciárias: Penitenciária Barreto Campelo – popularmente conhecida como Presídio de Itamaracá – onde conversou com os presos políticos sobre a Comissão Mista formada no Congresso para discutir os termos da Anistia. Em um subtópico intitulado “Detenta aponta clima de terror”<sup>291</sup>, noticiava que a visita também contemplou a Colônia Penal Feminina do Bom Pastor, em Recife.

Selma e Maria Aparecida falaram do tratamento de “terror e hostilidade imperante”, da censura a livros, do isolamento, pois só havia as duas na categoria de presas política, denunciam a má estrutura das instalações e a hostilidade e violência que, também, se estendiam às presas comuns: “[...] tendo uma chegado a ficar seis meses na solitária apelidada de ‘Japão’ na companhia de ratazanas, cobras e sujeira, e outra recebido pancadas de tamanco na cabeça desferidas pela própria diretora do presídio, irmã Calvário”<sup>292</sup>.

Abrimos, aqui, um parêntese para tecer breve comentário a despeito da matéria jornalística que, em sua estrutura, relega as presas políticas. A notícia de capa é acompanhada de fotografia que registra a reunião entre Teotônio Vilela, Marcos Freire, Jarbas Vasconcelos e os presos políticos da penitenciária de Itamaracá, a primeira parte da reportagem informa a/o

<sup>288</sup> Entrevista de Maria do Carmo Tomás. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

<sup>289</sup> Maria Aparecida dos Santos, militante política, integrante do Partido Comunista Revolucionário (PCR), atuando no Comitê de Luta Operária (CLO). Após cinco anos na clandestinidade foi presa em abril de 1978, cumpriu pena na Colônia Penal do Bom Pastor até 1979 quando foi anistiada. Para mais informações ver: SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante. **Memórias femininas no Bom Pastor- PE: gênero, repressão, resistência durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

<sup>290</sup> Selma Bandeira, militante política, foi dirigente do Partido Comunista Brasileiro junto ao seu companheiro Manoel Lisboa (torturado e assassinado no DOI-CODI-SP em 1973). Teve sua prisão decretada em 1973, porém sua prisão efetivou-se em abril de 1978, cumpriu pena na Colônia Penal do Bom Pastor até 1979 quando foi anistiada. Para mais informações ver: SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante. **Memórias femininas no Bom Pastor- PE: gênero, repressão, resistência durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

<sup>291</sup> TEOTÔNIO NÃO PERDOA TORTURADOR. Jornal Diário de Pernambuco. Recife, 19 de julho de 1979. Capa. Ano 154. Nº 193. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033\\_15&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=138961](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=138961). Acesso em: 06 de novembro de 2023.

<sup>292</sup> TEOTÔNIO NÃO PERDOA TORTURADOR. Jornal Diário de Pernambuco. Recife, 19 de julho de 1979. Capa. Ano 154. Nº 193. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033\\_15&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=138961](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=138961). Acesso em: 06 de novembro de 2023.

leitor/a da visita aos presídios e o objetivo desta. A segunda parte da matéria tem continuidade na página A-3, com o título “Teotônio dialoga com presos de Itamaracá”<sup>293</sup>, as presas da Colônia Penal são relegadas na matéria a um subtópico. Mas, o apagamento não se dá apenas no nível da estrutura organizacional da matéria, o posicionamento político de Selma e Maria Aparecida sobre os termos da anistia é apenas brevemente mencionado.

Segundo a matéria “Teotônio Vilela [...] contou a elas seus passos como presidente da Comissão Mista do Congresso que examina o projeto de Anistia, e pediu-lhe sugestões. É bom saber que alguém vem pedir-nos sugestões – disse Selma Bandeira”<sup>294</sup>. O pensamento das presas políticas sobre o tema foi resumido à frase “Não podemos deixar de manifestar alegria pela anistia, embora parcial”<sup>295</sup>. As sugestões e inquietações delas não foram expostas na matéria, contrastando com a riqueza de detalhes acerca da visita e do debate com os presos políticos da penitenciária de Itamaracá.

Dito isso, inferimos que a dinâmica das relações, das práticas cotidianas, das vivências, experiências e as memórias produzidas por estas mulheres sobre o período em que estiveram como presas políticas na Colônia Penal Feminina do Bom Pastor são distintas, múltiplas e ambíguas, pois contemplam a complexidade das relações, que perpassadas pelo exercício do poder produzem hierarquias, constroem sujeitas/os/es e se criam resistências, abrem-se fendas, praticam-se as burlas. É nesse sentido que, no próximo tópico, nossa lente aguça o olhar para essas memórias sobre as burlas, as resistências, contemplando o inesperado, o singular que ao mesmo tempo contam sobre uma coletividade.

---

<sup>293</sup> Vide em anexo matéria completa. TEOTÔNIO NÃO PERDOA TORTURADOR. Jornal Diário de Pernambuco. Recife, 19 de julho de 1979. Capa. Ano 154. Nº 193. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033\\_15&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=138961](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=138961). Acesso em: 06 de novembro de 2023.

<sup>294</sup> TEOTÔNIO NÃO PERDOA TORTURADOR. Jornal Diário de Pernambuco. Recife, 19 de julho de 1979. Capa. Ano 154. Nº 193. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033\\_15&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=138961](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=138961). Acesso em: 06 de novembro de 2023.

<sup>295</sup> TEOTÔNIO NÃO PERDOA TORTURADOR. Jornal Diário de Pernambuco. Recife, 19 de julho de 1979. Capa. Ano 154. Nº 193. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033\\_15&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=138961](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_15&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=138961). Acesso em: 06 de novembro de 2023.

### 5.3 AS MEMÓRIAS QUE ME CONTAM<sup>296</sup>

Elizabeth Sussekind (2014), ao elaborar sua tese sobre “Estratégias de sobrevivência e de convivência nas prisões do Rio de Janeiro”, utiliza o conceito de prisionização<sup>297</sup> para caracterizar a singularidade do processo de sociabilidade desenvolvido na prisão, a constituição de uma cultura própria do cárcere. Dulce categoriza a prisão como uma instituição total, onde ao tornar-se prisioneira o tempo e o espaço se exercem sem trégua sob esta/e sujeita/o que surge – a/o detenta/o. As vivências construídas na prisão e as experiências produzidas a partir destas, constituem elementos de reconhecimento e de distanciamento, que impactam na produção da memória declarada, no testemunho. Em “O narrador” Benjamin (1985), escreve sobre as dificuldades dos soldados de comunicarem as experiências da guerra, pois como experiência excepcional e traumática era perpassada pela dupla incapacidade de lembrar e de contar de modo a produzir sentido.

“O Narrador” enquanto aquele que, por excelência, fala de experiência comum a todos, ou nas palavras de Benjamin “A experiência que passa de pessoa pra pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores” (BENJAMIN, 1985, p. 198). A comunicação das experiências das presas políticas, por vezes, nos faz pensar neste narrador benjaminiano que, ao constituírem uma narrativa sobre o cárcere, o faz de forma fragmentária, na tentativa de produzir sentidos que alcancem suas/seus ouvintes. Neste mesmo movimento, estabelecem entre si – as presas políticas da Colônia Penal do Bom Pastor – uma relação de cumplicidade, um laço afetivo, um reconhecimento, pois que, ainda que constitutivas de vivências ímpares, se conectam pela experiência comum de terem sido presas políticas na Colônia Penal do Bom Pastor. Diz-nos:

Assim, eu nunca tive irmã, eu tenho quatro irmãos e então aquele convívio ali dentro me deu nove irmãs, por extensão as outras que chegaram lá depois de mim, algumas eu já conhecia de fora outras não, são irmãs do mesmo nível, a sensação que eu tenho é de que eu convivi com todas, apesar de que algumas eu tô vendo pela primeira vez aqui. (LILIA GONDIM, 2011)<sup>298</sup>

---

<sup>296</sup> Referência ao filme “A memória que me contam” da cineasta Lúcia Murat. A obra narra a história de Ana uma ex-guerrilheira e o elo entre um grupo de amigas/os que resistiram à ditadura civil- militar. Na eminência da morte de Ana o grupo se reencontra na sala de espera do hospital onde a personagem principal está internada. A personagem Ana é uma homenagem à Vera Silvia Araújo Magalhães. A MEMÓRIA QUE ME CONTAM. Direção: Lúcia Murat. Roteiro: Lúcia Murat e Tatiana Salem Levy. Produção: Taiga Filmes, Ceneca e Cepa Audiovisual, 2012. Distribuição: Imovision, 2014, 1DVD color./ 95 min.

<sup>297</sup> Conceito criado por Donald Clemmer durante sua pesquisa em 1934, numa prisão em New Jersey nos Estados Unidos. Para ampliar a leitura ler: CLEMMER, D. The prison community. New York: Holt Rinehart and Winston, 1940.

<sup>298</sup> Entrevista de Lilia Gondim. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

A frase “A sensação que eu tenho é de que eu convivi com todas” traz esse sentido da busca pela identificação, do reconhecimento, do compartilhamento de uma experiência em comum. Chegar à Colônia Penal do Bom Pastor, como já analisamos, é narrada pelas protagonistas desta pesquisa como o momento em que reestabeleceram os laços com a vida, ainda que com todas as tensões que a vida no cárcere impõe. Nesse sentido, diz Vera:

Foi assim como chegar no paraíso, embora nenhuma prisão possa ser considerada paraíso, porque sair do DOPS onde vivemos aqueles momentos tão difíceis e chegar no Bom Pastor reencontrar antigas companheiras, sentir o esquema de solidariedade, de cumplicidade, de fraternidade, independente de corrente políticas, que nós éramos de mais diversos partidos, da pluralidade das nossas opções políticas, nós éramos sobreviventes de um processo de prisão e de tortura. (VERA ROCHA, 2011)<sup>299</sup>

Ao rememorar sua chegada à Colônia Penal, Vera traz mais uma camada dessas experiências que conectam essas mulheres, a sobrevivência. Após meses nos órgãos de repressão onde a negação da vida, as “paixões tristes”, como nos diz Deleuze (2002) estavam na ordem do dia. Chegar à Colônia Penal e re-encontrar companheiras de luta e de sobrevivência era potencializar a vida, estabelecer as “paixões alegres”. Ao falar sobre as mulheres da Colônia Penal do Bom Pastor, Eridan nos diz:

Nós, as mulheres do Bom Pastor, que fomos presas na ditadura militar e que cumprimos pena nesse presídio, nós mostramos que as mulheres brasileiras, jovens mulheres, tinham raça, graça, tinha fé e que lutavam, mas que elas não deixaram de fazer coisas que as mulheres fazem, elas não deixaram de sorrir, de brincar e de amar. (ERIDAN MAGALHÃES, 2011)<sup>300</sup>

Ao pensar as mulheres que ficaram encarceradas enquanto presas políticas na Colônia Penal, Eridan nos conecta com o pensamento de dois filósofos, Foucault (1977), quando diz: “Não imagine que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo que a coisa que se combata seja abominável.”<sup>301</sup> E Deleuze (2002), quando ao revisitar o pensamento de Espinoza, lembramos das “potências aumentativas” derivadas dos encontros fortuitos, são estes que potencializaram a capacidade de ação, de criação, de resistência a que Eridan se refere. Ao designar como “coisas que as mulheres fazem”: “sorrir”, “brincar” e “amar”, elenca práticas que potencializam a vida. São essas histórias e as diversas outras que as perpassam que abordaremos nos tópicos que se seguem.

<sup>299</sup> Entrevista de Vera Rocha. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

<sup>300</sup> Entrevista de Eridan Magalhães. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

<sup>301</sup> FOUCAULT, Michel. Introdução à vida não-fascista. Prefácio. In: Gilles Deleuze e Félix Guattari. Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia. Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento. New York, Viking Press, 1977.

### 5.3.1 Yara: uma história nos jornais

A vida de Yara é marcada pelas palavras escritas. Sua principal atividade de militância era a escrita e a organização de jornais, foi também nesse veículo de informação que passagens da sua vida de militante foram impressas. Em seu prontuário individual<sup>302</sup>, no “Termo de declaração”, consta que, em 1966, ao participar de uma Assembleia do Diretório Acadêmico da Escola de Geologia da Universidade Federal da Bahia, foi escolhida para a vaga de Secretária de Imprensa, onde desempenharia a função de “reunir todas as contribuições de artigos e organizar o JORNAL MURAL”<sup>303</sup>. Ao longo de seu depoimento no DOPS-PE, outros jornais são mencionados, a exemplo de “A CHAMA OPERÁRIA” que, segundo consta no documento, Yara havia recebido a tarefa de datilografar o manuscrito da primeira edição do jornal: “A CHAMA OPERÁRIA – ANO I, Nº I – MARÇO DE 70”.

No ato de sua prisão, ironicamente no Dia do Trabalhador, primeiro de maio de 1970, foram encontrados, em sua residência, panfletos, jornais, manuscritos e livros, que foram utilizados para comprovar a sua “subversão”. Era noite, quando a polícia bateu a sua porta, na casa localizada na Rua Silva Ferreira, no bairro de Santo Amaro, no centro de Recife. Estava na companhia de Stéfano, Pery Thadeu Falcón<sup>304</sup> e Paulo Rodrigues do Nascimento<sup>305</sup>, “a queda<sup>306</sup>” se deu a partir de uma denúncia. Era década de 1970, a vigilância havia se entranhado de tal forma na população que cada cidadão se tornou um agente de vigilância contra “o perigo vermelho”, ao rememorar este momento Yara conta:

A repressão chegou, começou a bater na janela, eu nem acreditava, eu achava que era pesadelo, eu falei “ai, eu acho que eu tô tendo um pesadelo” aí o meu noivo, né, no caso, meu companheiro falou “não, né pesadelo não, é a polícia mesmo que tá aí”. E aí eles foram entrando, abriram a porta, começaram a derrubar tudo no chão, jogar roupa na água, fazer aquelas coisas que eles faziam, livro e tudo que tinha da gente, empurrar pra parede, jogar... esse tipo de coisas, e falaram “vocês estão presos, vocês são comunistas, vocês foram denunciados pela sua vizinha... pelo seu vizinho, vocês têm um código aqui” o código era simplesmente um jogo de batalha naval que eu jogava com meu irmão a noite, sempre a gente ficava jogando, e eles...os vizinhos entenderam

<sup>302</sup> PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. Prontuário individual de Yara Falcón. Nº 19.036. 1972.

<sup>303</sup> Termo de Declaração de Yara Falcón. In: PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. Prontuário individual de Yara Falcón. Nº 19.036. 1972.

<sup>304</sup> Pery Thadeu Falcón, irmão de Yara, militante de esquerda, com forte atuação nos movimentos estudantis, tornando-se em 1967, vice-presidente da UNE. Pela perseguição sofrida na capital baiana, migrou para Belo Horizonte onde foi preso em 1969, após quase seis meses encarcerado, passou a responder o processo em liberdade. Para burlar a repressão migrou para Recife, residindo junto a Yara. Informações contidas: PERNAMBUCO. Secretaria da Justiça. Processo Indenizatório. Pery Thadeu Falcón. Nº 214/01.

<sup>305</sup> Paulo Rodrigues do Nascimento, pernambucano, militante do Partido Operário Comunista (POC).

<sup>306</sup> Termo utilizado pelas/os militantes para designar o momento da prisão. No livro “Mergulho do passado: a ditadura que vivi” o capítulo em que narra o episódio de sua prisão é nomeado “A queda”.

que era um código subversivo e esse tal estudante de medicina na época ele nos denunciou. (YARA FALCON, 2011)<sup>307</sup>

Preso durante o governo do ditador Emílio Garrastazu Médici, lembra o slogan propagado pelo governo: “Brasil, ame-o ou deixe-o”, que com adesão da população e patrocinado por parte do empresariado, a expressão estampava adesivos que confeccionavam carros, e podia ser ouvida nas vinhetas propagadas pelas redes televisivas e nas rádios. A prisão de Yara e de seus companheiros de militância explicita o efeito produzido pelas propagandas ufanistas, que criou um estado de vigilância permanente entre a população.

Levada para o DOPS-PE, onde foi interrogada e sangrou por quatro dias sem assistência médica, hemorragia, possivelmente, produzida por um aborto. Com interrogatórios constantes, onde posta sentada numa cadeira giratória, que rodopiavam por longos períodos, causando-lhe perda do equilíbrio e desorientação, sem dormir, sem comunicação externa, e tendo o corpo queimado por pontas de cigarro, Yara conta que ficou entre a escolha impossível, aquela que aterrorizava as/os militantes: a tortura ou a delação das/os companheiras/os. Entendendo os limites do corpo e envolta por um ideal e compromisso com as/os demais militantes, ameaçada, por Luiz Miranda<sup>308</sup>, de ser levada para a cadeira do dragão e pau-de-arara, pôs-se a pensar em formas de barrar as torturas, ou ao menos conseguir um tempo para recompor-se. Em seu livro autobiográfico, Yara intitula esse evento de “suicídio anunciado” e narra:

Pedi a uma das minhas colegas de prisão, Madalena<sup>309</sup>, que me emprestasse uma lâmina para eu fazer as axilas. Fui ao banheiro e lá cortei a pele em cima dos pulsos de forma que sangrasse um pouco. Saí do banheiro, que ficava no primeiro andar do prédio da Secretária, com os braços enrolados em uma toalha. Para chegar ao banheiro, atravessávamos um corredor estreito fechado com grade de 70 cm que dava para um pátio no térreo. Lá ficavam o buque dos companheiros e alguns serviços como o de identificação. Nesse dia havia muita gente tirando carteira de identidade. No corredor de volta para o sótão cela, parei repentinamente e retirei a toalha dos braços. Mostrando os pulsos com sangue, gritei para o público que estava sendo vítima de tortura, que eu era presa política e lutava contra a ditadura. (FALCON, 2008, p. 119).

A ação pegou os guardas de surpresa. O efeito pretendido foi alcançado, Yara conseguiu tempo para se reestabelecer mentalmente e para se ambientar, recebeu conselhos de outro preso político de como agir nos interrogatórios, o que, segundo ela, foi de grande ajuda. Quando, no auge do desespero, resolveu encenar um suicídio e utilizar a cena dramática de seus pulsos

---

<sup>307</sup> Entrevista de Yara Falcón. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

<sup>308</sup> Luiz Martins de Miranda Filho, policial e investigador, conhecido pelas torturas que praticou no DOPS-PE. Foi identificado e acusado por militantes de esquerda de estar envolvido em diversas mortes de presas/os políticas/os.

<sup>309</sup> Em seu livro “Mergulho no passado: A ditadura que vivi”, Yara Falcón utiliza nomes fictícios para uma parcela das/os personagens.

ensanguentados para denunciar as torturas que enfrentava junto a outras/os presas/os políticas/os no DOPS-PE, não imaginou que na parte inferior daquele prédio onde funcionava a confecção de documentos como carteiras de identidades – portanto, espaço aberto ao público – estaria um jornalista que amplificaria sua voz e pedido de socorro. Yara narra que:

Eu cortei, aí quando eu vi o sangue caindo eu coloquei a toalha em cima e sai, ficava sempre um guarda esperando a gente, pra sair e levar lá, né, tudo acompanhado. Então, quando eu cheguei na varandinha que dava, que o pessoal tava tirando carteira de identidade, eu deixei a toalha cair, mostrei os pulsos, falei olhe, aqui, o que eles estão fazendo com os presos políticos, as torturas que nós estamos sendo submetidos aqui. Aí um corre! Corre! Corre! os guardas me pegaram, leva! leva! leva! Mas, num sei... alguém tirou uma foto que eu soube que saiu essa foto no L'Express na época, nunca vi, mas me disseram que saiu (YARA FALCON, 2011)<sup>310</sup>.

A ação de Yara tomou maiores efeitos, em 1970, as denúncias sobre as torturas repercutiam fora do país. Dom Helder Câmara projetava-se como uma forte figura no combate à violência perpetrada pela ditadura, o que lhe rendeu o apelido de “Arcebispo vermelho”<sup>311</sup> em matéria publicada no jornal Diário de Pernambuco, em maio de 1970. No Informativo Econômico escrito por Marco Aurélio de Alcântara, sob o título de “Espantalhos”, Dom Helder Câmara e as secas que assolavam o Nordeste foram taxados de espantalhos da nova imagem que o Nordeste tentava projetar para o Sul do país e para o exterior, adjetivado de proselitista, o arcebispo de Recife foi criticado por levar às manchetes francesas as denúncias de “miséria, fome, violência e tortura no Brasil”<sup>312</sup>.

Essa matéria não é uma exceção, no jornal Diário de Pernambuco, diversas outras matérias, reportagens e artigos mencionam as denúncias sobre torturas a presas/os políticas/os que circulavam fora do país. O discurso construído pelo jornal é de que tais denúncias são infundadas e caluniosas. Em linhas finais da matéria “Espantalhos”, Marco Aurélio Alcântara escreve “aliás, os prejuízos que certos meios intelectuais e jornalísticos da França têm contra o Brasil são notórios, desde março de 64”<sup>313</sup>. A crítica a jornais e intelectuais franceses passa a ser comum no periódico supracitado, em matéria publicada sob o título de “Insidiosa propaganda contra o Brasil”, dia 06 de maio de 1970, Orlando Moraes escreve sobre as denúncias propagadas no exterior, principalmente sobre os temas “genocídios contra índios” e

---

<sup>310</sup> Entrevista de Yara Falcón. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

<sup>311</sup> ALCÂNTARA, Marco Aurélio de. Espantalhos. Jornal Diário de Pernambuco. Primeiro caderno. Sábado, 30 de maio de 1970. p. 7.

<sup>312</sup> Idem.

<sup>313</sup> Ibidem.

“torturas a presos políticos”<sup>314</sup>, entre os citados na matéria, está Michel de Certeau, o qual havia denunciado que “em agosto último dúzias de membros dos sindicatos do Nordeste foram presos e LIQUIDADOS”<sup>315</sup>. O autor da matéria segue o texto, cobrando comprovações de tal acusação.

Outro alvo de crítica recorrente nas páginas do Diário de Pernambuco é a revista L’Express, conhecida por seu discurso anticolonialista, a revista ampliou o quadro de leitoras/es entre o público jovem na França, por denunciar as torturas praticadas pelo exército Francês na Guerra de Independência da Argélia, até a década de 1970 era taxada de revista de esquerda<sup>316</sup>. O posicionamento crítico à ditadura no Brasil e as denúncias vinculadas pela revista francesa eram constantemente atacadas nas páginas do jornal pernambucano. A estas, soma-se a protagonizada por Yara.

Após o evento “da falsa tentativa de suicídio”, Yara foi atendida por um estudante de medicina a quem contou que estava presa e incomunicável, pedindo-lhe ajuda. Presa em decorrência da acusação efetuada também por um estudante de medicina, ironicamente foi graças à solidariedade do jovem que Yara conseguiu comunicar à família de sua prisão.

Transferida para a Colônia Penal do Bom Pastor, no dia 27 de junho de 1970, junto à Cleusa Maria Aguiar<sup>317</sup>, Maria Teresa Villaça e Vera Striguini<sup>318</sup>, onde ao chegarem encontraram-se com Ana Maria Medeiros<sup>319</sup>, Helena Serra Azul, Lilia Gondim e Eridan

---

<sup>314</sup> MORAIS, Orlando. Insidiosa propaganda contra o Brasil. Jornal Diário de Pernambuco. Primeiro Caderno, quarta feira, 06 de maio de 1970. p. 4.

<sup>315</sup> Idem.

<sup>316</sup> A revista L’Express foi fundada em 1953 por Françoise Giroud e Jean-Jacques Servan-Schreiber, a revista contou com importantes colaboradores a exemplo de Albert Camus e Jean-Paul Sartre. A partir de 1964 adotou o modelo de revista semanal de informação, o que levou a perda de colaboradores. Com a entrada de Servan-Schreiber na vida política partidária em 1971 houve a perda de jornalista que saíram para fundar Le point. A década de 1970 foi conturbada para L’Express, a perda de colaboradores e jornalistas importantes e uma nova mudança editorial que a partir de 1974 passa a fazer publicações engajadas contra o gaullismo. Em 1977 a revista é vendida ao financista Jimmy Goldsmith. Com uma completa mudança de pessoal no início da década de 1980 a orientação editorial passa a se posicionar à direita.

<sup>317</sup> Cleusa Maria Aguiar, nascida em Porto Alegre – RS, militante da Fração Bolchevique-Trotskista do Partido Operário Revolucionário, formada a partir da dissidência da Quarta Internacional. Migrou para Recife-PE, junto a seu marido Erico Dornelles, por ordem do partido, e foi presa em abril de 1970. Para maiores informações, ler: SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante. **Memórias femininas no Bom Pastor- PE**: gênero, repressão, resistência durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

<sup>318</sup> Vera Striguini, nascida em Cachoeira do Sul – RS, foi integrante da Quarta Internacional Posadista. A partir de 1969, com as divergências internas do partido, passou a integrar a Fração Bolchevique-Trotskista do Partido Operário Revolucionário, migrou para Recife para organizar a Conferência Regional do Nordeste da Fração Bolchevique Trotskista, presa em abril de 1970. Para maiores informações ler: SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante. **Memórias femininas no Bom Pastor – PE**: gênero, repressão, resistência durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

<sup>319</sup> Ana Maria Medeiros da Fonseca, nascida em Fortaleza, militante da Ação Popular, migrou para Recife em 1969 com objetivo de desenvolver o trabalho do partido integrada em fábricas ou na Zona da Mata canavieira, foi presa em outubro do mesmo ano. Para maiores informações, ler: SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante. **Memórias femininas no Bom Pastor- PE**: gênero, repressão, resistência durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

Magalhães. Aliviada por estar, apenas, entre mulheres, longe dos olhares dos guardas do DOPS-PE, livre da humilhação de ser vista, por eles, enquanto trocava de roupa, Yara conta-nos que a figura masculina ficou associada ao medo, insegurança, violência, pois, ao ser submetida a torturas físicas e psicológicas, os homens foram seus algozes. Assim, a imagem e semelhança de seus torturadores não se faziam presentes na Colônia Penal, produzindo, não apenas em Yara, mas em outras presas políticas, a sensação de segurança.

Um marcante capítulo da passagem de Yara na Colônia foi a realização de seu casamento com Stéfano Brito Lins. O romance começou no cotidiano de militância política, militantes pelas causas operárias, conheceram-se em Recife-PE quando articulavam o Partido Operário Comunista (POC). Com pouco tempo de namoro passaram a morar juntos, de família conservadora em seus costumes, esse modo de vida de Yara foi questionado por sua família, que cobrou-lhe o casamento.

O enlace matrimonial ocorreu dia 28 de agosto de 1970, para sua realização, foi necessária a autorização do auditor da 7ª Circunscrição Judiciária Militar Antônio Carlos Seixas Teles<sup>320</sup>, a celebração religiosa realizou-se na Capela do Bom Pastor conduzida pelo padre Bernardo Walterink e, após a cerimônia, houve uma recepção com comes, bebes e músicas “alegres e sacras” informa a matéria de capa do jornal Diário de Pernambuco<sup>321</sup>. Na crença de que a resistência é constante, sem trégua, cotidiana, um evento como este não passaria sem as burlas. A criatividade se expressou na marcha nupcial, tocada por Vera Striguini no piano da capela do Bom Pastor, Yara casou-se ao som do Hino da Internacional Comunista. Vera Striguini conta que a cada nota crescia o medo de que os militares presentes<sup>322</sup> reconhecessem a música, pois se sabia que se assim ocorresse seriam gravemente punidas.

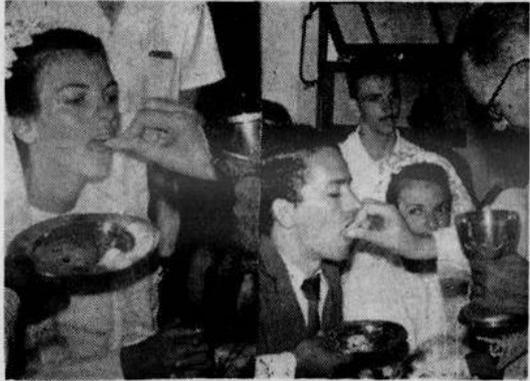
As imagens da figura 20 e 21 são do fotógrafo Maurício Coutinho e compõem a matéria que estampou a capa do Diário de Pernambuco no domingo, dia 30 de agosto de 1970, sob o título de “Emoção no nupcial dos terroristas”, a matéria detalhada abordou as negociações da imprensa com a família para conseguir autorização para presenciar a cerimônia até os detalhes da celebração. De vestido branco, costurado pelas presas comuns, uma rosa vermelha na mão e acompanhada por seu irmão Peri Thadeu, também preso político, Yara foi levada até Stéfano que a esperava diante do altar.

---

<sup>320</sup> Justiça diz hoje se Iara e Stéfano são subversivos. Diário de Pernambuco. Recife, 18 de setembro de 1970. Capa.

<sup>321</sup> OLIVEIRA, Gildson. Emoção no nupcial dos terroristas. Diário de Pernambuco. Recife, 30 de agosto de 1970. Capa.

<sup>322</sup> Segundo Vera Striguini havia integrantes do DOPS-PE e da auditoria militar com o objetivo de manter a ordem e evitar fugas. Entrevista de Vera Striguini. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

<p>Figura 20: Entrada da noiva na Capela</p>	<p>Figura 21: A noiva e o noivo recebem a hóstia.</p>
 <p><b>CHEGA A NOIVA</b> Conduzida pelo irmão, também terrorista, a noiva chega solenemente ao altar. Não houve atraso: ela foi pontual e estava bonita.</p>	 <p><b>A HÓSTIA SAGRADA</b> Contritos, Iara e Stéfano receberam a sagrada comunhão</p>
<p>Fonte: Jornal Diário de Pernambuco, 1970.</p>	<p>Fonte: Jornal Diário de Pernambuco, 1970.</p>

Na imagem da figura 22, a fotografia imortalizou o momento da recepção do noivo e da noiva. Após a cerimônia religiosa, uma mesa posta com comeres e bebidas alegrou a celebração que contou com a presença das presas comuns, presas políticas e, ainda que em número restrito, familiares de Yara e de Stéfano e das demais presas políticas que estiveram presentes, além das/das religiosas/os.

Figura 22: Recepção do casamento



Fonte: Vou contar para meus filhos. 2011.

O casamento de Yara ganha algumas camadas de sentido e complexidade por tratar-se também de um evento político. De um lado, a autorização do casamento foi mobilizada pela ditadura como uma propaganda positiva, contrastando com as denúncias de torturas noticiadas nos meios de comunicação da Europa e Estados Unidos da América, que começavam a

reverberar no Brasil. Não por acaso, a celebração estampou as páginas do jornal Diário de Pernambuco, o acompanhamento midiático a este evento perdurou mesmo depois de ocorrido, cada vez que o caso judicial de Yara e Stéfano era noticiado, fazia-se menção ao casamento na Colônia Penal. Em publicação de 18 de setembro de 1970, na matéria “Justiça diz hoje se Iara e Stéfano são subversivos”<sup>323</sup>, quatro pessoas seriam julgadas neste dia, informa o jornal, porém, o nome de Yara e Stéfano foi destacado no título, talvez como pretexto para no subtópico “Casamento” relembrar a cerimônia, ou seja, ao acompanhar as páginas do periódico, percebemos como esta celebração foi exaustivamente utilizada para construir uma imagem docilizada da prisão e demonstrar o discurso de benevolência exercida pelos militares.

Para as freiras do Bom Pastor, a realização do casamento era um exemplo a ser seguido, pois que Yara deixava de viver em “pecado”, oficializando “diante de Deus e dos homens” a formação de uma família abençoada por Deus e consoante com padrões sociais vigentes. O casamento no religioso, símbolo da domesticidade e monogamia, era a expressão do que se queria produzir de efeito nesta instituição, principalmente para as presas comuns, ainda mais para a parcela de mulheres empobrecidas que na busca de subsistência recorreram ao trabalho como prostitutas.

Para Yara, era a possibilidade de continuar vendo seu companheiro, tendo em vista que, pelas regras da auditoria militar, só poderiam sair para visita as presas que fossem oficialmente casadas. Não havia visita íntima na Colônia Penal, de modo que Yara é quem se deslocava até a Casa de Detenção, o que lhe possibilitava visitar Peri, seu irmão, detido nessa instituição. Para a família da noiva, o casamento trazia satisfação, já que não concordavam com os noivos morando juntos sem contrair matrimônio. Para Yara, a decisão do casamento foi estratégica à medida que era a forma de manter contato, aplacar a saudade de Stéfano, mas também possibilitava a circulação das informações entre as duas instituições Colônia Penal e Casa de Detenção. Ou seja, era também uma forma de burlar o isolamento instituído pelo sistema carcerário e de continuar sentindo-se ativa na militância.

### **5.3.2 Helena: Uma prisão a dois**

Quando Helena Serra Azul foi detida nas ruelas do Engenho Bom Destino, em São Benedito do Sul, Quipapá- PE, no dia 15 de outubro de 1969, e levada para o DOPS-PE, havia um elemento a mais a ponderar em sua vida. A instabilidade de ter sido presa na condição de

---

<sup>323</sup> Justiça diz hoje se Iara e Stéfano são subversivos. Diário de Pernambuco. Recife, 18 de setembro de 1970. Capa.

clandestina deixava-a com poucas opções para defender-se e negar as acusações. No dia da prisão, seu marido Francisco das Chagas Monteiro – Chico – foi o primeiro a ser apreendido, o que possibilitou à Helena queimar todo o material incriminatório que estava em posse de ambos, os livros de Mao – Tse – Tung e de Lênin, além dos documentos falsos do qual faziam uso. Algumas horas depois, a polícia do exército voltou para prendê-la e, junto ao Chico, foi levada para o DOPS-PE.

Na situação em que se encontravam, o simples ato de dizer o próprio nome era incriminatório, pois era difícil organizar uma narrativa plausível que explicasse o motivo pelo qual dois estudantes de medicina estavam vivendo como camponeses nas ruelas do Engenho. Conta Helena que, apavorada e sem saber o que dizer, ficava completamente calada durante os interrogatórios. Diante de tal circunstância, Ana Maria Medeiros, estrategicamente, contou, no interrogatório, que Helena estava grávida, que o fato era de conhecimento da família, e que seu pai era Celso Serra Azul, reconhecido advogado e com rede de contatos na Secretaria da Fazenda do Ceará.<sup>324</sup> Possivelmente, por esses dois motivos – a gravidez de conhecimento público e a rede de relações de seu pai – Helena diz ter sofrido menos violência física, a tortura que lhe impuseram foi, sobretudo, psicológica:

Agora é um negócio que até hoje me traumatiza muito, eu não gosto de falar desse negócio, mas eu posso falar assim por alto, sabe... eles torturavam os meninos todinhos, por exemplo, o que eles faziam sistematicamente era todos os meus depoimentos eram a noite de madrugada, alguns dias não deixavam eu dormir, eles chamaram uma vez um médico porque eu comecei a sentir muita cólica, né, o médico simplesmente chegou, jogou um remédio em cima de mim, eu disse que não tomava o remédio porque eu não sabia quem era ele, o que é que ele tava fazendo ali. E torturaram o Chico na minha frente e é um negócio complicado porque você se sente como se você fosse culpada (HELENA SERRA AZUL, 2011)<sup>325</sup>.

As torturas psicológicas sofridas por Helena produziram um sentimento de culpa nela e o medo da perda. Ao narrar que Chico havia sido torturado na sua frente, com olhos marejados, relembra a sensação de culpa que sentia no DOPS ao ver seu marido sendo torturado, ouvir os gritos das/os companheiras/os de militância sob tortura, e ver suas/eus corpos/os machucadas/os, ensanguentadas/os, algumas/ns no limiar entre a vida e a morte. A impotência diante dos torturadores e da dor de suas/seus companheiras/os e a culpa por não compartilhar com elas/eles o peso das torturas físicas. Um sentimento que, segundo Helena, é inexplicável, pois racionalmente sabia não ter culpa, mas esse sentimento não lhe abandonava.

---

<sup>324</sup> Entrevista Helena Serra Azul, à autora, dia 20/05/2021.

<sup>325</sup> Entrevista de Helena Serra Azul. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

Outro sentimento constante nela foi o medo da perda, a perda do filho que gestava, pois, as ameaças de aborto se faziam presente nas falas dos torturadores. As condições em que se encontrava no DOPS-PE, incomunicável, portando apenas a roupa que vestia, sem dormir e em constante estado de alerta, reverberou em sua corpa que deu sinais de adoecimento, as cólicas intensas e o medo de abortar, a insegurança produzida pelas ameaças de aborto a impediu de tomar o medicamento receitado pelo suposto médico.

O estado de vigilância constante derivava das abruptas mudanças, a vulnerabilidade a que estavam expostas/os no DOPS mantinha todas/os em alerta constante, para que rapidamente pudessem reagir. Helena lembra do dia em que, após o desbaratamento de um aparelho, documentos que comprometiam Ana e Chico foram encontrados, ambos passaram a ser reinquiridos e ameaçados. Da sua cela, Helena avistou quando Luiz Miranda retirou Chico da cela dele, levando-o escada a baixo, o que podia significar que iriam retirá-lo do prédio do DOPS, essa ação era temida pelas/os presas/os, pois essas companheiras/os tornavam-se desaparecidas/os a partir dessas ações, consciente da precarização da vida de Chico naquele momento, a estratégia foi fazer ecoar as vozes e mostrar que todas/os as/os presentes ali estavam vendo o deslocamento daquela/e presa/o, ou seja, a ação estava sendo testemunhada<sup>326</sup>.

Transferida, junto à Ana Maria Medeiros, para a Colônia Penal do Bom Pastor, no dia 24 de novembro de 1969, dia de seu aniversário, a data tornou-se marcante na vida de ambas. Segundo narra Helena, a transferência se deu pela intervenção realizada por Dom Basílio Penido, o abade ao visitar as instalações do DOPS-PE, para reconhecimento de um padre que havia sido preso, tomou conhecimento da presença delas e passou a visitá-las. Em uma de suas visitas, encontrou Ana tão machucada das torturas que não conseguia andar e Helena abatida. Segundo Helena, o beneditino enfrentou o Secretário de Segurança Pública, pedindo a imediata transferência delas para a Colônia Penal ou denunciaria aos órgãos internacionais, a exemplo da Anistia Internacional, as condições precárias às quais estavam sendo submetidas<sup>327</sup>. A transferência foi realizada neste mesmo dia da visita de Dom Penido, que continuou a visitá-la na Colônia Penal.

Helena ficou presa na Colônia de 24 de novembro de 1969 a 4 de outubro de 1971, durante estes quase dois anos, as vivências que marcaram sua vida foram divididas com suas companheiras de encarceramento. Dos nove meses que gestou Manoel, pouco mais de cinco meses foram vivenciados na Colônia Penal do Bom Pastor, compartilhando o processo com as demais presas políticas. Dias antes da data provável do parto, Helena sofreu um acidente ao

---

<sup>326</sup> Entrevista Helena Serra Azul, à autora, dia 20/05/2021.

<sup>327</sup> Idem.

escorregar na área molhada da lavanderia, por precaução as freiras decidiram levá-la à maternidade pública localizada no bairro de Casa Amarela. Manoel nasceu dia 17 de maio de 1970, de parto natural e sem complicações. Segundo Helena, Madre Emília, diretora da Colônia, ao buscá-la no hospital informou que já havia dialogado com o diretor da Casa de Detenção para que Chico pudesse conhecer o filho, saíram da maternidade e foram até a Casa de Detenção, onde Chico e Manoel encontraram-se pela primeira vez.

Na Colônia Penal, Helena e Manoel Carlos foram recebidos com carinho pelas demais presas políticas. O berço montado e ornamentado foi o singelo gesto de acolhimento para a vida que se iniciava na intempérie, Manoel recebeu o apelido de Calanguinho, por ser muito pequenino. Durante seus primeiros oito meses, foi criado pelo coletivo de mulheres que se revezavam na divisão dos cuidados, seus primeiros vínculos afetivos foram com suas “tias postizas”, vínculo que mantém com algumas até hoje.

<p>Figura 23: Helena e Manoel</p>	<p>Figura 24: Manoel no berço da Colônia Penal do Bom Pastor</p>
	
<p>Fonte: Vou contar para meus filhos. 2011.</p>	<p>Fonte: Vou contar para meus filhos. 2011.</p>

Seguindo a cartilha da militância, mas, sobretudo pela solidariedade e irmandade que desenvolveram no espaço prisional, Manoel tornou-se responsabilidade de todas, criado pelo coletivo: “Calanguinho foi assim filho de dez mulheres, uma pariu e dez tomaram conta”<sup>328</sup>. Passou seus primeiros oito meses de vida na prisão, onde galgou seus primeiros passos no

<sup>328</sup> Entrevista de Lilia Gondim. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

mundo, mas também onde suas crises convulsivas iniciaram. Por questões de saúde e pela intensificação da repressão, no final da década de setenta, o primogênito de Helena foi levado pela família para Fortaleza, onde passou a residir com as/os avós. Com a separação entre mãe e filho, o quadro de saúde da criança piorou, o fazendo retornar à Colônia para ficar junto à mãe. Helena lembra-se que “o interessante é que ele conhecia a gente tudinho, não estranhava, quando ele chegou era como se ele tivesse na casa dele”<sup>329</sup>.

A passagem de Manoel pela Colônia Penal do Bom Pastor marcou profundamente a memórias de quem dividiu com ele este espaço, ao serem interpeladas sobre as memórias do cárcere este é um ponto comum nas narrativas, o ambíguo sentimento de revolta ao recordarem que uma criança iniciou a vida já tendo sua liberdade cerceada e os sorrisos que tomam seus rostos ao falarem do convívio e do cuidado cotidiano nutridos de carinho que destinaram a este pequeno ser. Yara, em sua autobiografia escreveu que, “O presídio estava em festa! Parecia estarmos sonhando. Sentimo-nos em paz. Quanta alegria!”<sup>330</sup>, referindo-se a sua chegada na Colônia no mesmo dia da celebração de batizado de Manoel Carlos, que, segundo Helena, foi realizada por Dom Penido.

No relato de memória de Yara, a existência de Manoel aparece como um potencializador da vida. Ao sair do ambiente hostil e chegar à Colônia, onde continuaria tendo sua liberdade cerceada, ela se depara com um ambiente festivo, de modo que o ambiente potencialmente produtor de servidões diminutivas, nos termos de Deleuze (2002), naquele momento, foi encontro fortuito, potencializou afetos alegres, possibilitou a tessitura de memórias felizes, a contemplação da vida que mesmo no ambiente hostil se desenvolvia.

Com sentença reformulada pela Justiça Militar<sup>331</sup>, Helena saiu da Colônia Penal, no dia quatro de outubro de 1971. De volta à Fortaleza, tentaram reestruturar a vida, passaram a residir na casa de Alexandrino Monteiro e Margarida Dias Monteiro, pai e mãe de Chico. A decisão levou em consideração a indicação médica sobre a readaptação de Manoel (à época com 1 ano e cinco meses) ao convívio com a mãe e o pai. Helena não sabe precisamente dia e mês, mas lembra-se que pouco tempo após ter retornado a capital cearense tiveram sua casa invadida pela polícia.

A cena aterrorizante do pequeno Manoel nos braços da avó, com armas apontadas para si, na operação armada que resultou na prisão de Helena e Chico. Libertados quinze dias depois,

---

<sup>329</sup> Entrevista de Helena Serra Azul. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

<sup>330</sup> FALCON, Yara. Mergulho no passado: a ditadura que vivi. Maceió: Livro Rápido, 2007.

<sup>331</sup> A sentença inicial era de 3 anos de reclusão por infração ao artigo 43 e 2 anos de reclusão por infringir o artigo 45. Foi reformulado para 2 anos de reclusão pelo artigo 43 e absolvição no artigo 45, ambos da lei nº 898/69.

a ação injustificada e deliberada é a expressão do estado de exceção, o homo sacer conceituado por Agamben (2010), o poder de punir demonstrando seu direito sobre a vida e a morte, reafirmando a vulnerabilidade que ambos estavam expostos mesmo após cumprimento de pena.

Nas memórias sobre a prisão, o limiar entre vida e morte é constante. Produzidas pela lei, apregoada pelos Atos Institucionais, a exemplo do AI-5 e do AI-14, mas, sobretudo, pelo cotidiano engendrado no medo, as ameaças, os gritos das/os companheiras/os sendo torturadas/os, pelas manchas nas/os corpos/os que não permitiam esquecer o tempo sem horas de duração das torturas, as notícias de que mais uma/um companheira/o havia desaparecido ou estava morta/o. Esse limiar é convergente no testemunho daquelas/es que passaram pelos órgãos de repressão.

### **5.3.3 Vera: itinerários da militância**

Após a troca de tiros que resultou na prisão e hospitalização de Nancy Mangabeira Unger e na prisão de Francisco de Assis de Barreto da Rocha Filho – Chico de Assis – e Vera Rocha no dia dezesseis de julho de 1970, como vimos no capítulo anterior. Francisco e Vera foram conduzido/a para o DOPS-PE. Chico de Assis, que já havia sido preso em 1967, acusado de integrar o Partido Comunista Brasileiro (PCB), era conhecido no Recife por sua militância política. Reconhecido pela repressão, as torturas físicas assolaram seu corpo já no camburão da polícia<sup>332</sup>. Advindas de outros Estados, Vera e Nancy não eram conhecidas pelos órgãos de Segurança de Pernambuco, de modo que o procedimento inicial dos agentes da repressão era descobrir a identidade de ambas.

As primeiras horas e dias após a prisão compõe um dramático quadro para as/os militantes. A incomunicabilidade precarizava a vida de quem havia sido presa/o, pois, como afirmou Dulce Pandolfi<sup>333</sup>, era principalmente, nesse momento, que as mortes por tortura e os desaparecimentos aconteciam. Sem rede de apoio familiar no Recife, a situação de Vera tornava-se ainda mais grave, pois só podia contar com seu marido, também militante, e as/os companheiras/os de partido para procurá-la, o que poderia ser demorado e tinha de ser realizado de forma discreta. Esse momento também enfraquecia o sistema de segurança das organizações e dos partidos, pois os aparelhos que haviam sido descobertos, ficavam sob vigilância, para que mais prisões fossem realizadas. Outro complicador era a apreensão de materiais que poderiam

---

<sup>332</sup> Entrevista de Vera Rocha. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

<sup>333</sup> Entrevista de Dulce Pandolfi, à autora, dia 07/06/2021.

conter informações importantes sobre as ações a serem executadas e/ou informações sobre integrantes, além da possibilidade de sob tortura as/os presas/os fornecerem informações.

Nesse processo de publicizar suas prisões, mas uma vez um encontro fortuito foi a tábua de salvação. Baleada pela polícia, Nancy foi levada ao Hospital Militar, onde gravemente ferida foi submetida a procedimento cirúrgico, pela gravidade de seu estado de saúde, o médico lhe pediu que se identificasse para que ele entrasse em contato com sua família. Nancy revelou ao médico o nome de sua mãe Edyla Mangabeira Unger, segundo Vera,<sup>334</sup> tal informação foi repassada a Dom Helder Câmara, que se encarregou para que a notícia chegasse à endereçada.

No jornal Diário de Pernambuco, a prisão de Nancy, Chico e Vera foi noticiada no dia 24 de julho de 1970, oito dias após a detenção, sob o título “Prisão de terroristas evita sequestro de cônsul dos Estados Unidos no Recife”<sup>335</sup>, na matéria de capa foi exposta a carteira de identidade de Nancy e Vera e a carteira de profissional de Chico de Assis, ambos documentos com foco na fotografia 3x4, objetivando identificar as/o acusadas/o. Se por um lado a matéria produzia essas/es militantes como terroristas, por outro lado retirava do anonimato a prisão delas/es, diminuindo assim a possibilidade de assassinato e/ou desaparecimento.

No período de aproximadamente dois meses que passou no DOPS-PE, Vera prestou diversos depoimentos, alguns desses contendo informações sobre sua militância, sobre o plano de rearticulação do PCBR em Recife e sobre os planos de sequestro de uma autoridade estrangeira que ocorreria na capital pernambucana. Os depoimentos de Vera sofreram mudanças significativas ao longo desses dois meses; a presença, ausência e a troca de advogado; as pressões e torturas, principalmente psicológicas são fatores que interferem de forma veemente nos interrogatórios.

Tais depoimentos de Vera, mas, sobretudo os de Chico de Assis, foram duramente criticados por Nancy. No documento datilografado de cinco laudas, que se inicia por: “Tenho muita [ilegível] a lhes dizer sobre vários assuntos. Vamos por partes: 1 – Análises s/o comportamento na prisão. 2 – Minha Posição sobre a fuga. 3 – A situação aí fora”<sup>336</sup>. Endereçado a/aos companheiras/os de partido, escreve: “B) A MENINA – Acho que embora ela não tenha traído o P. como o menino traiu, ela teve um comportamento de vacilação. Ela se deixou envolver pelo fato de a polícia ter muitas provas, pela confissão do Mago, etc”<sup>337</sup>. Mas,

---

<sup>334</sup> Entrevista de Vera Rocha. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

<sup>335</sup> Prisão de terroristas evita sequestro de cônsul dos Estados Unidos no Recife. Diário de Pernambuco. Recife, 24 de julho de 1970. Capa. Nº 173, ano 145.

<sup>336</sup> Documento nº 2933/81

<sup>337</sup> Documento nº 2933/81

adiante escreve: “Acho que ela teve vacilações bastantes sérias e isso sem ser torturada. E se fosse?”<sup>338</sup> A crítica e autocrítica contundente de Nancy é a expressão da rigidez e da completa abnegação que se esperava da/o militante em prol do partido, mas que negligenciava a vulnerabilidade da vida humana diante dos diferentes tipos de violência.

Em depoimento na Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, no dia oito de outubro<sup>339</sup>, Vera denuncia:

[...] que das testemunhas arroladas na denúncia conhece apenas a de nome Mauri<sup>340</sup> que é auxiliar do Dr Ordonito<sup>341</sup> no DOPS; que tem a alegar contra essa testemunha haver a mesma coagido psicologicamente a interrogada; [...] perguntada se além das coações psicológicas a interrogada sofreu qualquer outro atentado – respondeu que além das coações psicológicas uma vez seguraram a roupa da interrogada e afirmaram que a mesma ficaria despida e noutra oportunidade seguraram a coxa da interrogada afirmando a si que ela confessaria.<sup>342</sup>

Ao final desse documento, acrescenta-se:

EM TEMPO – Que a interrogada quer ainda declarar que além dos vexames já referidos ao responder perguntas do juiz capitão Artur Carneiro tem ainda a dizer: que numa noite o Dr Almir deixou a interrogada trancada numa sala com um policial sob ameaça de que seria ela violentada; que Dr Silvestre ameaçou colocar a interrogada no bouc (sic) junto aos presos comuns; que o fato de ter sido a interrogada segurada por suas vestes, com ameaça de ficar despida foi praticado pelo Dr Gibson; que ainda foi dito a interrogada pelo Dr Samico e Cel Vilock disseram que a interrogada terminaria confessando.<sup>343</sup>

Nas denúncias efetuadas por Vera, o componente da violência de gênero é central, utilizadas, majoritariamente, sobre as mulheres, as ameaças sexuais eram empregadas para produzir medo, humilhação e destituí-la do direito sobre sua corpa. O que não descarta a possibilidade de as ameaças serem feitas com intenção de serem cumpridas. Pois que, como afirma Mariana Joffily (2016), a violência sexual constituiu “uma categoria particular na repressão política”. Pouco abordada e silenciada pelas vítimas, essa violência tem sido pouco elaborada nos espaços públicos. Joffily (2016) aponta para o fato de que a tortura investida de significado político dignificava a vítima, porém, o crime sexual borrava a fronteira entre o privado e o público, de modo que foi subjetivamente entendido, por significativa parcela das

<sup>338</sup> Documento nº 2933/81

<sup>339</sup> Documento da 7ª Auditoria Militar anexo ao prontuário individual de Vera Rocha. PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. Prontuário individual de Vera Rocha. Nº 19.065. 1970. Arquivo: BR\_PEAPEJE\_DPE\_O\_PRT\_IND\_18806.

<sup>340</sup> Trata-se de Mauri Antônio Figueiredo à época delegado-adjunto da Delegacia de Ordem Política e Social. Em alguns documentos aparece uma variação em seu nome para Mauni.

<sup>341</sup> Ordolito Azevedo à época diretor do Departamento de Ordem Política e Social. Em alguns documentos aparece uma variação em seu nome para Ordonito.

<sup>342</sup> Documento anexo ao prontuário individual de Vera Rocha. PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. Prontuário individual de Vera Rocha. Nº 19.065. 1970. Arquivo: BR\_PEAPEJE\_DPE\_O\_PRT\_IND\_18806.

<sup>343</sup> Idem.

vítimas, como do âmbito privado e não como uma violência de Estado, de ordem política. À essa violência pesava/pesam as concepções sociais sobre os crimes sexuais, assim afirma a autora: “trata-se de um tipo de violência que estabelece a vergonha do lado da pessoa violada” (JOFFILY, 2026, p.168).

Despossuída de todos os seus direitos, as camadas da opressão e repressão sofridas por Vera e pelas demais presas políticas vão se sobrepondo na tentativa de fraturarem a confiança, a autoestima, a segurança, no objetivo de subjugar-las e liquidar a capacidade de ação, de resistência. Às ameaças de violência sexual, somavam-se a falta de privacidade de seus corpos, ao trocarem de roupa sob os olhares dos guardas, mas também dos seus sentimento e pensamentos.

Duas cartas, anexas em seu prontuário individual, certificam a constante vigilância e o cerceamento da privacidade. Uma missiva é datada do dia 30 de agosto de 1970 e outra do dia 31 de agosto do mesmo ano, ambas endereçadas a sua mãe Elita Rocha Pereira, ou seja, uma carta de cunho pessoal. As cartas têm como foco desculpar-se com a família, em especial com a mãe, pelos transtornos causados pela sua prisão e dar-lhes notícias de seu estado de saúde e do tratamento recebido no DOPS-PE. Quanto ao primeiro ponto, não há divergências de informação ou de tom, entre os dois escritos, porém, as missivas diferem completamente quando o assunto é sua condição física e psicológica e o tratamento recebido na instituição. Transcrevo abaixo dois trechos das missivas que exprimem como a censura foi exercida de uma carta para a outra.

A propósito do meu estado de saúde nada tem ocorrido de grave. Não me violentaram fisicamente e o fato de continuar intacta já é grande coisa. Cheguei apenas, a ter um início de intoxicação hepática, mas fui medicada e já consegui recuperar-me. Além disso, os pequenos problemas têm sido solucionados com a quantia que vocês deixaram. Durante estes dias tentei ler alguns dos livros que Wagner enviou, mas, aqui, não consigo assimilar nem teoria de filosofo de mercado (camelô), preferindo assim, os FBI's e o baralho. Psicologicamente é natural que venha sentindo alguns choques dado ao ambiente que, não sendo de pessoas amigas, deixam-me apreensiva.<sup>344</sup>

Após a censura, transformou-se em:

Estou muito bem física e psicologicamente. Continuo sendo bem tratada e acomodada na mesma dependência do prédio. Aqui dentro tenho dito o que penso e não fui forçada a dar declarações inverídicas. Quanto ao dia a dia tenho permissão para ler, jogar baralho e fazer palavras cruzadas. Digam ao Wagner que não li os livros, ainda, porque não consigo assimilar nem teoria de filosofo de mercado (camelô). O único que cheguei a folhear foi o de Erich Von Däniken [ilegível], inegavelmente, importantíssimas contribuições à [ilegível] científica.

<sup>344</sup> Carta datada de 30 de agosto de 1970. In: PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública – SSP. Prontuário individual de Vera Rocha. Nº 19.065. 1970. Arquivo: BR\_PEAPEJE\_DPE\_O\_PRT\_IND\_18806.

É evidente que, [ilegível] alguns momentos, sinto distúrbios nervosos pelo simples fato de estar presa. Mas, estes se devem aos choques emocionais que sofri este ano antes de estar presa e as minhas próprias preocupações.<sup>345</sup>

Anterior às cartas, em de 29 de agosto de 1970, um documento escrito à mão por Vera pedia autorização de Armando Sâmico, então Secretário de Segurança Pública, para enviar a missiva à Elita, sua mãe. Nesse documento, ela escreve: “que se digne de autorizar o envio da carta anexa para Sra. Elita Rocha Pereira [...]”<sup>346</sup> (grifos nossos), o que nos leva a concluir que a primeira carta foi escrita no dia 29 de agosto e veio a ser censurada, de modo que a carta do dia 30 fosse uma segunda versão e a do dia 31, uma terceira.

No primeiro trecho transcrito acima, Vera descreve seu estado de saúde e o tratamento dispensado a ela, deixando implícito que havia violência, principalmente de ordem psicológica, que estava debilitada, mas que seu estado de saúde não é grave. Ao escrever que: “Não me violentaram fisicamente e o fato de continuar intacta já é grande coisa”, há um sentimento de otimismo, mas também aponta para a constatação da sua vulnerabilidade naquele espaço, confirmada pelo fato de ver e ouvir outras/os presas/os políticas/os sendo torturadas/os. Ao escrever sobre seu estado psicológico, afirma que: “Psicologicamente é natural que venha sentindo alguns choques dado ao ambiente que, não sendo de pessoas amigas, deixam-me apreensiva”<sup>347</sup>, é perceptível que Vera se utiliza de uma escrita sutil, para que a carta passasse pelo crivo da censura, porém atesta que está em um ambiente hostil.

No segundo trecho transcrito, há uma completa mudança na construção das frases, a sutileza desaparece e a escrita passa a ser contundente na afirmação do bem-estar. A frase: “Não me violentaram fisicamente e o fato de continuar intacta já é grande coisa” dá lugar à frase: “Estou muito bem física e psicologicamente. Continuo sendo bem tratada e acomodada na mesma dependência do prédio”, os abalos psicológicos que atesta sentir passam a ser descritos como reverberações de acontecimentos anteriores à prisão e preocupações individuais e não mais produzidos pelo ambiente hostil em que se encontrava.

As marcas da censura perpassam a missiva datada do dia 31 de agosto e na passagem: “Aqui dentro tenho dito o que penso e não fui forçada a dar declarações inverídicas. Quanto ao dia a dia tenho permissão para ler, jogar baralho e fazer palavras cruzadas.”, a característica de uma escrita íntima e sentimental desaparece dando lugar a um discurso que apetecesse o censor.

---

<sup>345</sup> Carta datada de 31 de agosto de 1970. In: PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública – SSP. Prontuário individual de Vera Rocha. Nº 19.065. 1970. Arquivo: BR\_PEAPEJE\_DPE\_O\_PRT\_IND\_18806.

<sup>346</sup> Documento anexo ao prontuário individual de Vera Rocha. PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. Prontuário individual de Vera Rocha. Nº 19.065. 1970. Arquivo: BR\_PEAPEJE\_DPE\_O\_PRT\_IND\_18806.

<sup>347</sup> Carta datada de 30 de agosto de 1970. In: PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. Prontuário individual de Vera Rocha. Nº 19.065. 1970. Arquivo: BR\_PEAPEJE\_DPE\_O\_PRT\_IND\_18806.

A missiva do dia 30 de agosto de 1970 está anexa ao prontuário individual de Vera, o manuscrito de letras azuis e em folha pautada, a carta do dia 31 de agosto assemelha-se a uma fotocópia, de modo que é possível presumir que esta última foi enviada. O objetivo inicial do manuscrito perdeu sua função, o que seria uma escrita íntima e afetiva de filha para mãe, transformou-se em um discurso forjado pelos órgãos de repressão, assim a carta de Vera só encontrou sua destinatária quando entrou na “ordem do discurso”, nos termos de Foucault (2014).

Tanto as cartas quanto o depoimento na Auditoria da Justiça Militar dão testemunho das complexas nuances em que a tortura pode atingir, no caso de Vera não foi o pau-de-arara, os choques, socos e pontapés que a fez entrar em negociação consigo mesma e dar pequenas informações ou afirmar aquilo que já era sabido pelos interrogadores, foi a subjetivação do medo de ser sexualmente violentada, a constatação de sua vulnerabilidade diante daqueles homens, que investidos de cargo público, julgaram-se no direito de obrigá-la a se despir, a censurar sua missiva e a demonstrar diuturnamente que seu bem-estar dependia de suas vontades.

Nessas cartas, Vera informa à Elita, sua mãe, que em poucos dias seria transferida para a Colônia Penal do Bom Pastor, a transferência ocorreu dia 03 de setembro de 1970. Ao iniciar sua narrativa sobre a chegada à Colônia Penal, diz: “Foi assim como chegar no paraíso, embora nenhuma prisão possa ser considerada paraíso [...]”, mas uma vez essa docilização da Colônia se apresenta na comparação com o espaço anterior de detenção, dizendo-se mais o DOPS do que sobre à instituição regida pelas freiras.

Nas memórias sobre o período na Colônia Penal, a solidariedade e a relação com as demais companheiras de prisão sobressaltam as memórias de Vera, o estabelecimento de uma rotina com a prática de atividades físicas e a partilha de saberes ajudava os dias a parecerem menos longos e o cumprimento da pena menos extenuante. Até que “surge um grande momento assim de um burburinho, e eles recolhem tudo [...]”<sup>348</sup> isoladas das informações externas, sem acesso a jornais, Vera não se recorda como souberam da ação de sequestro do embaixador suíço, ação que mudou sua vida.

Estampando a capa dos principais jornais em circulação no país, o sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, realizado dia 07 de dezembro de 1970, no Rio de Janeiro, pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) sob o comando de Carlos Lamarca. Noticiado pelo periódico Diário de Pernambuco na manhã do dia 08 de dezembro de 1970, sob

---

<sup>348</sup> Entrevista de Vera Rocha. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

o título “Quatro mil homens na busca aos raptos do embaixador da suíça”<sup>349</sup>, a matéria priorizou anunciar o empenho político e a mobilização das forças armadas para a captura dos sequestradores e o resgate do embaixador. A ação durou 40 dias, quando no dia 13 de janeiro de 1971, o embaixador foi solto, vivo e com saúde. Este foi o último e mais longo sequestro realizado pelas organizações de esquerda durante a ditadura militar. A difícil negociação angariou a troca de 70 presas/os políticas/os pelo embaixador suíço<sup>350</sup>. Entre as/os setenta estavam Vera Rocha e Nancy Mangabeira.

Em ofício expedido no dia 31 de dezembro de 1970, por José Oliveira Silvestre, delegado responsável pela Delegacia de Segurança Social, solicitava que Vera fosse entregue aos portadores do ofício, a fim de prestar esclarecimento na delegacia.<sup>351</sup> Ao lembrar desse dia, Vera conta que:

[...] um belo dia chegaram, pegaram a mim e a Nancy e nos levaram carregando nossas coisas e foi um momento de despedida muito trágico porque não sabia se a gente tava sendo transferido pra outra prisão, pra um quartel e a Nancy por ser carioca podia ser levada para o Rio de Janeiro, eu podia tá sendo transferida para o Ceará, porque eu tava presa em Pernambuco, nós não sabíamos exatamente para onde nós íamos, eles não nos diziam (VERA ROCHA, 2011)<sup>352</sup>.

Uma rede de documentos nos ajuda a recompor esse dia, ainda que de forma fragmentária. O primeiro é a ficha da Perícia Traumatológica, realizada no mesmo dia em que Vera foi retirada da Colônia Penal, no Instituto de Polícia Técnica da Secretária de Segurança Pública, seu corpo foi todo mapeado e fotografado, corpo exposto, seios desnudos, vestida apenas com a roupa íntima, rosto sério, cabisbaixo, olhar fugidio, expressando o claro desconforto. E uma declaração manuscrita e assinada por Vera, em papel timbrado da Secretária de Segurança Pública de Pernambuco, datada de 31 de dezembro de 1970, onde ela declarava ter conhecimento que constava na lista de resgate das/dos presas/os políticas/os e aceitava sair da prisão, a despeito da consequência de tornar-se banida. Na imagem abaixo, é possível ler sua declaração na íntegra:

<sup>349</sup> Quatro mil homens na busca aos raptos do embaixador da suíça. Diário de Pernambuco. Capa. Recife, 08 de dezembro de 1970, nº 288, ano 146.

<sup>350</sup> Para mais informação sobre o sequestro, ler: GASPARI, Elio. A ditadura derrotada. Rio de Janeiro. Intrínseca, 2014. LUIZ, Juliana Ramos. A ditadura civil-militar diante da crise: os sequestros de diplomatas no Brasil e a análise do processo decisório em política externa. NEIBA, volume IV, n.1, 2015.

<sup>351</sup> Ofício nº 482/SC/70. In: PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. Prontuário individual de Vera Maria Rocha Pereira. Nº 19.065. 1970. Arquivo: BR\_PEAPEJE\_DPE\_O\_PRT\_IND\_18806.

<sup>352</sup> Entrevista de Vera Rocha. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

Figura 25: Declaração de aceite manuscrita por Vera Maria Pereira de Albuquerque

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
PERNAMBUCO

Eu, Vera Maria Pereira de Albuquerque, filha de Walmy de Freitas Pereira e Elieta Rocha Pereira, sendo informada que meu nome consta na lista de resgate de presos políticos que serão trocados pelo embaixador sequestrado no Brasil, declaro que aceito sair da prisão em que me encontro e ir para o exterior, mesmo sabendo que segundo as leis vigentes isso seja considerado um banimento.

Recife, 31 de dezembro de 1970.  
x Vera Maria Pereira de Albuquerque

Fonte: Prontuário individual de Vera Maria Rocha Pereira.<sup>353</sup>

Após o processo burocrático na Secretaria de Segurança Pública, Vera narra que:

[...] nos colocaram no camburão, mas nesse momento nós já sabíamos que estávamos saindo da prisão, e quando o camburão cheio de policiais armados, militares, tentando amedrontar num último momento ainda e eu passei em cima do Capibaribe, vi o rio, Rio Capibaribe, eu disse: Meu Deus do céu Recife é a cidade mais linda do mundo. (VERA ROCHA, 2011)<sup>354</sup>

Talvez, embalada pela esperança de sair da prisão, pelo vislumbre de uma vida fora do cárcere, ou por não saber quando contemplaria novamente aquela paisagem, mas em meio à hostilidade das armas e dos homens, seu olhar gentil percebeu e embelezou-se do rio que corria sob a ponte.

<sup>353</sup> PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. Prontuário individual de Vera Maria Rocha Pereira. Nº 19.065. 1970. Arquivo: BR\_PEAPEJE\_DPE\_O\_PRT\_IND\_18806.

<sup>354</sup> Entrevista de Vera Rocha. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

O avião da FAB saiu do Recife para o Rio de Janeiro, na Base Aérea do Galeão, onde outras/os presas/os políticas/os de diversos Estados do país chegavam para saírem em exílio. O destino era desconhecido e a descoberta se deu apenas na madrugada do dia 14 de janeiro de 1971, quando o avião aterrissou em Santiago, no Chile, ou como relembra Vera “nós estávamos em Santiago do Chile de Salvador Allende, com uma manifestação enorme que nos recepcionavam, vários exilados que tinham saído do Brasil, porque já não tinham espaço pra continuarem atuando [...]”.<sup>355</sup> Na figura 26, a fotografia registra o “Voo da Liberdade”<sup>356</sup>, a figura 27, registra a recepção as/os setenta exiladas/os no Chile.

Figura 26: As/os brasileiras/os exiladas/os chegando ao Chile, em 1971.



Fonte: Site Documentos Revelados.<sup>357</sup>

<sup>355</sup> Entrevista de Vera Maria Rocha Pereira. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

<sup>356</sup> “Voo da Liberdade” assim nomeado por Ubiratan de Souza, um dos setenta exilados na década de 1970 e articulista da matéria 50 anos do Voo da Liberdade. In: SOUZA, Ubiratan. 50 anos do Voo da Liberdade. Opera Mundi, 14 de janeiro 2021. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/memoria/68096/50-anos-do-voo-da-liberdade>, acesso em: 08 de novembro de 2023.

<sup>357</sup> Imagem contida no Site: Documentos Revelados. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/troca-da-liberdade-do-embaixador-da-suica-pela-liberdade-de-70-presos-politicos/>. Acesso em: 20 out. 2016.

Figura 27: Recepção em Santiago do Chile para as/os brasileiras/os exiladas/os.



Fonte: Documentário *Vou Contar para Meus Filhos*.

Ao sair do Brasil no dia 13 de janeiro de 1970, Vera recebeu o *status* de banida. O Ato Institucional nº 13, de cinco de setembro de 1969, em seu Art. 1º estabelece que:

O Poder Executivo poderá, mediante proposta dos Ministros de Estado da Justiça, da Marinha de Guerra, do Exército ou da Aeronáutica Militar, banir do território nacional o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo, ou perigoso à segurança nacional.<sup>358</sup>

O banimento significou a perda da cidadania brasileira, tornaram-se apátridas, *status* que teve forte impacto jurídico e emocional, conta-nos Vera. Com a total perda dos direitos civis, Vera passou a utilizar o passaporte das Nações Unidas para os refugiados banidos. O Chile foi apenas o primeiro pouso para Vera, do Chile para a Argentina, da Argentina para a França, onde criou novos laços afetivos, formou família, gerou um filho. Oito anos se passaram até que a Lei da Anistia permitisse seu retorno ao país.

### 5.3.4 Maria Yvone: A busca por Justiça e Verdade

Parafraseando o poeta Carlos Drummond de Andrade, no meio de caminho tinha o exército, tinha o exército no meio do caminho, e Maria Yvone não se esqueceu desse acontecimento<sup>359</sup>. Após a prisão de diversas/os companheiras/os de partido no Recife – PE, o grupo de militantes, predominantemente do PCBR, que estava em Pirangi (RN), precisou sair do aparelho e estabelecer algumas rotas de fuga. Dividiram-se em dois grupos, um grupo

<sup>358</sup> BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Ato Institucional Nº 1. Para mais informação, acessar: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-13-69.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-13-69.htm). Acesso em: 29 abr. 2021.

<sup>359</sup> Paráfrase do poema “No meio do Caminho”, do poeta Carlos Drummond de Andrade, publicado em 1928 na Revista de Antropofagia.

composto por militantes procurados pela repressão e dirigentes evadiu-se primeiro, o segundo grupo ficou para limpar a casa e desfazer-se de qualquer vestígio que pudesse ser utilizado pelos órgãos de repressão como prova de subversão.

Maria Yvone, Rosa Maria Soares, Cláudio Gurgel e Carlos Alberto Soares compunham o segundo grupo, ao finalizarem a limpeza da casa, pela iminência de o aparelho ser encontrado não poderiam pernoitar no local. Como tática, esconderam-se durante a noite em meio à vegetação, nas mediações da praia próxima ao aparelho buscando transporte pela manhã. No ônibus, em direção à Natal – RN, Maria Yvone, Rosa, Cláudio e Carlos viram o poema concretizar-se, o exército no meio do caminho, entre Pirangi e Natal, cercou o ônibus e realizou revista nas/nos passageiras/os. Maria Yvone narra que Carlos e Cláudio foram rapidamente reconhecidos pelos soldados, e as duas militantes foram presas por tabela, ao estarem sentadas junto a eles. O momento da prisão tornou-se uma espetacularização da violência, Carlos com a cabeça sangrando após uma coronhada, amarrado pelos pés e mãos junto ao Cláudio, na lama que se formava em decorrência da chuva que caía, “parecia uma corda de caranguejo”<sup>360</sup>, diz Maria Yvone.

A espetacularização continuou com um discurso feito pelo comandante da operação, o Capitão do Exército Cleantho Homem de Siqueira, conta Maria Yvone:

Dizendo que nós éramos terroristas, que aquilo ali tava acontecendo porque nós éramos terroristas, bandidos, que nós assaltávamos, nós matávamos e que por isso nós estávamos sendo presos. Ai Rosa, ela foi de uma coragem fantástica, Rosa Maria, ela rebateu na hora o coronel, gritou assim... fez um discurso dizendo que ‘somos revolucionárias, defendemos o povo, não somos terroristas’ então assim foi uma atitude muito corajosa dela, porque na hora todo mundo tava com medo, eu tava morta de medo. (YVONE LOUREIRO, 2011)<sup>361</sup>

A violência empregada no ato da prisão, a produção da propaganda anticomunista e a performance dos militares investidos da missão de manter a Segurança Nacional, buscava justificar a violência e conquistar o apoio da população. Segundo Rosa<sup>362</sup>, as/os passageiras/os, em sua maioria trabalhadoras/es rurais, não entenderam o que estava acontecendo e questionaram a violência perpetrada sobre os dois jovens rapazes. Rosa Maria, em um ato de coragem ou desespero, estabeleceu uma disputa de narrativa, negou-se à identidade de

---

<sup>360</sup> Entrevista de Maria Yvone de Souza Loureiro. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

<sup>361</sup> Entrevista de Maria Yvone de Souza Loureiro. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

<sup>362</sup> Entrevista de Rosa Maria Soares. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

“terrorista” e apresentou-se como “revolucionária”, demarcou seu lugar ao lado do povo, oferecendo à população outra perspectiva sobre a ação da repressão.

Após serem revistadas, foram encaminhadas para o Quartel do Exército em Natal, logo em seguida, levadas/os para o DOPS-PE, aonde os interrogatórios vieram acompanhados pela tortura. Maria Yvone narra que, estando poucos dias nessas instalações, foi retirada da cela pelo Investigador Luiz Miranda, levada a uma sala onde foi interrogada e torturada por um major vindo do Ceará, conta: “[...] eu tremia nas bases porque as fotos eram de pessoas conhecidas e eu a cada negativa, a cada negação era uma pancada no rosto, nos seios, na coxa, pegavam pelo cabelo, nos ouvidos, davam aqueles telefones nos ouvidos [...]”.<sup>363</sup> Ao produzir a narrativa enquanto *superstes*, a memória do corpo se expressa nos gestos das mãos que tentam descrever a tortura, e o semblante entristecido do trauma que ainda se faz presente.

Na sala em que ficou presa, nos primeiros dias no DOPS-PE, era testemunha do horror produzido naquele espaço, as paredes com marcas de mãos e sangue que, segundo Maria Yvone, havia sido uma das salas onde Odijas, seu marido, havia sido torturado. Após um curto período nessa sala, ela e Rosa Maria foram transferidas para o “buque”<sup>364</sup>, uma cela na ala das/os presas/os comuns. Sem cama, com sanitário turco de onde minavam baratas, a arquitetura hostil, marcou a memória de Rosa Maria.

Quando ia dando o entardecer essas paredes, o chão, tudo ficava completamente coberta de barata, então foi uma coisa assim... uma cena que a gente não consegue esquecer, eu e a Yvone é uma coisa... foi uma das coisas que me marcou muito. No começo, nós começamos a chinelar e a matar as baratas, mas não adiantava, que elas morriam e tinha mais uma centena de barata, completamente coberta de barata. E nós não tínhamos onde dormir, né, nos deixaram lá três dias... nós tínhamos que deitar no chão e nos acostumamos as baratas passando pelo rosto, pela cabeça, por onde fosse, porque era barata, era barata, era barata... (ROSA M<sup>a</sup> SOARES, 2011)<sup>365</sup>

Na estrutura precária do DOPS-PE, com reduzido número de celas e salas, o remanejamento era constante. De modo que uma sala improvisada fez às vezes de cela para elas, afastada do corredor de celas e sob a vigilância constante de um carcereiro. A sala sem banheiro possibilitava que Maria Yvone circulasse pela delegacia para acessá-lo, são esses momentos, entre corredores de cela, que as burlas, a resistência acontecia, pois, como diz Foucault (2014, p.360), “Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão

<sup>363</sup> Entrevista de Maria Yvone de Souza Loureiro. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

<sup>364</sup> Esse termo é comumente empregado para designar celas utilizadas para isolamento e/ou castigo de presas/os.

<sup>365</sup> Entrevista de Rosa Maria Soares. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de ‘baixo’ e se distribua estrategicamente.” Isolada de informações externas, o pouco do que se sabia eram das informações entrecortadas das conversas ouvidas entre os guardas, ou dos pequenos diálogos que mantinha com alguns deles. Numa dessas conversas, o carcereiro deixou escapar a notícia da morte de Odijas, ao perceber o “erro” tentou dissimular, atribuindo a morte a outra pessoa.

Na angustiante incerteza sobre o paradeiro e o estado de saúde de Odijas, Maria Yvone narra:

[...] então a gente tinha um esquema... que nessa cela não tinha banheiro, a gente ia pra o banheiro lá no meio do DOPS, no primeiro andar, com o carcereiro, e de lá desse esquema do banheiro a gente avistava as celas, a grade das celas dos meninos, os outros presos, os companheiros, e avistávamos também embaixo a Secretaria de Segurança Pública o lugar onde povo tirava documento, folha corrida da polícia, carteira de identidade... onde os transeuntes passavam lá... então era um lugar em que lá de cima a gente avistava que o povo, porque era uma improvisação de DOI-CODI, não era um DOI-CODI ainda estruturado, né, então é... a gente tinha um esquema de se comunicar por assobio, ligava pra...a gente... as músicas falavam por nós, então o que a gente queria saber a gente assobiava e o pessoal respondia também da mesma forma, então o Odijas gostava muito de uma música, a última coisa que ele gostou, música de Paulinho da Viola: Foi um rio que passou em minha vida, era coisa que ele adorava, tocava, dedilhava na caixa de fósforo, era uma coisa que ficou a cara dele, era a marca dele, as pessoas sabiam, identificavam ele com essa música, então eu assobiei essa música: Foi um rio que passou em minha vida<sup>366</sup> e Nicanor<sup>367</sup>, onde andaré Nicanor, fiquei fazendo assim uma e outra, uma e outra, e eles entenderam, eles entenderam e assobiaram de lá uma música que falava de morte, um sambinha que falava de morte, então aí eu confirmei, aí voltei pra cela, disse a Rosa ‘Rosa, Odijas tá morto mesmo, tá confirmado’. Então eu discuti com ela, apesar da minha fragilidade que eu era muito frágil, eu era muito frágil, era medrosa também, mas eu discuti com ela, eu disse ‘vou denunciar, aqui mesmo, dentro mesmo do DOPS’ e ela me encorajou muito assim... ‘você vai ter coragem mesmo de fazer isso?’, eu disse ‘tenho que fazer, sou eu que tenho que fazer’ eu disse ‘eu vou fazer... vou aproveitar programar uma ida ao banheiro e de lá eu vou denunciar pro público ali da Secretária de Segurança né, aí eu fiz isso, no dia seguinte, uma coisa planejada, fui, pedi pra ir no banheiro, o carcereiro me levou, aí de lá tinha uma murada, uma balastrada, uma coisa... é uma murada, então eu segurei no muro, em lugar de entrar no banheiro, eu segurei no muro e comecei a gritar ‘que Odijas tinha sido assassinado, meu marido foi torturado até a morte e que nós estávamos também sendo torturados, eu gritei isso umas três vezes, né, aí nisso fiquei... eu fiquei desesperada, eles tentando me segurar, tentando fechar a minha boca e eu comecei a gritar também, eles me arrastaram de lá [...]’ (YVONE LOUREIRO, 2011)<sup>368</sup>

<sup>366</sup> FOI UM RIO QUE PASSOU EM MINHA VIDA. Paulinho da Viola. In: FOI UM RIO QUE PASSOU EM MINHA VIDA. Paulinho Viola. Gravadora: Odeon. 1970. Disco. Lado A, faixa 6.

<sup>367</sup> NICANOR. Chico Buarque. In: PER UN PUGNO DI SAMBA. Chico Buarque. Gravadora: RCA. 1970. Disco. Faixa 10.

<sup>368</sup> Entrevista de Maria Yvone de Souza Loureiro. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

A inventividade operou em rede, as memórias produzidas pela convivência na coletividade, os laços afetivos estabelecidos foram mobilizados para compor o diálogo sem palavras. Foi entre sambas assobiados que a morte de Odijas Carvalho foi anunciada. Mesmo em choque, sentiu-se impelida a denunciar “tenho que fazer, sou eu que tenho que fazer” esta frase anuncia que não é apenas o lugar de militante que a impele a denúncia, mas sobretudo, o lugar de esposa. No texto “Pedaços de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência”, a historiadora Cristina Scheibe Wolff analisa “os usos políticos das emoções, aliado ao gênero” (WOLFF, 2015, p. 975), na construção da retórica elaborada pela resistência às ditaduras no Cone Sul. O uso político do lugar de mãe, esposa, avó, irmã, que agenciavam o gênero em prol de sensibilizar, gerar empatia na população e organizações nacionais e internacionais, para com as/os militantes vítimas de tortura, sequestro, assassinato e desaparecimento (WOLFF, 2015).

Diferente dos casos estudados por Wolff (2015), nos quais as mulheres que realizavam as denúncias, estavam em liberdade e reivindicavam as performatividades que as ditaduras, a cultura e a religião esperavam delas. Maria Yvone era uma presa política, portanto, desviante dessa performatividade, mas que no momento das denúncias acionava o lugar de esposa. Ver-se no documento em anexo: “CAMPANHA NACIONAL CONTRA TORTURAS”<sup>369</sup>, datado de março de 1971, cujo prólogo anuncia:

CARTA DENUNCIA ENVIADA AO POVO BRASILEIRO PELOS  
REVOLUCIONÁRIOS PRESOS NO DOPS DE RECIFE,  
RESPONSABILIZANDO AS AUTORIDADES MILITARES  
PERNAMBUCANAS PELO ASSASSINATO POR MEIO DE TORTURAS  
DO ESTUDANTE ODIJAS DE CARVALHO EM 10.2.71. ACUSAM  
AINDA ESSES MILITARES DE INFRINGIR A ELES PRÓPRIOS  
TORTURAS E SEVÍCIAS DE TODA ESPÉCIE.<sup>370</sup>

Na Carta Denúncia endereçada ao “povo brasileiro”, lê-se, ao final, “assinam: Lilia Guedes, Maria Ivone Loureiro (Esposa do Odijas), Alberto Vinicius Melo do Nascimento, Mário Miranda de Albuquerque, Cláudio Roberto Marques Gurgel, Rosa Maria Soares. Leia e divulgue”<sup>371</sup>. O parêntese após o nome de Maria Yvone demarca este lugar de esposa, na busca de agenciar legitimidade para sua busca, pois que a relação de parentesco mobiliza, sensibiliza a produção da comoção social. Esse parêntese desloca Maria Yvone de militante para esposa, em um claro agenciamento do gênero ou na leitura indicada por Wolff da noção de jogos de

<sup>369</sup> CAMPANHA NACIONAL CONTRA TORTURAS. In: PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública-SSP. **Prontuário individual de M<sup>a</sup> Ivone Ribeira**. Nº 19.214. 1973. Fundo SSP nº 25213.

<sup>370</sup> Campanha nacional contra a tortura. Prontuário individual de Maria Yvone de Souza Loureiro, nº 19.214. Fundo SSP nº 25213.

<sup>371</sup> Idem

gênero<sup>372</sup>, “no qual as peças do gênero são jogadas de acordo com as relações de poder” (WOLFF, 2015, p.985).

Nessa Carta Denúncia, outros deslocamentos foram elaborados, Odijs foi apresentado, não como o militante, nem o revolucionário, mas como o estudante, possibilitando uma maior conexão entre as/os leitoras/es, tendo em vista que a missiva foi divulgada principalmente nas universidades. Ainda que, nos jogos de gênero, as performances acessadas pelas mulheres produzam maior comoção, outras estratégias para atingir o público, causando-lhes empatia foram exercidas. Ao associar Odijs ao lugar de estudante, mobiliza-se a memória de uma experiência, à época recente, da morte de Edson Luiz, que ao ser divulgado nos meios de comunicação, não era sobre o assassinato de um homem, um militante, ou um revolucionário, lia-se sobre o assassinato de um estudante. A inventividade da carta engendra-se na linguagem, nos elementos trazidos para sensibilizar a população, para deslocar os militantes do imaginário construído pela propaganda anticomunista.

As denúncias das torturas sofridas por elas/eles próprias/os são inseridas no entrelaçamento de outras denúncias que, possivelmente, produziram maior poder de comoção, portanto, maior efetividade política. Assim, denunciaram as torturas sofridas pelo “jovem Alberto Vinicius Melo do Nascimento”<sup>373</sup>. E, ao nomearem os torturadores e assassinos de Odijs, informaram ao público que o Padre Henrique e o estudante alagoano tiveram o mesmo algoz, o investigador Luiz Miranda. O uso dos termos jovem, estudante e esposa e a conexão estabelecida entre a morte do Padre Henrique, amplamente divulgada, causando comoção social e tensionando a relação entre a igreja e o Estado; desestabilizava a imagem da/o militante perigosa/o, ao passo que construía uma imagem de proximidade com as/os leitoras/es.

Dias após a publicação da Carta foi deflagrada, pelas/os presas/os políticas/os do DOPS-PE, mais uma greve de fome. Os “Termos de recusa”<sup>374</sup>, datados dos dias oito, nove e dez de

---

<sup>372</sup> A autora discute a noção de jogos de gênero a partir dos escritos do historiador francês Luc Capdevila. Wolff (2015) traduz do francês para o português o conceito discutido por Capdevila: “a noção de jogo pode assumir quatro formas: a de uma máscara que se usa na “brincadeira”(e aí podemos pensar nessas performatividades de gênero); a de um jogo de estratégia como o xadrez, no qual as peças do gênero são jogadas de acordo com as relações de poder; o jogo de gênero também como uma decalagem entre aquilo que é posto em cena e aquilo que é percebido pelo adversário; e, ainda, os jogos de gênero no sentido das dinâmicas impulsionadas pelas crises que induzem a redefinições das relações entre homens e mulheres. In: WOLFF, Cristina Scheibe. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. Estudos Feministas, Florianópolis, Vol. 23, n° 3, 2015. p. 975-989. Para ler no original em francês: CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. BRETAGNE ET DES PAYS DE L’OUEST, 108-2, 2001. Disponível em: <http://abpo.revues.org/1737>. Acesso em: 10 de novembro de 2023. p. 103-128.

<sup>373</sup> Campanha nacional contra a tortura. Prontuário individual de Maria Yvone de Souza Loureiro, n° 19.214. Fundo SSP n° 25213.

<sup>374</sup> Termo de recusa, documento que registrava institucionalmente a recusa de recebimento de alimento por parte das/dos presas/os políticos/as. No documento consta o horário em que a refeição foi ofertada e dá ciência da recusa. In: Prontuário individual de Maria Yvone de Souza Loureiro, n° 19.214. Fundo SSP n° 25213.

março de 1971, dão testemunho da ação. A partir do ofício nº 74/71-SI-GS<sup>375</sup>, datado de oito de março de 1971 e classificado como confidencial, ficamos sabendo um pouco mais sobre a greve e os ânimos nas instalações da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. Neste, o Secretário de Segurança Pública Armando Samico informou ao Auditor da 7ª Circunscrição Judiciária Militar Ângelo Rattacaso Junior, que Alberto Vinícius de Melo Nascimento, Carlos Alberto Soares, Mário Miranda de Albuquerque, Rosa Maria Barros dos Santos, Maria Yvone de Souza Loureiro, Lylian Silva Guedes “estão constantemente, criando dificuldades nesta Secretaria, onde se encontram recolhidos”<sup>376</sup>.

O objetivo das/os grevistas era conseguir a transferência para a Casa de Detenção, no caso dos homens, e para a Colônia Penal do Bom Pastor, no caso das mulheres. O Secretário Armando Samico argumenta que a ordem de transferência não foi atendida de imediato por julgar, momentaneamente, imprudente a transferência devido à proximidade da sucessão governamental e a chegada do aniversário do que chamou de “Revolução de 31 de março”. Sugere mantê-las/os por mais tempo na Secretaria de Segurança Pública, sob vigilância e sem contatos externos. A manutenção da incomunicabilidade de Carlos Alberto, Rosa Maria e Maria Yvone motivou o advogado Boris Trindade a encaminhar, no dia nove de março de 1971, um requerimento endereçado à Auditoria da 7ª Região Militar – PE, argumentando pela quebra da incomunicabilidade na qual se encontravam suas/eus clientes. O requerimento, ao argumentar pela ilegalidade da incomunicabilidade mantida sob suas/eus clientes, afirma que:

[...] determinando aquelas autoridades que não podem, sob pena de praticar crime de responsabilidade, previsto na Lei 4898, obstruir a comunicabilidade entre o patrono e o constituinte, sendo que a incomunicabilidade para com familiares e terceiros, somente poderá se estender por dez dias, e assim mesmo quando justificada formalmente por ofício, a autoridade judiciária, sua necessidade.<sup>377</sup>

No requerimento de três páginas, além da quebra da incomunicabilidade, mais duas solicitações foram feitas: a transferência para instalações penais e a realização de declaração “ad-cautelam” e do exame traumatológico em Maria Yvone. Apesar da necessidade imediata da transferência de Rosa Maria e Maria Yvone para a Colônia Penal Bom Pastor e de Carlos A. Soares para a Casa de Detenção, Boris Trindade caracterizou como violência:

[...] a manutenção das suplicantes, mulheres casadas – sendo que uma delas, d. Ivone de Souza Loureiro, teve seu marido morto em dia e hora, e local, que

<sup>375</sup> Ofício nº 74/71-SI-GS. In: Secretária da Justiça – Estado de Pernambuco. Anistia: Requerimento de Indenização de Carlos Alberto Soares. Acervo CEPE – Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara. Arquivo: Processo de Indenização de ex-presos políticos pelo governo de Pernambuco.

<sup>376</sup> Idem.

<sup>377</sup> Requerimento do advogado Boris Trindade. In: Prontuário individual de Maria Yvone de Souza Loureiro, nº 19.214. Fundo SSP nº 25213.

ela ignora – num compartimento precário, sem qualquer tipo de higiene, dormindo em cadeiras, diante de investigadores da polícia que as vigia 24 horas. [...] Depois, só se explica o interesse da autoridade policial em mantê-las no mencionado local, a troca de tortura psicológica, pavor, etc., na utilização de métodos que vem sendo negados pelo próprio Governo Federal, em defesa do nome nacional, atingido diariamente pela imprensa estrangeira, até a mais idônea.<sup>378</sup>

Quanto à declaração e ao exame traumatológico a ser realizado em Maria Yvone é motivado pelas denúncias da mesma, que alegou ter sido espancada, por um major vindo de Fortaleza, nas dependências do DOPS-PE, na presença de policiais da Secretaria de Segurança Pública. Boris Trindade arguiu que:

Tais medidas, douto Auditor, devem ser requeridas em nome da Justiça e da dignidade. Numa hora em que o Governo brasileiro se lança numa campanha oficial visando desmentir as denúncias feitas no exterior, de tortura e espancamento de presos políticos, negando, como já fizera o apressado Ministro da Justiça, a existência de tais torturas, causa espécie que fanáticos se utilizem da violência, espancando um preso político, ainda mais mulher.<sup>379</sup>

Os argumentos utilizados pelo advogado Boris Trindade estão inseridos em uma rede de denúncias que se ampliavam e produzindo ruídos desde 1970. A intensidade dos ruídos lançou o governo brasileiro em campanhas para desmentir as denúncias, tomando parte, nesta campanha, uma significativa parcela da imprensa brasileira passou a realizar publicações, recriminando a imprensa estrangeira.<sup>380</sup> No jornal Diário de Pernambuco, multiplicaram-se as matérias em que refutavam as denúncias de torturas a presas/os políticos e que condenavam a postura de figuras públicas, a exemplo de Dom Helder Câmara<sup>381</sup>, argumentando que tais falas construía no exterior uma imagem negativa sobre o Brasil.

O requerimento impeliu a Secretaria de Segurança Pública a dar explicações sobre as denúncias realizadas por Maria Yvone, de modo que, no dia onze de março do mesmo ano, ela foi chamada a depor, ocasião na qual reafirmou as denúncias de espancamento pelo major João Alfredo na presença de um policial de nome Miranda e o escrivão. Um segundo “Termo de declaração”, datando do mesmo dia e contendo uma página, tem como foco as alegações de dormir em cadeiras e estar presa em ambiente anti-higiênico, em suma afirma-se que dispõe –

---

<sup>378</sup> Idem.

<sup>379</sup> Ibidem.

<sup>380</sup> Matérias com críticas à imprensa estrangeira por publicizarem as denúncias de tortura no Brasil: Uma resposta a estrangeiro. Diário de Pernambuco, Recife. 22 de março de 1970. Primeiro caderno, p. 4. ANDRADE, Theophilo. A utopia da violência. Diário de Pernambuco, Recife. 1º Caderno, 16 de julho de 1970, p.4. MORAIS, Orlando. Insidiosa propaganda contra o Brasil. Jornal Diário de Pernambuco. Primeiro Caderno, 06 de maio de 1970. p. 4.

<sup>381</sup> Matérias com crítica a Dom Helder Câmara: ALCÂNTARA, Marco Aurélio de. Espantalhos. Jornal Diário de Pernambuco. Primeiro caderno. Sábado, 30 de maio de 1970. p. 7. ANDRADE, Theophilo. A utopia da violência. Diário de Pernambuco, Recife. 1º Caderno, 16 de julho de 1970, p.4. PONTES, Barroso. Destruidores antipatrióticos. Diário de Pernambuco, Recife. 1º Caderno, 13 de outubro de 1970, p. 11.

ela e Rosa Maria – de uma cama de campanha e um colchão, que por ser uma “sala de investigadores” e não uma cela divide o ambiente com diversos policiais/investigadores, ainda sobre as instalações, reafirmou que o buque em que ficaram presas alguns dias era “muito imundo, cheio de baratas com um sanitário nas piores condições”<sup>382</sup>.

Ao nomear o espancador e o policial que havia presenciado a violência, Maria Yvone retira esses agentes da abstração, um militar ou um policial, era o major João Alfredo e o policial Luiz Martins de Miranda Filho, este último chamado a prestar declaração sobre as acusações. O termo de declaração prestado por Luiz Miranda, dia doze de março de 1971, tem uma página, e foi concedida ao delegado José Oliveira Silvestre, então titular da Delegacia de Segurança Social, afirma tê-la conduzido para o interrogatório e ter permanecido todo o tempo presente na sala, que durante este tempo não presenciou nenhum ato físico ou moral contra a denunciante, que a mesma havia sido “muito bem tratada física e moralmente pelos militares, os quais tratavam MARIA IVONE de MENINA, chegou inclusive a dar conselhos para que abandonasse a linha política que havia abraçado, pois nenhum futuro ela MARIA IVONE tinha com isto”<sup>383</sup>.

A linguagem exercida por Luiz Miranda em seu depoimento constrói de forma maniqueísta uma oposição entre Maria Yvone, adjetivada de “terrorista” e/ou “subversiva” e o major João Alfredo e o escrivão de nome “Edelésio ou Edeclécio”<sup>384</sup>, cujos quais têm seus nomes escamoteados pelo depoente sendo nomeados como “dois cidadãos”, “duas pessoas”, “senhores” e “oficiais”<sup>385</sup>. Tal estratégia linguística objetiva desqualificar as denúncias de Maria Yvone, pois que, se a confiabilidade do testemunho perpassa pela confiabilidade da pessoa que o produz, como já arguido ao longo desta pesquisa, mais do que negar as acusações Luiz Miranda tenta desqualificar a denunciante e assim minar sua denúncia.

Os adjetivos escolhidos estabelecem um lugar social de respeito e confiança ao major João Alfredo – cidadão e senhor – enquanto que os adjetivos que antecedem ou substituem o nome de Maria Yvone produzem um lugar de periculosidade, ardil, principalmente diante das propagandas anticomunistas propaladas pelo governo e que construiu/construía a imagem de

---

<sup>382</sup> Termo de declaração que presta Maria Ivone de Souza Loureiro. In: Prontuário individual de Maria Yvone de Souza Loureiro, nº 19.214. Fundo SSP nº 25213.

<sup>383</sup> Termo de declaração que presta Luiz Martins de Miranda Filho. In: Prontuário individual de Maria Yvone de Souza Loureiro, nº 19.214. Fundo SSP nº 25213.

<sup>384</sup> Em seu depoimento do dia 11 de março de 1971, Maria Yvone não sabia precisar se o nome do escrivão que acompanhava o major João Alfredo, ambos de Fortaleza, era Edelésio ou Edeclécio. Termo de declaração que presta Maria Ivone de Souza Loureiro. In: Prontuário individual de Maria Yvone de Souza Loureiro, nº 19.214. Fundo SSP nº 25213.

<sup>385</sup> Termo de declaração que presta Luiz Martins de Miranda Filho. In: Prontuário individual de Maria Yvone de Souza Loureiro, nº 19.214. Fundo SSP nº 25213.

terrorista e subversiva/o como a/o inimiga/o da pátria, o anticristo, ou seja, aquelas/es em quem não se podia confiar.

Em decorrência dessas denúncias, o Ministro da Justiça Alfredo Buzaid envia Leonardo Greco, na qualidade de Secretário do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, a Recife, para investigar as circunstâncias da morte de Odijas. O parecer, assinado em sete de junho de 1971, produz em suas argumentações para invalidar as denúncias, um discurso que objetiva descredibilizar as duas principais autoras – Maria Yvone e Lylia Guedes – da carta denúncia intitulada “Em termos do assassinato de Odijas Carvalho de Sousa”<sup>386</sup>, elaborada em 2 de março de 1971:

Tem-se notado, outrossim, nas desarticulações de ‘aparelhos’ terroristas, que moças residentes nos mesmos servem como ‘mulheres do partido’, atendendo aos reclamos sexuais dos rapazes. Não raras vezes surgem doenças venéreas. E por estranho que pareça, esposas de uns às vezes deixam os maridos e logo se unem a outros, como amantes, no mesmo ‘aparelho’. [...] Quanto ao fato de que sua mulher teria sido acometida de ‘forte crise nervosa’ ao saber de seu falecimento, os documentos ns. 7 e 8, em anexo, poderão ilustrar as afeições que Maria Ivone de Sousa Loureiro ‘devotava’ a Odijas.<sup>387</sup>

Operando com as performatividades de gênero, Leonardo Greco desloca Maria Yvone do lugar de esposa e viúva enlutada, lugar social que mobilizava empatia. Nesse ínterim, apaga o ativismo político exercido por ela, Lylia e as demais militantes mulheres, construindo sobre elas uma representação misógina, objetificando-as sexualmente – “servem como ‘mulheres do partido’, atendendo aos reclamos sexuais dos rapazes.” Nesse sentido, Ana Maria Colling (1997) afirma que:

Ao construir o sujeito político feminino, a repressão, as organizações de esquerda e a sociedade em geral tentam desconstruí-lo como sujeito, apresentando a mulher militante como um sujeito desviante e não-político” (COLLING, 1997, p.95).

Margareth Rago em diálogo com Criméia Schmidt, complementa esse pensamento, afirmando que:

Eles entendiam que as militantes pudessem ser companheiras, amantes ou filhas, girando sempre em torno do eixo masculino, obedecendo incondicionalmente às ordens dos companheiros e líderes. Sempre as olhavam com menosprezo, pois reconhecer qualquer capacidade de iniciativa feminina seria destruir seu próprio sentido de masculinidade (RAGO, 2010, p. 171).

---

<sup>386</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. Assunto: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Nº 39600/71.

<sup>387</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. Assunto: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Nº 39600/71.

O partido visto por Greco como um espaço masculino, onde o sujeito político é generificado. Em contrapartida, imputava às mulheres militantes às vezes de “mulher do partido” em uma contraposição ao lugar, afirmado por Maria Yvone, no ato de suas denúncias, “esposa”. O discurso patriarcal e sexista produzido por Greco buscava confrontar os jogos de gênero exercidos por Maria Yvone e Boris Trindade que, ao agenciarem o gênero para angariar empatia e produzir comoção social, mobilizaram deputados<sup>388</sup> que institucionalmente requereram investigação do caso Odijas.

A luta de Maria Yvone por Verdade e Justiça para o caso de Odijas Carvalho de Souza perdurou até dezembro de 2013, quando a Certidão de Óbito do mesmo foi retificado, constando como causa morte “Homicídio por lesões corporais múltiplas decorrentes de atos de tortura”<sup>389</sup>. O documento retificado lhe foi entregue pela Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara, dia 10 de dezembro de 2013<sup>390</sup>.

---

<sup>388</sup> Documento da Câmara dos Deputados, elaborada pelo deputado Pedrosa Horta, denunciando e pedindo investigação sobre o caso de Odijas. In: SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. Assunto: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Nº 39600/71.

<sup>389</sup> Certidão de Óbito. Acervo CEPE – Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara. Arquivo: Retificação de Assentamento do Registro Civil de óbito de Odijas Carvalho de Souza.

<sup>390</sup> Ofício 477/2013 – CEMVDHC. Acervo CEPE – Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara. Arquivo: Retificação de Assentamento do Registro Civil de óbito de Odijas Carvalho de Souza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever as últimas palavras de um texto é deparar-se com a ambiguidade que acompanha as “considerações finais”, pois, ao mesmo tempo em que se propõe a ser o “ponto final”, é também onde explicitamos os desdobramentos, as possibilidades que a pesquisa abre para um *continuum*. Ao pensar o texto sempre em devir, aberto a novas intervenções e reinscrições, alerto às leitoras e aos leitores que o ponto final é apenas temporário e remete muito mais à proposição de iniciar um novo parágrafo do que ao fechamento, encerramento do texto.

As mulheres, que por vezes, ao longo desta narrativa, nomeamos de protagonistas, acompanham-me desde a pesquisa do mestrado e se tornaram centrais na pesquisa de doutoramento. Ao longo desse período, as semelhanças entre suas trajetórias me interessaram tanto quanto as diferenças, as especificidades. Suas narrativas que, mesmo quando autobiográficas, impellem ao coletivo, reafirmam seu lugar político e ético, onde a construção da sociedade que almejam alicerça-se na coletividade, na ampliação de direitos sociais e no fortalecimento da democracia.

As memórias da ágora tecidas no presente marcam as disputas em torno da construção das memórias sobre o período de ditadura e, nesse ínterim, tentam tornar comunicáveis as experiências frente ao Estado de exceção, imbuídas do “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”. Esses testemunhos ancoram-se em um dever de memória que nos remete às análises de Gagnebin (2009) sobre o texto “O narrador”, de Walter Benjamin, no qual o autor constata o fim da narração tradicional, porém, alude à possibilidade de outra narração que [...] nasce de uma injunção ética e política” (GAGNEBIN, 2009, p. 53).

A evocação desses testemunhos, no longo processo de justiça de transição, é complexa, pois, ao passo que possibilita essa disputa de memórias no espaço público e faz emergir, na contemporaneidade, o debate sobre os legados deixados pelos governos autoritários – desde as torturas cotidianamente praticadas nos cárceres e nas ruas das periferias do Brasil, a naturalização dos crimes de lesa humanidade praticados pelo Estado, e de maneira mais ampla a impossibilidade do aprofundamento do Estado democrático de direito, produzida não somente nos anos de ditadura, mas também apregoada pelo estabelecimento do apagamento e do esquecimento, instituindo a ideia de equivalência das violências cometidas pelo Estado e por suas/seus opositoras/es – também continua demandando as/os sobreviventes e familiares à responsabilidade de buscar essa reelaboração sobre o passado, fornecendo “provas” e informações.

Dessa forma, as ações da justiça de transição têm sido produzidas muito mais no âmbito das políticas de governo do que incorporadas em uma política de Estado, não tendo assim uma continuidade, portanto, emergem em determinados períodos e submergem em outros. O que percebemos de comum, em ambos os casos, é que recai sobre familiares e sobreviventes se colocar à frente da luta, seja pela manutenção ou pela elaboração de novas ações que ampliem a reparação. Nesse sentido, indagamos em que medida se pode reparar? Sabemos que a construção das respostas plausíveis a esta questão ainda atormenta muitas historiadoras/es, sociólogas/os, juristas e demais estudiosas/os da área. O que fizemos, ao longo desta pesquisa, foi inferir sobre alguns pontos que apareceram nos relatos de memórias das protagonistas desta pesquisa como relevantes à temática.

Se nos primeiros capítulos focamos na produção da memória de mulheres como resistência, utilizamos nos dois últimos capítulos esses relatos para pensar as resistências praticadas entre as décadas de 1960-1980. Ao construirmos narrativas sobre a participação dessas mulheres nos partidos/organizações de esquerda, percebemos como a militância política passa a ser um modo de vida, afetando não só a instância pública, mas também a privada, onde as tensões familiares, os afetos, as paixões, a escolha da profissão, tudo se torna político.

Por vezes, ao longo da pesquisa, tentei compreender o que levou essas jovens mulheres, de classe média, ainda que com gradações diferentes, financeiramente, mas que tinham acesso à educação e a uma vida materialmente confortável, se disporem a enfrentar uma ditadura, inserindo-se em uma militância política? As possibilidades se abrem, em seus relatos, para muitos caminhos, entre estes, os afetos, o cuidado com o mundo e o devir revolucionário concorrem para esse agir.

Também é pela perspectiva dos afetos e da solidariedade, os encontros positivos que potencializaram a vida que arguimos para a possibilidade de sobrevivência, quando suas corpos foram levadas ao limiar, onde a biopolítica encontrou a tanatopolítica, onde o horizonte de expectativa parecia ruir e as micropolíticas do afeto reconstruíram uma vida possível de ser vivida no cárcere.

Construir uma narrativa historiográfica acerca dessas experiências no momento em que a humanidade estava imersa em uma pandemia e todas as incertezas trazidas por esta, atrelado à experiência de um governo de tendências autoritárias, que por diversas vezes heroizou torturadores e vangloriou suas práticas, impeliu diariamente a aprender, com historiadoras e historiadores, sobre utilizar as leituras do passado para intervir no presente. E mais que isso, o encontro com as ações de resistências praticadas por essas mulheres, no passado que se mostrava cada vez mais presente, esperava que tecer o amanhã é possível.

Pensar sobre o enfrentamento e as resistências praticadas por organizações e partidos de esquerda, durante a ditadura, ainda têm contornos sensíveis na historiografia e frente às/aos militantes. A produção de uma autocrítica ou de um debate mais verticalizado sobre os grupos que fizeram a escolha pela luta armada ainda é um tabu, fortalecido pela falta de responsabilização e reconhecimento por parte das forças armadas dos crimes cometidos contra suas/seus opositoras/es. A luta por informação acerca das/os corpos/os das/os desaparecidas/os políticas/os e da efetivação das ações propostas para a reparação se faz latente, mesmo após quase quarenta anos do fim da ditadura.

O virar a página da história tem sido prática recorrente na experiência histórica do Brasil, a exemplo da escravidão negra, do genocídio dos indígenas, do massacre de Canudos, da ditadura do Estado Novo e da ditadura civil-militar de 1964, contribuindo para a construção de uma sociedade que naturaliza e banaliza a violência, não apenas a física, mas em suas múltiplas facetas. Por isso, apontamos para a importância da produção das memórias da agora e do aprimoramento da justiça de transição, para que, a partir do amplo debate público, a população brasileira possa conhecer as diversas nuances que perpassam essas duas décadas da vida política do país e, ao elaborar esse passado, possa intervir no presente, fortalecendo os princípios do Estado democrático de direito.

## REFERÊNCIA DE FONTES

### Comissões da Verdade

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume I. Brasília, 2014.

PERNANBUCO. Relatório Final da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara – CEMVDHC, Recife: Cepe, 2017.

PERNANBUCO. Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Hélder Câmara. Prontuário por Partidos. Prontuário Funcional – APEJE – DOPS/ N° 1.886. CEPE. Fundo: SSP/N° 1.159.

RIO DE JANEIRO. Relatório: Comissão da Verdade do Rio. – Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

PERNANBUCO. Secretária da Justiça – Estado de Pernambuco. Requerimento de Indenização. Acervo CEPE – Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara. Lilia Maria Gondim. N° 421/2001-A.

PERNANBUCO. Secretaria de Justiça – Estado de Pernambuco. Requerimento de Indenização. Acervo CEPE – Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara. Helena Serra Azul Monteiro. N° 289/2001.

PERNANBUCO. Secretaria de Justiça – Estado de Pernambuco. Requerimento de Indenização. Acervo CEPE – Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara. Carlos Alberto Soares. N° 122/2001.

PERNANBUCO. Secretaria de Justiça – Estado de Pernambuco. Requerimento de Indenização. Acervo CEPE – Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara. Marcelo Mário de Melo. N° 170/2001.

PERNANBUCO. Secretaria de Justiça – Estado de Pernambuco. Requerimento de Indenização. Acervo CEPE – Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara. Eridan Moreira Magalhães. N° 417/2001.

PERNANBUCO. Secretaria da casa civil. Comissão da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Audiência Pública. Recife, 2015. Transcrição das visitas ao DOPS-PE, DOI-CODI/IV Exército. 14/10/2015 - Lilia Maria Gondim.

Certidão de Óbito. Acervo CEPE – Arquivos da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara. Arquivo: Retificação de Assentamento do Registro Civil de óbito de Odijas Carvalho de Souza.

### Brasil Nunca Mais:

BRASIL: NUNCA MAIS. Um relato para a história. Prefácio: D. Paulo Evaristo Arns. 28ª ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1996.

Projeto Brasil: Nunca Mais, disponível em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>, 10 de dezembro de 2023.

### Legislação Nacional:

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Ato Institucional N° 1.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil – Subchefia de assuntos jurídicos. Ato Institucional n° 14.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada – LEI Nº 4.464, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1964 – Publicação Original.

### **Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano:**

PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. Prontuário individual de Dulce Chaves Pandolfi.Nº 19.032. 1971. Fundo: APEJE/DOPS/SSP.

PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. Prontuário individual de Eridan Magalhães. Nº 18.703. 1970. Fundo: APEJE/DOPS/SSP.

PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. Prontuário individual de Helena Serra Azul.Nº 18.855. 1971. Fundo: APEJE/DOPS/SSP.

PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. Prontuário individual de Lilia Gondim.Nº 18.705. 1970. Fundo: APEJE/DOPS/SSP.

PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. Prontuário individual de M<sup>a</sup> Ivone Ribeiro.Nº 19.214. 1973. Fundo: APEJE/DOPS/SSP.

PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. Prontuário individual de Vera Rocha.Nº 19.065. 1970. Fundo: APEJE/DOPS/SSP.

PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. Prontuário individual de Yara Falcon. Nº 19.036. 1972. Fundo: APEJE/DOPS/SSP.

### **Arquivo Nacional**

BRASIL. Arquivo Nacional. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III.81002949. Serviço Nacional de Informação. Elementos integrantes de Ação Popular.– Dossiê. 1969.

BRASIL. Arquivo Nacional. Ofício Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. Fundo: Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar. BR DFANBSB AAJ.0.IPM.882 – Dossiê.

BRASIL. Arquivo Nacional. APA-ACE-CNF- 1445/80. Serviço Nacional de Informação – Agência Porto Alegre. Assunto: Semana sindical-1980. 06 de junho de 1980.

BRASIL. Arquivo Nacional. APA-ACE-CNF- 1410/80. Ministério do Exército – III Exército Comando Estado Maior – 2<sup>a</sup> Seção. Difusão: CIS – SNI. Assunto: Movimento contra a carestia – “Passeata da panela vazia”. 13 de maio de 1980.

BRASIL. Arquivo Nacional. ASV-ACE-CNF-6869/84. Serviço Nacional de Informação – Agência de Salvador. Informe Nº: 000059/19/ASV/84. Assunto: Principais entidades e/ou movimentos feministas, do negro, dos direitos humanos, ecológicos e do menos abandonado. 29 de junho de 1984.

BRASIL. Arquivo Nacional. AC-ACE-CNF-64091/87. Agência: B1C. 12 de novembro de 1987.

BRASIL. Arquivo Nacional. ARE-ACE-CNF-6272/84. Serviço Nacional de Informação – Agência de Recife. Assunto: Movimentos feministas, negros e pelos direitos humanos. 29 de junho de 1984.

BRASIL. Arquivo Nacional. ARE\_ ACE\_ CNF - 2933/81. Serviço Nacional de Informação. Assunto: Desarticulação “aparêlho” do PCBR. 1981.

BRASIL. Arquivo Nacional. AC\_ ACE\_ CNF- 39600/71. Serviço Nacional de Informação. Assunto: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. 1971.

### **Documentos sobre a Colônia Penal Feminina do Bom Pastor:**

Manuscrito do Regulamento das Presas. In: SOUZA, Elicia Barros Guerra. *Entre o Convento e o Cárcere: A função educativa da Colônia Penal Feminina do Bom Pastor – Recife/PE (1945 E 1990)*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPE. 2022.

Regulamento da Colônia Penal de Mulheres Delinquentes – Bom Pastor. In: SOUZA, Elicia Barros Guerra. *Entre o Convento e o Cárcere: a função educativa da Colônia Penal Feminina do Bom Pastor – Recife/PE (1945 e 1990)*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPE. 2022.

Documento Encontro de Superiores Provinciais da América Latina – o nosso apostolado nas prisões. In: CARIDADE, Maria do Amparo Rocha. *Sexo, mulher e punição: a sexualidade feminina numa instituição penal*. (Dissertação de Mestrado de Antropologia UFPE), Recife, 1988, anexos.

DOCUMENTO DE PUEBLA. *Evangelização no presente e no futuro da América Latina. Conclusões da IIIª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*. Puebla de Los Angeles- México, 1979.

### **Entrevistas:**

Entrevista de Lilia Gondim à autora, dia 09/04/2021.

Entrevista Helena Monteiro Serra Azul, à autora, dia 20/05/2021.

Entrevista de Dulce Pandolfi, à autora, dia 07/06/2021.

Entrevista de Eridan Magalhães à autora, dia 26/05/2021.

Entrevista de Helena Serra Azul à Elicia Barros Guerra Souza, 2022.

Entrevista de Lilia Gondim ao Laboratório de História Oral e imagem da Universidade Federal de Pernambuco. In: *Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia*. Realizada dia 31/10/2011.

Dulce Chaves Pandolfi em entrevista ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, dia 04 de junho de 2018, Rio de Janeiro- RJ.

Testemunho de Dulce Pandolfi, na Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, 2013.

Entrevista de Dulce Pandolfi à Cecília Matos, Desirree Reis e Izabel Silva. Projeto *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil* (UFRJ/ Comissão de Anistia-MJ), 25 de maio de 2011.

Entrevista de Vera Striguini. In: Menu Extra do documentário *Vou contar para meus filhos*. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

Entrevista de Helena Serra Azul. In: Menu Extra do documentário *Vou contar para meus filhos*. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

Entrevista de Vera Rocha. In: Menu Extra do documentário *Vou contar para meus filhos*. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

Entrevista de Maria Yvone de Souza Loureiro. In: Menu Extra do documentário *Vou contar para meus filhos*. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

Entrevista de Rosa Maria Soares. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011.

Entrevista de Tuca Siqueira ao programa Curta Pernambuco, 2012.

### **Audiovisual:**

*Memórias femininas da luta contra a ditadura militar* (Brasil, 2015). Coordenação: Maria Paula Araujo. Pesquisa e montagem: Ana Caroline Alencar, Barbara Fuentes, Gabriela Machado, Isadora Gomes, Lays Corrêa, Luca Romano, Renato Dias Pais. Apoio: Universidade Federal do Rio de Janeiro e Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Gênero: Documentário. Duração: 51min.34 seg.

*Vou Contar para meus filhos.* (Brasil, 2011) Direção: Tuca Siqueira. Produção: Hamilton Filho, Luisa Malu. Roteiro: Tuca Siqueira. Distribuidora: Cabra Quente filmes. Gênero: Documentário. Duração: 24 min.

### **Imprensa:**

JORNAL DO BRASIL. Nunca mais – um dossiê exuma a tortura. Capa do Caderno B. Rio de Janeiro, 23 de julho de 1985. Arquivo da Biblioteca Nacional. Acervo da Hemeroteca Digital.

JORNAL DO BRASIL. Informes: Best-seller. 1º Caderno. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1985, p.6. Arquivo da Biblioteca Nacional. Acervo da Hemeroteca Digital.

JORNAL DIARIO DE PERNAMBUCO. Matéria “AI-14 reforma a constituição permitindo aplicar pena de morte aos subversivos”. Arquivo da Biblioteca Nacional. Acervo da Hemeroteca Digital.

JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. TEOTÔNIO NÃO PERDOA TORTURADOR. Recife, 19 de julho de 1979. Capa. Ano 154. Nº 193. Arquivo da Biblioteca Nacional. Acervo da Hemeroteca Digital.

JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. ALCÂNTARA, Marco Aurélio de. Espantalhos.. Primeiro caderno. Sábado, 30 de maio de 1970. Arquivo da Biblioteca Nacional. Acervo da Hemeroteca Digital.

JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. MORAIS, Orlando. Insidiosa propaganda contra o Brasil. Primeiro Caderno, quarta feira, 06 de maio de 1970. Arquivo da Biblioteca Nacional. Acervo da Hemeroteca Digital.

JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Justiça diz hoje se Iara e Stéfano são subversivos. Recife, 18 de setembro de 1970. Capa. Arquivo da Biblioteca Nacional. Acervo da Hemeroteca Digital.

JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Justiça diz hoje se Iara e Stéfano são subversivos. Recife, 18 de setembro de 1970. Capa. Arquivo da Biblioteca Nacional. Acervo da Hemeroteca Digital.

JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Prisão de terroristas evita sequestro de cônsul dos Estados Unidos no Recife. Recife, 24 de julho de 1970. Capa. Nº 173, ano 145. Arquivo da Biblioteca Nacional. Acervo da Hemeroteca Digital.

JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Quatro mil homens na busca aos raptos do embaixador da suíça. Capa. Recife, 08 de dezembro de 1970, nº 288, ano 146. Arquivo da Biblioteca Nacional. Acervo da Hemeroteca Digital.

JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Uma resposta a estrangeiro. Recife. 22 de março de 1970. Primeiro caderno, p. 4. ANDRADE, Theophilo. Arquivo da Biblioteca Nacional. Acervo da Hemeroteca Digital.

JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. A utopia da violência. Recife. 1º Caderno, 16 de julho de 1970, p.4. MORAIS, Orlando. Arquivo da Biblioteca Nacional. Acervo da Hemeroteca Digital.

JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Insidiosa propaganda contra o Brasil.. Primeiro Caderno, 06 de maio de 1970. p. 4. Arquivo da Biblioteca Nacional. Acervo da Hemeroteca Digital.

JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. ALCÂNTARA, Marco Aurélio de. Espantalhos. Primeiro caderno. Sábado, 30 de maio de 1970. p. 7. Arquivo da Biblioteca Nacional. Acervo da Hemeroteca Digital.

JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. PONTES, Barroso. Destruidores antipatrióticos. Recife. 1º Caderno, 13 de outubro de 1970, p. 11. Arquivo da Biblioteca Nacional. Acervo da Hemeroteca Digital.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. Das passeatas estudantis às lutas dos trabalhadores rurais, 1968 em Pernambuco. In: **Clio** - Série Revista de Pesquisa Histórica - N. 26-1. 2008.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**- Homo sacer II, 1. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG; Humanitas, 2004.

\_\_\_\_\_. **Nudez**. Autêntica, 2014.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

ALMEIDA, Maria Hemínia Tavares de e WEIS, Luiz. Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: Novais, F. A. & Schwarcz, L. M. **História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo (Brasil): Companhia das Letras, 2010.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, Memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 79, p. 95-111, dez. 2007.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.( Ver editora)

\_\_\_\_\_. **Eichmann em Jerusalém um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

ARFUCH, Eleanor. Mulheres que narram: trauma e memória. In: **Revista Labrys estudos feministas**. Dossiê Memória e autobiografia. Jan/Dez, 2009. Disponível: <https://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/leonor.htm> , acesso: Jan. 2020.

AVELAR, Lúcia. **O segundo eleitorado**: tendências do voto feminino no Brasil. 1989.

BAGGIO, Roberta Camineiro. Marcas da Memória: a atuação da Comissão de Anistia no campo das políticas públicas de transição no Brasil. **Ciências sociais UNISINOS**. Vol. 48, n. 2 (maio/ago. 2012), p. 111-118 , 2012.

BANDEIRA, Andréa. **Resistência Cor-de-rosa-choque**: militância feminina no Recife, nos anos 1960. (Tese de doutorado em História), UFBA, Salvador, 2012.

BARBOSA, Letícia Rameh. **Movimento de Cultura Popular em Pernambuco**: evolução e impactos na sociedade. Programa de Pós Graduação em Educação - PPGE/CE/UFPB (Tese), João Pessoa, 2007.

BAUER, Caroline Silveira. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. In: **Dimensões**, vol. 32, 2014. p. 148-169.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo** – Fatos e Mitos. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BELO, Charisma Cristina Alves Tomé. **Economia criativa no cárcere feminino**: um laboratório para produção de material didático (vídeo) em EAD. 2014. 126f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Gestão em Educação à Distância) - Universidade Federal de Pernambuco.

BENJAMIN, Walter. Teses da história. In: **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política-ensaios sobre literatura e história da cultura, v. 1, 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Final**. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRITO, Milena. Primavera Feminista: a internet e as manifestações de mulheres em 2015 no Rio de Janeiro. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 11, p. 1-11, 2017.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**. Civilização brasileira, 2016b.

\_\_\_\_\_. **Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo**. Boitempo Editorial, 2017.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora José Olympio, 2016a.

CALLADO, Antônio. **Tempos de Arraes**: a revolução sem violência. Rio de Janeiro. Ed: Paz e Terra 1980.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 37-55, 2004.

CARIDADE, Maria do Amparo Rocha. **Sexo, mulher e punição: a sexualidade feminina numa instituição penal**. 1988. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **O medo em cena: a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE - 1960-1968)**. 2015. 226f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco.

CAVALCANTI, Paulo. **O Caso eu conto como o caso foi: a luta clandestina**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p. 56-108.

CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **Revolução e Democracia: 1964**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007. v. 3. p. 100-116.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

CONTE, Bárbara de Souza. Apresentação. In: **Clinicas do testemunho: reparação psíquica e reconstrução de memórias**. Sigmund Freud Associação Psicanalítica [Org.]. Porto Alegre : Criação Humana, 2014, p.23-27.

COSTA, Ana Alice Alcantara. As donas no poder. Mulher e política na Bahia. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia/NEIM-UFBA, 1998. (Coleção Bahianas, v. 2).

CUBAS, Caroline Jaques. Do habito ao ato: vida religiosa feminina ativa no Brasil (1960-1985). Tese de Doutorado em História. UFSC. Florianópolis, 2014.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O AI-5**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> . Acesso em: 20 abr. 2016.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

\_\_\_\_\_. GUATTARI, Félix. Introdução: rizoma. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, v. 1, p. 11-37, 1995.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix**. São Paulo: Editora Unesp. 2013.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. In: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 14, p. 239-261, 2013.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25.ed. São Paulo: Graal, 2012.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro, 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

\_\_\_\_\_. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p.177-186.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.

\_\_\_\_\_. **A ditadura escancarada**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**. v.3. O cultivo do ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GONÇALVES, Janice. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. **Revista Memória em Rede**, v. 7, n. 13, p. 015-028, 2015.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo:Centauro, 2006.

HOLLANDA, Cristina Buarque de; ISRAEL, Vinícius Pinheiro. Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre novos sentidos de legitimidade e representação democrática. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, p. 06, 2019.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 2002.

JOFFILY, Mariana. A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. **Dimensões**, n. 32, p. 2-28, 2014.

\_\_\_\_\_. Quando o ataque é a melhor defesa: interrogatórios políticos da Oban e do DOI-CODI. In: **Antíteses**, vol. 2, n. 4 jul-dez. de 2009. p. 769-799.

\_\_\_\_\_. Violências sexuais nas ditaduras militares latino-americanas: quem quer saber. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n. 24, p. 165-176, 2016.

KEIL, Ivete. Nas rodas do tempo. \_\_\_\_\_, TIBURI, Márcia (org.). *O corpo torturado*. Porto Alegre: Escritos Editora, p. 41-61. 2004.

KNAUSS, Paulo. Uma história para o nosso tempo: historiografia como fato moral. **História Unisinos**, v. 12, n. 2, p. 140-147, 2008.

KOSELLECK, REINHART. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. 1ª Ed. Rio de Janeiro. Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

- LEITÃO, Rui. **1968: O grito de uma geração**. EDUEPB, Campina Grande, 2013.
- LEME LOPES, André Pereira. Virada digital? Pesquisa histórica no ciberespaço. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 136-169, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310242018136/8523> , acesso em: janeiro de 2024.
- LEME, Caroline Gomes. **Ditadura em imagem e som: trinta anos de produções cinematográficas sobre o regime militar brasileiro**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- LEVI, Primo. Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LIMA, Elça Mendonça. **Origens da prisão feminina no Rio de Janeiro: o período das freiras (1942-1955)**. OAB/RJ, 1983.
- LORDE, Audre. A Transformação do Silêncio em Linguagem e Ação. In: **Textos escolhidos de Audre Lorde**. Difusão Herética. S/D. S/N.
- LOURO, Guacira Lopes. Posfácio. Patriarcado e militarismo: pensamentos de paz em tempos de guerra. WOOLF, Virginia. **As mulheres devem chorar... ou se unir contra a guerra: patriarcado e militarismo**. Autêntica, p. 136-157. 2019.
- LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964- ...)**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007. p. 303- 320.
- LUCENA, Fabíola Alves de. **A comunicação clandestina no movimento estudantil em Recife durante a ditadura militar**. Dissertação de mestrado. Recife, UFPE. 2016.
- LUIZ, Juliana Ramos. Brasil: Deixe-o -Considerações acerca do instituto do Banimento Político e sua aplicação na Ditadura Civil-Militar Brasileira (1969-1979). In: **Anais do XXVI Símposio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.
- MARQUES, Teresa Cristina Schneider. A esquerda brasileira exilada e o feminismo: a atuação política das brasileiras no Chile e na França (1968-1979). **Projeto História (Online)**, 2015.
- MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964- ...)**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007. p. 183- 198.
- MEIHY, J. C. S. B.; SEAWRIGHT, L. **Memórias e Narrativas: História Oral Aplicada**. São Paulo: Editora Contexto, 2020.
- MELLO, Paulo Marcelo Medeiros de Albuquerque. **Ação Libertadora Nacional – ALN: Trajetória de um Grupo de Militantes em Pernambuco (1968 – 1970)**. (Dissertação de Mestrado em História), UFPE. Recife, 2020.
- MELO, Carolina de Campos; SCHETTINI, Andrea Bandeira de Mello. Comissão Nacional da verdade: uma perspectiva crítica sobre os avanços e os limites da agenda de justiça de transição no Brasil. ASSY, Bethânia. BERNARDES, Marcia Nina, PELE Antônio (Org.) **Direitos humanos: entre captura e emancipação**. Rio de Janeiro: Ed PUC- Rio, p.141-166, 2021.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. Discursos e práticas do movimento feminista em Porto Alegre (1975-1982). Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2004.

MEZAROBBA, Glenda. O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar. **São Paulo: Tese (Doutorado em Ciência Política), FFLCH/USP, 2007.**

\_\_\_\_\_. O processo de acerto de contas e a lógica do arbítrio. In: TELES, E. SAFATLE, V. (Org.), *O que resta da ditadura: a exceção brasileira* (p. 109–119). São Paulo: Boitempo. (2010).

MONTEIRO, Thiago William Nunes Gusmão. “**Como pode um povo vivo viver nesta carestia**”: o movimento do custo de vida em São Paulo (1973-1982). 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MONTENEGRO, Antônio Torres \_\_\_\_\_. História e memória de lutas políticas. In: \_\_\_\_\_.; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula (org.). **Marcas da memória: História oral da anistia no Brasil**. Recife. Ed. Universitária da UFPE, 2012.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010

MONTENEGRO, Antônio Torres. Labirintos do medo: o comunismo (1950-1964). In: \_\_\_\_\_. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Prefácio. In: TEGA, Danielle. **Tempos de dizer, tempos de escutar: Testemunho de mulheres no Brasil e na Argentina**. São Paulo. Fapesp. Intermeios. 2019. p. 11-16.

MOREIRA, Rosemeri. Virilidade e o corpo militar. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 10, n. 2, p. 321-335, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Papyrus editora, 2005.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dez., 1993

PADRÓS, Enrique Serraet al. (Orgs.) **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. 2. ed. Porto Alegre: Corag, 2010. v. 2.

PASSERINI, Luísa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF Cristina Scheibe. (Orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

\_\_\_\_\_. WOLFF Cristina Scheibe. (Orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

\_\_\_\_\_. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. In: **Revista Topoi**, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011. p. 270-283.

PERLATTO, Fernando. A comissão Nacional da Verdade e a justiça transicional no Brasil: ditadura, democracia e tempo presente. In: SANTOS, Paula Borges; PIMENTEL, Irene Flunser; DAMELE, Giovanni. (Org.) *Punir o Inimigo: perspectivas legais e discurso político na justiça de transição*. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais. p-193-226. 2021.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PINTO, Simone Rodrigues. Direito à Memória e à Verdade: Comissões de Verdade na América Latina. In: **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 128-143, jan.-jun. 2010.

PITTS, Bryan. O sangue da mocidade está correndo: a classe política e seus filhos enfrentam os militares em 1968. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, nº 67, 2014. p. 39-65.

RAGO. Feminizar é preciso: por uma cultura filógena. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 3, p. 58-66, 2001.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia feminista, gênero e história: descobrindo historicamente o gênero**. Editora: CNT-Compostela, 2012.

\_\_\_\_\_. **A aventura de contar-se: Feminismos, escritas de si e invenções de subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

\_\_\_\_\_. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a guerrilha do Araguaia. **Ditaduras no Cone sul**, p. 156, 2010

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2007.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. In: Tempo Social, **Revista Sociologia USP**, São Paulo. 1990. p. 113-128.

\_\_\_\_\_. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964- ...)**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007. p. 21-51.

RODEGHERO, Carla Simone, BERTÉ, Isabela Lisboa. A ditadura “dentro de casa”: experiências de militância e de perseguição entre a política e a vida doméstica. In: MONTEGRO, Antônio Torres, \_\_\_\_\_. ARAÚJO, Maria Paula, (Org.) *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*, UFPE, p.177-200, 2012.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX (Livro 4)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”**. São Paulo: Intermeios, Fapesp, 2013.

\_\_\_\_\_. **Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba.** In: Estudos de sociologia. Araraquara, v.20 n.39 p.309-324 jul.-dez. 2015.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). In: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10. 2013. p. 108 – 132.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** 2ª Ed. São Paulo. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Eurico A. Gonzalez Cursino dos; BRANDÃO, Paulo Henrique; AGUIAR, Marcos Magalhães de. Um toque feminino: Recepção e formas de tratamento das proposições sobre questões femininas no Parlamento brasileiro, 1826-2004. In: SENADO FEDERAL. **Proposições legislativas sobre questões femininas no Parlamento Brasileiro, 1826-2004.** Brasília: Subsecretaria de arquivo, 2004.

SANTOS, Jordana de Souza. A Repressão ao Movimento Estudantil na Ditadura Militar. In: **Revista Aurora;** no III, número 5, 2009. p. 101-108.

SANTOS, Thayana de Oliveira. **As mulheres do Raio Leste: as presas políticas da Casa de Detenção do Recife (1964-1967).** 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SAPRIZA, Graciela. Memoria y memorias de mujeres en el relato de la dictadura (Uruguay, 1973-1985). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF Cristina Scheibe. (Orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p.94-114.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul./dez. 1995.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A virada testemunhal e decolonial do saber histórico. Campinas: UNICAMP, 2022.

\_\_\_\_\_. O local do testemunho. In: **Revista Tempo e Argumento.** Santa Catarina, v. n.1, p. 03-20, 2010.

\_\_\_\_\_. Testemunho e política da memória: O tempo depois da catástrofe. In: **Revista Projeto História,** São Paulo, v. 30, p. 71-98, jun. 2005.

SELIPRANDY, Fernando. Instruções documentarizantes no filme *O que é isso companheiro?* In: NAPOLITANO, Marcos; KORNIS, Monica Almeida; MORETTIN, Eduardo. **História e documentário.** Editora FGV, 2012. p- 299-322.

SILVA, Marcília Gama. **Informação, repressão e memória:** a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964/1985). Recife: Editora UFPE, 2014.

SILVA, Marcília Gama. **Informação, repressão e memória:** a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964/1985). Recife: Editora UFPE, 2014.

SILVA, Natália Aparecida Godoy da. A atuação dos historiadores na Comissão Nacional da Verdade: limites, contribuições e disputas pela representação do passado recente. 2020.

SILVA, Simone Tenório Rocha. **Em busca da utopia:** As movimentações estudantis em Pernambuco (1964-1968). (Dissertação de Mestrado em História), UFPE. Recife, 2002.

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. **A era dos estudantes:** Rio de Janeiro, 1964-1968. In: Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. n.8, 2014. p.379-397.

SOARES, Mariza de Carvalho; FERREIRA, Jorge. **A história vai ao cinema.** Rio de Janeiro, Record, 2008.

SOARES, Vera. Movimento feminista: paradigmas e desafios. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, p. 11-24, 1994.

SOIHET, Rachel; ESTEVES, Flávia Cópio. O Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ) e suas experiências nos anos 1970 e 1980. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Revolução e democracia (1964...).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SOUSA, Priscila Paula. **Mulheres e memórias:** uma análise da historiografia sobre a ditadura militar brasileira. (Dissertação de Mestrado em História) - Unicamp, 2016.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. **Guerrilha do Araguaia: Violência, memória e reparação. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 66, 2019.

SOUZA, Elicia Barros Guerra. **Entre o Convento e o Cárcere: A função educativa da Colônia Penal Feminina do Bom Pastor – Recife/PE (1945 E 1990).** Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPE. 2022

SÜSSEKIND, Elizabeth. **Estratégias de sobrevivência e de convivência nas prisões do Rio de Janeiro.** 2014. Tese de Doutorado.

TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher.** Rio de Janeiro. Graal, 1983.

TEGA, Danielle. **Tempos de dizer, tempos de escutar:** Testemunho de mulheres no Brasil e na Argentina. São Paulo. Fapesp. Intermeios. 2019.

TEGA, Danielle. **Mulheres em foco: construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina.** Cultura Acadêmica, 2010.

TEIXEIRENSE, Pedro Ivo. **A invenção do inimigo:** história e memória dos dossiês e contradossiês da ditadura militar brasileira: 1964-2001. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

TESSITORE, Viviane. Projeto “Brasil: Nunca Mais”: reconstrução histórica, recuperação e aplicação da metodologia. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 50, 2014.

TRAVERSO, Enzo. História y memória: notas sobre um debate. In: Franco, Marina; Levín, Florencia (comps.). **Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo em construcción.** Buenos Aires: Paidós, 2007.

TRAVERSO, Enzo. La singularidad de Auschwitz: un debate sobre el uso público de la historia. Cuicuilco Nueva Época, México, v. 11, n. 31, 2004.

VALLE, Maria Ribeiro do. As representações da violência nos episódios estudantis de 1968. In: **Mediações**. Dossiê: 40 anos de maio de 1968. v. 13, n.1-2, p. 34-53, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

VECHIA, Renato da Silva Della. **Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)**. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política), UFRGS. Porto Alegre, 2005.

VENTURA, Zuenir. **1968 – O Ano Que Não Terminou: a aventura de uma geração**. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1988.

WEINRICH, Harald. **Lete, arte e crítica do esquecimento**. Editora Record, 2001.

WOLFF, Cristina Scheibe. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, p. 975-989, 2015.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

**ANEXOS**

**Anexo 1:** Quadro 13 - Comparação entre o esboço do Regulamento das Presas manuscrito pela MadreBreves e o documento oficializado como Regulamento da Colônia Penal de Mulheres Delinquentes – Bom Pastor (Elaborado por Souza, 2022)

Esboço Manuscrito	Documento Oficializado
	<p>Art. 1º - À Instituição do BOM PASTÔR, que fica subordinada à Secretaria da Segurança Pública, compete nomear a Superiora ou Diretora deste estabelecimento.</p>
	<p>Art. 2º - A Diretora (<i>sic</i>) ou Superiora terá, pois, a autoridade imediata sobre (<i>sic</i>) todo o seu pessoal e será responsável pelo bom regime do estabelecimento.</p>
	<p>Art. 3º - A Diretora (<i>sic</i>) será auxiliada pelas Religiosas do Bom Pastôr (<i>sic</i>), em número suficiente ao bom desempenho de suas funções.</p> <p><b>OBRIGAÇÕES DA SUPERIORA OU DIRETÔRA</b></p> <p>1º - Representar o estabelecimento em suas relações com o Govêrno (<i>sic</i>) em tudo o que diz respeito a administração.</p> <p>2º - Organizar o regime e serviço interno geral das diversas secções de presas. Cumprir e fazer cumprir as ordens dos Tribunais e Juízes respectivos, no que concerne a prisão, incomunicabilidade e liberdade de detidas, presas ou sentenciadas, sem causa em litígio.</p> <p>3º - Propôr (<i>sic</i>) a Secretaria da Segurança Pública as medidas administrativas ou</p>

	<p>disciplinares que considere necessárias para o bom andamento do estabelecimento.</p> <p>4º - Velar pela higiene e segurança do estabelecimento, pela saúde das detidas, preservá-las do rigor das estações e proporcionar-lhes uma alimentação sã e suficiente.</p> <p>5º - Visitar frequentemente as secções, oficinas, cosinha (<i>sic</i>) e demais dependências para assegurar-se da ordem e aplicação das detidas.</p> <p>6º - Receber com deferência os senhores inspetores nomeados pelo Secretário de Segurança e dar-lhes todas as informações que solicitem no tocante ao movimento do estabelecimento, juntamente com a Vice-Diretora.</p> <p>7º - Em caso de fuga de alguma detida, comunicar, sem demora, à autoridade competente e iniciar as diligências para sua captura.</p> <p>8º - No caso de enfermidade grave que ao parecer do Médico, necessite de tratamento em Hospital, deverá requerer a respectiva ordem de transladação, da autoridade de quem depende a detida, acompanhando o informe do médico; porém, si o caso for urgente pedirá diretamente a mudança, à Diretoria de Assistencia (<i>sic</i>) Pública,</p>
--	--

	<p>comunicando depois à autoridade competente.</p> <p>9º - No caso de morte de uma detida no estabelecimento comunicará ao Juiz debaixo de cuja autoridade estiver a detida, organizará (<i>sic</i>) as cerimonias funebres (<i>sic</i>) e fará a pronta entrega do cadaver (<i>sic</i>).</p>
<b>DA ENTRADA</b>	<b>DA ENTRADA <u>DAS PRESAS</u></b>
Não se admitirão reclusas sem ordem escrita de autoridade competente.	Art. 4º - Não se admitirão reclusas sem ordem escrita de autoridade competente.
	Art 5º - Ao receber uma detida revisar-se-á, primeiro, a ordem de entrega, tornar-se-ão seus dados no registro de entrada e consignar-se-á seu interrogatorio ( <i>sic</i> ) no principio ( <i>sic</i> ) do Livro de conduta para que sirvam de base as observações ulteriores.
	Art. 6º - Entregarão o dinheiro, joias, adornos e objetos que tenham trasido ( <i>sic</i> ) para serem apontados em um livro especial e à sua saída, se lhes fará firmar o recibo correspondente. Todo o dinheiro que possam receber de fóra ( <i>sic</i> ), ficará igualmente ( <i>sic</i> ) depositado. Não se recebem moveis nem cofres com chaves.
Serão cuidadosamente revistadas para que não introduzam, na Colônia, cousas nocivas.	Art. 7º - Serão cuidadosamente revistadas para que não introduzam <b><u>armas</u></b> ou coisas nocivas <b><u>que possam prejudicar.</u></b>
	Art. 8º - As detidas só poderão receber de fóra ( <i>sic</i> ) artigos de alimentação suplementar: biscoitos, ovos, leite, frutas,

	doces e coisas semelhantes, em vasilhas abertas.
O uso do uniforme é obrigatório.	Art. 9º - O uso do uniforme é obrigatório.
Nos primeiros dias separar-se-á a detida das outras até que se conheçam suas tendências.	Art. 10º - Nos primeiros dias separar-se-á a detida das outras até que se conheçam suas tendências, <b><u>far-se-lhe-á conhecer seus deveres primordiais, extraídos do Regulamento.</u></b>
	Art. 11º - As presas de conduta publicamente imoral nunca serão admitidas a companhia das outras <b><u>presas em nenhum tempo.</u></b>
As detidas apresentarão, em listas, as suas compras e gastos à Vice-Diretora.	Art. 12º - As detidas apresentarão, em listas, as suas compras e gastos <b><u>somente</u></b> à Vice-Diretora.
	<b>REGIME INTERNO</b>
	<p>Art. 13º - As detidas serão classificadas em três grupos que devem ser objeto de distinções especiais:</p> <p>1º - As de antecedentes desfavoráveis (<i>sic</i>) e má conduta.</p> <p>2º - As de antecedentes não desfavoráveis (<i>sic</i>) nem de má conduta, porém necessitadas de serem provadas.</p> <p>3º - As de antecedentes favoráveis (<i>sic</i>) e bôa (<i>sic</i>) conduta firme.</p> <p>§ Unico (<i>sic</i>) – A primeira divisão não terá direito algum a recompensas extraordinárias (<i>sic</i>). A segunda divisão obterá,</p>

	<p>periodicamente, algumas recompensas. A terceira gozará de recompensas frequentes e de certas distinções que serão enumeradas mais adiante.</p>
<b>DEVERES DAS DETIDAS</b>	<b>DEVERES DAS DETIDAS</b>
<p>Observar com exatidão o Regulamento em todos os pontos.</p> <p>Guardar o respeito e obediência (<i>sic</i>) devidos à <b>Diretora</b>, à Vice-Diretora e suas auxiliares.</p> <p>Tratar-se umas as outras com polidez e cordialmente.</p> <p>Não ofender a pessoa alguma com atos e palavras. (As presas de conduta publicamente imoral nunca serão admitidas à companhia das outras<sup>18</sup>.)</p> <p>Não interromper o silêncio ou sono de suas companheiras.</p> <p>Manter cuidadosamente a ordem, limpeza e asseio em sua pessoa, roupas, móveis e utensílios.</p> <p>Acatar, sem vacilação, e dar pronto cumprimento a qualquer ordem de suas Diretoras.</p> <p>Tomar parte na limpeza e serviços domésticos, conforme o que está <b>determinado</b> no regulamento interno.</p>	<p>Art. 14º - <b><u>Os deveres das detidas são:</u></b></p> <p>1º - Observar com exatidão o Regulamento em todos os pontos.</p> <p>2º - Guardar o respeito e obediência (<i>sic</i>) devidos à <b>Superiôra</b> (<i>sic</i>), à Vice-Diretora e suas auxiliares.</p> <p>3º - Tratar-se umas as outras com cordialidade e polidez.</p> <p>4º - Não ofender a pessoa (<i>sic</i>) alguma com atos (<i>sic</i>) e palavras, nem a qualquer coisa que possa ser respeitada por alguém (<i>sic</i>).</p> <p>5º - Não interromper o silêncio ou sono de suas companheiras.</p> <p>6º - <b><u>Vestir o uniforme regulamentar e</u></b> manter cuidadosamente a ordem, limpeza e asseio em sua pessoa (<i>sic</i>), roupas, móveis e utensílios <b><u>que usar.</u></b></p> <p>7º - Acatar, sem vacilação, e dar pronto cumprimento a qualquer ordem de suas Diretoras.</p>

<sup>18</sup> O trecho sugerido entre parênteses pela Madre Breves passou a ser o artigo 11º do documento oficializado.

<p>É absolutamente proibido falar às companheiras do motivo da sua entrada.</p> <p>Qualquer detida que não possa justificar sua presença em tal ou qual lugar, será anotada em falta.</p> <p>Não deixarão suas ocupações nem sairão do seu lugar assinalado sem a devida licença.</p> <p>São responsáveis pelos trabalhos que lhes são confiados, como também pelos utensílios e instrumentos para o desempenho de seu trabalho; devem apresentá-los cada vez que a Diretora e suas auxiliares o exijam.</p>	<p>8º - Tomar parte na limpeza e serviços domésticos, conforme o que está <b><u>prescrito</u></b> no Regulamento interno.</p> <p>9º - É absolutamente proibido falar às companheiras do motivo da sua entrada, <b><u>de interrogar as outras, dar referencias</u></b> (sic) <b><u>sobre os ingressos ou suas causas, sob pena das mais severas penitencias</u></b> (sic).</p> <p>10º - Qualquer detida que não possa justificar sua presença em tal ou qual lugar, será anotada em falta.</p> <p>11º - Não deixarão suas ocupações nem sairão do seu lugar assinalado <b><u>em que sejam colocadas</u></b>, sem a devida licença.</p> <p>12º - <b><u>Os empréstimos</u></b> (sic) <b><u>e trocas de alimentos e objetos são proibidos</u></b>. (sic)</p> <p>13º - São responsáveis pelos trabalhos que lhes são confiados, como também pelos utensílios e instrumentos para o desempenho de seu trabalho; devem apresentá-los cada vêz (sic) que a Diretôra (sic) e suas auxiliares o exijam.</p>
<p><b>TRABALHO E INSTRUÇÃO:</b></p>	<p><b>INSTRUÇÃO E TRABALHO</b></p>
<p>O trabalho será obrigatório <b><u>para todas as detidas</u></b>, principalmente o trabalho manual e doméstico de utilidade prática para as mesmas quando obtiverem liberdade</p>	<p>Art. 15º - Será obrigatório <b><u>para as sentenciadas</u></b> o trabalho <b><u>em oficinas ou seccões</u></b> (sic) <b><u>de</u></b> trabalhos manuais de utilidade pratica para as mesmas quando obtenham a liberdade.</p>

<p>Estarão <b><u>dispensadas</u></b> de trabalhar as <del>detidas</del> que se acharem impossibilitadas por seu estado físico ou moral.</p>	<p>Art. 16º - Estarão <b><u>excetoadas</u></b> de trabalhar <b><u>nas oficinas</u></b> as que se acharem impedidas por seu estado físico ou moral.</p>
<p>Durante a instrução ou trabalho não se consentirão que conversem entre si nem usem de sinais convencionais.</p>	<p>Art. 17º - Durante a instrução ou trabalho não se consentirão que conversem entre si nem usem de sinais convencionais <b><u>ou empreguem palavras indecentes quando sejam interrogadas por suas Diretoras sobre o que fôr (sic) materia (sic) de ensino.</u></b></p>
<p>Só se permitem contos e leitura em voz alta que amenisem (sic) os exercícios e ofereçam tema e explicações de conceitos <del>proveitosos.</del></p>	<p>Art. 18º - Só se permitem contos e leitura em voz alta que <b><u>segundo o regimento interno</u></b> amenisem (sic) os exercícios e ofereçam tema e explicações de conceitos <b><u>ou observações de parte das mesmas.</u></b></p>
<p><b>RECOMPENSAS</b></p>	<p><b>RECOMPENSAS</b></p>
<p>Felicitação e elogio por parte da Diretora em reunião especial.</p> <p>Premios (sic) de objetos uteis.</p> <p>Premios (sic) especiais em dinheiro (de Cr\$2,00 a Cr\$10,00).</p>	<p>Art. 19º - <b><u>De tres (sic) em tres (sic) meses (sic), inscrever-se-ão, em um quadro de honra os nomes das que hajam merecido alguma das recompensas seguintes:</u></b></p> <p>1º - Felicitação e elogio da parte da Diretora em reunião especial.</p> <p>2º - <b><u>Medalha de distinção a ser levada de oito a quinze dias.</u></b></p> <p>3º - <b><u>Entrada ao grupo de aspirantes a boa conduta.</u></b></p> <p>4º - <b><u>Entrada na primeira seria de fitas de distinção.</u></b></p>

	<p>5º - <u>Entrada na segunda serie (sic) de duplice (sic) distinção.</u></p> <p>6º - <u>Entrada na segunda serie (sic) e premio (sic) de objetos uteis.</u></p> <p>7º - Premios (sic) especiais em dinheiro de Cr\$2,00 a Cr\$10,00.</p> <p>8º - <u>Recomendação especial no livro de conduta que sirva no informe sobre diminuição ou indulto de pena.</u></p>
	Art. 20º - O dinheiro obtido como premio (sic) ficará depositado até a saída da presa.
	Art. 21º - Não passarão de dois os premios (sic) outorgados a uma presa.
	Art. 22º - Não se concederão recompensas parciais antes de tres (sic) meses da prova.
<b>PENITÊNCIAS</b>	<b>PENITÊNCIAS</b>
<p>As faltas de disciplina ou de qualquer outra natureza, serão reprimidas pela Vice-Diretora, com as penitências que seguem, tendo-se em conta a transcendência da infração, a reincidência nela, a idade e o estado físico da pessoa:</p> <p>Admoestação privada ou pública feita pela Diretora ou Vice-Diretora.</p> <p>Perda parcial das recompensas obtidas.</p> <p>Reclusão, na cela, segundo o caso.</p>	<p>Art. 23º - As faltas de disciplina ou de qualquer outra natureza, serão reprimidas pela Vice-Diretora, com as penitências que seguem, tendo-se em conta a transcendencia (sic) da infração, a reincidencia (sic) nela, a idade e o estado físico da pessoa:</p> <p>1º - Admoestação privada ou pública feita pela Diretora ou Vice-Diretora.</p> <p>2º - Trabalho nas horas do recreio.</p> <p>3º - Perda parcial <u>das distinções</u> ou recompensas obtidas.</p>

	<p>4° - <u>Repreensão feita pela Superiora, privada ou publica</u> (sic).</p> <p>5° - Reclusão na cela <u>com ou sem privação de visita</u>, segundo o caso.</p> <p>6° - <u>Reclusão na cela por seis ou doze dias, com privação de leitura ou comunicação, com desconto de uma parte do peculio</u> (sic) <u>adquirido ou por adquirir</u>.</p> <p>7° - <u>Privação de compras extraordinárias durante oito ou mais dias</u>.</p>
	Art. 24° - As penitencias merecidas se farão constar com toda a regularidade no livro de conduta.
<b>DOS PASSEIOS:</b>	<b>DOS PASSEIOS E RECREIO DAS PRESAS</b>
Os passeios se farão alternadamente, nos dias e horas determinados pela Diretora, atendendo-se <del>o comportamento</del> .	Art. 25° - Os passeios <u>e recreios das presas</u> se farão alternadamente, nos dias e horas indicados <u>no Regulamento interno</u> , atendendo-se <u>as classificações feitas</u> .
Achar-se-á sempre presente uma Religiosa encarregada de manter a ordem.	Art. 26° - Achar-se-á sempre presente <u>a esses exercícios</u> uma religiosa encarregada de manter a ordem.
<b>DAS VISITAS</b>	<b>DAS VISITAS</b>
As detidas poderão receber visitas de seus parentes <del>aos domingos</del> .	Art. 27° - As detidas poderão receber visitas de seus parentes <u>no último domingo de cada mês</u> .

<p>A estas visitas que receberão no parlatório, achar-se-ão presentes as religiosas que serão atenciosas com os parentes das detidas.</p>	<p>Art. 28º - A estas visitas que receberão no locutório, achar-se-ão presentes as religiosas que deverão ser atenciosas com os parentes das detidas <b><u>e respeitosas com os estranhos (sic) ou oficiais.</u></b></p>
<p>Os visitantes nada poderão introduzir sem intervenção da Vice-Diretora, sob pena de serem privados, temporal ou perpetuamente, da visita.</p>	<p>Art. 29º - Os visitantes nada poderão introduzir sem intervenção da Vice-Diretora, debaixo da pena de serem privadas temporaria (sic) ou perpetuamente da visita.</p>
<p>Os defensores poderão conferenciar com suas defendidas em qualquer dia, nas horas regulamentares, salvo no caso de incomunicabilidade judicial.</p>	<p>Art. 30º - Os defensores poderão conferenciar (sic) com suas defendidas em qualquer dia, nas horas regulamentares, salvo no caso de incomunicabilidade judicial.</p>
<p>A Direção informar-se-á da correspondência das presas com o exterior e a permitirá se achar conveniente.</p>	<p>Art. 31º - A Direção informar-se-á da correspondência das presas com o exterior e a permitirá se achar conveniente.</p>
<p>O processo de recolher e distribuir a correspondência será feito pela Diretora.</p>	<p>Art. 32º - O processo para recolher ou distribuir correspondência, será distribuído (sic) pela Diretora. <b><u>As detidas poderão escrever a seus parentes, se moram fóra (sic) da cidade, uma vez por mês.</u></b></p>
	<p><b>DA LIBERDADE DEFINITIVA OU CONDICIONAL</b></p>
	<p>Art. 33º - Certificada a Diretora da resolução, do juiz competente dispoendo a liberdade de sua presa, dar-lhe-á, imediato cumprimento dentro das horas regulamentares. A liberta receberá alem</p>

	<p>(sic) disso, os livros papeis, alfaias, valores e roupa que lhe pertencem e que ficaram depositados no estabelecimento. Poderá também solicitar um certificado de conduta que será expedido pela Direção e no qual com referência à resolução judicial, expressará se a liberdade concedida procede: por graça outorgada pelo Ministério da Justiça ou visita de carceres (sic), por sentença de absolvição, por razão de pena cumprida ou por libertação condicional concedida pelo Tribunal de Justiça.</p>
	<p>Art. 34º - Quando se tratar de liberdade condicional que submete as libertas a vigilância da autoridade, a Direção comunica-la-á (sic) a quem corresponde, indicando o domicílio dado a presa liberta.</p>
<b>DO MÉDICO</b>	<b>DO MÉDICO</b>
<p>O médico terá a seu cargo a atenção das doentes do Estabelecimento.</p>	<p>Art. 35º - O médico terá o seu cargo a atenção das doentes e <b>da higiene geral</b> do estabelecimento.</p>
<p>Visita-lo-á (sic) quando for chamado. Suas ordens e prescrições relativas ao serviço de enfermaria e regime de alimentação, serão fielmente cumpridas.</p>	<p>Art 36º - Visita-lo-á (sic) sempre que seja chamado <b>para atender casos graves ou acidentes imprevistos</b>. Suas ordens ou prescrições relativas ao serviço de enfermaria e regime de alimentação, serão cumpridas fielmente.</p>
<p>As doentes serão atendidas e tratadas no Estabelecimento, com exceção das que estiverem atacadas de doenças contagiosas</p>	<p>Art. 37º - As doentes serão atendidas e tratadas no estabelecimento, com exceção das que estejam atacadas de doenças</p>

ou das que requerem uma assistência proibida às Religiosas. Em tais casos, recorrer-se-á à autoridade competente, acompanhando o certificado médico, afim de que seja feita a transferência da paciente para um lugar que convenha.	contagiosas ou das que requeressem uma assistência ( <i>sic</i> ) proibida ( <i>sic</i> ) às religiosas. Em tais casos, recorrer-se-á ao Juiz competente, acompanhando o certificado <b>facultativo</b> , afim de ordene a transferência da paciente para onde achar conveniente.
<b>ALIMENTAÇÃO</b>	<b>ALIMENTAÇÃO</b>
Os alimentos das detidas devem ser sãos, frugais e simplesmente condimentados. Não se recebem comidas temperadas fóra ( <i>sic</i> ) <sup>19</sup> .	Art. 38º - Os alimentos das detidas devem ser sãos, frugais e simplesmente condimentados.
São proibidas as bebidas <del>aleoólicas</del> ( <i>sic</i> ).	Art. 39º - Estão proibidas as bebidas <b><u>espirituosas que não se poderão dar senão por ordem do médico.</u></b>
	Art. 40º -Em nenhum caso se receberão comidas temperadas fóra ( <i>sic</i> ).
<b>VESTUÁRIO</b>	<b>VESTUÁRIO E MOVEIS</b>
O uniforme será de cor azul, com seu número de ordem, como sua roupa interna.  A <b>Diretora</b> velará para que a qualidade do pano seja duravel( <i>sic</i> ) e o vestuário de modelo simples.  A detida que rasgar sua roupa por um ato de violência deverá conserta-la às custas de seu pecúlio.	Art. 41º - O uniforme <b>da sentenciada</b> será de cor azul, com seu número de ordem, como sua roupa interna.  A <b>Superiora</b> velará para que a qualidade do pano seja duravel ( <i>sic</i> ) e o vestuário de modelo simples.  A detida que rasgar sua roupa por um ato de violência deverá conserta-la às custas de seu pecúlio.  <b><u>O mobiliário será simples e igual para todas; não se permitirá a desigualdade de</u></b>

<sup>19</sup> O trecho sugerido: “Não se recebem comidas temperadas fóra” foi incorporado no Art. 40º.

	<b><u>móveis e nem de vestuário, nem a introdução particular destes.</u></b>
A assistência à Missa não é obrigatória.	Art. 42º - A assistência à Missa não é obrigatória.

Fonte: ELICIA BARROS GUERRA SOUZA (2022)